

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

LETÍCIA ELOI MEIRA FONA

**A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA DA “ASCENSÃO  
PACÍFICA” PARA O “SONHO CHINÊS” À LUZ DO DEBATE  
TEÓRICO DE RI NA CHINA**

RIO DE JANEIRO

2022

Letícia Eloi Meira Fona

**A Transição da Política Externa Chinesa da “Ascensão Pacífica” para o  
“Sonho Chinês” à Luz do Debate Teórico de RI na China**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Isabela Nogueira de Moraes

Rio de Janeiro

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

F673t Fona, Leticia Eloí Meira.  
A transição da política externa chinesa da "Ascensão Pacífica" para o "Sonho Chinês" à luz do debate teórico de RI na China / Leticia Eloí Meira Fona. – 2022.  
176 f.; 31 cm.

Orientadora: Isabela Nogueira de Moraes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2022.  
Bibliografia: f. 170-176.

1. Política externa. 2. China. 3. Relações internacionais – Teorias. I. Moraes, Isabela Nogueira, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.1

# **A Transição da Política Externa Chinesa da “Ascensão Pacífica” para o “Sonho Chinês” à Luz do Debate Teórico de RI na China**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Isabela Nogueira de Morais

Aprovada em 16 de dezembro de 2022.

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Isabela Nogueira de Morais  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Cristina Soreanu Pecequilo  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

Professor Dr. Renan Holanda Montenegro  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dedico essa dissertação aos meus pais,  
Antonino e Ormindá, e ao meu irmão, Lucas.

Obrigada por me conduzirem e me  
acompanharem em minha jornada até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é um trabalho solitário que nos demanda incontáveis horas de dedicação. No entanto, apesar de ser um processo solitário, para mim, jamais implicou em solidão. Ao longo de toda a jornada para o desenvolvimento dessa pesquisa, estive acompanhada por pessoas que me concederam o apoio, a motivação, o carinho e a orientação necessária para que eu pudesse chegar até aqui. Esta dissertação é, portanto, não apenas minha, mas de cada uma das pessoas mencionadas aqui.

Chegar ao mestrado só foi possível graças ao esforço, incentivo e abnegação das duas pessoas que sempre colocaram os seus sonhos de lado para realizar os meus: minha mãe, Orminda, e meu pai, Antonino. Obrigada por me amarem e me apoiarem incondicionalmente, acreditando em mim sempre que eu mesma não consegui. Apesar de não existirem palavras que possam expressar o meu amor e gratidão por vocês, agradeço por todos os sacrifícios realizados e todas as oportunidades proporcionadas para que eu chegasse até aqui: conseguimos.

Esta jornada também não seria possível sem o meu irmão, Lucas, que me incentivou a seguir meu coração, mesmo quando a jornada envolvesse escolhas difíceis. Obrigada por me ensinar a ter a coragem de recomeçar e de buscar meus sonhos. Obrigada por ser meu exemplo e melhor amigo.

Diversas vezes, ao longo dos meses de elaboração dessa dissertação, fui abalada pelo cansaço e exaustão. Em todas essas vezes encontrei carinho, acolhimento e refúgio no meu porto seguro, Guilherme. Obrigada por me ajudar a atravessar os momentos de ansiedade, o seu otimismo ilumina a minha vida.

Agradeço também ao apoio dos amigos que celebraram cada uma das pequenas conquistas ao longo do caminho. Obrigada por se manterem presentes, mesmo distantes, me fornecendo a leveza tão necessária para continuar em busca deste sonho.

Em especial, gostaria de expressar meu carinho e gratidão pela minha orientadora, Isabela. Escrever uma dissertação não é fácil, pode se tornar um peso diante de dúvidas e críticas, mas você, professora, além de fonte de conhecimento, sempre foi fonte de motivação, respeito e carinho. Obrigada por me inspirar e me instigar a ir mais longe, a acreditar que seria possível. Obrigada por criar um ambiente acolhedor de troca, como o LabChina, proporcionando a nós, alunos, um espaço seguro para nos desenvolvermos dentro da academia. Essa jornada só foi tão leve e bonita graças a você.

Por fim, agradeço à UFRJ e aos professores e funcionários do PEPI por seu esforço e dedicação ao longo de anos difíceis. Deixo aqui minha gratidão por seu empenho em se adaptar

às mudanças impostas pela pandemia, fazendo o possível para que o acesso à educação e ao conhecimento perseverasse em meio às adversidades.

*“Não nasci com conhecimento, mas, por gostar do que é antigo, apressei-me em buscá-lo.”*  
(Confúcio)



## RESUMO

FONA, Letícia Eloi Meira. **A Transição da Política Externa Chinesa da “Ascensão Pacífica” para o “Sonho Chinês” à Luz do Debate Teórico de RI na China**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

Ao fim da década de 2010, é evidente a consolidação do posicionamento e do status da China como segunda maior potência do Sistema Internacional. Neste cenário, identificaram-se, ao longo do governo de Xi Jinping, expressivos ganhos de assertividade na política externa chinesa no tocante aos grandes temas de relações internacionais chinesas: participação multilateral e liderança; relação bilateral China-EUA; e disputas territoriais. Verificou-se a transição do modelo de baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês, introduzido por Xi Jinping. Esse fenômeno tem promovido intensos debates na academia chinesa a respeito da melhor definição do atual paradigma de inserção internacional da China. Ao mesmo tempo, desenvolve-se no país o campo teórico das Relações Internacionais, com o despontar de movimentos acadêmicos em prol da elaboração de teorias de RIs chinesas, a partir do resgate do pensamento filosófico clássico chinês. Esses movimentos foram impulsionados pela percepção de que as teorias ocidentais seriam falhas ou insuficientes para analisar e compreender o pensamento político chinês. Desses movimentos, nascem duas das principais teorias de RIs com características chinesas: o Realismo Moral, de Yan Xuetong, e a Teoria Relacional, de Qin Yaqing. Yan e Qin protagonizam o debate acadêmico de alto nível a respeito da transição da política externa chinesa, analisando o fenômeno a partir de suas abordagens teóricas. Esta dissertação tem por objetivo principal expor e analisar o fenômeno da transição da política externa chinesa do baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês, à luz dos debates teóricos e acadêmicos de Relações Internacionais chinesas. Para tal, a pesquisa adota a revisão da literatura, com foco nas produções científicas e do arcabouço teórico chinês, com intuito de tornar a perspectiva chinesa mais acessível à academia brasileira.

Palavras-chave: China. Política Externa. Ascensão Pacífica. Sonho Chinês. Teorias de RI.

## ABSTRACT

FONA, Letícia Eloí Meira. **A Transição da Política Externa Chinesa da “Ascensão Pacífica” para o “Sonho Chinês” à Luz do Debate Teórico de RI na China.** Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional)- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

By the end of the 2010s, the consolidation of China's positioning and status as the second largest power in the International System is evident. In this scenario, during the Xi Jinping government, significant gains in assertiveness in Chinese foreign policy were identified with regard to major issues of Chinese international relations: multilateral participation and leadership, China-US bilateral relationship, and territorial disputes. There was a transition from the low-profile model of the Peaceful Ascension to the assertiveness of the Chinese Dream, introduced by Xi Jinping. This phenomenon has promoted intense debates in the Chinese academy regarding the best definition of the current paradigm of China's international insertion and the best model to be adopted by the country. At the same time, the theoretical field of International Relations is being developed in the country, with the emergence of academic movements in favor of the development of Chinese IR theories, based on the rescue of classical Chinese philosophical thought. These movements were driven by the realization that Western theories fail to analyze and understand Chinese political thought. Two main theories of Chinese IR have emerged: the Moral Realism of Yan Xuetong, and the Relational Theory of Qin Yaqing. Yan and Qin lead the high-level academic debate on the Chinese foreign policy transition, analyzing the phenomenon from their theoretical approaches. The main objective of this dissertation is to expose and analyze the phenomenon of the Chinese foreign policy transition from the low profile of the Peaceful Ascension to the assertiveness of the Chinese Dream, in the light of theoretical and academic debates on Chinese international relations. To this end, this research adopts a literature review, focusing on Chinese scientific productions and theoretical frameworks, in order to make the Chinese perspective more accessible to Brazilian academy.

Key words: China. Foreign Policy. Peaceful Rise. Chinese Dream. IR Theories.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO GOVERNO DE XI JINPING PARA OS GRANDES TEMAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	17
1.1 PARTICIPAÇÃO MULTILATERAL E LIDERANÇA REGIONAL .....	19
1.1.1 Diplomacia de Grande Potência com Características Chinesas .....	20
1.1.2 Participação Multilateral e Criação de Instituições Internacionais Chinesas .....	22
1.1.3 A Iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI) .....	26
1.1.4 Liderança Global Climática.....	29
1.2 A RELAÇÃO BILATERAL CHINA – EUA .....	32
1.2.1 O novo tipo de Relações entre Grandes Potências .....	33
1.2.2 Da guerra comercial à disputa tecnológica.....	36
1.2.3 A iniciativa da Nova Rota da Seda e a visão norte-americana.....	40
1.3 OS CONFLITOS TERRITORIAIS NA ERA XI.....	43
1.3.1 As disputas territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China .....	43
1.3.2 A questão de Taiwan .....	48
1.3.3 Os movimentos separatistas do Tibet e Xinjiang .....	51
1.3.4 Acirramento das tensões na fronteira com a Índia .....	54
1.4 A ASSERTIVIDADE NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA OS GRANDES TEMAS DE RI.....	57
<b>2 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA</b> .....	60
2.1 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA ATRAVÉS DOS DISCURSOS .....	62
2.2 DE BANDUNG AO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: <i>KEEPING A LOW PROFILE (KLP)</i> .....	69
2.3 SONHO CHINÊS: <i>STRIVING FOR ACHIEVEMENT (SFA)</i> .....	78
2.4 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: O DEBATE ACADÊMICO CHINÊS .....	86
2.4.1 O Debate Acadêmico Internacional .....	88
2.4.2 O Debate Acadêmico Chinês .....	91
2.4.3 Sistematização e Comparação dos Posicionamentos .....	106
<b>3 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA</b> .....	112
3.1 O DESENVOLVIMENTO DOS CAMPOS DE RI E TRI NA CHINA.....	114
3.2 AS TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS .....	123
3.2.1 A Teoria Relacional de Qin Yaqing .....	124
3.2.2 O Realismo Moral de Yan Xuetong .....	131
3.2.3 O Pensamento Político de Xiang Lanxin .....	139
3.3 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DEBATE TEÓRICO .....	142
3.3.1 Qin Yaqing: Continuidade através da Mudança.....	143

3.3.2 Yan Xuetong: da KLP para a SFA .....	147
3.3.3 Xiang Lanxin: Diplomacia <i>Wolf Warrior</i> .....	152
3.3.4 Qin Yaqing, Yan Xuetong e Xiang Lanxin: uma análise comparativa .....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	163
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	170

## INTRODUÇÃO

No começo da quarta década após a abertura política e econômica, iniciada por Deng Xiaoping, em 1979, a China encontra-se na posição de segunda maior economia e potência em ascensão, em um quadro de competição estratégica com o atual hegemon, os Estados Unidos. O processo de ascensão e consolidação chinesa no Sistema Internacional, apesar de relativamente rápido, considerando o período de apenas trinta a quarenta anos após sua abertura e reforma, vivenciou diferentes fases, principalmente no tocante a sua política externa.

O imperativo da inserção internacional chinesa de baixo perfil foi determinado por Deng que afirmou que a China deveria “observar com calma; garantir nossa posição; lidar com os assuntos com calma; esconder nossas capacidades e esperar nosso tempo; ser bom em manter um perfil baixo; e nunca reivindicar liderança” (BROWN, 2017, p.19 apud MONTENEGRO, 2019, p.304). Esta foi a prerrogativa que conduziu a política externa chinesa nas décadas seguintes, chegando ao seu ápice no governo de Hu Jintao que introduziu as nomenclaturas de Ascensão Pacífica, e, depois, Desenvolvimento Pacífico. De forma geral, a política da Ascensão Pacífica englobava a abordagem de baixo perfil na política externa, visando garantir os ganhos econômicos objetivados pela China por meio de uma integração ao SI independente, mas passiva, sem reformulá-lo e sem assumir responsabilidades internacionais.

A Ascensão Pacífica enquadrou todo o período do governo de Hu Jintao, auxiliando que o país vivenciasse expressivos ganhos econômicos, levando-o à posição de segunda potência e segunda economia do SI. O “sucesso” chinês ao longo dos anos 2000 foi tão grande que, no momento da crise financeira internacional de 2008, a China atuou injetando capital na economia global de forma a recuperá-la (KISSINGER, 2011, p.480). Neste emblemático momento em que o “fracasso” ocidental era diretamente comparado ao “sucesso” chinês, coroado pela cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2008 (Ibidem), a China consolidava a sua posição no Sistema Internacional, como uma potência de fato, pronta para influenciar os rumos das relações internacionais e para redistribuir as peças no tabuleiro de xadrez da política internacional.

Nesse cenário, “com o rápido crescimento da força econômica, política e militar da China, [...], a diplomacia chinesa se tornou crescentemente mais ativa e a China expandiu significativamente sua influência (...)” (ZHAO, 2010, P.357, tradução nossa<sup>1</sup>). Essa diplomacia

---

<sup>1</sup> “They therefore followed the low profile (*taoguang yanghui*) policy — hiding its capabilities and biding its time — [...] With the rapid growth of China’s economic, political and military strength, however, Chinese diplomacy became increasingly active, and China significantly expanded its influence [...]”

ativista se inicia no final do governo de Hu e se intensifica com a introdução, pelo próximo líder chinês, Xi Jinping, dos conceitos de Sonho Chinês e Rejuvenescimento Nacional. O Sonho Chinês foi definido por Xi como a construção de “uma sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos e um país socialista que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso” (XI, 2014, p.62, tradução nossa). Com Xi, há uma mudança de conceito e princípio norteador da política externa chinesa: o Rejuvenescimento Nacional. Mais amplo do que o desenvolvimento econômico, torna-se o grande objetivo a ser buscado tanto doméstica quanto internacionalmente pelo país. E é em busca desse objetivo que a diplomacia chinesa passou a buscar a assertividade em sua inserção internacional, passando a atuar de forma mais determinada, proativa e, em alguns temas, agressiva.

A década de 2010 ficou marcada pelos ganhos de assertividade da política externa chinesa, observados em sua atuação multilateral, em sua relação com os Estados Unidos e, principalmente, na defesa de seus interesses nacionais, como a sua integridade territorial. Ao longo dessa década, a China passou a integrar as instituições multilaterais existentes de forma mais ativa e, indo além, estabeleceu e desenvolveu as próprias instituições e iniciativas de cooperação multilateral, com destaque para a Iniciativa da Nova Rota da Seda. A criação de instituições próprias, além de fortalecer um papel de liderança chinês, permitiu que o país ampliasse sua influência de forma independente, sem a contenção praticada pelos EUA nas organizações internacionais multilaterais. O enfrentamento aos EUA, com a adoção de uma abordagem de igualdade pelo governo chinês, também foi um dos pontos nos quais a assertividade do governo Xi foi observada. A escalada da rivalidade entre os dois países, entre 2012 e 2022, ficou evidente nos episódios da guerra comercial e da disputa tecnológica protagonizadas pelos dois países.

A firmeza na defesa da integridade territorial chinesa, assim como na reivindicação de territórios que considera seus por direito, também ilustrou os ganhos de assertividade da diplomacia da China. As disputas territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China, assim como a repressão aos movimentos separatistas do Tibet e de Xinjiang evidenciaram o quão longe a política externa de Xi mostra-se disposta a levar a assertividade para garantir seus interesses. O uso de sua capacidade material, influência e status regional demonstram as articulações de uma potência pronta para moldar o SI de acordo com seus interesses, não mais passiva em seu processo de integração internacional. Ademais, conforme pontua Montenegro (2019) “tem ganhado força a corrente de atores envolvidos na política externa que defendem uma atuação

mais incisiva da China em suas múltiplas interações na ordem global (como nos casos envolvendo Taiwan e Tibete).” (MONTENEGRO, 2019, p.312).

Nesse contexto, há um grande debate dentro e fora da academia chinesa a respeito da transição da política externa da China vivenciada durante o governo de Xi, do modelo de baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês. Esse debate enfoca, sobretudo, os ganhos de assertividade observados na política externa do país, refletindo diferentes visões, interpretações e abordagens no tocante à análise do fenômeno. Há acadêmicos, como Zhang (2015), que defendem enfaticamente a visão de que não houve abandono da política da Ascensão Pacífica, uma vez que o Sonho Chinês mantém o “propósito e mesmo assertividade na busca pelos interesses nacionais da China, ao mesmo tempo em que busca vigorosamente manter um ambiente externo pacífico.” (ZHANG, 2015, p.7). Alguns autores, como Wei (2020), enxergam agora uma transição ainda em andamento, com elementos de baixo e alto perfil identificados na inserção internacional da China. Na visão de Wei, por exemplo, a política de “buscar ativamente algumas conquistas” seria a extremidade oposta a “buscar algumas conquistas” estabelecida por Deng em 1989. Outros autores, no entanto, defendem que houve a completa substituição da política de baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês. Para Chang-Liao (2016), por exemplo, “[...] a abordagem conservadora e de baixo perfil que moldou os estágios iniciais da era de reformas foi substituída por uma abordagem mais confiante e assertiva, adequada à reemergência da China como uma superpotência no palco internacional.” (CHANG-LIAO, 2016, p. 83).

O debate acadêmico chinês constitui uma importante fonte de análise da política externa chinesa, uma vez que o próprio debate influencia e é influenciado pela formulação política do governo chinês (FENG; HE, 2020, p.2), possibilitando uma melhor compreensão da estratégia de inserção internacional chinesa. O debate teórico, por sua vez, é protagonizado pelos dois maiores expoentes de Teoria de Relações Internacionais chinesas: Qin Yaqing e Yan Xuetong. Ao mesmo tempo em que a China vivenciou um meteórico processo de desenvolvimento e ascensão econômica e política, ela passou por um lento processo de desenvolvimento do campo teórico de Relações Internacionais, apenas recentemente produzindo teorias de RI com características chinesas de fato: as teorias Relacional e do Realismo Moral. A criação de ambas se deu no contexto da percepção crescente de que as teorias de RIs tradicionais, ocidentais, mostravam-se falhas e insuficientes na compreensão da política chinesa, cujo contexto histórico e cultural em muito se diferencia do contexto ocidental. Isto posto, a busca pela produção

teórica chinesa se deu por meio do resgate do pensamento filosófico clássico chinês, de pensadores como Xunzi, Mêncio e Confúcio (MONTENEGRO, 2015).

A insatisfação com os recortes ocidentais para a análise do comportamento político chinês, como mencionado, incentivou a produção teórica chinesa e o surgimento de dois movimentos: a criação de uma escola de TRI chinesa, protagonizada pela China Foreign Affairs University, e a criação de uma teoria de RI com características chinesas, protagonizada pela Tsinghua University. Qin Yaqing e Yan Xuotong são os maiores expoentes destes dois movimentos, respectivamente. Ambos resgatam conceitos confucianos para a produção de suas teorias de RIs: Yan resgata, sobretudo, o conceito da moralidade confuciana, colocando o exercício de uma autoridade moral e a posse de credibilidade estratégica elevadas como os grandes fatores a influenciar a ascensão de uma nova potência no SI; Qin resgata o princípio da relacionalidade confuciana, trazendo a dialética da centralidade (*zhongyong*) como fator a reger o relacionamento entre os Estados de forma harmônica e pacífica. Por meio de suas abordagens teóricas, Yan e Qin analisam a transição da política externa chinesa na contemporaneidade, chegando a conclusões diametralmente opostas: para o primeiro há o abandono completo do baixo perfil e, para o segundo, há mais sinais de continuidade do baixo perfil do que de mudanças no modelo de inserção internacional chinesa.

É justamente a análise da transição da política externa chinesa de baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês, à luz do debate acadêmico e, principalmente, teórico chinês, a que se objetiva nesta dissertação. Esta dissertação possui o caráter expositivo de apresentar o quadro geral da política externa chinesa do governo de Xi e os debates acadêmicos e teóricos fomentados pelos ganhos de assertividade identificados na atual estratégia de inserção internacional chinesa, compreendendo o período do início do governo Xi até o final de 2021. Para alcançar seu objetivo central, esta dissertação se divide em três objetivos específicos: expor e analisar a substância e a retórica da política externa de Xi Jinping para os grandes temas das relações internacionais; apresentar e detalhar os modelos de política externa de *keeping a low profile* (manter um baixo perfil) e *striving for achievement* (buscar conquistas); e expor e analisar os debates acadêmicos e teóricos chineses, apresentando as teorias de RIs em desenvolvimento e suas interpretações do fenômeno da transição.

De forma a cumprir seus objetivos, esta dissertação se dividirá em três capítulos. O primeiro capítulo se dedicará a discutir a política externa de Xi Jinping para os grandes temas das RIs: participação multilateral e liderança; relação bilateral entre a China e os Estados Unidos; e as disputas territoriais chinesas. No primeiro tópico, participação multilateral e



liderança, será discutida a integração e o protagonismo multilateral identificado no governo de Xi à luz da criação de algumas instituições e iniciativas multilaterais, como a BRI. No segundo tópico, relação bilateral China-EUA, será exposto o declínio do relacionamento entre os dois países vivenciado na década 2010, partindo de uma posição cooperativa até o quadro contemporâneo de rivalidade estratégica. Por fim, no terceiro tópico, disputas territoriais, serão apresentados os principais conflitos territoriais chineses, marítimos e terrestres, e o papel repressivo do governo chinês em relação aos movimentos separatistas. Isto posto, destaca-se que o primeiro capítulo não tem por intuito esgotar as temáticas nele expostas, uma vez que cada questão apresentada possui complexidade histórica e, portanto, seja necessário o seu estudo individual. O capítulo tem por objetivo, de fato, apresentar um quadro geral e o cenário dos grandes temas da política externa de Xi, de forma a dar substância empírica aos debates que serão expostos nos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo desta dissertação irá se dedicar a expor a mudança na retórica do governo de Xi, com a maior ênfase na defesa dos interesses nacionais chineses, e, também, na exposição e detalhamento dos modelos de inserção internacional de *keeping a low profile* (KLP) e *striving for achievement* (SFA), além da exposição do debate acadêmico internacional e chinês a respeito da transição da política externa chinesa. Para tal, o primeiro tópico se dedicará à exposição dos discursos oficiais de Xi ao longo da década de 2010. Por sua vez, os dois tópicos subsequentes analisarão os modelos de inserção internacional: primeiro será exposto e analisado o modelo da KLP e sua relação com a Ascensão Pacífica; em sequência será exposto e analisado o modelo da SFA e sua influência no Sonho Chinês. Por fim, serão apresentados os debates acadêmicos internacional, de forma suscinta, e chinês, de forma mais extensa, as suas múltiplas visões, interpretações e recortes a respeito do fenômeno da transição da política externa chinesa.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará o debate teórico chinês quanto ao fenômeno da transição. Primeiro, será exposto o desenvolvimento do campo teórico de relações internacionais na China, discorrendo sobre a sua evolução até o momento da criação das teorias de RIs com características chinesas. Depois, as duas principais teorias de RIs formuladas na China, e seus expoentes, serão detalhadas: a Teoria Relacional, de Qin Yaqing, e a teoria do Realismo Moral, de Yan Xuetong. Além dessas teorias, será exposto o pensamento político de Xiang Lanxin, influente pensador e analista chinês de relações internacionais. Após a exposição teórica, as visões dos autores acadêmicos quanto à mudança do perfil da política externa chinesa

serão analisadas a partir de suas abordagens teóricas. Por fim, uma comparação entre seus posicionamentos será apresentada.

Nesta pesquisa, a metodologia terá como principal base a revisão de literatura. Essa etapa ocorrerá através da revisão bibliográfica de livros e artigos científicos de teóricos e pesquisadores que tratam dos assuntos abordados na pesquisa, além da revisão de documentos públicos do governo chinês, como diretrizes políticas, tratados internacionais, planos de governo e discursos oficiais. Além disso, a metodologia também englobará uma análise qualitativa de conceitos essenciais à compreensão do tema e de acontecimentos internacionais. O foco da revisão bibliográfica desta dissertação será as contribuições chinesas para a temática, entre artigos de análise de política externa e o arcabouço teórico chinês, com a exposição das duas principais teorias de Relações Internacionais chinesa.

Conforme destacado acima, esta pesquisa visa analisar a transição da política externa chinesa da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês à luz do debate teórico das RIs com características chinesas, a partir da revisão da literatura essencialmente chinesa. No entanto, destaca-se a limitação da revisão literária pelo não domínio da língua chinesa. Porém, essa limitação é reduzida pelo grande número de publicações científicas chinesas em inglês. A pesquisa apresenta originalidade ao trazer as teorias de Relações Internacionais com características chinesas, isto é, elaboradas por teóricos chineses sob perspectivas filosóficas e culturais chinesas, e utilizá-las na análise da política externa da China, fato pouco observado nas publicações brasileiras sobre a temática. Portanto, mostra-se relevante para o campo da Economia Política Internacional, ao promover a reflexão aprofundada e cientificamente embasada quanto ao tema da política externa chinesa. Além disso, a pesquisa terá como fontes: documentos de órgãos oficiais do governo chinês, como o Ministério das Relações Exteriores da China; livros e artigos científicos de pesquisadores referência na temática, bem como teorias contemporâneas de RIs pouco exploradas. Logo, tornar-se-á fonte de pesquisa científica para as próximas gerações de pesquisadores do campo da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais, possibilitando a abordagem do tema sob novas perspectivas e argumentos.

## 1 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO GOVERNO DE XI JINPING PARA OS GRANDES TEMAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Após a conclusão da segunda década do século XXI, é inegável que a China se estabeleceu como a segunda potência global, reduzindo cada vez mais a sua distância em termos de poder e influência do atual poder hegemônico, os Estados Unidos. Nesse cenário, observa-se uma China consolidada no Sistema Internacional, uma potência de fato, impactando toda a estrutura de distribuição de poder vigente.

Ao longo dos últimos quarenta anos, o mundo foi testemunha da escalada que a China protagonizou dentro do SI, por meio de um longo processo de reformas estruturais econômicas, políticas e sociais, bem como da abertura de suas relações com os demais países. O isolacionismo revolucionário e a estratégia embasada na possibilidade de um conflito armado em escala global a qualquer momento deixaram de definir e influenciar a condução da política externa. Com as transformações estruturais iniciadas na década 1980, por Deng, a China passou por um processo de evolução com a adoção de uma política externa independente, porém cautelosa. Os líderes chineses que sucederam a Deng continuaram o projeto, “seguindo a política do baixo perfil (*taoguang yanghui*) – esconder as capacidades e esperar o seu tempo (...)” (ZHAO, 2010, p.357) até o momento em que a consolidação do seu poder se tornou evidente, refletindo-se na política externa do país.

Agora, o país “estava na posição de conduzir sua política externa não baseada em potencial de longo prazo ou de seu eventual papel estratégico, mas em termos de poder de fato” (KISSINGER, 2011, p.470, 471). Essa mudança na condução da política externa do país se inicia após o período da crise de 2008 no qual o impacto sofrido pelos países desenvolvidos ocidentais ameaçou toda a estrutura de poder antes protagonizada por eles, ao mesmo tempo em que a China se manteve inabalável, atuando na recuperação econômica global por meio de “infusões emergenciais sem precedentes de capital chinês nos países e empresas ocidentais (...)” (Ibidem, p.480). O fiasco ocidental, em contraste com o sucesso da China, indicou que “uma mudança fundamental na estrutura do Sistema Internacional estava ocorrendo.” (Ibid.).

A partir do começo da década de 2010, um perfil mais ativo foi adotado na inserção internacional da China, sobretudo após o início do governo de Xi Jinping, em 2012. Com Xi, a China entra em uma nova era de sua política externa, apresentando-se como um país não mais definido pelo seu potencial futuro, mas sim pelo aumento considerável de suas capacidades materiais, sua economia forte e seu status no Sistema Internacional. A introdução do conceito do Sonho Chinês e a busca pelo rejuvenescimento nacional marcam a política externa da China

no governo de Xi Jinping, indicando o novo foco político presente nas estratégias de inserção internacional do país. Ademais, não apenas o país passou a ampliar o escopo da atuação da sua política externa, como a projetar maior ênfase na defesa dos seus interesses nacionais frente à audiência mundial:

Nós, chineses, somos um povo que defende a justiça e não se deixa intimidar por ameaças de força. Como nação, temos um forte senso de orgulho e confiança. Nunca intimidamos, oprimimos ou subjugamos o povo de qualquer outro país e nunca o faremos. Da mesma forma, nunca permitiremos que nenhuma força estrangeira nos intimide, oprima ou subjugue. Qualquer um que tentar fazer isso ver-se-á em rota de colisão com uma grande muralha de aço forjada por mais de 1,4 bilhão de chineses. (XI, 2021<sup>2</sup>).

O trecho do discurso de Xi no evento em comemoração ao centenário do PCC evidencia a mudança de postura do país no tocante ao abandono do baixo perfil e à adoção de uma postura assertiva e, até certo ponto, agressiva, em sua política externa. No entanto, mais do que palavras e slogans, essa mudança se reflete na prática da condução das relações exteriores do país. É justamente a breve apresentação da política externa chinesa de Xi para os grandes temas das relações internacionais, por meio de um breve resumo dos principais acontecimentos, que se objetiva neste capítulo. Com o intuito de expor um panorama geral, empírico, da conduta de política externa adotada pelo país frente algumas temáticas de RI, este capítulo dividir-se-á em 3 seções temáticas: participação multilateral e liderança regional; a relação bilateral China – EUA; disputas territoriais na era de Xi.

Na primeira seção, participação multilateral e liderança regional, será exposta a mudança verificada no comportamento da diplomacia chinesa em sua participação nos fóruns e instituições multilaterais, com uma abordagem ativa e até mesmo o exercício do papel de liderança, sobretudo regional. Para tal serão discutidos: a “diplomacia de grande potência com características chinesas”; a presença ativa do país nos fóruns multilaterais existentes e a criação de instituições internacionais chinesas; a Iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI) e o exercício da liderança climática global. Na segunda seção, será exposta e analisada a relação bilateral entre a China e os Estados Unidos, destacando-se “o novo tipo de relação entre grandes potências”, como modelo oficial de diplomacia estabelecido por Xi, e o acirramento da rivalidade observada entre os países, sobretudo frente a algumas questões, como a cibersegurança e a disputa tecnológica, além da contrapartida americana, isto é, sua visão sobre a China durante os governos Trump e Biden. Por fim, a terceira seção será dedicada à

---

<sup>2</sup> Íntegra do Discurso de Xi Jinping no Centenário do Partido Comunista Chinês. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/08/06/integra-do-discurso-de-xi-jinping-no-centenario-do-pcch/> Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

apresentação das disputas territoriais nas quais a China está envolvida, passando brevemente por seu histórico e destacando a política atual do país para cada um desses conflitos: disputas territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China, a questão de Taiwan, os movimentos separatistas do Tibet e de Xinjiang e o conflito na fronteira com a Índia.

Em cada uma dessas seções, serão apresentadas questões de Relações Internacionais por intermédio das quais será exposta a estratégia de política externa adotada pela China, introduzidas por uma breve contextualização histórica e seguidas da visão dos outros atores envolvidos. Não se objetiva, neste capítulo, esgotar essas temáticas, visto que cada um desses temas possui complexidade e necessitariam de ampla revisão bibliográfica para tal. Dessa forma, visto que o objetivo do capítulo consiste em apresentar a estratégia de política externa chinesa adotada no governo de Xi Jinping nesses temas, esse será o fio condutor da análise. A apresentação do panorama empírico da política externa e das relações internacionais chinesas sob o comando de Xi é essencial para o aprofundamento da pesquisa nos capítulos subsequentes. Uma vez que a pesquisa almeja apresentar o debate acadêmico e teórico em torno da transição do modelo de política externa chinesa, da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês, é necessário apresentar, ainda que de forma breve, a conduta adotada pelo país no campo das Relações Internacionais, de forma a contextualizar e dar base empírica aos princípios e discussões conceituais que serão aprofundados ao longo desta dissertação.

### 1.1 PARTICIPAÇÃO MULTILATERAL E LIDERANÇA REGIONAL

A política externa chinesa, após o início do período de abertura e reforma estabelecido por Deng Xiaoping, vivenciou uma série de transformações que acompanharam as mudanças em termos de poder e status no Sistema Internacional protagonizadas pela China. De forma geral, como será detalhado no próximo capítulo, os princípios norteadores da condução da inserção internacional do país foram os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” de Zhou Enlai, que, em sua essência, promoviam a não interferência nos assuntos domésticos dos demais países, respeito mútuo, reciprocidade e coexistência entre os Estados de forma pacífica (CARMO; PECEQUILLO, 2014, p. 38).

Esses conceitos influenciaram a criação, por Deng Xiaoping, da política do baixo perfil, cujo objetivo era o estabelecimento de uma política externa de baixo engajamento internacional, priorizando o desenvolvimento econômico do estado e da sociedade chineses. Essa visão de política externa se perpetuou entre os líderes chineses, até Hu Jintao, que criou a política externa da Ascensão Pacífica, modelo de inserção internacional de baixo perfil que também priorizava

o desenvolvimento econômico do país, em detrimento do exercício de um papel político mais significativo. Todavia, apesar do governo Hu ter sido marcado pelo baixo perfil, algumas medidas inclinadas à proatividade foram introduzidas, como a percepção de “*yousuo zuowei*” (有所作为), compreendida como “buscar algum sucesso” nas suas relações exteriores (ZHAO, 2010, p.364). A busca por esse “sucesso” nas suas RIs, sob a liderança de Hu, deu-se principalmente com uma política externa ativista, sem abandonar os princípios pacíficos norteadores da sua inserção internacional.

Ao assumir a liderança chinesa, em 2013, Xi Jinping intensificou e ampliou o ativismo diplomático ensaiado pelo país no final do governo Hu Jintao. Se, durante a maior parte do governo de seu predecessor, uma das principais características consistiu em rejeitar responsabilidades internacionais, priorizando-se o desenvolvimento doméstico chinês, com Xi há uma transformação fundamental da diplomacia e da política externa chinesa. Essa transformação, que fomenta o debate da transição para uma política externa ativa e assertiva (a ser detalhado no próximo capítulo), é observada na maior participação multilateral do país, bem como na busca do exercício de um papel de liderança, sobretudo regional.

Essa transformação fundamental da China se deu com o aumento do nível de ativismo internacional, a expansão do escopo dos seus relacionamentos multilaterais, a adoção de novos objetivos que contemplavam o novo status de poder chinês, mudanças que se apresentam como reflexo de um novo modo de pensar e conduzir a política externa da China (HU, 2019, p.9).

### 1.1.1 Diplomacia de Grande Potência com Características Chinesas

Esse conjunto de mudanças se inseriu na “diplomacia de grande potência com características chinesas” ou “diplomacia de grande país com características chinesas” (nomenclatura mais comum no discurso chinês) implementada na administração de Xi. Foi no começo do governo Xi que essa autopercepção chinesa de grande potência passou a ser conscientemente buscada e sistematizada, tendo sido anunciada pela primeira vez por Wang Yi, cem dias após Xi assumir a liderança do partido e do país, e desenvolvida ao longo dos anos, transformando-se de um conceito em uma teoria propriamente dita. (WANG, 2019, p.16 e 17). Vale ressaltar que essa política tem por intuito que a China conduza sua diplomacia sob a perspectiva de uma grande potência com mais influência, poder discursivo e responsabilidades. No entanto, ao fazê-lo “com características chinesas” aponta que, apesar de buscar adotar uma postura de grande potência, o país deve respeitar e seguir sua singularidade na condução da

diplomacia (Ibidem). Enquadrar-se-ia, na visão do autor, em um novo momento da diplomacia do país, visando reformar a ordem e o sistema internacionais, em vez de focar apenas no desenvolvimento econômico do país (Ibidem, p.18), distinta, assim, da diplomacia revolucionária existente de 1949 até 1979 e da diplomacia do desenvolvimento, exercida entre 1979 e 2009.

Esse “novo modelo” de diplomacia chinesa indica a autopercepção chinesa quanto ao seu poder e influência após o contexto da crise financeira internacional cujos impactos no ocidente reverberam até a atualidade, ao se analisar a distribuição de status no “tabuleiro” do SI. Nesse contexto, de agente passivo do SI, a nova diplomacia chinesa busca se tornar um agente ativo, transformador do sistema, inserindo um “conjunto de novos conceitos e ideais para (...) reformar o sistema de governança global” (Ibidem). Essa formulação se baseia na percepção que Xi possui quanto à situação atual e tendências nas relações internacionais, bem como na mudança da posição da China no Sistema Internacional (Ibidem, p.18). Para Wang (2018), a percepção do líder chinês, crucial para a condução da política externa chinesa contemporânea, é de que a China teria se movido da periferia para o centro do SI, estando mais próxima do que nunca de realizar o sonho chinês do rejuvenescimento nacional (Ibidem).

O ativismo chinês na transformação do SI se deu pela percepção de que “a preponderância dos EUA não persistirá nas próximas décadas. (...) a liderança chinesa agora reconhece que o poder global está pendendo em favor da China (...)” (CHANG-LIAO, 2016, p.87, tradução nossa<sup>3</sup>). Mas não apenas essa mudança se deu pela autopercepção chinesa, como essas “aspirações chinesas também foram alimentadas pela ressurgente demanda da comunidade internacional para que a China assuma responsabilidades globais” (Ibidem, tradução nossa<sup>4</sup>). Uma vez que o país se consolidou como grande potência, desafiadora da potência hegemônica contemporânea, perante a sociedade internacional, a reivindicação de que o país se portasse como líder, assumindo responsabilidades, também se intensificou. Se a China quer moldar o SI de acordo com seus interesses e com a introdução de valores chineses, é necessário que ela legitime sua liderança ao contribuir de forma equivalente ao seu status para o bem maior global.

---

<sup>3</sup> “One of the main reasons for this shift is perhaps China’s perception that US preponderance will not persist in the coming decades. [...], the Chinese leadership now acknowledges that global power is tilting in China’s favor [...]”

<sup>4</sup> “Moreover, China’s aspirations are also fuelled by a resurgent demand from the international community for China to adopt global responsibilities.”

### 1.1.2 Participação Multilateral e Criação de Instituições Internacionais Chinesas

E de fato o país, sob a liderança de Xi Jinping, tem intensificado sua participação multilateral nos grandes fóruns internacionais, exercendo um “papel mais ativo nas Nações Unidas (ONU) e tem apoiado extremamente as instituições multilaterais como os grupos do G20 e os BRICS, os quais enxerga como plataformas cruciais para se posicionar como uma grande potência responsável” (LI, POH, 2017, p.87, tradução nossa<sup>5</sup>). Até no governo do antecessor de Xi, Hu Jintao, a participação multilateral exercida pela China visava essencialmente ganhos econômicos e promoção do desenvolvimento chinês, com a integração a instituições essencialmente de viés econômico como o Banco Mundial e o FMI, nos anos 1980 (KISSINGER, 2011, p.389), e a OMC nos anos 2000. Com Hu, conforme será detalhado no capítulo seguinte, houve um maior ativismo diplomático, com a promoção de um mundo multilateral, a fim de contrabalancear o poder e influência norte-americanas e proporcionar um ambiente internacional equilibrado estável, propício aos interesses nacionais chineses, sobretudo à manutenção do seu crescimento econômico. Desde “o início do mandato de Xi Jinping, em 2013, todavia, o país substituiu a retórica do baixo perfil por uma clara postura de assertividade e maior ‘musculatura’ internacional, que já vinha se desenhando anteriormente devido ao pujante crescimento econômico” (MONTENEGRO, 2019, p.325).

Com Xi, a China passou a se inserir ainda mais nos fóruns multilaterais, a contribuir com tropas para operações de promoção da paz em países como o Sudão do Sul, atuando de forma mais ampla na reconstrução do Afeganistão, além da ajuda financeira por meio de planejamento estratégico, e expandindo sua participação em instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial (LI, POH, 2017, p.87). No tocante à participação do país nas Operações de Paz da ONU, desde 2013, a China aumentou sua contribuição de disponibilização de tropas, apresentando um novo perfil mais proativo e mais engajado nos conflitos, que atingiu seu pico recentemente com a contribuição do primeiro batalhão completo de infantaria chinês no Sudão do Sul (MONTENEGRO, 2021, p.407). A intensificação da participação chinesa nas operações de paz pode ser vista como um forte indicativo do exercício de liderança e da busca por assumir responsabilidades internacionais, o que sinalizaria a adoção de um novo paradigma de política externa da China, assertivo e responsivo quanto aos seus interesses nacionais e às questões internacionais (Ibidem, p.420).

---

<sup>5</sup> “And indeed, China has in recent years played a more active role in the United Nations (UN) and has been extremely supportive of multilateral institutions such as the G20 and BRICS grouping, which it sees as crucial platforms to position itself as a responsible great power.”



Ademais, o país passou a se inserir em debates globais sobre segurança alimentar, segurança energética, aquecimento global, desenvolvimento e infraestrutura, influenciando a permanência e preponderância da discussão desses problemas no G20, contribuindo para que o fórum aumentasse sua importância diplomática internacional. Todas essas atitudes, ocorridas ao longo da última década, possibilitaram que a China gradualmente passasse a ser vista como uma referência global, uma alternativa à dominância norte-americana cujos condicionantes para a “ajuda” a outros países sempre despertaram descontentamento. No contexto do atual governo chinês, a participação e a integração multilateral não se pautam mais pelo desenvolvimento econômico chinês, mas pelos interesses políticos, de ampliação do status quo e da influência dentro do SI, de forma a consolidar a posição chinesa frente aos EUA.

Dentre esses mecanismos de cooperação e integração multilateral, a China tem se destacado por exercer um papel de protagonismo em duas organizações internacionais: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e os BRICS. Criada em 2001, a OCX inicialmente foi marcada por discussões sobre fronteiras e segurança regional, mas, ao longo dos seus vinte anos de existência, passou a buscar a cooperação econômica e comercial entre os seus países membros e membros observadores (HE, RAB, 2019, p.168). Com a criação da Iniciativa da Nova Rota da Seda, a OCX se transformou em um importante mecanismo de promoção do desenvolvimento da BRI (Iniciativa da Nova Rota da Seda, em inglês), oferecendo seu aparato de cooperação e integração multilateral. A cooperação comercial e econômica entre a China e demais países da OCX cresceu ao longo do tempo, de US\$ 12 bilhões em 2001, para US\$ 129 bilhões em 2013 e US\$ 218 bilhões em 2017 (Ibidem). Nesse contexto, o protagonismo chinês se destaca justamente com o uso da BRI para fomentar a cooperação econômica da OCX, e o uso da organização multilateral para facilitar o desenvolvimento da iniciativa:

Dessa forma, a plataforma da OCX irá realizar o sonho econômico da China por meio de seu mecanismo de cooperação e confiança mútuas. A BRI criou oportunidades adicionais para o desenvolvimento de cooperação econômica multilateral dentro da OCX [...]. Ainda assim, a OCX proporciona um ambiente regional seguro para a ampliação da BRI, bem como para o desenvolvimento de mecanismos e plataformas de cooperação e troca de opiniões em um nível regional. (Ibidem, tradução nossa<sup>6</sup>).

Assim como na OCX, a China também tem exercido protagonismo nos BRICS, inclusive com o uso da BRI como instrumento de promoção da integração econômica entre seus

---

<sup>6</sup> “Thus, the SCO platform will accomplish China’s economic dream through SCO’s mutual trust and cooperation. The BRI has created additional opportunities for multilateral economic cooperation development within SCO, which is convenient for understanding each other’s interests. Nevertheless, the SCO provides a safe regional environment for broadening the BRI for China and also developing mechanisms and platforms for cooperation and exchange of opinions in the regional level.”

países membros. O acrônimo BRICS, cujo primeiro fórum formal ocorreu em 2009, engloba o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, consistindo-se em um fórum de cooperação para o desenvolvimento econômico e integração. Vale ressaltar que esse fórum, desde sua criação, teve como objetivo a reforma do sistema de governança financeiro global, tendo criado duas instituições financeiras: o Novo Banco do Desenvolvimento e o Acordo de Reserva de Contingência, criados em 2014, ambos se colocando como alternativa a instituições ocidentais, como o Banco Mundial e o FMI (NOGUEIRA, 2023, p.2 e 3). No entanto, com o acelerado crescimento e desenvolvimento econômico chinês, a disparidade entre a China e os demais países membros proporcionou que o país passasse a exercer um papel de liderança dentro do grupo e a moldá-lo aos seus interesses, como a integração das iniciativas de desenvolvimento dos BRICS com a BRI: “a China tem se esforçado em mostrar as complementariedades entre os BRICS e suas próprias iniciativas. Líderes chineses tem se inclinado à narrativa da sinergia natural entre os BRICS e sua Iniciativa da Nova Rota da Seda.” (Ibidem, p.3, tradução nossa<sup>7</sup>).

Uma das iniciativas de protagonismo chinês dentro do grupo é a proposta do “BRICS plus”, anunciada em 2017 pelo ministro das relações exteriores Wang Yi, cujo objetivo seria a ampliação do bloco com a integração de novos membros, e o convite do governo chinês ao Egito, Quênia, México, Tajiquistão e Tailândia a se tornarem observadores. Essa proposta teria gerado tensão entre os membros do BRICS, sobretudo a Índia, que já possui conflitos diretos com a China. No entanto, destaca-se que “embora os líderes chineses tenham tentado se posicionar como líderes do grupo, agora é óbvio que a China dá o tom dos principais posicionamentos e decisões do BRICS” (Ibidem, p.5, tradução nossa<sup>8</sup>).

Não apenas a China se integrou e aumentou sua participação multilateral, apoiando e reformando as instituições multilaterais existentes, como foi além, criando suas próprias instituições multilaterais como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), exaltando seu poderio econômico e sua capacidade de ser uma alternativa às instituições ocidentais comandadas pelos EUA. Insatisfeita com a dominação norte-americana no FMI e no Banco Mundial, as duas maiores instituições financeiras mundiais, a China estabeleceu a necessidade de criação de um banco focado no desenvolvimento asiático. O processo de criação do AIIB se iniciou em 2013, após uma visita de Xi à Indonésia, quando este propôs a criação de “um novo banco multilateral, focado no desenvolvimento da infraestrutura da Ásia”

---

<sup>7</sup> “China has also been putting a lot of effort to show the complementarities between BRICS and its own initiatives. Chinese leaders have been hewing to a narrative of natural synergy between the BRICS and its Belt and Road Initiative (BRI).”

<sup>8</sup> “. But it is certain that although Chinese leaders have been trying to avoid taking positions themselves as leaders of the group, it is now obvious that China sets the tone of major BRICS stands and decisions.”

(CALLAGHAN, HUBBARD, 2016, p.3). Com o objetivo fundamental de financiar a construção de infraestrutura pelo continente asiático, o AIIB seria aberto a todos, mas liderado pela China. Inicialmente 21 países assinaram o memorando que formalizava o apoio à criação do banco, em 2014, mas 53 países assinaram os Artigos do Acordo em 2015, após a entrada da UE na iniciativa (Ibidem).

Segundo Bustillo e Andoni (2018), os interesses chineses na criação do AIIB podem ser divididos sob dois tópicos: seus interesses mais amplos em termos de poder mundial e seus interesses econômicos associados ao desenvolvimento asiático. No tocante ao primeiro aspecto, a criação do AIIB seria uma reação oriunda da insatisfação chinesa quanto ao seu status secundário nas instituições tradicionais do sistema financeiro internacional. Cansada da oposição dos EUA e do Japão ao tentar exercer um papel mais significativo nas instituições tradicionais, a China decidiu estabelecer um novo caminho, o que ocorreu por meio da criação do AIIB (Ibidem, p.8). Seria uma forma de criar instituições livres do domínio norte-americano e rivais às instituições multilaterais.

Do ponto de vista do segundo aspecto, isto é, de seus interesses associados ao desenvolvimento asiático, os autores ressaltam a falta de infraestrutura moderna existente na região, como estradas, ferrovias e portos, problemas que desafiam o crescimento econômico do continente (Ibidem, p.4). Apesar de existir um olhar cooperativo sobre o assunto, a China possui motivações diretamente associadas ao seu próprio desenvolvimento econômico, uma vez que “a atividade manufatureira chinesa depende da disponibilidade de grandes suprimentos estrangeiros como matéria prima e energia” (Ibid., tradução nossa<sup>9</sup>). O acesso e o escoamento da produção seriam facilitados pelo desenvolvimento da infraestrutura regional.

A falta de financiamento com foco na infraestrutura conferiu legitimidade à criação do AIIB, ademais, tal qual os demais programas de auxílio financeiro chineses, o AIIB segue os princípios de mútuo benefício, não intervenção e a não imposição de condições (ANDONI, BUSTILLO, 2018, p.5). A criação do banco representou uma importante transformação do sistema e da ordem financeira internacionais, desafiando a hegemonia norte-americana e ilustrando a assertividade da diplomacia chinesa em um contexto multilateral. A criação do AIIB, no entanto, é mais bem compreendida se analisada a partir da perspectiva da Iniciativa

---

<sup>9</sup> “Moreover, since Chinese manufacturing activity depends on the availability of huge foreign supplies of raw materials and energy [...]”

da Nova Rota da Seda (BRI) e da lógica da integração logística dos mercados europeu e asiático (CALLAGHAN, HUBBARD, 2016, p.2).

### 1.1.3 A Iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI)

Na visão de Flint e Zhang (2019), a Iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI) é o ponto central da política externa do governo de Xi Jinping. Inicialmente, consistia em uma maneira de solucionar o problema de “sobrecapacidade” existente na economia chinesa, além de ser um facilitador do acesso do país às commodities de que necessita. Em linhas práticas, “a BRI é a infraestrutura tangível que promove novas redes globais de produção que serão construídas em cima da mudança e crescimento econômico” (FLINT, ZHANG, 2019, p. 323, tradução nossa<sup>10</sup>) da China. O intuito seria justamente o de criar uma infraestrutura regional e global que promovesse o crescimento chinês.

No site oficial da BRI, define-se a empreitada como “uma política e um investimento transcontinental de longo prazo que visa ao desenvolvimento da infraestrutura e aceleração da integração econômica dos países ao longo da histórica Rota da Seda.”<sup>11</sup>. O objetivo seria a conexão dos continentes da Ásia, África, Europa e seus mares adjacentes, promovendo a integração econômica, política, logística e produtiva dessas regiões. Para tal, a BRI combina duas iniciativas distintas: o Cinturão Econômico (terrestre) da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI. A primeira iniciativa, o Cinturão Econômico (terrestre), divide-se em seis “corredores” econômicos com diferentes países envolvidos:

---

<sup>10</sup> “The BRI is the tangible infrastructure that enables new global production networks (GPNs) that will build upon the economic changes and growth [...]”

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>. Acesso em 6 de abril de 2022.

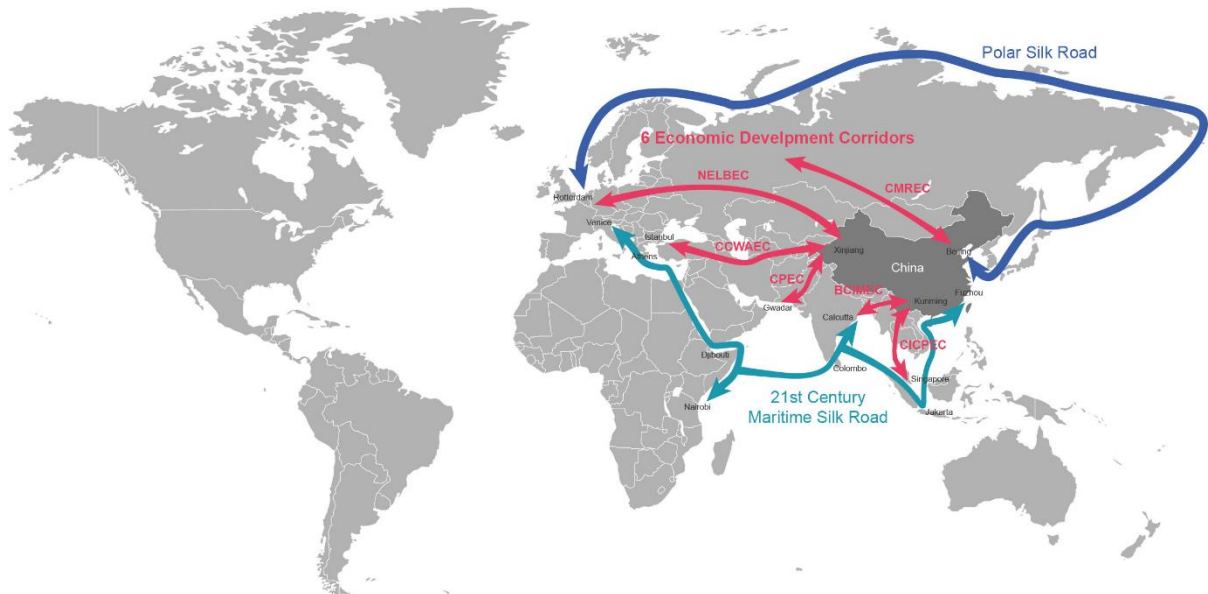


Figura 1: Mapa da Iniciativa da Nova Rota da Seda. Fonte: Belt and Road Initiative.

- Corredor Econômico da Nova Ponte Eurasiana (NELBEC);
- Corredor Econômico da China – Mongólia – Rússia (CMREC);
- Corredor Econômico da China – Ásia Central – Ásia Ocidental (CCWAEC);
- Corredor Econômico da China – Península Indochina (CICPEC);
- Corredor Econômico de Bangladesh – China – Índia – Mianmar (BCIMEC);
- Corredor Econômico China – Paquistão (CPEC).

Por sua vez, a segunda iniciativa, a Rota da Seda Marítima do Século XXI, consistiria em uma rota comercial marítima que conectaria, a princípio, a China ao sudeste asiático, à Indonésia, à Índia, à Península Arábica, à Somália, ao Egito e à Europa. Para tal, englobaria as regiões marítimas do Mar do Sul da China, do Estreito de Malaca, Oceano Índico, Golfo de Bengala, Mar Arábico, Golfo Pérsico e o Mar Vermelho. Geograficamente, ambos os projetos estabelecidos pela BRI envolvem uma ampla região contemplando os continentes da Ásia, Europa e África. Geopoliticamente, um projeto de tal proporção envolve a expansão da influência chinesa para além da Ásia, contribuindo para um posicionamento ainda mais estratégico do país no SI.

Com tal proporção, trata-se de um megaprojeto e de uma iniciativa de política externa ambiciosa, tendo em vista a quantidade de países envolvidos. Na visão de Seixas (2017), trata-se de uma estratégia para alterar a balança regional em favor da China e consolidar a segurança do Estado chinês (p.10). Na visão do pesquisador:

[...] integração econômica da região de maior dinamismo industrial do mundo - com a China em seu centro-, faz parte da estratégia chinesa de aumentar seu poder relativo. A BRI seria tanto um projeto geopolítico quanto geoeconômico, [...]. Ao amarrar o destino econômico da Eurásia ao desempenho da economia chinesa, a China estaria

umentando sua projeção de poder sobre boa parte do continente e ampliando sua esfera de influência. (SEIXAS, 2017, p.15).

Além de estabelecer uma ordem regional centrada na China, a BRI seria uma estratégia de redução da influência exercida pelos Estados Unidos na Ásia. Segundo Zhao (2016), muitos analistas, dentro e fora da China, enxergam a BRI como uma grande estratégia chinesa de expansão da sua influência econômica e geopolítica na Eurásia e além. Alguns observadores chegam a se preocupar em como e quanto a BRI poderia transformar a governança global, com a criação de uma Ásia dominada pela China, tal qual na época da China Imperial (p.1). Na visão do autor, a BRI:

É uma estratégia nacional para a China, e é esperado que seja um fator crítico na condução das ambições de longo prazo do país e um pilar-chave de sua estratégia de “ir para fora”. [...] Tem cada objetivo concebível, desde melhorar as cadeias de fornecimento até o desenvolvimento do comércio em serviços para expandir a segurança alimentar dos países participantes, e com a construção de uma comunidade de comum destino como seu objetivo final.” (Ibidem, p.2, tradução nossa<sup>12</sup>).

Com muitos observadores ocidentais observando a BRI com suspeita, quanto aos seus objetivos e seu impacto na transformação do SI e consolidação de uma Ásia governada pela China, o governo chinês, por sua vez, defende que a iniciativa é ““uma visão para a harmonia, paz e prosperidade”, e não uma ofensiva geopolítica e diplomática, uma conspiração geopolítica, ou um esquema para mudar a ordem internacional existente” (ZHAO, 2016, p.4, tradução nossa<sup>13</sup>). O governo de Xi busca projetar uma imagem pacífica quanto à iniciativa, apontando que seria uma nova política de cooperação e de desenvolvimento regional. Estratégia geopolítica ou não, a BRI sinaliza uma grande transformação da política externa chinesa, antes autocentrada no desenvolvimento chinês, agora mais perceptiva quanto à necessidade do desenvolvimento regional, tanto para solucionar a questão da sobrecapacidade chinesa, quanto para a formação de mercados consumidores para os produtos chineses. Além disso, estima-se que a BRI pode demorar um período de 30 a 40 anos de desenvolvimento, sendo, portanto, uma grande estratégia de política externa de longo prazo, uma verdadeira transformação de suas relações internacionais e consolidação do papel de liderança que o país tem buscado (Ibidem, p.14).

---

<sup>12</sup> “[...] is very much a national strategy for China and is expected to be a critical driver for the country’s long-term ambitions and a key pillar of its “going out” strategy. [...] It takes in every conceivable goal, from improving supply chains to developing trade in services to increasing food security for participating countries, and with the building of a community of common destiny as its ultimate goal.”

<sup>13</sup> “Beijing has repeatedly stated that OBOR is a vision for “harmony, peace, and prosperity,” and not a geopolitical and diplomatic offensive, a geopolitical conspiracy, or a scheme to change the existing international order.”

Como aponta Chang-Liao (2016), tanto a Rota da Seda quanto o AIIB e seus investimentos bilionários consistem no valor que a China está disposta a “pagar” pela liderança global e a promoção do uso da concessão de benefícios econômicos para os países alinhados aos interesses chineses. No entanto, se antes a diplomacia econômica era realizada de forma puramente benéfica, atualmente, com Xi, “Beijing está experimentando o uso de sanções econômicas para punir países que considera hostis. [...] Beijing tem cada vez mais sancionado ou ameaçado sancionar países que operam contra seus interesses em uma grande variedade de assuntos [...]” (CHANG-LIAO, 2016, p.86, tradução nossa<sup>14</sup>). Ao mesmo tempo, as iniciativas chinesas de apoio econômico se destacam por não demandar condições especiais dos países que as recebem, como seguir uma determinada doutrina política e econômica, tal qual feito pelos EUA e as instituições financeiras internacionais o fazem.

#### 1.1.4 Liderança Global Climática

O despontar da liderança chinesa ocorre não apenas regionalmente, por meio das mencionadas iniciativas da BRI e do AIIB, mas também em um ambiente mais amplo referente a outras temáticas além do desenvolvimento econômico. É o que tem sido observado na forte participação chinesa quanto às questões ambientais e a inclinada que a diplomacia chinesa confere, atualmente, em direção à governança climática. Atualmente, existe uma série de questões globais não tradicionais, distintas de economia e segurança, em destaque nos fóruns multilaterais. Dentre elas, os Direitos Humanos e a mudança climática se destacam. Visto que a atuação chinesa quanto ao primeiro tema é questionada internacionalmente, principalmente em suas políticas direcionadas à Xinjiang e ao Tibet, há mais espaço para o desenvolvimento de um papel relevante e mesmo de liderança chinesa na questão climática.

A China participa das discussões e negociações multilaterais sobre o clima, promovidas pela ONU, desde a década de 1990. No entanto, o posicionamento que o país tomou quanto às políticas climáticas se transformou no período compreendido nos últimos trinta anos, sobretudo entre a Conferência do Clima de Copenhague (COP 15), em 2009, e a Conferência de Paris (COP 26), realizada em 2015. Em 2007, o país ultrapassou os EUA se tornando o maior emissor de gases poluentes do mundo, o que aumentou a cobrança internacional. Frente a essa pressão, o governo chinês começou a perceber o papel que uma contribuição positiva à questão da mudança climática pode exercer na legitimidade de um governo, internacional e nacionalmente.

---

<sup>14</sup> “[...] In recent years, however, Beijing has ever more frequently sanctioned or threatened to sanction countries operating against its interests on a wide range of issues [...]”

Isto posto, a partir de 2011, metas referentes à mudança climática passaram a ser incluídas nos 12º e 13º Planos Quinquenais (FEI; PU, 2021, p. 151).

Segundo Zhang (2022), historicamente o país adotou posturas consideradas controversas no que se refere às discussões do clima, opondo-se às propostas dos acordos e, até mesmo, a assiná-los, não se comprometendo a reduzir suas emissões de carbono, por exemplo, pois isso demandaria a redução da atividade industrial do país. Porém, o autor também pontua que o comportamento chinês frente à questão climática se tornou muito mais flexível e favorável aos acordos nos últimos anos (p.2). A evolução da transformação diplomática chinesa se deu, sobretudo, nas duas conferências mencionadas:

Duas conferências marcaram a mudança na abordagem da diplomacia climática da China: a conferência de Copenhague (2009), que marcou o amolecimento da posição chinesa, e a Conferência de Paris (2015), depois da qual a China passou a adotar um papel mais ativo na governança global climática. (Ibidem, tradução nossa<sup>15</sup>).

Ainda segundo o autor, além de marcar o momento em que a China, sob a liderança de Xi Jinping, passa a adotar um papel mais ativo na governança climática global, trata-se, num escopo mais amplo, da transformação do papel chinês frente ao mecanismo multilateral promovido pela ONU como um todo, partindo de um papel de seguidor passivo, passando para o papel de participante ativo, até, no contexto atual, de potencial líder (Ibid.). Vale ressaltar que, em razão do seu expressivo desenvolvimento econômico e industrial, a China se tornou um dos países mais poluentes do mundo e, no passado, fez uso do seu status de país em desenvolvimento para adotar e promover o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” no que se referia às metas das políticas climáticas promovidas nos fóruns multilaterais da ONU. A partir de 2009 e, principalmente, de 2015, a China se tornou mais participativa e flexível no tocante às questões climáticas, ao ponto de ter divulgado suas metas climáticas de redução da emissão de gases poluentes para 2020 que foram bem recebidas pela comunidade internacional (Ibidem, p.4).

Na atualidade, a vontade chinesa de exercer um papel mais construtivo na governança global é evidente e a manifestação dessa vontade no campo climático consiste em uma oportunidade para que o país realize sua estratégia internacional como um todo. A China tem, ao longo do governo Xi, enfatizado o desenvolvimento verde, sustentável, como o futuro do seu modelo econômico, apostando na inovação e na criação de energias sustentáveis como base desse modelo. Como exemplo da priorização que tem sido conferida ao tema da liderança

---

<sup>15</sup> “Two summits signified the turn in China’s approach to climate diplomacy: the Copenhagen summit (2009), which marked the softening of China’s position, and the Paris summit (2015), after which China began to take a more active role in global climate governance.”



climática nos planos quinquenais e outros documentos de máxima importância no governo, a China recentemente (em setembro de 2020) estabeleceu como meta alcançar a neutralidade do carbono até o ano de 2060 (FEI; PU, 2021, p.152). Logo, nesse tópico internacional, o país busca exercer, além de protagonismo, um papel pioneiro, sobretudo frente aos países completamente desenvolvidos, o que se reflete nessa meta ambiciosa.

Segundo Buzan (2021), há uma oportunidade de ouro para a China no que se refere à liderança climática, pois se trata de um tema de crescente relevância e com um vácuo de liderança até o presente momento, uma vez que os EUA, a Rússia e a Europa possuem obstáculos que os impedem de exercer esse papel, como opiniões domésticas conflitantes, uma pauta exportadora baseada no combustível fóssil e a falta de peso político para tal, respectivamente (p.3 e 4). A China, no entanto, já está atuando de forma planejada para a redução de seu impacto ambiental, como ao ser o país que mais investe em energias renováveis, a despeito de ainda ser fortemente dependente dos combustíveis fósseis. Na visão do autor, a China possui os recursos financeiros e técnicos para descarbonizar sua economia, por meio do investimento e incentivo à geração de energias renováveis, além de possuir um modelo de governo que foca no longo prazo (ao contrário do que é visto nos governos das democracias ocidentais cujos planos se estendem na duração dos mandatos) (Ibidem, p.6 e 7).

Indo além, Buzan relaciona a adoção de um papel de liderança na questão climática com os conceitos de “comunidade de comum destino” e Tianxia:

[...] seria uma excelente forma de conceder substância à ideia corrente da ‘comunidade de comum destino para a humanidade’. O mesmo pode ser dito para o clássico conceito da Tianxia – ‘Tudo sob Céu’. Tianxia poderia encontrar sua primeira aplicação concreta como um potente, e unicamente chinês, dispositivo de enquadramento sobre como se pensar em mudança climática. (Ibid., p.7, tradução nossa<sup>16</sup>).

O autor ainda aponta que seria uma importante forma de exercício da autoridade moral, conceito central da teoria do Realismo Moral de Yan Xuetong, expoente acadêmico chinês no campo das RIs cuja teoria será detalhada nos capítulos seguintes dessa pesquisa. Na perspectiva de Buzan, é do interesse chinês ampliar e exercer um papel de líder na temática climática, visto que contribuir para a pauta, por consequência, auxiliará a China na conquista de seus interesses políticos internacionais de longo prazo, expandindo seu status político e demonstrando,

---

<sup>16</sup> “It would be an excellent way of giving substantive content to the current idea of “community of a shared future for humankind.” The same is true for the classical concept of Tianxia “All Under Heaven.” Tianxia might find its first concrete application as a powerful, and uniquely Chinese, framing device for how to think about climate change.”

efetivamente, o que os chineses clamam ser a superioridade do seu sistema de governo, frente às democracias ocidentais (Ibid., p.1).

Esta sessão se dedicou a apresentar as diferentes frentes que a China passou a tomar no campo multilateral das Relações Internacionais. Seja por meio da participação multilateral mais ativa como um todo nas instituições internacionais, seja na criação das próprias instituições e políticas multilaterais regionais ou, até mesmo, no exercício de um papel de liderança em nível global no tocante a questões específicas, como a liderança climática, é evidente a transformação vivenciada pelo país ao longo da última década, após o início do governo de Xi Jinping. É evidente o perfil ativo e altivo que a diplomacia chinesa possui na contemporaneidade, construindo um papel relevante para o país no SI e, principalmente, moldando e transformando a governança internacional a favor dos interesses chineses. Não mais uma China que almeja ser relevante, mas uma China que efetivamente influencia o SI e as RIs em nível multilateral global.

## 1.2 A RELAÇÃO BILATERAL CHINA – EUA

O crescimento econômico e o desenvolvimento político internacional chinês, exemplificados no tópico acima, a partir do incremento da sua participação e proatividade multilateral, impactaram, como um todo, as Relações Internacionais com o mundo. No caso da sua relação e da sua política externa para com a maior potência, os Estados Unidos, não poderia ser diferente. Sob o governo de Xi, como mencionado, a China chegou ao patamar de potência de fato no SI, ao status de segunda maior economia do mundo, despontando como líder da região asiática (região que tem se tornado cada vez mais central no tabuleiro das RIs). Essa mudança, vivenciada de forma acentuada na década compreendida entre 2010 e 2020, trouxe mais dinamismo, rivalidade e mesmo conflito na relação bilateral sino-americana.

Historicamente, desde o estabelecimento das relações diplomáticas China-EUA, em 1979, “os laços bilaterais enfrentaram muitos altos e baixos. (...) Em geral, de 1979 até 2008, as relações China-EUA seguiram um caminho estável de flutuação para melhor ou para pior. De 2009 até 2018, no entanto, as relações China-EUA sofreram um gradual e sustentado declínio.” (WANG; HU, 2019, p.2, tradução nossa<sup>17</sup>). Conforme apontam Wang e Hu (2019), durante os 10 anos após 2009, o relacionamento geral entre os dois países passou de uma balança entre cooperação e contenção para competição estratégica e rivalidade (Ibidem).

---

17 ” Since the establishment of China–U.S. diplomatic relations in 1979, bilateral ties have experienced many ups and downs. [...] In general, from 1979 to 2008, China–U.S. relations followed on a steady path with limited fluctuations for better or worse. From 2009 to 2018, however, China–U.S. relations suffered a gradual yet sustained downturn.

Ainda que os Estados Unidos tenham passado por governos distintos no mesmo período em que a China tem sido governada por Xi, a última década foi marcada por uma inclinação à competição, à rivalidade e mesmo à hostilidade em aspectos variados da relação bilateral. Sob um olhar macro para os grandes temas da RI, Wang e Hu apontam que:

[...] segurança bilateral e relações diplomáticas transitaram da coexistência pacífica enquanto gerenciavam tensões específicas para uma rivalidade ampla; laços econômicos multilaterais não mais serviam como estabilizadores, mas se tornaram pontos de fricção pronunciada; as trocas humanitárias e culturais, outrora aprofundadas, foram minadas ou mesmo invertidas devido a uma crescente desconfiança política mútua. (Ibidem, tradução nossa<sup>18</sup>).

Segundo os autores, a deterioração da relação bilateral entre as duas grandes potências mundiais na última década se deu em três estágios: o aumento da desconfiança estratégica entre 2009 e 2012; a frustração no estabelecimento de “um novo tipo de relações entre grandes potências” de 2013 até 2016; e a definição da China como adversário estratégico pelos EUA, desde 2017. Gradualmente, os dois países foram se distanciando em razão de conflitos referentes a questões territoriais, econômicas, de Direitos Humanos, dentre outros fatores. Mas foi a partir de 2017 que os laços entre os dois países declinaram exponencialmente, sob o governo Trump que, em diversos documentos oficiais, definiu a China como um rival estratégico e uma ameaça à segurança e à prosperidade dos Estados Unidos. (Ibidem, p.4).

Na perspectiva micro das relações internacionais bilaterais, algumas questões se destacaram no tocante à oposição e à rivalidade entre os dois países, estimulando o declínio mencionado acima das relações bilaterais. Dentre elas destacam-se: o fracasso do “novo tipo de relações entre grandes potências”; a guerra comercial, seu desenvolvimento para uma disputa tecnológica e o impacto da cibersegurança; a reação norte-americana ao desenvolvimento e à ampliação da Iniciativa da Nova Rota da Seda. Isto posto, esta seção se dedicará a apresentar, de forma sucinta, a rivalidade iniciada ou intensificada entre os dois países, após o começo do governo de Xi, frente a estas problemáticas, e a estratégia de política externa direcionada aos EUA que tem sido adotada pela China.

### 1.2.1 O novo tipo de Relações entre Grandes Potências

Um dos grandes pontos do governo Xi, no que se diz respeito ao relacionamento da China com os Estados Unidos, foi o estabelecimento do conceito de “novo tipo de relações

---

18 ” Bilateral security and diplomatic relations transitioned from peaceful coex-istence while managing issue-specific tensions to a broader rivalry; bilateral economic ties no longer served as a stabilizer or ballast but became a point of pronounced friction; the once deepening humanitarian and cultural exchanges were undermined or even reversed due to increased mutual political suspicion.”

entre grandes potências” que, apesar de não se limitar aos EUA, visava essencialmente o estabelecimento de um tipo de gerenciamento das relações diplomáticas sino-estadunidenses. Esse conceito foi proposto por Xi, ainda em 2013, em um encontro com o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na Califórnia. Esse conceito surge da percepção do paradoxo existente no relacionamento das duas potências: se, por um lado, “um relacionamento estável e cooperativo com os EUA é fundamental para a ascensão da China, do outro, consideráveis diferenças em torno de interesses políticos e estratégicos entre os dois países transformam a relação bilateral em um relacionamento altamente instável e desafiante” (ZHANG, 2015, p.13 e 14, tradução nossa<sup>19</sup>).

Logo, o conceito de “novo tipo de relações entre grandes potências” visava ser uma definição do tipo de conduta a ser adotado pelos países, no futuro de sua relação bilateral, que definia como princípios: não conflito e não confrontação; respeito mútuo aos seus diferentes sistemas políticos e interesses nacionais; cooperação ganha-ganha. É importante ressaltar o protagonismo chinês na proposição desse conceito, uma iniciativa inteiramente chinesa que apontava a China num status de potência igual ao status norte-americano, demandando que os EUA a vissem e respeitassem como tal. Conforme destaca Zhang (2015):

O ‘novo tipo de relações entre grandes potências’ é, todavia, uma iniciativa chinesa visando definir a natureza do relacionamento em uma base mais igual. Além disso, [...] o conceito também implica em uma solicitação para que os EUA mudem sua abordagem quanto à China ao respeitar mais os interesses centrais chineses. (Ibidem, tradução nossa<sup>20</sup>).

Esse conceito definia a política externa de Xi direcionada aos EUA: buscar a cooperação e coexistência pacífica, ao mesmo tempo em que se colocava numa posição de igualdade com a grande potência, não aceitando a interferência em suas questões domésticas e em seus interesses nacionais. Inicialmente, o governo Obama se mostrou interessado na proposta chinesa de construção de um “novo tipo de relações entre grandes potências”. No entanto, a partir de 2014, os EUA passaram a reduzir seu interesse e a modificar a sua política externa para com a China:

Washington se tornou cada vez mais desconfiado do desafio potencial da China à ordem internacional liberal liderada pelos Estados Unidos, principalmente quando Pequim lançou a Iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI) em 2013, cofundou o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 2014, facilitou a expansão da Organização de

---

<sup>19</sup> “[...] that a stable and cooperative relationship with the US is fundamental to China’s peaceful rise. However, considerable differences in strategic and political interests between the two countries render the bilateral relationship a highly uncertain and challenging one.”

<sup>20</sup> “The ‘new type of great power relationship’ is, however, a Chinese initiative aiming to define the nature of the relationship on a more equal basis. Moreover, according to some observers, the concept also implies a request for the US to change its approach to China by respecting more of China’s core interests.”

Cooperação de Xangai (SCO) em 2015 e fundou o Banco de Desenvolvimento em Infraestrutura Asiático (AIIB) em 2016. (WANG; HU, 2019, p.3, tradução nossa<sup>21</sup>).

Ao mesmo tempo, a China demonstrou crescente impaciência quanto à relutância dos EUA em aceitar a maior participação e engajamento político chinês nas instâncias multilaterais e na atual estrutura de governança global, de forma a construir uma ordem mais justa e inclusiva para os países em desenvolvimento (LI, POH, 2017, p.88). A iniciativa da Rota da Seda e a criação do Banco de Investimentos em Infraestrutura da Ásia consistem em propostas chinesas que visam justamente moldar a ordem mundial, assim desafiando os EUA e as instituições internacionais a eles subordinadas, como o FMI. O governo chinês, portanto, sob a liderança de Xi, adotou uma postura assertiva frente à postura norte-americana, criando suas próprias instituições regionais, além de sua contribuição para a criação do Banco dos BRICS.

O declínio da relação bilateral se intensificou, a partir de 2017, após o início do governo Trump, apesar de ter se iniciado já ao fim do governo Obama, com o abandono do conceito de “novo tipo de relações entre grandes potências” proposto pela China. Com Trump, os EUA passaram a enxergar a China como um competidor, rival estratégico:

Durante o governo de Donald Trump (2017-2020), houve uma escalada nas tensões por meio de uma série de iniciativas que buscavam conter a ascensão da China, desde a guerra comercial, passando por sanções às empresas chinesas de tecnologia, até a exportação de microchips ou de equipamentos que possam produzir esses componentes. (PAULINO, PIRES, 2021, p.47).

Segundo Wang (2019), a transformação radical da percepção norte-americana quanto à China ocorreu tanto na retórica quanto nas ações da potência ocidental. Na “retórica, a China tem sido definida como o principal ‘rival estratégico’ e ‘competidor’ dos Estados Unidos no relatório de ‘Estratégia de Segurança Nacional’ e em vários outros documentos submetidos pela administração Trump [...] assim como em discursos realizados [...]” (WANG, 2019, p.2, tradução nossa<sup>22</sup>). O autor aponta que o posicionamento norte-americano passou a ser o de encarar a China como competidora e, portanto, seria necessário adotar um posicionamento firme e combativo no contexto de competição estratégica de longo prazo com o país. Ademais, Wang também menciona a oposição ideológica e em termos de valores e princípios que o governo Trump passou a enfatizar quanto à China:

[...] muitas políticas de Beijing são prejudiciais aos interesses e valores da América, desde a diplomacia do débito da China e seu expansionismo militar; sua repressão da

<sup>21</sup> “Washington became increasingly wary of China’s potential challenge to the U.S.-led liberal international order, especially as Beijing launched the Belt and Road Initiative (BRI) in 2013, co-founded the New Development Bank (NDB) in 2014, facilitated the expansion of the Xangai Cooperation Organization (SCO) in 2015, and founded the Asia Infrastructure Investment Bank (AIIB) in 2016.”

<sup>22</sup> “[...] rhetoric, China has been defined as the main “strategic rival” and “competitor” of the United States in the “National Security Strategy” report and several other authoritative documents submitted by the Trump Administration [...] as well as speeches [...]”

fé das pessoas; [...] até ao arsenal de políticas inconsistentes com o livre e justo comércio, incluindo tarifas, quotas, manipulação monetária, transferência de tecnologia forçada, e subsídios industriais. (CASA BRANCA, 2019 apud WANG, 2019, p.2, tradução nossa<sup>23</sup>).

A inflexão norte-americana na caracterização da China como uma ameaça ao poder dos Estados Unidos foi oficializada em dezembro de 2017, quando a administração de Trump, no Relatório de Estratégia da Segurança Nacional, propôs que o país estaria entrando em uma nova era de competição entre grandes potências e “classificou a China como um ‘poder revisionista’ e um ‘competidor estratégico’ que deseja ‘moldar um mundo antiético aos valores e interesses dos EUA’” (ZHAO, 2019, p.371, tradução nossa<sup>24</sup>). Wang e Hu (2019), complementam, apontando que o governo Trump afirmou que a China revisionista visaria moldar o mundo de forma consistente ao seu modelo autoritário, e identificou a reemergência de uma competição estratégica de longo prazo protagonizada pela China e pela Rússia que configuraria uma ameaça central à prosperidade e à segurança dos Estados Unidos (p.4).

### 1.2.2 Da guerra comercial à disputa tecnológica

Nesse contexto de aprofundamento do declínio das relações diplomáticas entre ambas as potências, uma série de medidas agressivas, de ataque à economia chinesa, foi adotada pelo governo Trump:

[...] a administração Trump impôs tarifas punitivas excessivas e restrições de investimentos nos bens e companhias chinesas para reforçar ‘reciprocidade’, pressionando a China a se comprometer em questões relacionadas ao acesso de mercado, proteção de PI, transferência de tecnologia e políticas industriais, dentre outras. (HU, WANG, 2021, p.4, tradução nossa<sup>25</sup>).

Em termos práticos, essas atitudes incluíram a guerra de preços, a disputa tecnológica – sendo a empresa chinesa Huawei a mais prejudicada, sobretudo no tocante à implementação da 5G – e, por consequência, à cibersegurança.

A Guerra de preços ocorrida entre 2018 e 2019 se insere no contexto de declínio das relações entre os dois países, aprofundado sob o governo Trump. As tarifas que foram impostas sobre os produtos chineses fizeram parte do pacote de sanções anunciadas pelo governo norte-americano em março de 2018, sob a justificativa de que a China adotava “práticas comerciais

<sup>23</sup> ““many of Beijing’s policies most harmful to America’s interests and values, from China’s debt diplomacy and military expansionism; its repression of people of faith; [...] to China’s arsenal of policies inconsistent with free and fair trade, including tariffs, quotas, currency manipulation, forced technology transfer, and industrial subsidies”

<sup>24</sup> “The report labelled China as a ‘revisionist power’ and ‘strategic competitor’ that wants ‘to shape a world antithetical to US values and interests.”

<sup>25</sup> “The Trump administration has imposed massive punitive tariffs and investment restrictions on Chinese goods and companies to enforce “reciprocity,” pressuring China to compromise on issues related to market access, IP protections, technology transfers, and industrial policies, among others.”

injustas” em seu comércio bilateral com os EUA. Na visão do governo americano, a China seria um país mercantilista e protecionista, ferindo o sistema de livre comércio mundial. Além disso, a China buscaria a dominância no seu mercado doméstico e a liderança global em uma série de tecnologias avançadas por meio de políticas industriais, por meio de subsídios e outras formas de apoio financeiro (KWAN, 2019, p.2). Na visão do governo chinês, no entanto, as atitudes americanas consistem em uma tentativa de conter o crescimento chinês e a ameaça que seu desenvolvimento impõe à hegemonia norte-americana. A China teria se tornado uma ameaça ao princípio da “América primeiro”, sendo o principal objetivo dessas sanções frear o desenvolvimento chinês (Ibidem, p.4).

A imposição das sanções por parte do governo americano se deu com base na Seção 301 do Ato de Comércio, em uma investigação sobre alegados atos injustos no tocante à transferência de tecnologia, propriedade intelectual e inovação, ressaltando-se, portanto, uma preocupação não com o desequilíbrio da balança comercial e sim com a tecnologia. Ao identificar “práticas comerciais injustas”, o governo Trump propôs as seguintes sanções: imposição de tarifas aos produtos chineses, abrir um caso na OMC contra práticas discriminatórias de licenciamento praticadas pela China e restringir o investimento da China em setores-chave de tecnologia (Ibidem, p.7). O primeiro pacote de tarifas foi anunciado em abril de 2018 pelos EUA, impondo 25% de tarifas adicionais em 1.300 produtos importados da China, incluindo produtos de alta tecnologia que equivaliam a US\$ 50 bilhões. Em retaliação a essa sanção, a China anunciou no dia seguinte a imposição de 25% de tarifas adicionais em 106 produtos importados dos EUA (Ibid.). Assim se iniciou a guerra de preços, posteriormente chamada de “guerra comercial” entre a China e os EUA.

Em setembro de 2018, as tarifas norte-americanas já somavam US\$ 250 bilhões, e as tarifas chinesas US\$ 110 bilhões. O conflito se estendeu por 2018 e 2019, apesar de um diálogo em prol da trégua ter sido iniciado em alguns momentos pelos líderes dos dois países. Em agosto de 2019, os países já se encontravam na quarta rodada de pacotes de sanções, indicando o comprometimento de ambos na defesa de sua posição dentro do conflito. O que chama atenção para o conflito, conforme destaca Kwan (2019), não foi apenas a guerra comercial em si, mas a sua evolução para uma guerra tecnológica: “o que agravou a situação é que a disputa entre os EUA e a China se transformou de questões ligadas ao comércio para questões envolvendo

tecnologia. Em particular, para impedir empresas chinesas de adquirir tecnologias de ponta por meio de investimento direto nos EUA” (p.9, tradução nossa<sup>26</sup>).

Conforme o autor aponta, a guerra comercial entre os EUA e a China escalou, evoluindo para um conflito tecnológico, protagonizado de forma assimétrica pelo governo norte-americano, frente a suposta ameaça que o desenvolvimento tecnológico chinês e a exportação de bens tecnológicos pelo país asiático teriam passado a oferecer aos “interesses nacionais norte-americanos”. Vale ressaltar que até a década de 2010, a cooperação em ciência e tecnologia era parte integral da relação bilateral entre os dois países. No entanto, o crescente desenvolvimento tecnológico chinês, sobretudo após a crise financeira de 2008, e do seu setor industrial de tecnologia foram encarados como um desafio às empresas ocidentais:

Depois que a administração Trump assumiu o poder, testemunhando a rápida ascensão da ciência e tecnologia de ponta da China, como seus centros de tecnologia, ele decidiu lançar uma guerra tecnológica contra a China [...] com a intenção de diminuir ou adiar o desafio imposto pela China à hegemonia global dos EUA, ao conter o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia chinesas. (SUN, 2019, p.199, tradução nossa<sup>27</sup>).

O principal objetivo da guerra comercial e conseqüente guerra tecnológica protagonizada desproporcionalmente pelos Estados Unidos contra a China, aos olhos chineses, seria a contenção ao seu desenvolvimento e a potencial ameaça que esse representaria à hegemonia norte-americana. Aos olhos americanos, no entanto, trata-se de uma estratégia para a proteção de seus “interesses nacionais”, bem como ao livre comércio justo. Nesse conflito, impedir a transferência de tecnologia para a China se tornou a principal preocupação do governo norte-americano. Para tal, impôs as já mencionadas sanções, além de dificultar o investimento chinês direto em companhias americanas e vice-versa. De forma mais direta, os EUA estabeleceram uma “Lista de Entidades”, em 2019, com uma série de empresas chinesas sujeitas a licenciamentos específicos para transações comerciais, desencorajando o comércio com elas, dentre elas destacaram-se a Huawei e a ZTE (KWAN, 2019, p. 11 e 12). Os Estados Unidos publicamente trataram a Huawei, maior fornecedor global de redes de telecomunicação, como uma ameaça nacional, apontando os riscos de se permitir o uso de suas redes: uma plataforma de espionagem do governo chinês (Ibidem, p.12).

---

<sup>26</sup> “What makes things worse is that the dispute between the USA and China has spread from issues related to trade to those involving technology. In particular, to deter Chinese companies from acquiring cutting-edge technologies through direct investments in the USA [...]”

<sup>27</sup> “After President Trump took office, witnessing the rapid rise of China’s cutting-edge science and technology like ICTs, he decided to launch a tech war against China [...] thus it intends to diminish and postpone China’s challenge to the U.S.’ global hegemony by containing the development of China’s high-tech industries.”



Isso posto, o governo americano proibiu que as empresas chinesas presentes na “Lista de Entidades” comprassem partes e componentes eletrônicos provenientes dos EUA sem a aprovação do governo. Como destaca Kwan, a maior parte das empresas presentes nessa lista pertencia às áreas de alta tecnologia, como semicondutores, engenharia, computação, dentre outras. Indo além, os EUA solicitaram a cooperação de seus aliados no combate a essas empresas, sobretudo a Huawei, conseguindo o apoio da Austrália, Nova Zelândia e do Japão, que chegou a banir a Huawei da sua licitação pública envolvendo o 5G (Ibid.). Outras medidas foram direcionadas aos pesquisadores e estudantes chineses na área de Ciência e Tecnologia que estavam nos EUA, limitando seu período de pesquisa. A tentativa de restringir o acesso da China aos semicondutores também foi uma forma de contenção ao desenvolvimento das indústrias tecnológicas chinesas, altamente dependentes desse insumo para sua produção.

O governo chinês, no entanto, não se manteve passivo frente a essas medidas impostas pelos EUA, assim como não o fez quanto às sanções econômicas. Em retaliação à política de competição norte-americana, a China tem usado de seu monopólio de elementos raros para “contra-atacar”, reduzindo sua exportação desses bens, “que são críticos nos setores de defesa, energia, eletrônicos e automotivos” e estabelecendo sua própria lista de “entidades não confiáveis”, isto é, empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas, que não cumpriram as normas e práticas justas de livre comércio (Ibid., p.13). No entanto, é importante ressaltar a desproporcionalidade da agressividade protagonizada pelos EUA nesse cenário de conflito, a despeito das tentativas de retaliação adotadas pela China. Nesse cenário, rivalidade e desconfiança têm aumentado a fricção na relação bilateral, sobretudo no tocante à cibersegurança.

A questão da cibersegurança tem sido uma variável muito relevante na relação bilateral entre as duas potências no século XXI, tendo sido caracterizada, no contexto atual, como um tema de tensão. Apesar da questão da 5G ser recente no histórico diplomático dos dois países, desde o começo da década de 2010, a cibersegurança tem gradualmente se ampliado como uma problemática para a diplomacia dos dois países. Desde a saída do Google da China, em 2010, os dois países têm se acusado mutuamente, sob alegações de ameaças às suas ciberseguranças:

Os Estados Unidos acusam o governo chinês de participar em supostos cibergolpes, bloqueio a sites estrangeiros e restrição da liberdade de expressão na internet. O lado chinês majoritariamente resiste e evita a influência dos EUA na opinião pública chinesa por meio da internet, disseminação de valores americanos (...). (QIAN, 2019, p.709, tradução nossa<sup>28</sup>).

---

<sup>28</sup> “The United States accuses the Chinese government of participating in and supporting cyber scams, blocking foreign websites, and restricting freedom of expression on the Internet. The Chinese side is mainly to prevent and resist the U.S. that affects China’s public opinion through the Internet, disseminates American values [...]”

É importante destacar que parte da tensão entre os dois países, no que se refere à cibersegurança, origina-se na conotação distinta que a China e os Estados Unidos conferem ao conceito. Segundo Qian (2019), para os Estados Unidos, o foco da cibersegurança e suas normas deveriam ser direcionados à estrutura do ciberespaço, ao mesmo tempo em que se assegura a livre circulação de informações (p.710). A cibersegurança deve ser direcionada principalmente à proteção do ciberespaço em relação a ataques, espionagem, dentre outras situações, isto é, ao impedimento do acesso não autorizado aos sistemas de informação. A China, por sua vez, acredita que o conteúdo também deve fazer parte do escopo das normas do ciberespaço (Ibidem).

Existe, portanto, uma diferença fundamental na visão dos dois países sobre o que é e a que se direciona a cibersegurança. No caso da guerra de preços desencadeada pelas ações do governo Trump e das sanções às empresas de tecnologias chinesas, observa-se a defesa de tais medidas, pelo governo americano, sob a pauta da cibersegurança e a “ameaça chinesa” à soberania norte-americana neste campo. Em muitos casos:

[...] o governo norte-americano (...) acusou o governo chinês de participar e fomentar atividades de ciberespionagem contra os EUA (...). Os Estados Unidos usaram isso para exercer pressão diplomática na China, fazendo uso de processos judiciais, e ameaçaram com sanções econômicas, ciberataques e retaliação. (Ibidem, tradução nossa<sup>29</sup>).

No atual contexto, em que a relação bilateral entre a China e os EUA tem se consolidado como uma “rivalidade estratégica” em razão da mudança da política externa americana para a China, o país asiático se mantém firme na defesa dos seus interesses nacionais, enfrentando as sanções e “campanhas públicas” protagonizadas pelos Estados Unidos contra o desenvolvimento tecnológico. A despeito de sua diplomacia priorizar o bom relacionamento entre as grandes potências, tal qual estabelecido na criação do conceito do “novo tipo de relações entre grandes potências”, a China tem estabelecido uma política externa assertiva direcionada aos EUA, sobretudo no tocante à disputa tecnológica, apoiando suas empresas do setor internacionalmente.

### 1.2.3 A iniciativa da Nova Rota da Seda e a visão norte-americana

Na visão de Wang (2019), os EUA se sentem ameaçados pela crescente expansão global da influência chinesa, ampliada pela iniciativa da Nova Rota da Seda, além da promoção da ideologia e dos modelos econômicos e de desenvolvimento chineses (p.8). A competição

---

<sup>29</sup> “[...] in many cases, the US government has pointed its finger at China, accusing the Chinese government of participating in and supporting cyber espionage activities against the United States [...]. The United States used this to exert diplomatic pressure on China, filed judicial proceedings, and threatened economic sanctions, cyber-attacks, and military retaliation.”

estratégica parece ser inevitável tanto aos olhos chineses quanto aos dos norte-americanos e a BRI se tornou um dos “campos de batalha” entre as duas potências, a partir da ampliação da iniciativa pelos chineses e da elaboração de políticas de balanceamento da BRI pelos Estados Unidos. Para tal, o governo norte-americano estabeleceu a “Estratégia do Indo-Pacífico Livre e Aberto”<sup>30</sup> (IPS, em inglês), que se trata de uma política de contenção à expansão do poder chinês na região asiática (ZHAO, 2019, p.384)

É importante ressaltar que os EUA enxergam a BRI não como uma estratégia de promoção do desenvolvimento chinês e regional, tal qual é defendido pelo governo chinês, mas como uma iniciativa de expansão do poder e da influência chinesa para o estabelecimento de uma ordem regional sino-cêntrica (Ibidem). Aos olhos norte-americanos, a BRI nada mais é do que uma ofensiva geoeconômica de dominação regional que ameaça a ordem local liderada pelos Estados Unidos. A IPS, portanto, é criada ao longo do governo Trump com o intuito de combater esse processo de dominação regional chinês, focando no ambiente marítimo, de forma a impedir:

[...] a emergência de qualquer potencial hegemônica no continente da Eurásia tanto pela fronteira ocidental quanto pela oriental dos oceanos Pacífico e Índico. (...) Através da IPS, Washington intenciona prover uma visão competitiva em oposição à BRI para a futura ordem regional. (Ibidem, p.385, tradução nossa<sup>31</sup>).

Além da IPS, os Estados Unidos estão estabelecendo um mecanismo diplomático regional com países que se sentem ameaçados pela expansão do poder chinês e pela própria BRI: Japão, Austrália e Índia (ZHAO, 2019, p.385). A união desses países forma o Quad (Diálogo de Segurança Quadrilateral), um fórum criado originalmente em 2007 para a cooperação regional que foi “resgatado” primeiro com Trump em 2017 e depois por Biden em 2021. Atualmente, a articulação do grupo, liderado pelos EUA, teria como foco a segurança regional, o que implica em uma oposição direta à China em seu entorno geoestratégico que pode e deve ser encarada tanto como ameaça quanto tentativa de contenção à ascensão chinesa. Para Beijing, todas as políticas e estratégias adotadas pela China são justificáveis ao corresponderem aos seus interesses nacionais legítimos e, portanto, não há intensão de modificar suas atitudes ou renunciar a seus direitos e interesses. Na perspectiva das elites políticas da China, desde a criação da República em 1949, por meio do Partido Comunista Chinês, os Estados Unidos têm desafiado a legitimidade do sistema chinês, minando a

<sup>30</sup> “Free and Open Indo-Pacific Strategy.”

<sup>31</sup> “[...] aims to check the emergence of any potential hegemon on the Eurasian continent from either the eastern and western front lines of the Pacific and Indian oceans. [...] Through the IPS, Washington rather intends to provide a competing vision vis-a`-vis the BRI for the future regional order.”

estabilidade do país. Os mais radicais apontam que “a guerra de preços e outras atividades contrárias à China são dirigidas por uma grande estratégia que visa impedir o caminho do socialismo para salvaguardar os valores ocidentais.” (WANG, 2019, p.8, tradução nossa<sup>32</sup>).

A reação norte-americana à BRI é mais um dos exemplos dos “campos de batalha” provocados pelo acirramento da competição estratégica entre os dois países. Essa competição é analisada, tanto pelo governo quanto pelos estudiosos chineses, desde o período após a crise financeira internacional de 2008, um momento que marcou a mudança de status da China e do seu posicionamento em relação às potências ocidentais na estrutura de distribuição de poder no Sistema Internacional. Aos olhos chineses, “que a China tenha reduzido o espaço entre seu poder compreensivo nacional e o dos Estados Unidos pode ser a causa primária da competição crescente entre as duas nações.” (ZHAO, 2019, p.376, tradução nossa<sup>33</sup>).

Ainda que a adoção pelos Estados Unidos de uma política mais agressiva seja um desafio para o governo chinês, ao mesmo tempo, aponta o reconhecimento, por parte dos EUA, da China como uma grande potência que rivaliza com o poder norte-americano, ameaçando a sua hegemonia global. O que explica a mudança no relacionamento bilateral atual dos dois países é que a China, com seu poder crescente e sua influência em expansão, está desempenhando um papel cada vez mais importante. Não apenas a mudança de status e poder do país asiático, mas a assertividade que tem empregado em sua política externa são elementos que contribuem para a mudança da orientação da política norte-americana quanto à China, de uma política essencialmente cooperativa, para uma declaradamente competitiva.

Logo, a disputa hegemônica tem se acirrado e apresentado de forma evidente na relação entre os dois países, ao longo do governo Xi. Apesar da mudança de governo norte-americano, “é pouco provável que o governo Biden mude substancialmente a abordagem agressiva de Washington em relação ao gigante asiático.” (PAULINO, PIRES, 2021, p.48). A posição do atual presidente dos Estados Unidos, no tocante à política direcionada à China, é similar e, até mesmo, mais assertiva do que a adotada no governo Trump. Na visão do novo presidente, para enfrentar o desafio chinês, a forma mais efetiva seria “construir uma frente unida dos aliados dos Estados Unidos para confrontar os comportamentos ditos ‘abusivos’ da China (...)” (Ibidem).

---

<sup>32</sup> “[...] the trade war and other anti-China activities are driven by a grand strategy to derail China’s road to socialism and safeguard Western values.”

<sup>33</sup> “That China has been narrowing the gap between its comprehensive national strength and that of the United States might be the root cause of the growing competition between the two nations.”

De forma ampla, a relação bilateral sino-americana, ao longo do governo Xi, vivenciou uma escalada gradual de assertividade por iniciativa de ambos os governos. De um lado, Xi estabeleceu o conceito de “novo tipo de relações entre grandes potências”, colocando, oficialmente, pela primeira vez, a China em posição de igualdade em relação aos Estados Unidos, assumindo uma postura de grande potência, ao defender os interesses nacionais do país de forma assertiva, mesmo e principalmente, em questões conflituosas com os interesses norte-americanos. Do outro lado, o governo americano, apesar da diversificação de líderes e partidos no poder, nesse período, assumiu um posicionamento de declarada oposição e contenção à expansão do poder chinês, adotando uma série de políticas agressivas, como sanções econômicas e formação de blocos de países aliados contrários à ameaça chinesa. Disputa hegemônica e competição estratégica de fato, não mais a possibilidade dessas, marcam a relação bilateral China e Estados Unidos no governo de Xi Jinping.

### 1.3 OS CONFLITOS TERRITORIAIS NA ERA XI

A assertividade da “nova” política externa chinesa tem sido analisada principalmente no tocante à ênfase na defesa dos interesses nacionais do país. Dentre esses interesses, a unidade territorial da China se destaca em razão dos atuais conflitos territoriais protagonizados pelo Estado chinês com algumas nações asiáticas. Alguns conflitos serão destacados aqui: as disputas territoriais no Mar do Sul e do Leste da China; a questão de Taiwan; os movimentos separatistas do Tibet e de Xinjiang; os conflitos na fronteira com a Índia.

#### 1.3.1 As disputas territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China

A defesa dos interesses territoriais chineses nas regiões dos Mares do Sul e do Leste da China não constituem uma novidade do governo de Xi Jinping. Apesar de, em linhas gerais, adotar um baixo perfil, o governo de Hu Jintao já deixava evidente o exercício de maior altivez na defesa dos interesses nacionais e do que o país considerava como seus “direitos”, principalmente no tocante à unidade territorial da China que incorpora “sérias reivindicações contestadas como sobre Taiwan, ao longo da fronteira com a Índia, e sobre as ilhas do Mar do Leste e do Sul da China.” (BUZAN, 2014, p.394, tradução nossa<sup>34</sup>). A inclinação à assertividade no tocante às disputas territoriais marcou o governo de Hu, quando os territórios marítimos se

---

<sup>34</sup> “[...] incorporate seriously disputed claims such as over Taiwan, along the border with India, and over the islands in the East and South China Seas.”

enquadraram como “interesses nacionais” diretamente ligados à defesa da unidade territorial e soberania da China, tal qual Taiwan:

[...] os interesses marítimos da China não estão mais reduzidos às preocupações com Taiwan e à contenção de uma possível intervenção militar americana, mas eles recentemente se expandiram ao interesse de controlar os mares adjacentes e para prevenir a interdição marítima das linhas chinesas de suprimentos de energia e matérias primas para sua economia doméstica. (YAHUDA, 2013, p.449, tradução nossa<sup>35</sup>).

As disputas territoriais entre a China e as demais nações do sudeste asiático nos Mares do Sul e do Leste da China se referem ao litígio em torno da posse de alguns arquipélagos. É possível analisar os territórios reivindicados no Mar do Sul da China no mapa abaixo:



Figura 2: Mapa das disputas territoriais no Mar do Sul da China. Fonte: BBC.

Conforme o mapa destaca, a linha em vermelho, em formato de “U”, corresponde ao território reivindicado pela China, que englobaria regiões também reivindicadas por outros países, como o Vietnã, Malásia e Filipinas. Vale ressaltar que, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direitos do Mar (UNCLOS), as regiões traçadas em azul, no mapa acima, corresponderiam às águas territoriais dos países destacados. Regiões estas que estão inseridas na linha territorial reclamada pela China. Na região, Xi “restabeleceu o status quo sobre o ‘Coral Scarborough’” e embarcou em uma significativa reclamação nas disputadas ilhas no Mar do Sul

<sup>35</sup> “China’s maritime interests are no longer confined to concerns with Taiwan and deterring possible American military intervention, but they have recently been extended to an interest in controlling adjacent seas and to preventing the interdiction at sea of China’s supply lines for the energy and raw material needs of its domestic economy.”

da China” (LI; POH, 2017, p.92, tradução nossa<sup>36</sup>). Os interesses dos países que reivindicam esses territórios envolvem a “aquisição de áreas de pesca em volta dos arquipélagos Spratley e Parcel, a possível exploração de petróleo cru e gás natural sob várias partes do Mar do Sul da China, e o controle estratégico de críticas linhas de comunicação (CHAN, LI, 2015, p.3, tradução nossa<sup>37</sup>).

Em resumo, a China reivindica soberania sob os quatro grandes arquipélagos presentes no Mar do Sul da China: as Spratlys (Nansha Qundao), Paracels (Xisha Qundao) e Pratas (Dongsha Qundao), e o Banco Macclesfield e o Coral Scarborough Shoal (Zhongsha Qundao). (MORTON, 2016, p.916). Segundo Morton (2016), as disputas se dão entre:

- Ilhas Spratly: reivindicado em sua totalidade pela China, Taiwan e Vietnã, e parcialmente por Filipinas, Malásia e Brunei;
- Ilhas Paracels: reivindicado pela China, Vietnã e Taiwan;
- Ilhas Pratas: reivindicado pela China e Taiwan;
- Coral Scarborough: reivindicado pela China e pelas Filipinas.

Indo além, Morton também pontua alguns fatores que tornam o território tão atrativo:

[...] cerca de 40 mil navios passam pelo mar do Sul da China por ano, constituindo 40% do comércio marítimo global. [...] uma artéria crítica para a segurança comercial e energética [...]. Rica em recursos energéticos e pesca, as águas do Mar do Sul da China promovem uma fonte vital de segurança econômica e energética para os países vizinhos (Ibidem, p.915, tradução nossa<sup>38</sup>).

Além dessa região, o Mar do Leste da China também é alvo de disputa territorial, com o conflito girando em torno das ilhas Senkaku/Diaoyu, reivindicadas pela China e pelo Japão, conforme ilustrado no mapa abaixo:

---

<sup>36</sup> “[...] reset the status quo over the Scarborough Shoal and embarked on significant reclamation activities on the disputed islands in the South China Sea.”

<sup>37</sup> “[...] the acquisition of fishing areas around the Spratly and Paracel archipelagos, the potential exploitation of crude oil and natural gas under various parts of the SCS, and the strategic control of critical sea lines of communication”

<sup>38</sup> “Over 40,000 ships pass through the South China Sea every year, constituting around 40 per cent of global sea trade. [...] critical artery for commerce and energy security [...]. Rich in energy resources and fisheries, the waters of the South China Sea provide a vital source of economic security for neighbouring states.”

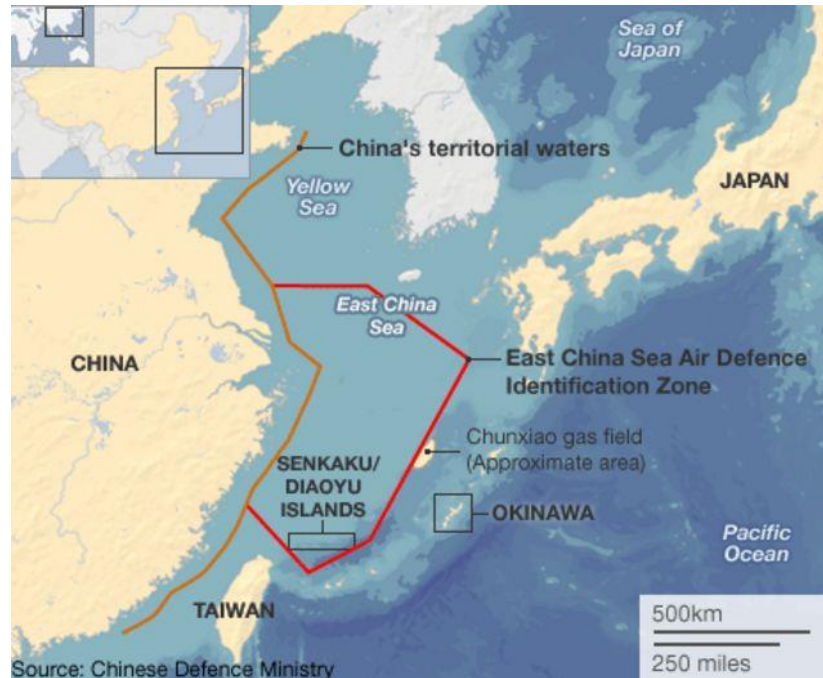


Figura 3: Mapa das disputas territoriais no Mar do Leste da China. Fonte: BBC.

As reclamações chinesas sobre os territórios nos mares do Sul e do Leste da China se pautam “fortemente sobre reivindicações históricas e firmes recusas em apoiar adjudicação de terceiros ou uma abordagem multilateral para a resolução de disputas” (MORTON, 2016, p.917, tradução nossa<sup>39</sup>). Como exemplo dessa recusa, tem-se, em 2013, a busca pela apuração de um tribunal de arbitragem, pelas Filipinas, sobre o território do Coral Scarborough, em cuja participação o governo chinês recusou. Vale ressaltar que, desde 2014, a China tem fortalecido sua presença neste território por meio da construção de instalações. Nas ilhas Spratly, por exemplo, o país iniciou a construção de instalações militares, modificando o status quo político e ecológico local (Ibidem, p.921).

Na defesa de seus “direitos” territoriais, “Beijing está tomando iniciativas para reforçar suas reivindicações de soberania, como demonstrado no anúncio da Zona de Identificação de Defesa Aérea no Mar do Leste da China (ADIZ) que inclui as disputadas ilhas Diaoyu/Senkaku” (CHANG-LIAO, 2016, p.83, tradução nossa<sup>40</sup>). Essa zona foi estabelecida pouco depois da criação do Comitê Nacional de Segurança, por Xi, demonstrando uma articulação de política externa claramente calculada e planejada de forma cautelosa, apontando para uma atuação de alto perfil por parte do governo chinês.

<sup>39</sup> “Beijing relies heavily upon historical claims and steadfastly refuses to support third-party adjudication or a multilateral approach towards dispute resolution.”

<sup>40</sup> “[...] Beijing is taking initiatives to enforce its sovereignty claims, as demonstrated by the announcement of an East China Sea Air Defense Identification Zone (ADIZ) that includes the disputed Diaoyu/Senkaku Islands.”



Sob a liderança de Xi, há um aprofundamento do afastamento do baixo perfil quanto às questões territoriais, com o líder chinês adotando:

[...] uma linha dura no que se refere às disputas territoriais, com as Filipinas e o Vietnã, no Mar do Sul da China, e com o Japão, no Mar do Leste da China. [...] Xi não ficou tímido ao desenhar uma linha vermelha para seus vizinhos quando se trata dos interesses nacionais da China. (HU, 2019, p.9, tradução nossa<sup>41</sup>).

Essas questões territoriais colocam em xeque a estabilidade regional, uma vez que o país tem estado em litígio com alguns de seus países vizinhos desde o governo Hu e que esses conflitos foram aprofundados no governo de Xi. Domesticamente, há percepção de que a China se encontra defendendo seus interesses e direitos nacionais legítimos, corroborando com a defesa da adoção da política externa assertiva em detrimento do projeto de desenvolvimento pacífico. A preocupação cada vez maior com a defesa dos interesses nacionais:

[...] tem sido reforçada ainda mais por uma crescente percepção de que a política de desenvolvimento pacífico da China tem, nos anos recentes, encorajado alguns países da região a adotar ações provocativas que violam os interesses nacionais da China, especialmente nas disputas no Mar do Sul da China e no Mar do Leste da China. (ZHANG, 2015, p.9, tradução nossa<sup>42</sup>).

Aos olhos do governo chinês, as reivindicações de outros países sobre territórios marítimos que a China considera seus são uma ameaça à integridade chinesa, fatores desestabilizadores da ordem regional e desafiadores à soberania do país. Nesse sentido, a percepção internacional é a de que a China estaria estabelecendo um limite em sua política externa pacífica, sobretudo sob a liderança de Xi. Além da construção de instalações militares e do estabelecimento da ADIZ, o país tem adotado patrulhas regulares em seus territórios marítimos. Em 2013, a Marinha do Exército de Libertação Popular realizou exercícios militares combinados com uma cerimônia simbólica de juramento à defesa da soberania chinesa na região próxima ao “Baixio James” (*James Shoal/ Zengmu Ansha*), localizado próximo da Malásia. Apesar de poucas embarcações terem participado do exercício, o evento foi encarado como uma demonstração de força e da capacidade militar de defesa dos territórios marítimos reivindicados pela China (CHAN; LI, 2015, p.5). Além disso, o posicionamento do país também é verificado por meio de discursos. Como destaca Zhang (2015), o primeiro-ministro Li Keqiang, em 2014, no Fórum Boao para a Ásia, declarou que a China “irá responder firmemente a provocações que minam a estabilidade no Mar do Sul da China, [...] nós chineses acreditamos

<sup>41</sup> “[...] a hardline stance on maritime and territorial disputes, with the Philippines and Vietnam in the South China Sea and with Japan in the East China Sea. [...] Xi was not shy drawing the red line for neighbors when it comes to China’s national interests.”

<sup>42</sup> “[...] has been further reinforced by a growing perception that China’s peaceful development policy has in recent years emboldened some regional countries to take provocative actions that violate China’s national interests, especially in the South China Sea and East China Sea disputes.”

em pagar gentileza com gentileza e transgressões com justiça.” (BROWNE, 2014 apud ZHANG, 2015, p.13, tradução nossa<sup>43</sup>).

A China encontra-se em uma dupla pressão: uma “pressão doméstica para assegurar recursos vitais para o desenvolvimento econômico e pressões externas para contrabalancear a dominação dos EUA na região” (MORTON, 2016, p.916, tradução nossa<sup>44</sup>). Alguns analistas argumentam que a defesa chinesa de seus direitos e interesses no Mar do Sul da China ilustra um caso de busca pela assertividade e que a “China deveria estabelecer uma vantagem estratégica/militar no Pacífico Ocidental [...] e buscar possuir uma presença estratégica ou influência em regiões e lugares selecionados (WEI, 2020, p.12, tradução nossa<sup>45</sup>).

As disputas territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China não se iniciaram no governo Xi. A defesa da “linha em formato de U” ocorreu já no governo de Hu Jintao com traços de assertividade. No entanto, após o início do governo Xi, a China ampliou essa assertividade por meio do aumento da presença militar na região, da ocupação de territórios em litígio com a construção de instalações militares, da recusa em participar de meios multilaterais de negociação e com o estabelecimento da ADIZ. Ainda que tenha dado continuidade a uma política mais assertiva estabelecida por seu predecessor, Xi Jinping reforçou o posicionamento chinês em meio a um contexto geopolítico mais complexo, com a declarada rivalidade norte-americana e o seu fortalecimento na região.

### 1.3.2 A questão de Taiwan

Assim como seu território marítimo, a China, sob a liderança de Xi, também ampliou sua assertividade em relação a Taiwan e ao objetivo da “China única”. Em 2019, no “40º Aniversário da Mensagem aos Compatriotas em Taiwan”, Xi fez um discurso no qual apontou a reunificação de Taiwan como uma das fundações do rejuvenescimento nacional chinês e da concretização do Sonho Chinês:

Para concretizar a ambição da China, Xi enfatizou que a China não renunciará ao uso da força e reservará a opção de adotar todas as medidas necessárias. [...] A China está disposta a promover a reunificação através de meios variados, incluindo institucionalizar o comércio através do Estreito e cooperação econômica, criar um

<sup>43</sup> “[...] that ‘we will respond firmly to provocations’ that undermine stability in the South China Sea, and that ‘we Chinese believe in repaying kindness with kindness and meeting wrongdoing with justice’ [...]”

<sup>44</sup> “[...] internal pressures to secure vital resources for economic development and external pressures to counterbalance US domination in the region.”

<sup>45</sup> “[...] China defending its rights and interests in the South China Sea as a case of ‘striving for achievement’ [...] China establishes strategic/military advantage in the western Pacific [...] and pursue strategic presence or influence in select regions and places.”

mercado comum e conceder tratamento favorecido aos ‘compatriotas’ em Taiwan. (CHANG, YANG, 2020, p.1, tradução nossa<sup>46</sup>).

Para conquistar a reunificação de Taiwan, a China historicamente tem feito uso do seu aparato estatal e da sua economia, para penetrar econômica e socialmente na sociedade de Taiwan. Segundo Chang e Yang (2020), essa penetração ocorre de forma tripla:

[...] aumentando a dependência de Taiwan para cultivar as facções pró-China na sociedade taiwanesa, suprimindo a busca de Taiwan por independência e por valores democráticos, e forçando Taiwan a gradualmente aceitar a visão preferível da China do ‘um país, dois sistemas’. (p.9, tradução nossa<sup>47</sup>).

A reunificação gradual de Taiwan à China seria o principal objetivo de Xi Jinping que, apesar de ter dado continuidade à política de Hu Jintao para Taiwan - priorizar a não independência de jure do país -, transformou-a, com sua maior ênfase, no estabelecimento e consolidação do enquadramento estratégico do princípio de “uma China” em suas relações através do estreito. Desta forma, o intuito seria enquadrar Taiwan gradualmente no objetivo da futura reunificação que consiste em uma das principais metas do Sonho Chinês. Para tal, o presidente fez uso da sua experiência prévia nesta relação bilateral (HUANG, 2017, p.240).

Xi já possuía grande experiência na gestão das relações através do Estreito, por ter sido o secretário do PCC nas províncias de Fujian, Zhejiang e Xangai, províncias com fortes conexões com Taiwan. Antes mesmo de assumir a liderança, Xi já desempenhava um importante papel no aprofundamento das relações China-Taiwan. Ao assumir a liderança, ele deu continuidade à política de Hu de priorizar o impedimento da independência completa de Taiwan, ao invés de promover uma reunificação imediata do território (HUANG, 2017, p.243). Xi se diferencia de Hu por apresentar uma política mais articulada na promoção de relações econômicas, sociais e políticas mais aprofundadas entre o Estreito. Além disso, o presidente visa deixar como legado do seu governo um progresso substancial no processo de reunificação de Taiwan (Ibidem).

Em seus discursos, Xi apresenta a reunificação como algo orgânico, um processo natural que irá se concretizar gradualmente, argumentando que a China e Taiwan “compartilham do mesmo destino”, que o continente e a ilha são partes inseparáveis do mesmo todo (Ibidem, p.244). Além disso, Xi resgatou o conceito de “Um país, dois sistemas” para se referir à

<sup>46</sup> “To fulfill China’s ambition, Xi emphasized, China will not renounce the use of force and will reserve the option of taking all necessary measures. [...] China will be eager to promote the reunification through a variety of means, including institutionalizing cross-Strait trade and economic cooperation, creating a common market, and granting favored treatment to “compatriots” in Taiwan.”

<sup>47</sup> “[...] increasing Taiwan’s dependence to cultivate pro-China factions in Taiwanese society, constraining Taiwan’s pursuit of independence and democratic values, and forcing Taiwan to gradually accept China’s preferred version of “one-country, two-systems.”

reunificação e à possível gestão das diferenças políticas e econômicas dos dois territórios. Ao mesmo tempo, o presidente chinês instiga a vigilância quanto aos movimentos pró independência de Taiwan, contrários aos interesses nacionais chineses. Para Huang (2017), uma estratégia que tem sido adotada por Xi é isolar Taiwan da relação bilateral entre China e EUA, tanto para não prejudicar a relação entre as duas potências, quanto para enfraquecer a resistência de Taiwan a sua reunificação com a China.

Na visão do autor, a estratégia geral adotada por Xi consiste em alguns fatores. Primeiro, a continuidade da política de Hu de priorizar a não independência concreta de Taiwan. Em segundo lugar, a preocupação com a concretização da estratégia de enquadrar Taiwan na visão da China única. Para tal, Xi tem se dedicado na ênfase do desenvolvimento das relações políticas entre o Estreito, por meio de uma forte base econômica. A assertividade do presidente, no entanto, mostra-se evidente: “Xi obviamente é um forte *player* na questão de Taiwan. A resposta dele para qualquer oposição à eventual reunificação de Taiwan pode ser resumida como ‘se você se mover um passo para frente, eu moverei dois’” (Ibidem, p.245, tradução nossa<sup>48</sup>). O presidente acredita que a institucionalização das relações entre o Estreito proporcionará que, eventualmente, Taiwan volte a se integrar ao continente.

De forma geral, a questão de Taiwan manteve-se estável ao longo do governo de Xi até 2016, período durante o qual a ilha foi governada pelo partido taiwanês KMT (Partido Nacionalista Chinês), abertamente favorável à reunificação e que enxerga na China um importante aliado (CHEN, ZHENG, 2021, p.3). No entanto, em 2016, o DDP (Partido Democrático Progressista) assumiu a liderança do governo, com sua postura abertamente hostil e contrária à reunificação e sua percepção da China como inimigo, proporcionando tensões nas relações através do Estreito (Ibidem). Desde que o DDP assumiu o poder em Taiwan, a China tem exercido pressão sobre a soberania do país, por meio de:

[...] restrições ao seu espaço internacional, invasão ao espaço aéreo e das águas territoriais de Taiwan por aeronaves militares e navios de guerra chineses, o estabelecimento de relações diplomáticas com os aliados diplomáticos de Taiwan, extradição para a China de suspeitos taiwaneses detidos em outros países, e restrição da entrada de turistas e estudantes chineses em Taiwan. (Ibidem, p. 4, tradução nossa<sup>49</sup>).

---

<sup>48</sup> “Xi is obviously a tough player on the Taiwan issue. His response toward any opposition in Taiwan against eventual reunification can be summarized as “If you move one step forwards, I will move two steps.”

<sup>49</sup> “[...] restrictions on its international space, encroachment on Taiwanese airspace and territorial waters by Chinese military aircraft and warships, the establishment of diplomatic relations with Taiwan’s diplomatic allies, third-country extradition of Taiwanese suspects to China, and restricting Chinese tourists and students from coming to Taiwan.”

Recentemente, no começo de agosto de 2022, as tensões através do Estreito se aqueceram em razão da visita, que durou até o dia 3, da política norte-americana Nancy Pelosi a Taiwan. A visita, primeira de um político norte-americano de alto escalão desde 1997, ocasionou uma crise na relação bilateral EUA e China, além de ampliar a tensão entre o governo de Pequim e o de Taipei. O governo chinês se posicionou publicamente contra, em razão de sua reivindicação sobre o território, e prometeu retaliações à visita, como sanções econômicas a Taiwan. Como resposta à visita, a China também anunciou exercícios militares próximos a Taiwan, envolvendo sua marinha e sua força aérea, de forma a demonstrar sua força e como seria uma ação militar do país sobre Taiwan. Além disso, Taiwan denunciou que a China teria realizado um bloqueio aeronaval não oficial na região.<sup>50</sup>

Nesse cenário, Xi tem demonstrado sua política externa assertiva ao atuar de forma enfática na defesa da integridade territorial da China. Apesar de prosseguir com a visão gradualista de Hu na questão da reunificação, o atual presidente chinês atua de forma mais articulada no estreitamento das relações através do Estreito, ao mesmo tempo em que combate qualquer movimento ou liderança política de Taiwan que se oponha à concretização desse objetivo. O recente caso da visita de Pelosi a Taiwan, bem como a resposta chinesa demonstram que a questão da unificação de Taiwan permanece como uma das prioridades do governo chinês e que Xi não tolera que esse interesse nacional chinês seja desrespeitado por outras potências. Essa mesma política de busca e preservação da integridade territorial da China também é vista no que se refere aos movimentos separatistas do Tibet e de Xinjiang.

### 1.3.3 Os movimentos separatistas do Tibet e Xinjiang

Além da questão de Taiwan, a China, historicamente, também é ameaçada pelos movimentos separatistas no Tibet e em Xinjiang. Em linhas gerais, a política voltada para essas duas regiões sempre visou atingir a estabilidade a favor da China, por meio da repressão. Ao assumir o poder, Xi e demais oficiais do governo resgataram e passaram a enfatizar a necessidade de fortalecimento, entre as minorias étnicas, das “quatro identificações” que consistem em: identificação com pátria, com a nação chinesa, com a cultura chinesa e com o caminho socialista com características chinesas (GODBOLE, 2019, p.228). Dentre os grupos minoritários visados, destacam-se os tibetanos e os uigures. Além de a unidade territorial ser crucial para a realização do Sonho Chinês, o Tibet e, principalmente, Xinjiang são regiões estratégicas para o desenvolvimento da iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI). Com isso, “dada

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/03/nancy-pelosi-deixa-taiwan-apos-visita-que-acirrou-tensoes-com-china.ghtml>

a importância da Região Autónoma Uyghur de Xinjiang (XUAR) para o Cinturão Econômico da Rota da Seda, ela também se tornou altamente entrelaçada com a BRI, o Sonho Chinês, os Dois Centenários e por fim o legado de Xi” (HAYES, 2019, p.1, tradução nossa<sup>51</sup>). Ademais, Xinjiang também possui cerca de 30% das reservas nacionais de petróleo e 40% das reservas de carvão chineses, ampliando ainda mais a importância da região para a China (GODBOLE, 2019, p.239). Os territórios em questão podem ser observados na imagem abaixo:



Figura 4: Mapa da China destacando as regiões autônomas de Xinjiang e do Tibet. Fonte: The Economist.

Para promover a estabilidade em ambas as regiões, Xi intensificou a repressão em Xinjiang e no Tibet por meio das visitas de inspeção e supervisão, além de priorizar as políticas de assimilação após o Segundo Fórum de Trabalho de Xinjiang que ocorreu em Pequim, em 2014. Dentre as políticas estabelecidas nesse encontro, destacam-se o incentivo ao contato e à mistura entre etnias distintas, fato, malvisto pela população local, considerado como uma agressão à cultura local (GODBOLE, 2019, p.230). Ao longo da década de 2010, uma série de incidentes violentos ocorreu em Xinjiang, ressaltando a necessidade de intensificação da promoção da estabilidade pelo governo chinês nas regiões de maior concentração de minorias étnicas. Dentre as políticas de assimilação cultural protagonizadas pela China na região existem os campos de reeducação.

<sup>51</sup> “Given the importance of the Xinjiang Uyghur Autonomous Region (XUAR) to the new Silk Road Economic Belt (SREB), it too has become increasingly interwoven into the BRI, the China Dream, the Two Centennials and ultimately the Xi legacy.”

Ao final de 2018, relatórios foram divulgados apontando que por volta de um milhão de uígures mulçumanos da província de Xinjiang estavam detidos no que o governo chinês nomeia de “campos políticos de reeducação” (ZABA, 2019, p.1). O objetivo desses campos seria educar a população local de forma a substituir suas identidades culturais e religiosas com uma afinidade política secular ao governo chinês. Segundo Zaba (2019), em comparação a anos anteriores, em 2018/2019, o número de pessoas detidas nos campos de reeducação triplicou, indicando maior força no aparato de repressão estatal sob o governo de Xi Jinping. Nesses campos, os detentos além de aprender a língua e a cultura chinesa, são ensinados sobre o “perigo do radicalismo religioso” (Ibid., p.5 e 7).

Segundo a crítica ocidental, a chamada estratégia de estabilização do governo chinês para a região se transformou no contexto mais recente do governo de Xi, tornando-se mais agressiva e repressiva. Além dos campos de reeducação, tanto “em Xinjiang quanto no Tibet, cidadãos são requisitados a instalar em seus celulares aplicativos desenvolvidos pelo governo [...] que ajudam o governo a monitorar o histórico de buscas e comunicação do usuário em tempo real e a identificar indivíduos potencialmente perigosos” (GODBOLE, 2019, p.231, tradução nossa<sup>52</sup>). Essa vigilância também é acompanhada de informações pessoais dos indivíduos, como emprego, bem como lugares que frequenta, de forma a possibilitar o monitoramento do perfil de forma mais detalhada. Em XUAR, a vigilância passou a adotar, no contexto mais recente, tecnologias de reconhecimento facial, de voz, amostra de DNA para controle da população local. O controle e a repressão exercida pelo governo chinês na região tem sido alvo de sérias e frequentes denúncias internacionais, englobando acusações relativas aos Direitos Humanos (HAYES, 2019, p.14).

A militarização do policiamento de Xinjiang também foi um dos fenômenos observado na última década, com o aumento da Política Armada do Povo (GODBOLE, 2019, p.233). Uma grande preocupação da China na província é a influência de outros países por meio da religião islâmica, um processo ao qual denominam “‘arabização’ da Xinjiang”. Para combater a influência árabe e lutar contra o que chama de extremismo religioso na fronteira, o governo tem buscado priorizar políticas de “preservação da cultura local”, por meio da política de “educação religiosa patriótica” (Ibidem, p.234). Vale ressaltar que essa visão corresponde ao discurso oficial chinês que defende as políticas de repressão aos movimentos separatistas mencionados acima sob a justificativa de “que se baseia em princípios confucianos de manutenção da

---

<sup>52</sup> “In Xinjiang as well as in Tibet, citizens are required to install government developed applications on their smartphones. The apps help government monitor search and communications history of the user on the real-time basis and help identify potentially dangerous individuals improving the state’s monitoring capacity.”

harmonia social em meio à crescente desigualdade.” (ZABA, 2019, p.8). Ao definir o ativismo muçumano e uigur como separatismo, a China define que essas comunidades vão contra o destino nacional chinês (Ibidem, p.9).

No caso do Tibet, o governo lida com um tipo diferente de conflito, uma vez que os movimentos separatistas tibetanos fazem uso de estratégias distintas, como a imolação, facilitando a conquista da simpatia da audiência internacional: “a forma popular de protesto do Tibet, no passado recente, é a autoimolação, conquistando mais empatia para as vítimas do que em outra ‘forma de protesto’ em que vidas inocentes podem ser perdidas” (GODBOLE, 2019, p.237, tradução nossa<sup>53</sup>). Para combater esses protestos, o governo chinês tem adotado a atitude de punir a família daqueles que praticam a autoimolação, de forma a reduzir o número de protestos na província.

Logo, em ambos os casos, de Xinjiang e do Tibet, a busca pela estabilidade regional tem sido o principal objetivo do governo chinês, visto que em ambas as regiões a China ampliou seu aparato de repressão e vigilância, impulsionada pelos interesses econômicos. Para alcançar a estabilidade, o governo de Xi faz uso de uma série de medidas, dentre elas a reeducação, que, em síntese, visam incorporar culturalmente essas províncias, reduzindo sua autonomia cultural, social e política. Há, na região, uma necessidade da China se consolidar e se legitimar ao explorar a identidade cultural dos uigures, retratando-os como o “outro” hostil à soberania e segurança nacional chinesa.

#### 1.3.4 Acirramento das tensões na fronteira com a Índia

Outro conflito territorial que marcou o governo de Xi foi o acirramento da disputa na fronteira entre a China e a Índia que culminou em um episódio de violência protagonizado entre os militares de ambos os países, em 15 de junho de 2020, na região do Vale Galwan. O episódio se consistiu no confronto entre vários militares chineses e indianos no desolado território montanhoso perto do Himalaia, 4000 metros acima do mar, na região da “Linha de Controle Real sino-indiana” (LAC, em inglês), que delimita a disputada fronteira entre ambos os países, como pode ser observado no mapa abaixo:

---

<sup>53</sup> “Similarly, the popular form of protest in Tibet in the recent past, the self-immolation, garners more empathy to the victims than any other violence wherein innocent lives may be lost.”



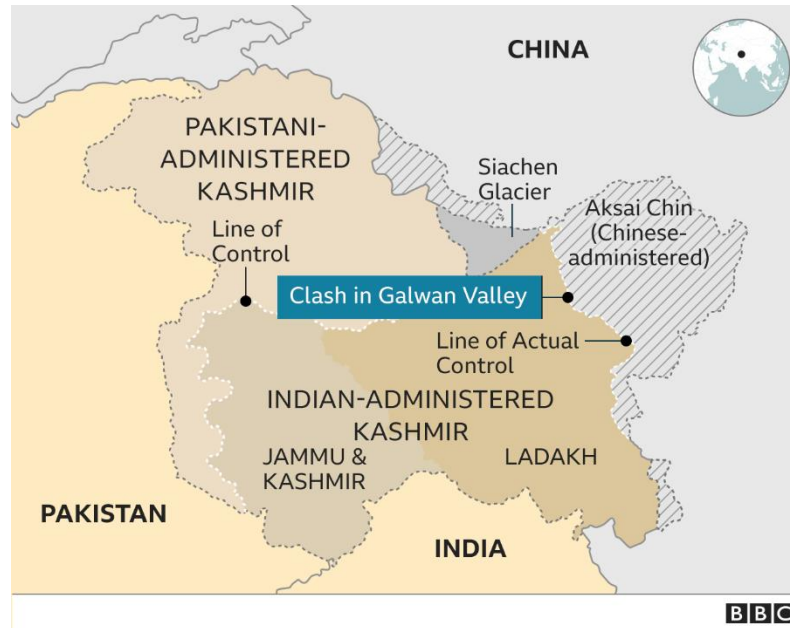


Figura 5: Fronteira entre a China e Índia onde ocorreu o conflito de 2020. Fonte: BBC.

O episódio resultou na morte de pelo menos 20 soldados indianos, e baixas chinesas não divulgadas pelo governo chinês (CHUBB, 2021, p.224). Apesar das tensões serem recorrentes na LAC, esse acontecimento se destacou por ser a primeira vez, desde a guerra de 1962, em que um número significativo de baixas ocorreu em um confronto entre ambos os países. Após o conflito, a tensão se manteve elevada entre os dois países, com os exércitos indiano e chinês tentando estabelecer postos avançados em locais que antes eram esparsamente patrulhados, intensificando a militarização local por ambos os lados do conflito (WESTCOTT, 2021, p.8).

Ambos os lados do conflito apresentaram narrativas opostas sobre o escalonamento de violência que resultou no conflito. Para o governo chinês, “tropas indianas violentamente atacaram oficiais chineses e soldados que estavam lá para negociação” e, para o governo indiano, o conflito “foi um plano de ação premeditado e planejado pelo lado chinês” (CHUBB, 2021, p.224, tradução nossa<sup>54</sup>). Esse conflito despertou o nacionalismo e a rivalidade indiana, mobilizando a população do país em uma onda de protestos espalhados por toda a Índia que, em razão das restrições impostas pela pandemia do COVID-19, intensificaram-se nas redes sociais com pedidos por “boicote aos produtos chineses” (RAI, 2020, p.84). O conflito de 2020 se tornou um fato histórico nas relações bilaterais, contemporâneas, sino-indianas, configurando a maior crise de política externa protagonizada entre os dois países.

<sup>54</sup> “Indian troops ‘violently attacked Chinese officers and soldiers who were there for negotiation.’ India’s External Affairs Ministry spokesperson called it a ‘premeditated and planned action’ by the Chinese side.”

Para melhor compreender o conflito, mostra-se importante a breve apresentação dos interesses dos dois países nessa região inóspita. O local onde ocorreu o episódio de violência fica localizado na parte ocidental da fronteira, no qual há o encontro das províncias chinesas de Xinjiang e Tibet com o território indiano de Ladak. Há uma disputa por várias porções de pequenos territórios, no qual o maior e mais inóspito é o platô de Aksai Chin, considerado como parte do território indiano e parte do território chinês pelos dois países em litígio (WESTCOTT, 2021, p.10). Em 1996, um acordo foi estabelecido entre as duas partes, estipulando um código de conduta na região a ser seguido por ambas as potências, reforçado no Protocolo de 2005. No entanto, “apesar dos dois tratados para pacificar a disputa da fronteira sino-indiana, ambos os lados mantiveram posições irreconciliáveis sobre onde a LAC deveria se localizar” (Ibidem, p.11, tradução nossa<sup>55</sup>).

Antes do conflito ocorrer no meio de 2020, a China percebeu uma série de fatores que colocaram em risco a sua posição na fronteira: o fortalecimento militar indiano na região por meio de investimentos em infraestrutura que facilitasse a circulação de tropas; a adoção de uma doutrina defensiva pela Índia, estrategicamente mais assertiva; a mudança política do status quo regional com a reorganização dos antigos estados de Jammu e Kashmir (Ibidem, p.9). Segundo Westcott (2021), esses fatores foram percebidos pela China como uma forma de reduzir o seu poder e influência local, além de modificar o status quo na fronteira, o que teria levado Xi Jinping a autorizar que o Exército de Libertação Popular atuasse na consolidação do poder chinês na LAC (p.10).

Em 2022, dois anos após o conflito no Vale Galwan, as relações bilaterais entre Índia e China ainda estão tensas, porém mantendo-se o diálogo formal entre ambos, como visto no encontro dos Ministros de Relações Exteriores dos dois países, Jaishankar e Wang Yi, durante o encontro de Ministros das Relações Exteriores do G-20, ocorrido em Bali, em junho de 2022. Após o encontro, o ministro chinês se pronunciou afirmando que o país “manteve sua comunicação ativa com a Índia, bem como os países têm efetivamente gerido suas diferenças, promovendo a recuperação das suas relações”, chegando a mencionar que um progresso positivo teria ocorrido na questão do conflito na fronteira entre ambos os países. Essa afirmação não foi reiterada pelo ministro indiano. Ademais, estima-se que mais 60 mil soldados ainda estão em cada lado da LAC<sup>56</sup>, demonstrando que, apesar da política externa chinesa para a Índia

---

<sup>55</sup> “Yet, despite these two treaties to pacify the Sino-Indian border dispute, both sides maintained irreconcilable positions over where the LAC should be located.”

<sup>56</sup> Disponível em <https://thediplomat.com/2022/08/china-india-relations-in-a-state-of-limbo/> Acesso em 22 de agosto de 2022.

buscar o diálogo e a diplomacia, como observado na manutenção de encontros entre oficiais de alto escalão de ambos os governos, isso não implica no abandono dos interesses do país na região.

Tal qual aos demais conflitos territoriais apresentados nessa sessão, a questão da fronteira sino-indiana ainda é atual, com futuros desdobramentos a ocorrerem, conforme os recentes diálogos entre os dois países têm demonstrado. O que se mostra indiscutível, no entanto, é a importância de tais territórios para a manutenção (e promoção) da unidade territorial da China, um interesse nacional estratégico para a concretização da China única, do rejuvenescimento nacional e, sobretudo, do Sonho Chinês de Xi Jinping e da assertividade na defesa desses interesses, assim como nos demais temas apresentados neste capítulo.

#### 1.4 A ASSERTIVIDADE NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA OS GRANDES TEMAS DE RI

O presente capítulo, conforme mencionado em seu início, visou apresentar de forma resumida a política externa chinesa para os grandes temas de suas relações internacionais: participação multilateral e liderança, relação bilateral com os EUA e os principais conflitos territoriais com os quais o país está envolvido na atualidade. Dentro desses grandes temas, buscou-se destacar as questões mais relevantes enfrentadas pela China na primeira década do governo de Xi Jinping, ressaltando-se a conduta adotada pelo país sob a sua liderança. Cada um dos macrotemas e dos assuntos apresentados nesse capítulo foi abordado de forma sucinta, com o objetivo de expor os posicionamentos gerais adotados pela China. Ressalta-se, mais uma vez, que não se visou de maneira nenhuma um tratamento minucioso dos assuntos apresentados, tratando-se de uma revisão empírica com o objetivo de expor um panorama geral, um sobrevoo, dos principais desafios e das principais orientações da política externa do país sob o governo de Xi.

Ao longo da exposição dos temas, é possível inferir que o país adquiriu ganhos de assertividade e proatividade em sua inserção internacional, principalmente após Xi ter assumido a posição de liderança do PCC e do país. Vale delimitar, no entanto, o conceito de assertividade tratado neste capítulo e nos subsequentes. Segundo Chen e Pu (2014), o conceito de assertividade é definido no campo da psicologia social como “(...) defender seus interesses pessoais, expressando pensamentos, sentimentos e crenças de forma direta, honesta (...)”

(p.177, tradução nossa<sup>57</sup>). Sob essa definição social de assertividade, os autores definem “ ‘assertividade’ nas relações internacionais como uma forma confiante e direta de defender os direitos e reivindicações de um país”(Ibidem, tradução nossa<sup>58</sup>). É sob essa definição de assertividade que esta pesquisa se baseia.

Indo além, os autores dividem a assertividade em três tipos: ofensiva, defensiva e construtiva. A assertividade ofensiva ocorreria quando “(...) uma grande potência usa a coerção para expandir seus interesses e influência sem provocação de outros países” (Ibid., tradução nossa<sup>59</sup>). A assertividade defensiva, por sua vez, ocorre quando “a capacidade e a vontade de uma grande potência de defender seus interesses atuais está crescendo, mas visando somente defender – não expandir – esses interesses” (Ibid., tradução nossa<sup>60</sup>). Por fim, Pu e Chen definem a assertividade construtiva quando “uma grande potência assume um papel de liderança para solucionar problemas regionais e mundiais” (Ibid., tradução nossa<sup>61</sup>).

Nesse contexto, a assertividade chinesa pode ser interpretada de formas distintas de acordo com a temática. No tocante à maior participação multilateral, a assertividade chinesa pode ser vista como uma assertividade construtiva, na qual o país tem assumido papéis de liderança na maior integração regional, como observado na BRI. Quanto aos conflitos territoriais, este é o ponto da política do país que mais se aproxima de uma assertividade ofensiva, sobretudo nas disputas dos territórios dos Mares do Sul e do Leste da China. No entanto, os conflitos na região também podem ser vistos à luz da assertividade defensiva, uma vez que há ação e reação dos demais países envolvidos nos conflitos. De forma geral, a assertividade chinesa pode ser qualificada como sobretudo defensiva ao “continuar a defender muitas das suas reivindicações atuais, sem fundamentalmente mudar sua política a despeito das suas capacidades crescentes (CHEN, PU, 2014, p.177, tradução nossa<sup>62</sup>).

A despeito do tipo de assertividade exercido pela China, o país passou a defender seus interesses nacionais de forma mais confiante e direta no governo de Xi Jinping. Essa maior assertividade e proatividade podem ser entendidas como a transição do modelo de inserção internacional da China, do anterior baixo perfil da Ascensão Pacífica, com a KLP – *keeping a*

<sup>57</sup> “assertion involves standing up for personal rights and expressing thoughts, feelings and beliefs in direct, honest e appropriate ways [...]”

<sup>58</sup> “‘assertiveness’ in international relations as a confident and direct way to defend one country’s rights or claims.”

<sup>59</sup> “a great power’s use of coercion to expand its interest and influence without provocation from other countries.”

<sup>60</sup> “great power’s capability and willingness to defend its current interests are growing, yet it seeks only to defend—not expand—those interests”

<sup>61</sup> “a great power assumes a leadership role to solve regional and global problems.”

<sup>62</sup> “it continues to defend many of its existing claims, without fundamentally changing its policy on those issues despite its growing capabilities.”

*low profile*, para a busca por conquistas e assertividade do Sonho Chinês com a SFA – *striving for achievement*. Essa visão, no entanto, fomenta um grande debate acadêmico tanto no âmbito internacional quanto, principalmente, no âmbito doméstico chinês. São esses debates acadêmicos e essa multiplicidade de visões, quanto à transição da política externa chinesa, que serão expostos e analisados no próximo capítulo.

## 2 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Ao final do século XX, a estratégia de inserção internacional chinesa foi estabelecida por Deng Xiaoping como “*Tao Guang Yang Hui*” (韬光养晦, “esconder as capacidades e manter um baixo perfil”). Tal estratégia permaneceu como o paradigma de política externa da China ao longo das últimas décadas, embasando o modelo da Ascensão Pacífica que passou a ser adotado como nome oficial pelo governo chinês de seu paradigma de inserção internacional, depois substituído por “Desenvolvimento Pacífico”. A política da Ascensão Pacífica caracterizava-se, em linhas gerais, pelo foco da China em seu desenvolvimento econômico doméstico, fato que deveria ser alcançado por meio da promoção e da manutenção de um ambiente internacional pacífico e próspero. Nesse contexto, o país adotava uma postura alinhada ao seu status de emergente, não assumindo nem buscando assumir responsabilidades internacionais, formação de alianças ou um papel de protagonismo, logo, adotando um baixo perfil nas relações internacionais.

No entanto, no começo da segunda década do século XXI, mudanças na inserção e no comportamento político internacional chinês foram observadas, sobretudo após o início do governo do atual presidente da China, Xi Jinping, e a introdução do Sonho Chinês:

Realizar os objetivos de construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos e um país socialista que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso, e o Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação chinesa significa que nós iremos fazer da China uma nação próspera, forte e rejuvenescida, e trazer felicidade ao povo chinês. (XI, 2014, p.62, tradução nossa<sup>63</sup>).

Na visão do atual presidente chinês, o Sonho Chinês, e seu objetivo principal de promover o rejuvenescimento nacional, seria o sonho de todo o povo chinês:

Em minha opinião, conquistar o rejuvenescimento da nação chinesa tem sido o maior sonho do povo chinês desde o advento dos tempos modernos. Esse sonho incorpora a esperança há muito tempo almejada de várias gerações do povo chinês, expressa os interesses gerais da nação chinesa e do povo chinês, e representa as aspirações compartilhadas entre todos os filhos e filhas da nação chinesa. (XI, 2014, p.59, tradução nossa<sup>64</sup>).

---

<sup>63</sup> “Realizing the goals of building a moderately prosperous society in all respects and a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious, and the Chinese Dream of the rejuvenation of the Chinese nation means that we will make China prosperous and strong, rejuvenate the nation, and bring happiness to the Chinese people.”

<sup>64</sup> In my opinion, achieving the rejuvenation of the Chinese nation has been the greatest dream of the Chinese people since the advent of modern times. This dream embodies the long-cherished hope of several generations of the Chinese people, gives expression to the overall interests of the Chinese nation and the Chinese people, and represents the shared aspiration of all the sons and daughters of the Chinese nation.”

O Sonho Chinês e a transformação da política externa chinesa promovida por ele teriam ocorrido sobretudo por meio dos então aclamados “ganhos de assertividade”, verificados na atuação internacional da China, explorados no primeiro capítulo dessa pesquisa. Essa visão tem se popularizado na academia internacional, conforme aponta Johnston (2013):

Em anos recentes, tem se tornado cada vez mais comum na mídia, entre os especialistas, e nos círculos acadêmicos norte-americanos, descrever a diplomacia da República Popular da China (RPC) como nova ou crescentemente assertiva. Alguns observadores ainda sugerem que essa nova assertividade reflete uma mudança fundamental na Diplomacia Chinesa, distanciando-se do comportamento mais orientado ao status quo de Beijing dos trinta anos anteriores. (JOHNSTON, 2013, p.7).

Essa percepção é evidenciada por meio da análise dos discursos e posicionamentos adotados pela China em questões internacionais. Na visão de Zhao (2013), o processo de ganhos de proatividade, de assertividade e mesmo de rigidez da política externa da China é reflexo de uma demanda nacionalista doméstica, uma vez que a mudança brusca “ocorreu de forma paralela ao crescimento econômico, diplomático e militar da China no século XXI, à medida que a liderança chinesa se tornou mais responsiva, e compartilhou a visão do nacionalismo popular, ao adotar abordagens mais fortes na busca pelos interesses centrais” (ZHAO, 2013, p.19).

A assertividade na busca pelos interesses chineses ficou conhecida como “*striving for achievement*”, tradução do conceito em chinês “*fenfa youwei*” (奋发有为)<sup>65</sup>, que aqui entenderemos como “buscar conquistas”. O modelo de inserção internacional “*striving for achievement*” (SFA) ganhou seu maior expoente com o estabelecimento, por Xi Jinping, do Sonho Chinês cujo maior objetivo é o “rejuvenescimento nacional” chinês, ampliando o escopo puramente econômico da Ascensão Pacífica, passando a incluir interesses essencialmente políticos. O sonho chinês é marcado pelos “objetivos dos dois centenários’ que são a construção completa de uma sociedade moderadamente próspera até 2020, bem como realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa até o meio do século” (PU, 2017, p.131). Além do Sonho Chinês, Xi também determinou que a China deveria “abraçar ‘uma nova diplomacia de potências com características chinesas’ para elaborar um ‘novo tipo de relações entre grandes potências’ com os Estados Unidos.” (Ibidem, p.141).

---

<sup>65</sup> Sørensen, C. “The Significance of Xi Jinping’s “Chinese Dream” for Chinese Foreign Policy: From “Tao Guang Yang Hui” to “Fen Fa You Wei””. JCIR: VOL. 3, No. 1 (2015).

A atuação diplomática chinesa, assim como o posicionamento assertivo e reativo que o país tem adotado em uma série de questões, sobretudo nas questões territoriais, detalhadas no capítulo anterior, bem como na repressão aos movimentos separatistas de Xinjiang, exemplificam a evolução da condução da política externa chinesa que partiu do baixo perfil, para um modelo mais proativo, “*striving for achievement*”. Essa transição do modelo de política externa da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês tem sido pauta de debate constante tanto no meio acadêmico internacional como, igualmente, no meio acadêmico doméstico chinês. Segundo Pu (2017), o debate se pauta em três níveis distintos: o internacional, o doméstico e o individual. No nível internacional, o debate é motivado pela mudança dramática do posicionamento internacional da China, como seu status de segunda economia mundial e o papel central que exerce na governança financeira global, após a crise de 2008. No nível doméstico, ocorreu um processo de complexificação do processo de tomada de decisão de política exterior, aumentando a influência dos teóricos. Fato que nos leva ao nível individual, no qual o posicionamento teórico dos acadêmicos molda o próprio debate e as interpretações sobre a política externa chinesa. É justamente esse debate, no tocante à transição da política externa chinesa, que visaremos expor e analisar neste capítulo.

Para tal, o capítulo dividir-se-á em quatro seções. A primeira seção apresentará uma série de discursos, documentos e pronunciamentos oficiais do governo chinês, de forma a estabelecer um quadro geral da mudança observada na atual política externa do país. A segunda seção abordará a política externa da Ascensão Pacífica, os conceitos dos quais ela se origina, sua definição, além da sua aplicação ao longo da história chinesa e as mudanças que sofreu. Posteriormente, a terceira seção dedicar-se-á à exposição do modelo de inserção internacional do Sonho Chinês, apresentando no que essa política consiste, como ela tem sido adotada e como se diferencia da Ascensão Pacífica. Por fim, a quarta seção dedicar-se-á à apresentação do debate da academia chinesa (com alguns contrapontos ocidentais), expondo o posicionamento de diversos acadêmicos no tocante à transição e ao futuro da política externa chinesa.

## 2.1 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA ATRAVÉS DOS DISCURSOS

Na primeira década do século XXI, era inegável que a China exerceria um papel de grande influência no sistema internacional. Com um crescimento econômico, girando em torno de 10% ao longo da primeira década do novo século, que impulsionou os investimentos do país no exterior, o gigante asiático já consolidava sua política externa “[...] não baseada em potencial de longo prazo ou de seu eventual papel estratégico, mas em termos de poder de fato.”



(KISSINGER, 211, p.471). A China não era mais um país no começo de uma transformação econômica, política e social, cujas consequências ainda não podiam ser observadas. Muito menos o país que passara a “humilhação” do imperialismo ocidental um século antes, imperialismo que influenciaria de forma veemente na construção de um modelo econômico nacional desenvolvimentista fortemente anti-imperialista. Esse anti-imperialismo também se encontrava presente nos princípios que conduziram a política externa da Ascensão Pacífica, dentre eles a “[...] manutenção da paz, a não utilização de políticas expansionistas pelo ponto de vista geopolítico, o desenvolvimento comum e a cooperação com outros países.” (ALMEIDA; VILLALBA, 2017)

Nesse contexto, observaram-se, tanto dentro da China quanto internacionalmente, discussões em torno das mudanças ocorridas na política externa chinesa, sobretudo seu comportamento mais assertivo. A chegada de Xi Jinping ao cargo de Secretário-Geral do PCC e à Presidência da China, sua “abordagem mais assertiva, bem como a China tendendo a contribuir mais com a governança global” (PU,2019, p.87), potencializaram os debates em torno da política externa. A mudança nas atitudes e nos discursos chineses é um forte indicativo para a transição do modelo de KLP da política externa da Ascensão Pacífica, para o modelo de SFA do Sonho Chinês. É necessário, portanto, analisar, por meio das fontes primárias, no caso, discursos, pronunciamentos e declarações oficiais do governo, os posicionamentos adotados pela China durante o governo de Xi. Essa seção, justamente, dedicar-se-á a essa exposição, de forma que o debate acadêmico, exposto ao fim do capítulo, seja inserido dentro do contexto da transição da política externa da China.

Ao se analisar a evolução da retórica, a primeira grande questão com que se depara é a multiplicidade de identidades que a China projeta internacionalmente. Segundo Pu (2017, p.139), o país apresenta quatro tipos de posicionamentos distintos no tocante à sua identidade: um país socialista como características chinesas; um país em desenvolvimento; uma potência emergente e uma potência em ascensão; e, por fim, uma grande potência já estabelecida. A política externa de Xi, em sua retórica, apesar de dar continuidade a elementos verificados ao longo do período do paradigma da Ascensão Pacífica, como a paz, cooperação e multilateralismo, tem apresentado a China, sobretudo, como uma superpotência de fato. Essa dualidade de posicionamentos é perceptível no discurso de Xi, realizado no 19º Congresso do Partido Comunista da China, em outubro de 2017:

A China continuará a promover o cartaz da paz, desenvolvimento, cooperação, e benefícios mútuos, e manutenção do seu principal objetivo de política externa de preservar a paz mundial e promover o desenvolvimento comum. A China se mantém firme em seu compromisso de fortalecimento da amizade e cooperação com outros

países com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e a forjar uma nova forma de relações internacionais caracterizada pelo respeito mútuo, equidade, justiça, e cooperação ganha-ganha (XI, 2017, p.52, tradução nossa<sup>66</sup>).

Nesse trecho, observa-se, como apontado anteriormente, a permanência de um discurso similar ao verificado ao longo do período da Ascensão Pacífica, com a manutenção da defesa da paz e estabilidade mundiais, por meio da cooperação e desenvolvimento comum das nações. No entanto, nesse momento, o país já se enxerga como o propulsor de um novo tipo de desenvolvimento que pode ser adotado por outros países:

Significa que o caminho, a teoria, o sistema, e a cultura do socialismo com características chinesas continuou a se desenvolver, estabelecendo um novo caminho para outros países em desenvolvimento alcançarem a modernização. Oferece uma nova opção para outros países que queiram acelerar seu desenvolvimento enquanto preservam sua independência; e oferece a sabedoria chinesa e uma abordagem chinesa para a resolução de problemas enfrentados pela humanidade. (Ibidem, p.9, tradução nossa<sup>67</sup>).

Nessa passagem, a visão doméstica do país de consolidação do próprio desenvolvimento, assim como de seu status de potência global são realçados com a possibilidade do estabelecimento de um “Consenso de Pequim”, isto é, um novo caminho para o desenvolvimento econômico que rivaliza com o “Consenso de Washington”. Essa percepção já aponta para uma China protagonista, responsável pela governança internacional. Além de maior protagonismo, a retórica de Xi também se destaca pela adoção de uma enfática defesa dos interesses nacionais, corroborando com a perspectiva da transição do paradigma de inserção internacional do país para o modelo do “*striving for achievements*”:

Nós devemos fazer mais para salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento da China, e enfaticamente se opor a todas as tentativas de divisão da China ou de minar a sua unidade étnica, harmonia social e estabilidade. Nós devemos fazer mais para nos guardar de todos os riscos, e trabalhar de forma determinada para prevalecer sobre cada dificuldade ou desafio político, econômico, cultural, social e natural (Ibidem, p.13, tradução nossa<sup>68</sup>).

A China nunca irá perseguir o desenvolvimento às custas dos interesses de outros, mas **a China também não irá desistir de seus direitos e interesses legítimos.**

<sup>66</sup> “China will continue to hold high the banner of peace, development, cooperation, and mutual benefit and uphold its fundamental foreign policy goal of preserving world peace and promoting common development. China remains firm in its commitment to strengthening friendship and cooperation with other countries on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence, and to forging a new form of international relations featuring mutual respect, fairness, justice, and win-win cooperation.” Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c\\_136725942.htm](http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm)> Acesso em 22 de junho de 2021.

<sup>67</sup> “It means that the path, the theory, the system, and the culture of socialism with Chinese characteristics have kept developing, blazing a new trail for other developing countries to achieve modernization. It offers a new option for other countries and nations who want to speed up their development while preserving their independence; and it offers Chinese wisdom and a Chinese approach to solving the problems facing mankind.”

<sup>68</sup> “We must do more to safeguard China’s sovereignty, security, and development interests, and staunchly oppose all attempts to split China or undermine its ethnic unity and social harmony and stability. We must do more to guard against all kinds of risks, and work determinedly to prevail over every political, economic, cultural, social, and natural difficulty and challenge.”

**Ninguém deve esperar que engoliremos qualquer coisa que minará nossos interesses.** A China busca uma política nacional de defesa que é em sua natureza defensiva. Não importa em qual estágio de desenvolvimento alcance, a China nunca irá buscar a hegemonia ou se engajará em expansão (XI, 2017, p.53, tradução nossa<sup>69</sup>, grifo nosso).

Em ambos os trechos, percebe-se uma veemência na defesa da segurança e soberania chinesas, além do seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o cerne da política externa de Xi não se resume à garantia de um ambiente internacional pacífico para o desenvolvimento econômico do país. A política de Xi amplia seu escopo, focando na defesa de interesses políticos e econômicos, mas sobretudo a defesa da soberania da China e segurança do sistema político chinês. Em ambos os trechos, também fica clara a posição firme na necessidade de fazer uso das capacidades chinesas em prol de sua própria defesa, a fim de impedir que atores externos atuem na divisão do país ou no fim de sua estabilidade doméstica, essenciais para que o país exerça seu papel de potência numa escala internacional. Ao fim do discurso, Xi posiciona a atuação do país sob sua liderança: “A China continuará a exercer seu papel como uma grande e responsável potência, tomará uma parte ativa na reforma e no desenvolvimento do sistema de governança global e continuará a contribuir com a sabedoria e força chinesas para a governança global.” (Ibidem, p.54, tradução nossa<sup>70</sup>).

A China, no Sistema Internacional, sob o atual governo, tem assumido responsabilidades internacionais e adotado um papel significativo na governança mundial. Xi “tem desenrolado várias novas iniciativas para expandir a influência da China nos níveis global e regional” (LI; POH, 2017, p.86, tradução nossa<sup>71</sup>), portanto, se faz necessário compreender o atual engajamento internacional da China em ambos os níveis. De forma geral, a China aumentou de modo veemente a sua participação multilateral, apoiando de maneira enfática as instituições e organizações multilaterais, exercendo, assim, um papel mais ativo e proativo nas instâncias internacionais:

A China foi a primeira a assinar a Carta das Nações Unidas. É um membro fundador da ONU e o único país em desenvolvimento que possui um assento permanente no Conselho de Segurança. A China continuará a ser uma verdadeira seguidora do multilateralismo. Continuará a engajar-se ativamente na reforma e no desenvolvimento do sistema de governança global. Irá vigorosamente apoiar o sistema

---

<sup>69</sup> “China will never pursue development at the expense of others’ interests, but nor will China ever give up its legitimate rights and interests. No one should expect us to swallow anything that undermines our interests. China pursues a national defense policy that is in nature defensive. China’s development does not pose a threat to any other country. No matter what stage of development it reaches, China will never seek hegemony or engage in expansion.”

<sup>70</sup> “China will continue to play its part as a major and responsible country, take an active part in reforming and developing the global governance system, and keep contributing Chinese wisdom and strength to global governance.”

<sup>71</sup> “[...] has rolled out various new initiatives to expand China’s influence at the global and regional levels.”

internacional centrado na ONU, vigorosamente apoiar a ordem internacional sustentada pelo direito internacional, e vigorosamente defender o papel central da ONU nos negócios internacionais. (XI, 2020, tradução nossa<sup>72</sup>).

O trecho acima faz parte do pronunciamento de Xi no Debate Geral da 75ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrido em setembro de 2020. O discurso aponta a defesa firme do país quanto à ONU, o que reitera seu interesse em assumir maiores responsabilidades internacionais. O maior engajamento multilateral à nível global é perceptível nas contribuições maiores feitas pelo país à paz internacional, por meio da estipulação da doação de um bilhão de dólares ao Fundo de Paz e Desenvolvimento, que já financiou 52 projetos de paz e segurança com um valor aproximado de US\$ 34 milhões<sup>73</sup>, assim como a contribuição, por meio de tropas regulares, para as operações de paz (LI; POH, 2017, p.87). Além disso, segundo os autores, o país tem desempenhado papel mais ativo em outras instituições, como o FMI e o Banco Mundial, e buscado maior aproximação com os países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

Uma área que tem recebido grande destaque e profunda transformação na atuação chinesa é a questão climática. Se em 2009, na Conferência do Clima de Copenhague, a China buscou firmar seu posicionamento de país em desenvolvimento e renegou a necessidade de assumir maiores responsabilidades internacionais no tocante à questão do aquecimento global e demais problemas ambientais, na Cúpula dos Líderes Sobre o Clima, ocorrida em abril de 2021, o país reiterou suas metas de seguir o caminho do desenvolvimento verde e de redução da emissão carbono:

Nós buscaremos uma economia e desenvolvimento social mais verdes em todos os aspectos, com especial foco no desenvolvimento verde e na energia de baixo carbono. Nós continuaremos a priorizar a conservação ecológica e perseguir um caminho de desenvolvimento verde e de baixo carbono. No ano passado, eu fiz o anúncio oficial de que a China se esforçará para atingir o pico de emissões de dióxido de carbono antes de 2030 e atingir a neutralidade de carbono antes de 2060. [...] A China está comprometida em transitar do pico de emissão de carbono para a neutralidade de carbono em um espaço de tempo bem mais curto do que pode ocorrer com os países desenvolvidos, e isso requer esforços extraordinários da China. (XI, 2021, tradução nossa<sup>74</sup>).

<sup>72</sup> “China was the first to sign on the Charter of the United Nations. It is a founding member of the UN and the only developing country that takes a permanent seat on the Security Council. China will continue to be a true follower of multilateralism. It will stay actively engaged in reforming and developing the global governance system. It will firmly uphold the UN-centered international system, firmly uphold the international order underpinned by international law, and firmly defend the UN's central role in international affairs.” Disponível em: <[http://en.qstheory.cn/2020-09/22/c\\_538079.htm](http://en.qstheory.cn/2020-09/22/c_538079.htm)> Acesso em 22 de junho de 2021.

<sup>73</sup> Disponível em: <[http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/18/c\\_139378439.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/18/c_139378439.htm)> Acesso em 22 de junho de 2021

<sup>74</sup> “We will aim to achieve greener economic and social development in all aspects, with a special focus on developing green and low-carbon energy. We will continue to prioritize ecological conservation and pursue a green and low-carbon path to development. Last year, I made the official announcement that China will strive to peak carbon dioxide emissions before 2030 and achieve carbon neutrality before 2060. [...]China has committed to

No entanto, além de expor ganhos de proatividade e, ao mesmo tempo, buscar tranquilizar o mundo quanto às intenções pacíficas da China, os discursos de Xi refletem uma defesa fervorosa quanto aos interesses nacionais chineses. No evento de comemoração do Centenário do Partido Comunista da China, ocorrido em 1º de julho de 2021, Xi assegurou o compromisso da China com a manutenção da paz:

Nós devemos continuar trabalhando para promover a construção de uma comunidade de comum destino para a humanidade. Paz, concórdia, e harmonia são ideias que a nação chinesa tem perseguido e carregado por mais de 5 mil anos. A nação chinesa não carrega traços agressivos ou hegemônicos em seus genes. [...] No caminho à frente, nós continuaremos comprometidos em promover a paz, o desenvolvimento, a cooperação, o mútuo benefício, uma política externa pacífica e independente, e o caminho do desenvolvimento pacífico. (XI, 2021, tradução nossa<sup>75</sup>).

Nesse trecho observamos a manutenção de uma retórica de apaziguamento, sobretudo quando o presidente chinês afirma que a China não possui uma identidade voltada para a busca da hegemonia. Indo além, em outros trechos do discurso, Xi afirma a intenção do país em desenvolver o “novo tipo de relações internacionais”, fazendo uso das conquistas chinesas no campo do desenvolvimento para promover novas oportunidades ao mundo. No entanto, ao mesmo tempo que o presidente resgata o compromisso com a paz e a harmonia, ele também apresenta uma visão nacionalista extremamente enfática, principalmente no campo das relações externas:

Nós chineses somos um povo que apoiamos a justiça e não nos intimidamos com ameaças ou força. Como nação, nós possuímos um forte senso de orgulho e confiança. Nós nunca intimidamos, oprimimos, ou subjugamos os povos de outros países, e nunca iremos. No mesmo sentido, nós nunca permitiremos que nenhuma força estrangeira nos intimide, oprima ou subjugue. Qualquer um que tentar fazer isso irá se encontrar em curso de colisão com uma grande muralha de aço forjada por mais de 1,4 bilhão de chineses. (XI, 2021, tradução nossa<sup>76</sup>).

No parágrafo destacado acima, fica clara a ênfase no posicionamento chinês diante de potenciais ameaças externas. Apesar de argumentar pela busca da manutenção da paz e

---

move from carbon peak to carbon neutrality in a much shorter time span than what might take many developed countries, and that requires extraordinarily hard efforts from China.” Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2021-04/22/c\\_139899289\\_2.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-04/22/c_139899289_2.htm)> Acesso em 22 de junho de 2021.

<sup>75</sup> “We must continue working to promote the building of a human community with a shared future. Peace, concord, and harmony are ideas the Chinese nation has pursued and carried forward for more than 5,000 years. The Chinese nation does not carry aggressive or hegemonic traits in its genes. [...] On the journey ahead, we will remain committed to promoting peace, development, cooperation, and mutual benefit, to an independent foreign policy of peace, and to the path of peaceful development.”

<sup>76</sup> “We Chinese are a people who uphold justice and are not intimidated by threats of force. As a nation, we have a strong sense of pride and confidence. We have never bullied, oppressed, or subjugated the people of any other country, and we never will. By the same token, we will never allow any foreign force to bully, oppress, or subjugate us. Anyone who would attempt to do so will find themselves on a collision course with a great wall of steel forged by over 1.4 billion Chinese people.”

cooperação, o que esse trecho aponta é o endurecimento da política externa do país no tocante aos seus interesses e à defesa nacional. Em outro trecho, Xi afirma a necessidade de “no caminho adiante, nós [a China] devemos demonstrar uma vigilância mais forte e estar sempre preparados para um perigo em potencial, mesmo em tempos de calma.” (Ibidem, tradução nossa<sup>77</sup>). Para tanto, ele defende a modernização da defesa nacional e das forças armadas, argumentando que “um país forte precisa ter um exército forte, já que apenas ele pode garantir a segurança da nação” (XI, 2021, tradução nossa<sup>78</sup>). Ambas as afirmativas indicam a identificação de uma identidade chinesa como grande potência de fato, militarizada e atenta a potenciais conflitos, o que pode ser associado ao tensionamento vivenciado, nos últimos anos, em sua relação bilateral com os Estados Unidos, bem como na relação com países vizinhos, principalmente no tocante aos conflitos territoriais marítimos.

Acrescente-se que, apesar de demonstrar que o país está aberto e bem-disposto a trocas culturais com o mundo, Xi define um claro limite às influências internacionais:

A nação chinesa sustentou uma civilização esplêndida por mais de 5 mil anos de história. O Partido também adquiriu uma abundante experiência por meio de suas empreitadas nos últimos 100 anos [...]. Ao mesmo tempo, nós também somos ávidos para aprender as lições que pudermos das conquistas de outras culturas, e acolhemos sugestões úteis e críticas construtivas. Nós não iremos, no entanto, aceitar pregações hipócritas daqueles que sentem que têm o direito de nos repreender. O Partido e o povo Chinês continuarão a se mover confiantemente para a frente em amplos passos ao longo do caminho que nós escolhemos para nós mesmos, e iremos garantir que o destino do desenvolvimento e progresso da China permanece firmemente apenas em nossas próprias mãos. (XI, 2021, tradução nossa<sup>79</sup>).

No trecho acima, Xi enfatiza a aversão ao julgamento internacional quanto ao modelo político e econômico adotado pela China. Também aponta que o país continuará a seguir seu próprio caminho, protegendo-se das influências estrangeiras que possam ameaçar o seu sistema político. Ao mesmo tempo, o presidente resgata o caráter civilizacional da China, ao apontar sua longa experiência histórica, além de reforçar a importância do PCC. Como um todo, o discurso de Xi no Centenário do Partido Comunista Chinês aponta claramente que o posicionamento da política externa chinesa sofreu ganhos intensos de assertividade,

---

<sup>77</sup> “On the journey ahead, we must demonstrate stronger vigilance and always be prepared for potential danger, even in times of calm.”

<sup>78</sup> “A strong country must have a strong military, as only then can it guarantee the security of the nation.”

<sup>79</sup> “The Chinese nation has fostered a splendid civilization over more than 5,000 years of history. The Party has also acquired a wealth of experience through its endeavors over the past 100 years and during more than 70 years of governance. At the same time, we are also eager to learn what lessons we can from the achievements of other cultures, and welcome helpful suggestions and constructive criticism. We will not, however, accept sanctimonious preaching from those who feel they have the right to lecture us. The Party and the Chinese people will keep moving confidently forward in broad strides along the path that we have chosen for ourselves, and we will make sure the destiny of China's development and progress remains firmly in our own hands.”

principalmente nos últimos anos da década de 2010 e no início da década de 2020, sinalizando o caminho que o país seguirá em sua inserção internacional.

Essa maior assertividade e proatividade podem ser entendidas como a transição do modelo de inserção internacional da China, do anterior baixo perfil da Ascensão Pacífica, com a KLP, para a busca por conquistas e assertividade do Sonho Chinês com a SFA. Essa visão, no entanto, fomenta um grande debate internacionalmente e, principalmente, no meio acadêmico chinês. Porém, para entender esse debate é necessário, primeiro, entender o que são as políticas da Ascensão Pacífica e do Sonho Chinês e como ambas se diferenciam.

## 2.2 DE BANDUNG AO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: *KEEPING A LOW PROFILE (KLP)*

A Ascensão Pacífica ou Desenvolvimento Pacífico, conforme a definição oficial do governo chinês, iniciou-se na década final do século XX e desenvolveu-se ao longo da primeira década do século XXI, tendo seu ápice no governo de Hu Jintao, com a publicação do “Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China”. Para compreender a atual transição do modelo de inserção internacional chinês, faz-se necessária a exposição do que é a Ascensão Pacífica, qual foi o seu contexto de criação e como ela evoluiu, transformou-se e operou durante as últimas décadas. É justamente em relação a esse processo de elaboração e evolução que esta seção focará.

O modelo de inserção internacional da Ascensão Pacífica não pode ser compreendido de forma isolada à experiência histórica do país e dos fundamentos em que se pauta. Nesse sentido, a formulação dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, de Zhou Enlai, não só influenciou a condução da política externa do país, como originou a visão de relações internacionais presente no modelo de baixo perfil da Ascensão Pacífica. Os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” surgiram no contexto da Conferência de Bandung, ocorrida em 1955, e consistiam em: “a preservação da soberania e da integridade nacional, a não agressão, a não ingerência/não intervenção em outras nações, a reciprocidade e a igualdade e a coexistência pacífica entre os Estados, independente de suas motivações ideológicas ou sistemas políticos” (CARMO; PECEQUILO, 2014, p. 38).

Os princípios refletem a importância do respeito e não interferência nos assuntos internos dos Estados, da integridade territorial, bem como a equidade em um sistema constituído por atores com identidades, papéis, status e ideologias distintas, de forma a evitar a proliferação de conflitos em escala mundial. Zhou criou uma formulação teórica que presava pelo respeito à

distinção como uma forma de produzir um cenário externo estável e favorável ao desenvolvimento de cada Estado individualmente, um olhar claramente terceiro-mundista no contexto da Guerra Fria, mas que não se limitou à sua época. A coexistência pacífica está presente nos discursos chineses de forma frequente e veemente ao longo das últimas quatro décadas, tendo sido propagada de Deng a Xi, ainda que em graus variados e com modificações sofridas ao longo dos anos.

A China vivenciou um longo período de transformações e reformas domésticas, além de abertura ao mundo, a partir de 1978: “o Partido Comunista Chinês (PCC) introduziu uma série de reformas econômicas, que culminaram com a abertura externa seletiva e a adoção de novos padrões de desenvolvimento” (VISENTINI, 2011, p.132). Sob a liderança de Deng Xiaoping, o país protagonizou “as quatro transformações”, desenvolvendo um modelo econômico único, consagrado em sua excepcionalidade com o uso da expressão “características chinesas”. No entanto, não foi apenas no campo econômico que mudanças ocorreram na condução do país pelo PCC, o campo da política externa também foi profundamente transformado com a oficialização, por Deng, da adoção de uma postura pacífica por parte do governo chinês. Essa postura se justificava principalmente em função do objetivo máximo do desenvolvimento econômico chinês, conforme Wang (2011) pontua:

Enquanto a China embarca na reforma e na abertura, o PCC faz do desenvolvimento econômico sua maior prioridade. [...] uma postura não confrontadora atrairia o investimento estrangeiro para a China e impulsionaria o comércio. Um ambiente internacional pacífico, uma posição melhor na arena global e a integração estável da China na ordem econômica existente também ajudariam na consolidação do poder do PCC domesticamente. (WANG, 2011, p.70).

Conforme apontado por Wang, a postura pacífica da China, em razão de uma leitura do momento político e econômico vivenciado pelo país, mostra-se clara na condução das relações exteriores do país por Deng Xiaoping. Trechos reunidos na obra “*Selected Works of Deng Xiaoping (1982-1992) volume 3*” exemplificam o olhar do presidente quanto ao comportamento internacional a ser adotado pelo país. Dentre os trechos selecionados destaque-se:

[...] China busca preservar a paz e a estabilidade do mundo, não as destruir. Quanto mais forte a China se tornar, melhores as chances de preservação da Paz mundial. [...]. A força crescente do Terceiro Mundo [...] é um fator importante para a paz mundial. Logo, do ponto de vista político, uma China mais forte irá ajudar a promover a paz e a estabilidade na região Ásia-Pacífico e no resto do mundo também. (DENG, 1985, p.74 e 75, tradução nossa<sup>80</sup>).

<sup>80</sup> “[...] China seeks to preserve world peace and stability, not to destroy them. The stronger China grows, the better the chances are for preserving world peace. [...] good. The growing strength of the Third World [...] is an important factor for world peace. So, from the political point of view, a stronger China will help promote peace and stability in the Asia- Pacific region and in the rest of the world as well.”



Além de ressaltar o caráter pacífico da ascensão econômica (e política) chinesa, Deng também promovia a perspectiva de que o desenvolvimento chinês seria um fator de promoção da estabilidade e da paz no Sistema Internacional. O presidente chinês ressalta a abertura da China, ao afirmar que “[...] enquanto contamos com nossos próprios esforços, nós não devemos fechar nossas portas, mas sim buscar amigos em todos os lugares. A China regozija-se com a cooperação com países desenvolvidos, e [...] países em desenvolvimento.” (DENG, 1988, p.184, tradução nossa<sup>81</sup>). Indo além, em outro trecho que destacado abaixo, Deng se aventura ao abordar a necessidade de transformação da ordem mundial e ainda propõe a adoção de uma perspectiva chinesa:

A situação geral do mundo está mudando, e cada país está pensando novas políticas apropriadas ao estabelecimento de uma nova ordem internacional. [...] Qual princípio nós devemos aplicar para guiar as novas relações internacionais? [...] Duas coisas precisam ser feitas ao mesmo tempo. Uma é o estabelecimento de uma nova ordem política internacional, a outra é o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. [...] Para uma nova ordem política internacional, eu penso que os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica [...] estabelecidos pelo Premier Zhou Enlai e o Primeiro Ministro Nehru são muito claros e simples. Nós devemos adotá-los como normas nas relações internacionais. (Ibidem, p. 184 e 185, tradução nossa<sup>82</sup>).

Com foco na busca por um cenário internacional favorável ao seu desenvolvimento e inspirando-se nos princípios de Zhou Enlai, Deng Xiaoping estabeleceu o modelo de inserção internacional de baixo perfil que influenciou fortemente a política externa do país nos governos subsequentes. Para conduzir a busca pelo desenvolvimento chinês, Deng resumiu a conduta da política externa chinesa com a “Estratégia dos 24 caracteres”, sistematizada como “*Tao Guang Yang Hui*” (韬光养晦), traduzida como “esconder nossas capacidades e esperar o nosso tempo”. Essa estratégia se resumia em: “Observar com calma; assegurar nossa posição, resolver nossos assuntos com tranquilidade; esconder nossas capacidades; ser bons em manter um baixo perfil; e nunca reivindicar liderança”<sup>83</sup>.

Como descrito no parágrafo acima, a “Estratégia dos 24 Caracteres” de Deng determina e orienta a condução de baixo perfil da política externa do país, afirmando a necessidade de ter

<sup>81</sup> “However, while relying on our own efforts, we should not close our doors but seek friends everywhere. China welcomes cooperation with developed countries, and we should also be happy to see cooperation between developing countries.”

<sup>82</sup> “The general world situation is changing, and every country is thinking about appropriate new policies to establish a new international order. [...] Then what principle should we apply to guide the new international relations? [...] Two things have to be done at the same time. One is to establish a new international political order; the other is to establish a new international economic order. [...] As for a new international political order, I think the Five Principles of Peaceful Coexistence, [...] established by Premier Zhou Enlai and Prime Minister Nehru, are very clear and simple. We should take them as norms for international relations.”

<sup>83</sup> Disponível em: < <https://www.globalsecurity.org/military/world/china/24-character.htm> > Acesso em 9 de junho de 2021.

calma na observação dos acontecimentos internacionais e na adoção de um posicionamento priorizando sobretudo a não intervenção e o não exercício de grandes responsabilidades internacionais, como se destaca do trecho “nunca reivindicar liderança”. É importante destacar que o contexto de formulação dessa política foi tanto o da introdução das reformas e da abertura do país, quanto após o massacre de Tiananmen, em 1989 (WANG, 2011, p.70), e a necessidade de o governo chinês reafirmar uma imagem positiva sobre o país frente ao Sistema Internacional. É desse contexto, dessa doutrina de Deng, que surge a Ascensão Pacífica. Mas no que essa política efetivamente consiste? Quais são os seus objetivos e como ela se desenvolveu após sua formulação por Deng?

Em linhas gerais, a Ascensão Pacífica ou “Desenvolvimento Pacífico é a política oficial da China para assegurar à sociedade internacional que sua ascensão não será uma ameaça para a paz e segurança internacionais” (ZENG, 2017, p.4). Seria, portanto, uma política direcionada a promover um ambiente internacional pacífico, de forma a também evitar possíveis retaliações ou entraves impostos pelo Ocidente ao desenvolvimento econômico e conseqüente ascensão chinesa. Na percepção de Buzan (2010), ascensão pacífica:

[...] significa que um poder crescente tem a capacidade de obter ganhos absolutos e relativos tanto em seu status material quanto de posicionamento, em relação a outras potências no sistema internacional, e fazê-lo sem precipitar grandes hostilidades entre si e seus vizinhos ou outras grandes potências. (BUZAN, 2010, p.5).

Isso significaria o incremento em termos de poder, de forma que não despertasse animosidade dos países que cercam aquele poder em ascensão e nem dos demais grandes *players* do Sistema Internacional. No caso chinês, isso se daria no tocante ao seu entorno regional, que continha o Japão como potência, por exemplo, (visto que, no contexto do fim da guerra fria, a Rússia encontrava-se em declínio de poder), e no tabuleiro internacional como um todo, com a hegemonia norte-americana. Não despertar animosidade desses países era, e permaneceu sendo nas décadas seguintes, um dos principais objetivos da política externa chinesa. Buzan aprofunda sua análise do processo de ascensão pacífica, ao apontar que:

Ascensão Pacífica envolve um processo de dois lados em que a potência em ascensão se acomoda às regras e estruturas da sociedade internacional, enquanto, ao mesmo tempo, outras potências realizam algumas mudanças nessas regras e estruturas para se ajustar à nova disposição de poder e status. (Ibidem).

Em outras palavras, seria um mútuo ajuste entre o poder em ascensão e a sociedade internacional, no tocante às regras e estruturas do sistema. Ao mesmo tempo em que a China se adequaria às normas internacionais, sobretudo ocidentais, essas normas e demais estruturas do sistema passariam por ajustes de forma a englobar as mudanças de distribuição de poder dentro

do sistema. A ascensão pacífica da China se deu, como já apontado, num contexto de transformações política e econômica chinesas que proporcionaram que o país colocasse “seu próprio desenvolvimento econômico como maior prioridade, e deduzisse a partir disso a necessidade de estabilidade nas suas relações internacionais tanto regionalmente quanto globalmente” (BUZAN, 2020, p.12). Nesse cenário, a China teria abandonado sua postura revolucionária, característica do período de governo de Mao, para a adoção de uma postura de aderência ao *status quo*:

A mudança central foi transformar o desenvolvimento da economia nacional em maior prioridade, porque isso afastou o país da sua atitude revolucionária anterior em relação à sociedade internacional, em direção a uma atitude de posicionamento mais *status quo* marcada pela participação em muitas instituições internacionais, e aceitação da maioria das regras e normas vigentes que governam ambas as ordens econômicas regional e global e as ordens políticas. (Ibidem, p.13).

O foco no desenvolvimento econômico e no uso da ascensão pacífica como ferramenta para a conquista desse objetivo aponta para um caráter profundamente lógico no tocante à leitura do cenário internacional pelo governo chinês:

[...] requeria que a China se engajasse economicamente tanto com seus vizinhos quanto com o mundo e se tornasse parte dos sistemas globais de comércio, investimento e finanças. O comprometimento da China com a ascensão pacífica foi, portanto, instrumental, porém profundo. [...] a China colocou o seu desenvolvimento econômico como maior prioridade, e deduziu com isso a necessidade de estabilidade em suas relações regionais e globais. (BUZAN; COX, 2013, p.114).

O subsequente engajamento multilateral adotado pelo país nos contextos regional e global permitiram que o país, de fato, nas décadas seguintes, “fosse parcialmente responsável por estabelecer um ambiente internacional benigno, porque fez com o que país fosse percebido como menos ameaçador e mais atrativo economicamente para seus vizinhos e para o Ocidente.” (Ibidem, p.117). Cenário pacífico do qual a China se beneficiou efetivamente em seu processo de desenvolvimento econômico, tendo chegado à posição de segunda maior economia do mundo poucas décadas depois.

A doutrina de Deng e a postura da Ascensão Pacífica perduraram ao longo dos governos seguintes de Jiang Zemin e Hu Jintao, compreendidos nas décadas de 1990 e 2000, respectivamente. Quando Jiang assume a liderança política da China, seu objetivo consiste em “inserir a China numa nova ordem internacional e restaurar a confiança internacional (...) para suavizar sua imagem internacional” (KISSINGER, 2011, p.434), uma vez que “o desenvolvimento contínuo da China exigia um aprofundamento de suas ligações com as instituições internacionais e a economia mundial” (Ibidem). Logo, o governo Jiang foi marcado pela necessidade de a China superar os acontecimentos de Tiananmen, restaurar sua imagem

perante a audiência internacional e se integrar à ordem atual, defendendo o multilateralismo, em rejeição à dominância norte-americana pós Guerra Fria. A ênfase na construção de uma ordem internacional multipolar, advinha da defesa do modelo político chinês e da necessidade de um sistema que não fosse hostil ao seu tipo de governo e à sua integridade territorial, de forma que o país contasse com um ambiente externo pacífico, favorável ao seu desenvolvimento econômico (Ibidem, p.446). Logo, a perspectiva de foco no desenvolvimento doméstico e baixo perfil internacional se manteve. “Em seu discurso ao Congresso Nacional do PCC de 2002, o Secretário Geral Jiang Zemin previu um período de ‘20 anos de oportunidade estratégica’, durante o qual a China poderia continuar a se concentrar em tarefas domésticas.” (WANG, 2011, p.70).

Nos governos de Jiang e de Hu, houve o resgate da cultura e filosofia tradicional da China, com o retorno do conceito de *Tianxia*, amplamente traduzido como “tudo abaixo do céu”. A *Tianxia* consiste em um “sistema universal que supostamente seria o mundo em ‘tudo sob o céu’. Foi desenhado para ‘criar compatibilidade entre todos os povos e nações’ (ZHAO, 2014, p.128), incorporando o princípio chinês de paz perpétua. Esse conceito, que, em síntese, visa à “grande harmonia entre todos os povos” e à paz, contempla acima de tudo uma visão harmoniosa do mundo que, no governo de Hu Jintao, se popularizou com o discurso do “mundo harmonioso”. Associado a esses conceitos estava:

[...] uma forte interpretação de não intervenção, não discriminação e o direito dos povos de determinar seu próprio desenvolvimento político e social. No caso da China, harmonia parece se basear mais agora no respeito e na preservação das diferenças, em vez do cultivo de homogeneidade em torno de uma linha ideológica específica. (BUZAN; COX, 2013, p.121).

Nesse contexto, há uma reformulação da postura chinesa externa, a partir da introdução da sua cultura clássica, de forma a assegurar ao mundo a permanência das intenções pacíficas do país, apesar da mudança de seu status de poder global. Como afirma Gonçalves (2013), o país se arma da “retórica do ‘harmônico ainda que diferente’, para promover a China como um poder emergente, mas ‘pacífico’, em oposição àqueles que falavam de uma ameaça chinesa em progresso” (p.9, tradução nossa<sup>84</sup>).

Hu, portanto, deu continuidade às visões dos líderes chineses da segunda e terceira gerações, mantendo o baixo perfil e se pautando pela coexistência pacífica, agora nomeada de “mundo harmonioso”: “‘Harmonia agora está sintetizada com coexistência pacífica’ e a ‘diversidade de civilizações’ aspira à ‘coexistência’ entre nações no desenvolvimento comum

---

<sup>84</sup> “[...] a rhetoric of ‘harmonious yet different’, in order to promote China as an emergent power yet ‘peaceful’, as opposed to those who talk about a ‘Chinese threat’ in progress.”

da humanidade” (KEITH, 2012, p.247, tradução nossa<sup>85</sup>). Logo, Hu faz uma releitura dos princípios da coexistência pacífica de Zhou Enlai, com o resgate do conceito confuciano de Harmonia. Harmonia, neste contexto, visaria justamente à coexistência pacífica entre Estados cultural, política e ideologicamente diversos, produzindo um ambiente internacional estável e próspero ao desenvolvimento (objetivos centrais na política externa da China desde Deng Xiaoping). O conceito de mundo harmonioso, por sua vez, traz consigo um novo princípio direcionado à segurança e ao desenvolvimento, com conotação multilateral (CARMO, PECEQUILO, 2014, p.46).

Vale ressaltar que o conceito da Ascensão Pacífica foi estabelecido no governo de Hu Jintao por Zheng Bijian, conselheiro político, como forma de assegurar aos demais países as intenções pacíficas da China em seu processo de ascensão. Essa perspectiva se baseava na percepção de Zheng de que:

[...] enquanto historicamente a ascensão de uma nova grande potência em geral desestabiliza a ordem internacional existente, causando rivalidades e mesmo guerras entre as grandes potências, a ascensão da China será diferente, uma vez que Beijing buscará um caminho único para adquirir pacificamente seu status de grande potência. (ZHANG, 2015, p.8).

No governo de Hu, “esconder suas capacidades e ganhar tempo” (*taoguang yanghui*, 韬光养晦), parte da “Estratégia dos 24 Caracteres” de Deng, se tornou o princípio guia da política externa chinesa, refletindo a percepção de longa duração da liderança chinesa de que “[...] a reforma e o desenvolvimento domésticos e a restauração do status de grande potência do país requereriam um ambiente internacional pacífico e estável.” (Ibidem). Para formalizar seu compromisso com a Ascensão Pacífica, a China publicou, em 2011, o “Documento Branco do Desenvolvimento Pacífico da China”. Mostra-se necessária a exposição de alguns trechos do documento para melhor compreender a retórica da Ascensão Pacífica.

Já no início do documento, no tópico I, “O Caminho para o Desenvolvimento Pacífico: No que Consiste”, o governo chinês define o desenvolvimento pacífico (termo que substitui a Ascensão Pacífica) da seguinte maneira:

**A China deve se desenvolver preservando a paz mundial e contribuindo para a paz mundial por meio do seu próprio desenvolvimento.** Deve conquistar seu desenvolvimento por seus próprios esforços e por meio da condução da reforma e inovação; ao mesmo tempo, deve se abrir para fora e aprender com outros países. Deve buscar benefícios mútuos e desenvolvimento comum com outros países ao se manter na tendência da globalização econômica, e **deve trabalhar junto com outros países para a construção de um mundo harmonioso** de paz durável e prosperidade

<sup>85</sup> “‘Harmony is now synthesized with peaceful coexistence’ and the ‘diversity of civilizations’ aspires to ‘coexistence’ between civilizations within the common development of mankind.”

comum. Esse é um caminho de um desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum. (STATE COUNCIL, 2011, tradução nossa<sup>86</sup>, grifo nosso).

Nesse trecho, que apresenta uma definição geral do que seria o desenvolvimento pacífico, seus objetivos e sua relação com os demais países, destaca-se a perspectiva do governo chinês de que o desenvolvimento da China teria por consequência a paz mundial, isto é, não seria um fim em si mesmo, mas um instrumento mais amplo de contribuição para a paz mundial. Ao longo do documento, ressalta-se a intenção de promover um ambiente internacional pacífico e próspero para a China, bem como para os demais países, por meio da adoção de uma postura internacional pacífica, multilateral e cooperativa, de forma a contribuir com o desenvolvimento de outras nações, postura designada como “desenvolvimento comum” e “desenvolvimento cooperativo”. Também em destaque no trecho acima está a afirmativa da intenção do país em construir, em conjunto com outros Estados, um “mundo harmonioso”, expressão muito adotada nos discursos e pronunciamentos do governo chinês, sendo a vertente internacional do conceito adotado domesticamente de “sociedade harmoniosa”.

A construção de um mundo harmonioso é destaque na seção III, “As Políticas Exteriores da China na Busca pelo Desenvolvimento Pacífico”, conforme indicado no trecho: “A política externa da China visa contribuir para a paz e promover o desenvolvimento comum. A China advoga a construção de um mundo harmonioso de paz durável e prosperidade comum e trabalha com outros países na busca por esse objetivo.” (STATE COUNCIL, 2011, tradução nossa<sup>87</sup>). O documento também toca numa questão que foi delicada durante o período da Ascensão Pacífica, principalmente no governo Hu: a assunção de responsabilidades internacionais, fato sobre o qual a China foi amplamente cobrada no Sistema Internacional, inclusive pelos Estados Unidos. Quanto a isso, o governo chinês se posicionou da seguinte forma:

Para a China, o mais populoso país em desenvolvimento, governar-se bem é o mais importante cumprimento de sua responsabilidade internacional. Como um membro responsável da comunidade internacional, a China cumpre a lei internacional e os princípios geralmente reconhecidos que governam as relações internacionais, e avidamente cumpre sua responsabilidade internacional. [...] **Por sua vez, a China**

---

<sup>86</sup> “China should develop itself through upholding world peace and contribute to world peace through its own development. It should achieve development with its own efforts and by carrying out reform and innovation; at the same time, it should open itself to the outside and learn from other countries. It should seek mutual benefit and common development with other countries in keeping with the trend of economic globalization, and it should work together with other countries to build a harmonious world of durable peace and common prosperity. This is a path of scientific, independent, open, peaceful, cooperative and common development.”

<sup>87</sup> “China's foreign policy aims to uphold world peace and promote common development. China advocates the building of a harmonious world of durable peace and common prosperity and works with other countries in pursuing this goal.”

**assumirá mais responsabilidades de acordo com o crescimento de sua força geral.**  
(STATE COUNCIL, tradução nossa<sup>88</sup>, grifo nosso).

No trecho acima, fica clara a resistência do país em assumir responsabilidades internacionais, apontando para as grandes dimensões populacionais do país e para o fato dele ser um país em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o país defende seu posicionamento novamente apontando que focar em seu próprio desenvolvimento seria a melhor forma de exercer sua responsabilidade internacional. Além disso, destaca-se a afirmativa de que a China passaria a exercer mais responsabilidades internacionais de acordo com a evolução de seu poder, de seu status no Sistema Internacional. Por fim, na seção V, “O que o Desenvolvimento Pacífico da China Significa para o Resto do Mundo”, o documento reitera a postura pacífica da ascensão chinesa, diferenciando esse processo da ascensão hegemônica:

**O desenvolvimento pacífico da China fugiu do padrão tradicional em que uma potência em ascensão estava destinada a buscar hegemonia.** [...] Com intensa apreciação de sua tradição histórica e cultural de vários milhares de anos, da natureza da globalização econômica, das mudanças nas relações internacionais e do cenário da segurança internacional no século XXI, assim como dos interesses e valores comuns da humanidade, a China se decidiu pelo desenvolvimento pacífico e por uma cooperação mutuamente benéfica como forma fundamental para realizar sua modernização, participar nos assuntos internacionais e lidar com as relações internacionais. [...] **A China não pode se desenvolver em isolamento do resto do mundo, e a prosperidade e estabilidade global não podem ser mantidas sem a China.** (STATE COUNCIL, 2011, tradução nossa<sup>89</sup>, grifo nosso).

Nesse trecho, como mencionado, o posicionamento contrário à busca por hegemonia pela China é ressaltado, assim como o caráter civilizacional milenar é resgatado, reforçando a postura pacífica do processo de ascensão do país. No trecho, destaca-se também a afirmativa de que a China não pode desenvolver-se de forma isolada, e que o país exerce um papel essencial na maximização de prosperidade e de estabilidade internacionais. Como um todo, o documento é essencial para entender o posicionamento do país no tocante ao seu próprio crescimento, aos impactos que isso poderia proporcionar ao mundo e, sobretudo, em como a

---

<sup>88</sup> “For China, the most populous developing country, to run itself well is the most important fulfillment of its international responsibility. As a responsible member of the international community, China abides by international law and the generally recognized principles governing international relations, and eagerly fulfills its international responsibility. [...] For its part, China will assume more international responsibility as its comprehensive strength increases.”

<sup>89</sup> “China’s peaceful development has broken away from the traditional pattern where a rising power was bound to seek hegemony. [...] With a keen appreciation of its historical and cultural tradition of several thousand years, the nature of economic globalization, changes in international relations and the international security landscape in the 21st century as well as the common interests and values of humanity, China has decided upon peaceful development and mutually beneficial cooperation as a fundamental way to realize its modernization, participate in international affairs and handle international relations. [...] China cannot develop itself in isolation from the rest of the world, and global prosperity and stability cannot be maintained without China.”

China se enxerga dentro do cenário internacional. Claramente se trata da retórica oficial do governo chinês, uma vez que, mesmo no governo Hu, sobretudo na segunda metade, a China passou a adotar comportamentos mais assertivos, como aponta Johnston: “[...] a diplomacia mais assertiva da China na conferência do clima de Copenhague em Dezembro de 2009; sua raivosa reação à venda de armas dos EUA para Taiwan em janeiro de 2010 e à visita de Dalai Lama [ aos EUA ] [...]; sua aparente mais contundente reivindicação do Mar do Sul da China [...]” (JOHNSTON, 2013, p.9).

Esse ativismo diplomático se deu, sobretudo, pelo uso da economia como ferramenta política, principalmente no entorno regional chinês. Para tal, a China reforçou a perspectiva do seu crescimento como um jogo de soma positiva ao beneficiar economicamente os países asiáticos, seja por meio da concessão de empréstimos sem condições atreladas (ao contrário da prática dos países e instituições ocidentais), além do acesso ao seu mercado consumidor (Ibidem, p.365). Além disso, a China de Hu visava combater a ideia de uma hegemonia liderando o SI, no caso, defendendo o multilateralismo e oposição à dominância dos EUA. O intuito desse ativismo diplomático consistia na promoção de um mundo multilateral, equilibrado e estável à continuidade do crescimento chinês e dos demais interesses nacionais. Interesses que incluíam a defesa da soberania, da unidade territorial e o já mencionado desenvolvimento econômico. Havia, portanto, uma tensão entre “o desejo da China de aumentar seu poder e status dentro da sociedade internacional, ao mesmo tempo em que era relutante em assumir responsabilidades para priorizar o seu próprio desenvolvimento” (BUZAN, 2014, p.393, tradução nossa<sup>90</sup>) que, ao seu olhar, era benéfico para o mundo.

Esses ganhos de assertividade teriam se aprofundado após o início do governo de Xi Jinping, em 2012, e a sua nova formulação da política externa da China com o estabelecimento do conceito do Sonho Chinês. É justamente esse novo princípio condutor do comportamento internacional da China que será explorado na próxima seção.

### 2.3 SONHO CHINÊS: *STRIVING FOR ACHIEVEMENT (SFA)*

No começo do século XXI, com o baixo perfil da Ascensão Pacífica, o não alinhamento e o não exercício de responsabilidades internacionais se alinhavam com uma visão predominante emergente da China, uma percepção da China como uma potência futura, não estabelecida, ainda de fato. No entanto, a China vivenciou um bem-sucedido processo de

---

<sup>90</sup> “China’s desire to increase its power and status within international society, while at the same time being reluctant to take responsibility on the grounds of needing to prioritize its own development, which also benefits the rest of the world.”



desenvolvimento econômico e de ascensão política no cenário internacional. Essa percepção ganhou maior destaque após a crise financeira internacional de 2008, momento em que a China passou a se enxergar e a se projetar não mais como uma potência emergente, mas uma potência de fato. Como aponta Kissinger:

O colapso dos mercados financeiros americano e europeu em 2007 [...] solapou gravemente a mística da proeza econômica ocidental. Isso suscitou uma nova onda da opinião pública chinesa [...] no sentido de que uma mudança fundamental na estrutura do sistema internacional estava ocorrendo. (KISSINGER, 2011, p. 481).

No trecho acima, fica clara a mudança de percepção da opinião pública chinesa quanto ao status do próprio país. É importante destacar o contexto doméstico de incremento do sentimento nacionalista que antecedeu o governo de Xi, o qual incitou um debate na esfera pública quanto ao abandono da ascensão pacífica e do baixo perfil. Conforme Zeng (2017) aponta, o sentimento nacionalista popular aumentou após a crise de 2008, como exposto no livro “O Sonho da China”, do coronel Liu Mingfu, no qual afirma que a China deveria “abandonar sua política exterior modesta e construir o mais poderoso exército de forma a deter os EUA” (ZENG, 2017, p.9). Nessa obra, Liu define como principal meta da China tornar-se o país número um do mundo, promovendo um mundo harmonioso por meio do exercício de uma liderança mais sábia do que a americana. Além disso, o autor rejeita a concepção da ascensão pacífica, argumentando que “[...] a ascensão da China – e um mundo pacífico – pode ser preservado apenas se a China cultivar um espírito marcial e reunir força militar suficiente para dissuadir ou, se necessário, derrotar seus adversários.” (KISSINGER, 2011, p.486). Esse posicionamento, ainda que um tanto extremo, exemplifica o contexto crescente do nacionalismo chinês em que se inicia o governo de Xi Jinping. Ainda que não de forma tão enfática quanto o posicionamento do Coronel Liu, a demanda pela adoção de uma política externa mais adequada à nova percepção da China como uma potência de fato se faz presente.

É nesse contexto que Xi Jinping inicia seu governo, no 18º Congresso do PCC, ocorrido em novembro de 2012, e passa a adotar uma postura de política externa qualificada como mais assertiva e proativa nos assuntos internacionais, principalmente com o estabelecimento do Sonho Chinês. O Sonho Chinês foi primeiro anunciado por Xi Jinping, quando visitou a exposição “O Caminho para o Rejuvenescimento” do Museu Nacional da China, quando “proclamou que realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa é o grande sonho da nação chinesa na História moderna. Essa primeira referência ao “Sonho Chinês” (*zhongguo meng*, 中

国梦) por Xi foi subsequentemente reforçada em seu discurso inaugural” (LI; POH; 2017) em 2013, no 12º Congresso Nacional do Povo.

Esse posicionamento indicava uma grande mudança no discurso oficial chinês em relação à perspectiva anterior, estabelecida por Deng, de manutenção de um baixo perfil. O Sonho Chinês já foi concebido atrelado ao rejuvenescimento nacional chinês, sendo o meio de alcançar esse objetivo: “o ‘Sonho Chinês’ é apresentado como a visão para o desenvolvimento chinês nas próximas décadas e seu conceito central é o ‘rejuvenescimento’ (*fluxing*, 复兴) nacional.” (SØRENSEN, 2015, p.55). Além disso, é criado de forma a guiar a nova fase da política externa chinesa, uma vez que o conceito também possui uma dimensão internacional, visto que Xi “queria rejuvenescer o papel da China nos negócios internacionais, propondo um arranjo de novos conceitos para a condução da política externa chinesa” (HU, 2019, p.2). É possível observar esses conceitos no trecho do discurso proferido por Xi, após o 18º Congresso Nacional do PCC:

O grande rejuvenescimento da nação chinesa tem demonstrado expectativas positivas sem precedentes. Nossa responsabilidade é unir e liderar pessoas de todo o partido e de todos os grupos étnicos [...] e continuar a trabalhar para realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa de forma que **a nação chinesa se posicione de forma mais firme e mais poderosa entre todas as nações ao redor do mundo** e contribua de forma grandiosa para a humanidade. (XI, 2012, tradução nossa<sup>91</sup>, grifo nosso).

Além do discurso de 2012, no mencionado 12º Congresso Nacional do Povo, em 2013, Xi apresentou, de forma mais clara, a perspectiva do Sonho Chinês: “**O grande rejuvenescimento da nação chinesa é o sonho de toda a nação** assim como de cada indivíduo. [...] O Sonho chinês, depois de tudo, é o sonho do povo. Nós devemos realizá-lo dependendo intimamente do povo, e nós devemos incessantemente trazer benefícios para o povo.” (XI, 2013, tradução nossa<sup>92</sup>, grifo nosso). Em ambos os discursos apresentados, Xi traz uma retórica forte, com uma perspectiva nacionalista do país, apontando a responsabilidade do governo e do próprio povo no processo de rejuvenescimento nacional chinês, o principal objetivo a ser

<sup>91</sup> “The great revival of the Chinese nation has demonstrated unprecedented bright prospects. Our responsibility is to unite and lead people of the entire party and of all ethnic groups around the country [...] and continuing to work for realising the great revival of the Chinese nation in order to let the Chinese nation stand more firmly and powerfully among all nations around the world and make a greater contribution to mankind.” Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20338586>> Acesso em 16 de junho de 2021.

<sup>92</sup> “The great rejuvenation of the Chinese nation "is a dream of the whole nation, as well as of every individual [...]. The Chinese dream, after all, is the dream of the people. [...] We must realize it by closely depending on the people, and we must incessantly bring benefits to the people.” Disponível em: < [https://www.chinadaily.com.cn/china/2013npc/2013-03/18/content\\_16315025.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2013npc/2013-03/18/content_16315025.htm)> Acesso em 16 de junho de 2021.

alcançado, que consistiria na realização do Sonho Chinês. Na visão de Zhao (2014), o Sonho Chinês nada mais é do que um sonho, e “um sonho contempla a busca de uma mudança para uma vida melhor ou grande sucesso” (p.128). O Sonho Chinês, portanto, seria um sonho de modernização, tal qual o Sonho Americano ou o Europeu: “no que concerne a esses sonhos, eles são infelizmente típicos, ainda que um pouco distintos, sonhos de modernidade [...]” (Ibidem, p.139). No caso chinês, essa modernização se daria por meio da realização do rejuvenescimento nacional do país. Mas no que consistiria esse rejuvenescimento nacional? Em que contexto cultural e social ele se insere?

Segundo Wang (2013), o conceito de rejuvenescimento nacional está fortemente enraizado com a história e a experiência nacional chinesas. O autor afirma que “como cidadãos do ‘Reino Central’, os chineses sentem um forte senso de escolha e orgulho de sua civilização antiga e suas conquistas.” (WANG, 2013, p.3 e 4). Além disso, o povo chinês se refere à “experiência traumática em face das invasões ocidentais e japonesas como um trauma nacional. Após sofrerem um grande declínio da força e status nacional, esse grupo tem uma forte determinação de reviver seu passado glorioso e sua força. Isso é o Sonho Chinês” (Ibidem, p.4). Tanto o passado glorioso da civilização chinesa, quanto o “século da humilhação”, período de declínio do status chinês e fim do império, constituem elementos essenciais na construção da identidade nacional chinesa. Além disso, o contraste entre essas duas experiências, força contra fraqueza, poder contra submissão, reforçam o nacionalismo chinês e intensificam a vontade por trás do rejuvenescimento nacional. Conforme o autor aponta, o rejuvenescimento nacional não é algo novo na história recente da política chinesa, tanto Jiang Zemin quanto Hu Jintao promoviam esse objetivo. Logo, nesse sentido, essa política é uma continuidade do que foi promovido anteriormente. O que mudaria seria a forma de promover esse rejuvenescimento, fato que se reflete na postura internacional do país. O nacionalismo, portanto, daria o respaldo necessário para a adoção de uma postura mais assertiva no cenário internacional:

De fato, a ascensão do nacionalismo dentro da China criou o contexto para a narrativa do Sonho Chinês. Desde que Xi chegou ao poder, o governo fez declarações fortes e firmes em várias ocasiões. O comportamento de política externa chinesa tem, de fato, se tornado mais assertivo, o que contraria a narrativa da paz. (WANG, 2013, p.10).

O Sonho Chinês estaria inserido dentro da perspectiva de Xi de que a China, com a transformação de sua política externa, estaria vivenciando uma nova era do socialismo com características chinesas. A transformação proposta por Xi transformaria a política externa do país, conforme mencionado, em uma de política de alto perfil e de proatividade, tratando-se de “uma abordagem mais forte e ousada da China em relação à garantia da soberania e dos

interesses centrais chineses.” (SØRENSEN, 2015, p.62). Uma evidência dessa mudança de postura, liderada por Xi, consistiu no abandono do termo “*taoguang yanghui*”, enfatizando-se que o país deveria ‘buscar conquistas’ (*fenfa youwei*), que agora se tornou o principal tema da diplomacia chinesa.” (CHANG-LIAO, 2016, p.83).

Na visão de Wei (2020), apesar do modelo do “*striving for achievements*” ter se tornado mais veemente após a crise de 2008 e o início do governo Xi, a política do SFA nasce como ASA – *Attaining Some Achievement* (entendido aqui como “alcançar algumas conquistas”), estipulada em conjunto com a KLP por Deng Xiaoping: “[...] a diplomacia chinesa tem seguido a doutrina desenvolvida pelo falecido Deng Xiaoping: ‘manter um baixo perfil’ (*tao guang yang hui*, futuramente a KLP), alcançando alguma conquista (*you suo zuo wei*, futuramente ASA).”(WEI, 2020, p.1 e 2). Segundo Wei, as raízes da SFA estiveram presentes desde a doutrina de Deng, além disso, o autor entende que a ASA passou por uma evolução gradual “[...] de ‘alcançar algumas conquistas apenas em algumas áreas, não em outras’ [...], ‘alcançar algumas conquistas proativamente’ [...], até ‘buscar conquistas’ [...]” (Ibidem, p.3). Evoluindo até o atual “*striving for achievement in a new era*” estabelecido, no contexto do Sonho Chinês, por Xi Jinping mais recentemente. É importante apresentar esse histórico de forma a compreender o processo de transformação vivenciado pela estratégia do SFA dentro do contexto do governo de Xi e da política do Sonho Chinês.

Com Xi, o que antes era a busca por algumas conquistas de forma secundária à preservação do status quo e da estabilidade mundial, foi modificado para a efetiva busca proativa por conquistas, sobretudo no tocante aos interesses nacionais chineses. Esse posicionamento mostrou-se claro, desde o início do governo Xi, em sua retórica:

A China irá permanecer no caminho do desenvolvimento pacífico, mas nunca irá desistir de seus direitos legítimos e nunca irá sacrificar seus interesses nacionais centrais. Nenhum país deve presumir que a China irá trocar seus interesses centrais ou irá permitir que danos sejam feitos à soberania, segurança e aos interesses do desenvolvimento da China. (XI, 2013, apud LI; POH, 2017, p.86, tradução nossa<sup>93</sup>).

Ainda que em governos anteriores a defesa da soberania e segurança da China tenha se mantido, Xi se posicionou de forma bem mais enfática na sua defesa, uma vez que o atual status de potência efetiva permite que o país se posicione dessa forma. Nesse sentido:

A China modificou seu posicionamento nos assuntos mundiais como uma ‘grande potência’ (ou país central), em razão do rápido crescimento de seu poder nacional. Para Xi, a diplomacia de grande potência da China deve salientar as características chinesas, o estilo chinês e a confiança chinesa. Já que a China já se tornou uma grande

---

<sup>93</sup> “[China] will stick to the road of peaceful development, but will never give up [its] legitimate rights and will never sacrifice [its] national core interests. No country should presume that [China] will trade [its] core interests or will allow harm to be done to [China’s] sovereignty, security or development interests.”

potência com influência global e capacidades, não deve manter tímida a realidade do seu grande poder. (HU, 2019, p.2).

Na perspectiva defendida por Xi, dentro das alterações propostas e atreladas ao Sonho Chinês, a China deveria adotar uma “diplomacia de grande potência com características chinesas em uma nova era”, isto é, uma postura ativa e assertiva na condução de sua política externa, uma vez que a China não mais se encontraria na posição de se tornar uma potência, e sim na posição concreta de grande potência. Logo, o tempo de “esconder as capacidades” teria passado e seria o momento de atuar de forma firme na defesa de seus interesses nacionais. O Sonho Chinês, por sua vez, manifesta-se em três âmbitos distintos da política chinesa: o doméstico, o regional e o internacional. É importante entender como o governo de Xi estabelece o Sonho Chinês em cada um desses níveis, por isso, abordar-se-á em sequência os objetivos e as políticas estabelecidas em cada um deles.

Conforme já mencionado, o Sonho Chinês consiste na realização do grande rejuvenescimento da China, por meio da liderança do partido e unidade do país. Além disso, “sempre foi enfatizado que ‘socialismo com características chinesas’ (*zhongguo tese shehuizhuyi*, 中国特色社会主义) é o único caminho para realizar o ‘Sonho Chinês’” (SØRENSEN, 2015, p.54), sendo esse o sonho de uma melhor qualidade de vida para o povo chinês. A visão de que apenas sob a liderança do PCC o sonho de uma vida melhor pode ser realizado (WANG, 2013) consiste em uma importante ferramenta de legitimidade popular tanto do Sonho Chinês quanto do próprio sistema político da China (encabeçado pelo PCC), uma forma de promoção da identidade nacional centrada no partido (SØRENSEN, 2015). Essa agenda do rejuvenescimento nacional se apresenta de forma mais concreta na política dos “objetivos dos dois centenários”, que consiste:

Eu firmemente acredito que o objetivo de construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos pode ser alcançado em 2021, quando o PCC celebra seu centenário; o objetivo de transformar a China em um país socialista moderno que é próspero, forte, democrático, avançado culturalmente e harmonioso pode ser alcançado até 2049, quando a RPC marca seu centenário; e o sonho do rejuvenescimento da nação chinesa estará, até lá, realizado.” (XI, 2014, p.59, tradução nossa<sup>94</sup>).

Essa política, portanto, pautar-se-ia em dois grandes prazos para a evolução chinesa em termos econômicos, políticos e sociais: 2021 e 2049. Segundo Sørensen (2015), o Sonho

---

<sup>94</sup> “I firmly believe that the goal of bringing about a moderately prosperous society in all respects can be achieved by 2021, when the CPC celebrates its centenary; the goal of building China into a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious can be achieved by 2049, when the PRC marks its centenary; and the dream of the rejuvenation of the Chinese nation will then be realized.”

Chinês, no âmbito doméstico, sob a realização do rejuvenescimento nacional por meio da agenda do “*two centenary goals*” (objetivos dos dois centenários), faria parte da estratégia do governo chinês para a manutenção da estabilidade doméstica e do controle e legitimidade do PCC sobre o sistema político do país.

No tocante ao âmbito regional, houve a manutenção do discurso da China como elemento estabilizador da região e agente da promoção da paz e da prosperidade. No entanto, a assertividade da “nova” política externa do governo Xi se manifestaria no maior envolvimento chinês nas questões regionais, buscando o exercício de um papel de maior responsabilidade e liderança regional, seja por meio da maior integração multilateral nos órgãos já existentes, como os diálogos com a ASEAN, quanto como pelo estabelecimento de instituições multilaterais chinesas, como o Banco Asiático de Investimentos e Infraestrutura (AIIB).

No nível regional, ele argumenta pela condução da diplomacia de vizinhança, baseada na amizade, sinceridade, benefícios mútuos e inclusão (亲诚惠容的周边外交), e pela abordagem certa no tocante a princípios e interesses (正确的义利观) ao lidar com países em desenvolvimento ou pobres. (HU, 2019, p.2).

Se internamente, a promoção do Sonho Chinês é legitimada pela associação conferida dessa política ao rejuvenescimento e conseqüente melhora no bem-estar social da China, no cenário internacional, a percepção da sociedade internacional é mais cautelosa quanto às verdadeiras intenções chinesas, fomentando um verdadeiro debate. Na ótica internacional, a grande questão consiste em se a ascensão do país irá “ou alterar a balança de poder ou a sua crescente interdependência irá integrar mais a China com o resto do mundo” (WANG, 2013, p.9). Há, segundo Wang (2013), um grande questionamento se a China modificaria seu comportamento de uma potência *status quo* para uma potência revisionista do sistema internacional. Na visão do autor, a percepção chinesa, por meio do uso do termo “rejuvenescimento”, seria adquirir novamente “o status e o poder internacionais perdidos pela China, em vez de obter algo inteiramente novo. [...] os chineses consideram o processo de rejuvenescimento como a restauração da justiça, em vez de ganho de vantagens sobre outros [países]” (Ibidem). Logo, seria um processo de retorno a um status perdido durante o “século de humilhação”, por meio de um legítimo processo de expansão de poder e influência. Em sua retórica, o presidente Xi defende:

[...] no nível global, Xi tem aclamado pela construção de uma **comunidade com o futuro compartilhado para a humanidade** (人类命运共同体), construção de um **novo modelo de relações internacionais** (新型国际关系) e pela promoção da evolução do sistema de governança global. (HU, 2019, p. 2, grifo nosso).

Nesse trecho, destacam-se dois importantes conceitos adotados por Xi na comunicação oficial do seu governo, no tocante a sua postura global. A primeira seria “comunidade de comum destino” (*mingyun gontongti*, 命运共同体) (SØRENSEN, 2015, p.63), que seria a promoção da prosperidade e estabilidade, por meio do Sonho Chinês, em um escopo mais ampliado para os demais países além da China, sobretudo os de seu entorno geoestratégico. O segundo conceito destacado é a construção de um novo tipo de relações internacionais (*xinxing guoji guanxi*, 新型国际关系) (Ibidem, p.59), baseado na perspectiva de que a China estabeleceria uma nova forma de relações internacionais, por meio da inclusão de características chinesas. Esse novo tipo adotaria uma abordagem de “cooperação ganha-ganha e a comunidade de comum destino [...], buscando o desenvolvimento aberto, inovador e inclusivo que beneficia a todos, promovendo trocas entre civilizações e harmonia [...]” (HU, 2019, p.10).

Nesse contexto também se insere a perspectiva de adoção de uma “diplomacia de grande potência” que se manifesta na adoção de uma estratégia diplomática condizente com uma grande potência, status atual da China, segundo a visão do governo Xi. Esta diplomacia consistiria no “desenvolvimento de uma abordagem diplomática distinta adequada ao seu papel de grande potência ... somando à prática e experiências passadas para conduzir a diplomacia com preponderante característica e visão chinesas” (LI; POH, 2017, p.85). A postura da política externa do atual governo chinês pode ser resumida a partir dos aspectos-chave divulgados por Xi, em 2018, na Conferência Central de Trabalhos Relacionados a Negócios Internacionais, resumidos por Hu (2019) abaixo:

Primeiro e antes de tudo, ele [Xi] quer que haja uma liderança centralizada, unificada do Comitê Central do PCC sobre todo o trabalho externo no cumprimento da missão de realizar o rejuvenescimento nacional. Segundo, o principal propósito da política externa chinesa é promover a construção de uma **comunidade de comum destino** para a humanidade. Terceiro, a China deve impulsionar a construção da ‘*Belt and Road*’ e alcançar crescimento compartilhado por meio da colaboração internacional na base do respeito e cooperação mútua. Quarto, a China deve liderar a reforma do sistema de governança global com o conceito de justiça e equidade. Quinto, a China deve desenvolver parcerias globais enquanto avança em sua agenda diplomática. Sexto, a China deve **adotar os interesses nacionais centrais como a linha limite para salvaguardar sua soberania, segurança e interesses do desenvolvimento nacional**. (HU, 2019, p.2, grifo nosso).

O trecho acima resume diferentes aspectos da política externa de Xi Jinping. Enquanto observamos a manutenção do discurso da paz e da cooperação, que existiam e eram destaque do período da Ascensão Pacífica, ao fim observamos a defesa incisiva dos interesses nacionais, apontando que eles, sobretudo a soberania e a segurança da China e de seu sistema político, são inegociáveis para o país. Ao mesmo tempo também observamos o desejo do país de influenciar

na reforma do sistema internacional, incluindo elementos com características chinesas, de forma que esse se torne favorável aos interesses chineses, sobretudo o rejuvenescimento e o desenvolvimento do país. Essa seria a política de “buscar conquistas em uma nova era” promovida por Xi na atualidade, dentro do contexto do Sonho Chinês. Dentro dessa política, o país passou a adotar uma nova abordagem no seu comportamento internacional, com uma postura mais assertiva no tocante a questões como a governança internacional, atuando de forma mais enfática na construção de parcerias e, sobretudo, adotando uma defesa mais forte dos seus interesses nacionais centrais, fazendo uso do seu novo status econômico e geopolítico para expandir sua influência internacional. Essa postura pode ser observada na maior participação multilateral do país, bem como em sua relação com os Estados Unidos e em sua atuação nos conflitos territoriais com os países vizinhos, assunto abordado no primeiro capítulo desta pesquisa.

#### 2.4 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: O DEBATE ACADÊMICO CHINÊS

A transição da política externa, ou a assertividade conferida pelo governo Xi à inserção internacional da China, tem se tornado um tema cada vez mais frequente nas publicações internacionais e nas chinesas. A formação de um verdadeiro debate acadêmico chinês, enriquecido por uma multiplicidade de visões e interpretações dos pronunciamentos, posicionamentos e efetivas políticas adotadas pela China (apresentados na seção anterior), mostra-se relevante para a melhor compreensão da percepção chinesa sobre o modelo de política externa que tem sido adotado na atualidade pelo país. A política do Sonho Chinês, a proposta do rejuvenescimento nacional e suas implicações internacionais estão sujeitas a múltiplas interpretações. Como destaca Pu (2017), “O rejuvenescimento da nação chinesa significa que a China deveria se tornar um poder hegemônico na Ásia e no mundo? Para alguns [acadêmicos], o Sonho Chinês passa uma mensagem clara.” (p.132,). Indo além, o autor aponta que muitas “[...] interpretações implicam que a China quer se tornar outra superpotência, ou até a nação mais poderosa do mundo” (Ibidem). No entanto, outras visões apontam que “[...] até mesmo o status de [potência] número dois talvez seja muito elevado para a China” (Ibidem, p.133).

Zeng (2017) também aponta a emergência desse debate que questiona a mudança da política externa chinesa, afirmando que recentemente “[...] o uso crescente dos interesses nacionais chineses é estritamente ligado à estratégia de desenvolvimento pacífico da China. No



debate sobre os interesses principais [...] argumenta-se que o desenvolvimento pacífico [...] é ‘eficiente’ na garantia dos principais interesses da China.” (p.3 e 4). Essa visão se contrapõe à dos estudiosos que acreditam que a ascensão pacífica é obsoleta e que outros países vizinhos têm se aproveitado dessa política para minar os interesses chineses, como observado nos conflitos territoriais sobre as ilhas do Mar do Sul da China. Logo, muitos “concluem que a estratégia do desenvolvimento pacífico não tem mais sido propícia a proteger os principais interesses da China [...]” (Ibidem).

Wei (2020) amplia a exposição do debate, apontando o papel exercido por ele na evolução da política externa e seus ganhos de assertividade. Para o autor, como já mencionado neste capítulo, a política da assertividade, “*striving for achievement*”, SFA, é resultado da evolução do buscar alguma conquista, do inglês “*attaining some achievement*”, ASA, através dos debates ocorridos e das questões que eles buscaram responder:

Tratando a ASA como uma contínua busca por conquistas, o autor argumenta que o tema desses debates evoluiu de ‘alcançar algumas conquistas apenas em algumas áreas, não em outras’ (*you suo wei, you suo bu wei*), ‘alcançar algumas conquistas proativamente’ (*ji ji you suo zuo wei*), até ‘buscar conquistas’ (*fen fa you wei*). Os debates visaram responder três perguntas em termos de diplomacia chinesa e do papel internacional: quanto conquistar, o que conquistar e como conquistar.” (WEI, 2020, p.3).

O autor aponta a divisão de visões dos acadêmicos chineses no tocante à resposta dessas questões, fato que reflete as diferentes abordagens teóricas e preferências estratégicas dos estudiosos. No questionamento sobre quanto atingir, o que vem à tona é um debate em torno das distintas interpretações e estimativas do poder chinês em oposição à distribuição atual de poder no Sistema Internacional. No tocante ao que conquistar, o foco é justamente no poder estratégico, normativo e institucional da China. Por fim, no questionamento sobre como conquistar, o debate se divide em três dimensões: a relação de transição entre as políticas da KLP e SFA; as relações entre as grandes potências; e o posicionamento da China, em termos de identidade, dentro do Sistema Internacional (WEI, 2020, p.4).

Cada “turno” do debate acadêmico, ao longo das últimas décadas, possui estreita relação com as transformações vivenciadas pela estratégia de inserção internacional da China e refletem, como mencionado, a multiplicidade de interpretações do poder, das capacidades relativas, chinesas vis-à-vis o Sistema Internacional e a potência já estabelecida, os EUA. A análise da política externa chinesa, no entanto, é complexa, uma vez que se “por um lado a política externa da China é clara e simples de entender por que quase todos oficiais chineses e a mídia pública parecem seguir a mesma linha oficial [...] e apresentam uma voz predeterminada pelo governo” (FENG; HE, 2020, p.1 e 2), por outro lado é muito difícil analisar “[...] as fontes

da política externa da China, especialmente como e por que a China tomou uma decisão específica de política externa em um momento específico, assim como quando e sob qual condição a China modificará seu comportamento de política externa no futuro.”(Ibidem).

O difícil acesso às fontes impulsiona a relevância do estudo dos próprios acadêmicos chineses, seus posicionamentos e reflexões quanto à mudança da política externa chinesa: ‘é hora de prestar atenção ao emergente programa de pesquisa sobre o estudo dos acadêmicos chineses de Relações Internacionais, especialmente seus debates internos, como um novo espaço para o entendimento da política externa da China’ (FENG; HE, 2020, p.2). A exposição desse debate e da visão dos acadêmicos de RI chineses constitui o foco da parte final deste capítulo. No entanto, antes de aprofundar o debate acadêmico dentro da China, o debate internacional será contextualizado para melhor compreensão do tema.

#### 2.4.1 O Debate Acadêmico Internacional

Johnston (2010) aponta a emergência do que denomina como “meme da assertividade”, já no começo da década 2010, que resume a perspectiva dos ganhos de assertividade da política externa chinesa. Na visão de Johnston, no entanto, “o novo meme da assertividade subestima o grau de assertividade de certas políticas do passado, e superestima a quantidade de mudanças na diplomacia chinesa em 2010 e depois” (p.7). Na perspectiva do autor, a visão da assertividade da política externa chinesa e abandono do baixo perfil desconsidera tanto os posicionamentos e políticas proativas existentes nas décadas anteriores, quanto a manutenção da política da ascensão pacífica, após a crise de 2008.

Johnston pontua que não há indícios que corroborem com uma mudança dramática na política externa da China, ao contrário do que indica o discurso da assertividade. Ele critica os defensores dessa perspectiva, ao afirmar que “consideram apenas evidências que confirmam [suas visões], enquanto ignoram exemplos discordantes” (Ibidem, p.32). Além disso, também critica a análise não histórica, isto é, a percepção de que o que ocorre agora, e é testemunhado no tempo presente, está desconectado do passado. No entanto, o autor, apesar de fazer uma crítica à visão comum, propagada pela mídia, da transformação radical da política externa chinesa, afirma que existem, sim, mudanças e inovações na inserção internacional chinesa após 2010: “a área em que a retórica e o comportamento de Beijing de fato ameaçaram impor mais custos aos Estados em disputa com a China concerne às reivindicações territoriais no Mar do Sul da China” (Ibidem, p.45). De uma forma geral, o autor defende a manutenção do mesmo padrão de política externa já existente, isto é, a manutenção da KLP, com foco no

desenvolvimento econômico, mas também aponta a introdução de algumas mudanças, como a maior ênfase nos interesses territoriais marítimos.

A perspectiva de Carmo e Pecequilo (2014), assim como a de Johnston, aponta a prioridade conferida pela política externa chinesa à estabilidade e à soberania nacional, promovidas pelo desenvolvimento econômico e pela redução de vulnerabilidades. Enumeram os princípios de cooperação, não confrontação e não intervenção como características principais da condução da política externa chinesa, assim como a preservação de sua identidade terceiro-mundista. No entanto, enxergam que, “a partir dos anos 1970, ganhos de autonomia permitiram a elevação de assertividade nacional, que, a cada etapa de fortalecimento político e econômico, desde então, torna-se mais sólida, atingindo uma seção de alto perfil (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.38). Logo, para os autores, a política externa chinesa parte de um baixo perfil e vai adquirindo autonomia e assertividade de acordo com a expansão do poder e influência da China no Sistema Internacional. Ainda na visão dos autores, a ascensão e a consolidação do poder chinês se dariam de forma gradual, permitindo “(...) a superação de vulnerabilidades e o reposicionamento do Estado no equilíbrio de poder mundial, por meio de uma tática de ocupação de espaços e vácuos, sem confrontações abertas que indiquem a construção da assertividade” (Ibidem, 2014, p.38).

A ascensão do poder chinês não se configuraria, portanto, no uso de *hard power* e outros elementos tradicionais de dominação, ocorreria por meio do multilateralismo, exercício de responsabilidade internacional e participação nas instituições internacionais. A maior autonomia e assertividade estão presentes na política externa chinesa, sobretudo nas questões territoriais da “China única”. No entanto, ao longo do século XXI, o país introduziu uma série de conceitos que moldaram a condução de sua política externa, como o “Mundo Harmonioso” e a própria Ascensão Pacífica, que posteriormente se tornou o “Desenvolvimento Pacífico”. Todos esses conceitos reforçavam a imagem do crescimento chinês como um jogo de soma positiva. Carmo e Pecequilo concluem que a assertividade não implicaria no abandono de uma postura pacífica de relações internacionais e nem na adoção do revisionismo da ordem internacional, a consolidação do poder chinês se daria pela “expansão silenciosa de seus interesses em escala regional e global” (Ibidem).

Sørensen (2015) também se dedica a expor a transformação da política externa chinesa e o debate em torno da transição da estratégia de *Keeping a Low Profile*, KLP, para a *Striving For Achievement*, SFA, com ênfase na política do Sonho Chinês introduzida por Xi. A autora aborda, por meio da análise de discurso, as diferentes nuances dessa política. Se, por um lado,

o Sonho Chinês é um “esforço da liderança chinesa para aumentar o reconhecimento internacional das ideias e filosofias históricas da China e, dessa forma, maximizar o respeito internacional pela China e certos valores e contribuições internacionais” (SØRENSEN, 2015, p.60) por outro, “o ‘Sonho Chinês’ não é, no entanto, apenas ‘desenvolvimento pacífico’ e ‘ganha-ganha.’ Uma abordagem chinesa mais forte e ousada em relação a salvaguardar a soberania chinesa e seus interesses centrais também é visível em vários discursos e pronunciamentos.” (Ibidem, p.62).

Um exemplo da assertividade da atual política externa do país seria a reivindicação dos territórios das ilhas Diaoyu/Senkaku. Outro exemplo seria a intenção, sob a liderança de Xi, de moldar o Sistema Internacional de acordo com os interesses chineses. A iniciativa da Nova Rota da Seda e a criação do AIIB, que podem ser “enxergados como o esforço de Xi na tentativa de moldar o aprofundamento do desenvolvimento ou da integração regional econômica, política e de segurança” (Ibidem, p.63), também indicam o “desenvolvimento de uma China mais autoconfiante que sob Xi tenta tomar iniciativa e formular as regras” (Ibidem). Na perspectiva de Sørensen, Xi não busca estabelecer uma nova ordem mundial, ou seja, o Sistema Internacional que a China visa moldar se insere na ordem já existente, mas com o país exercendo um papel de maior importância e tendo seu status reconhecido, sobretudo pelos EUA. Segundo a autora, “a principal implicação do conceito ‘*Fen Fa You Wei*’ [buscar conquistas] para estratégia de política externa chinesa é não mais focar em manter um baixo perfil, mas começar a mostrar – e usar- capacidades e clamar ou ‘buscar’ por liderança” (Ibidem, p.68). No entanto, na sua análise, a atual política externa se pauta mais por uma abordagem ad hoc, isto é, a adoção de uma postura específica de acordo com o contexto ou acontecimento, do que uma “nova estratégia geral de orientação ou plano master” (Ibidem) da inserção internacional da China.

Buzan e Cox (2013) argumentam que o modelo de ascensão pacífica da China se contrapõe à tradicional perspectiva de ascensão das grandes potências, na qual o processo comumente gera desestabilização ou até mesmo guerra no Sistema Internacional. Esse viés pacífico se confirmaria com a ausência de possibilidade de guerras ou conflitos surgindo nas relações da China, regionalmente, e, globalmente, com os EUA. No entanto, afirmam que, a partir de 2008, a China tem adotado uma linha mais agressiva, principalmente em suas relações com o Sudeste Asiático. Nesse sentido, os autores entendem que a China “em teoria poderia alcançar uma ascensão pacífica em relação à hegemonia prevalente, enquanto possui elementos de ascensão não pacífica em relação a outras potências regionais e seus vizinhos” (BUZAN; COX, 2013, p.114), possuindo, portanto, um comportamento mais assertivo regionalmente,

com a busca por um baixo perfil globalmente. Buzan (2010) afirma que “a ascensão da China nos últimos 30 anos parece pacífica se comparada com a maioria das mais recentes grandes potências arrivistas” (p.15). No que se refere ao futuro da política externa chinesa, no entanto, com a consolidação da ascensão do país, a adoção de um comportamento discordante do status quo é esperado. O autor acredita que a China adotará um posicionamento revisionista reformista, que “aceita algumas das instituições da sociedade internacional por uma mistura de razões calculadas ou instrumentais. Mas que resiste, quer reformas e, possivelmente, também quer mudar o seu status” (Ibidem, p.18). Essa seria a definição do autor quanto ao posicionamento internacional do país, acreditando que a manutenção da ascensão pacífica no futuro enfrentará grandes desafios, uma vez que a distribuição de poder no SI está mudando com os ganhos de poder chineses.

Na visão de Seixas (2017), o expressivo crescimento econômico chinês poderá se converter em poder político e militar, redistribuindo o poder no Sistema Internacional. Além disso, sob a perspectiva histórica, a ascensão chinesa é melhor qualificada como reascensão, uma vez que, durante dois mil anos, a China foi uma das maiores economias mundiais (até o Imperialismo Europeu). No entanto, o pesquisador admite a defasagem entre o poder econômico da China e seu poder político internacional, justificando esse fato por meio da política de Keeping a Low Profile, estabelecida por Deng Xiaoping no período de reformas. Seixas argumenta que essa defasagem será reduzida com o tempo, a partir de uma política externa mais adequada ao status de potência da China. A assertividade já se verifica no contexto atual, sobretudo na atuação chinesa nas questões territoriais, como suas disputas no Mar do Sul da China e nos financiamentos econômicos regionais promovidos pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e com a iniciativa da Nova Rota da Seda.

#### 2.4.2 O Debate Acadêmico Chinês

Após essa breve exposição do debate internacional, é imprescindível apresentar, de forma mais detalhada, o debate acadêmico chinês em relação à transição da política externa chinesa. Assim como o debate externo, há grande polarização e multiplicidade de interpretações sobre qual é o modelo de inserção internacional adotado pelo país na atualidade e sobre qual seria o melhor modelo a ser adotado. O debate será apresentado da seguinte forma: primeiro, os acadêmicos que defendem que a política de Xi apresentaria continuação da KLP; depois, os acadêmicos com um posicionamento intermediário entre a manutenção da KLP e a adoção da SFA; por fim, os acadêmicos que defendem a consolidação da SFA como nova política externa

chinesa. Essa análise permitirá a comparação, entre os autores com o mesmo posicionamento, das diferentes motivações identificadas por eles para a ocorrência ou não do fenômeno. Para melhor compreensão, ao fim da discussão, os posicionamentos dos autores serão sistematizados em uma tabela de acordo com suas interpretações do tema.

Feng e He (2013), por meio da análise da liderança e suas crenças, acreditam que “Xi compartilha da filosofia e crenças instrumentais de Hu Jintao, o que implicaria em mais continuidades do que mudanças na condução da política externa da China sob Xi.” (p.2019). A abordagem teórica dos autores consiste em uma sistematização das crenças do código operacional adotado pela liderança política de um Estado, isto é, seu comportamento. Em sua perspectiva, “os sistemas de crenças dos líderes são essenciais para a compreensão da natureza e da política dos Estados no sistema internacional” (Ibidem, p.217), uma vez que esse sistema de crenças reflete o tipo de líder que o estatista é, “o que se relaciona diretamente com qual tipo de estado o país será dentro do sistema internacional” (Ibidem), logo, influenciando a política externa dos Estados. Vale ressaltar que, apesar de não centralizada totalmente no presidente, este, na China, possui grande influência no processo de decisão política, uma vez que também é o líder do PCC e das Forças Armadas.

A argumentação central dos autores consiste na percepção de que Xi compartilha do mesmo sistema de crenças e filosofias que Hu, o que sugere que a política externa do país não se afastaria muito do que já estava sendo adotado no governo anterior. No entanto, também apontam que “a principal crença instrumental de Xi, isto é, sua abordagem estratégica para buscar conquistas, implica em uma direção mais assertiva do que a de Hu.” (FENG; HE, 2013, p.210). O que significaria que “a política externa da China sob Xi na próxima década pode apresentar as duas características distintas de possuir natureza cooperativa e ser assertiva na prática.” (Ibidem, p.210 e 211). Em sua metodologia de análise dos códigos que operam no comportamento dos líderes, os autores concluem que “tanto Xi quanto Hu possuem visões de mundo cooperativas” (Ibidem, p.218), entretanto “é mais provável que Xi use a assertividade em seus objetivos cooperativos” (Ibidem).

Em síntese, os autores apontam que Xi compartilha dos mesmos códigos comportamentais, mesmas crenças, como a cooperação, o que indicaria uma possível manutenção da política externa do país. Mas isso ocorreria com a adoção de assertividade na busca pelos objetivos chineses. Assim como Hu adotou um comportamento cooperativo, mas mais assertivo após a consolidação do seu poder, e do poder chinês, tal fato se daria com Xi. Logo, ainda que os autores apontem para os ganhos de assertividade inseridos na inserção

internacional da China com Xi, isso não seria uma ruptura com o modelo de condução da política exterior chinesa do governo anterior.

Zhao (2014), por sua vez, amplia o escopo de análise ao refletir sobre o Sonho Chinês, questionando a sua complexidade, ao firmar que o conceito não é “completamente claro e ainda aberto a questionamento quanto a ser um sonho excepcional chinês ou um ideal chinês universal aplicável ao resto do mundo” (p.128). Nesse ponto, o autor resgata o sistema imperial chinês da *Tianxia*, um “sistema universal [...] que foi desenhado para criar ‘compatibilidade entre todos os povos de todas as nações’ e incorporava o ideal chinês de paz perpétua.” (Ibidem). Esse conceito, intrinsecamente chinês, na visão de Zhao, distancia-se do princípio do sonho pela modernização, que tem sido o “novo sonho” da China há gerações. No entanto, Zhao tem uma posição crítica a essa concepção de sonho, apontando que o sonho da modernização é um sonho doloroso e contraditório para o país, uma vez que “o sonho da China para a modernização é essencialmente ocidentalização, não é, portanto, um sonho da China, ou um sonho com aspectos chineses, ainda assim continua a ser o único caminho para a China sobreviver.” (ZHAO, p.130). Ele aponta que a inovação do ‘jeito chinês’ se daria com a combinação do caminho ocidental com elementos chineses, conhecido como ‘modernização com características chinesas’.

Indo além, Zhao também expõe os sonhos chineses de modernização que foram estabelecidos ao longo da história chinesa, sobretudo após a Revolução Cultural de 1949. Na visão de Zhao, o regime comunista adotado por Mao era, afinal, “um sonho ocidental de modernização do mundo ao colocar o comunismo em competição com o capitalismo liberal, ao invés de um sonho de manutenção do jeito chinês.” (Ibidem, p.133). Deng Xiaoping e as reformas econômicas adotadas por ele, em 1978, também constituem outro sonho de modernização da China que, mais uma vez, adotaria características ocidentais, e os “últimos 30 anos de modernização bem-sucedida na China levaram a uma reivindicação mais confiante de um ‘Sonho Chinês’ em termos de rejuvenescimento nacional por Xi Jinping” (Ibidem, p.135). Logo, o Sonho Chinês de Xi, ao invés de ser uma política disruptiva, trata-se da continuação, com mais confiança, de um sonho de modernização que vem sendo buscado por diferentes gerações chinesas.

O autor se posiciona em defesa do resgate dos valores tradicionais chineses, como uma proposta de Sonho da China que possa ser aplicado universalmente, como o sistema de “tudo sob o céu”, a *Tianxia*:

[...] um renovado sistema de tudo sob o céu (*tianxia*) e uma racionalidade relacional (*guanxi lixing*) poderiam ser ideais universais, porque [...] iriam guiar a um mundo compatível e pacífico. Racionalidade relacional poderia reduzir a dimensão da competição hostil [...] e um sistema de tudo sob o céu poderia promover um mundo

com [...] paz perpétua baseada nas condições globais de multicivilizações.” (Ibidem, p.141).

Zhang (2015) também argumenta em favor da manutenção da política de baixo perfil, pelo governo Xi, sendo, talvez, um dos seus mais enfáticos defensores, frente à ideia da transição para o modelo SFA. Em sua visão, a postura diplomática da China sob o governo de Xi corresponde, sim, a uma nova fase da política externa do país, no entanto, em sua visão, a política externa de Xi pode ser mais bem definida como a Ascensão pacífica 2.0. Isto é, “enquanto Beijing ainda adere a sua declarada política do ‘desenvolvimento pacífico’, visando manter um ambiente externo estável crítico ao desenvolvimento econômico da China, a maneira em que se busca isso é diferente do modo das décadas anteriores.” (p.6). O autor aponta que, de fato, Xi estaria se afastando da perspectiva de esconder as capacidades do país e se tornando mais confiante e proativo, mas ainda dentro da política da ascensão pacífica do país. Esta estaria apenas adquirindo mais “propósito e mesmo assertividade na busca pelos interesses nacionais da China, ao mesmo tempo em que busca vigorosamente manter um ambiente externo pacífico.” (ZHANG, 2015, p.7).

Com Xi, ao invés do abandono da ascensão pacífica, conforme defendido por outros acadêmicos, Zhang entende que as mudanças inseridas na política externa da China criaram um pensamento de política externa, a Ascensão Pacífica 2.0. Essa nova versão da ascensão pacífica se caracterizaria pela defesa mais enfática dos interesses nacionais do país que adquiriram um status igual ao da busca pela manutenção de um ambiente internacional pacífico favorável aos interesses econômicos do país. Na visão de Zhang, a ascensão pacífica não necessariamente significa a ausência de conflito, “ainda que alguns conflitos limitados ocorram entre a China e alguns países sobre certas questões, estes conflitos não alterariam a natureza pacífica geral da ascensão da China” (Ibidem, p.9). Outra característica da Ascensão Pacífica 2.0 seria o ganho de condicionalidade, como a reciprocidade, nas relações pacíficas da China com o resto do Mundo. Xi buscaria “garantias estratégicas recíprocas dos outros países” (Ibidem, p.10).

Moldar o mundo proativamente de forma a beneficiar os interesses nacionais, como um ambiente internacional estável, também seria, para Zhang, uma nova característica introduzida por Xi na ascensão pacífica. Os conceitos de “novo tipo de relações entre grandes potências” e “comunidade de comum destino”, na visão de Zhang, indicam sim proatividade da China, mas em um esforço de manutenção de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento econômico chinês. O governo de Xi teria mantido um equilíbrio entre buscar seus interesses de forma mais proativa e manter boas relações, pacíficas, com os demais países, sempre que



possível. Logo, apesar da continuidade da ascensão pacífica e sua busca pela paz e cooperação, o “comprometimento chinês com a ascensão pacífica será condicionado pela acomodação externa dos interesses nacionais chineses e garantia estratégica dos demais países” (ZHANG, 2015, p.18). Essa seria a nova cara da ascensão pacífica, mas, ainda assim, dentro do aspecto já existente da política externa chinesa.

Pu (2017), com um posicionamento mais neutro, admitindo a existência da KLP e da SFA de forma concomitante, também analisa o impacto da transição e do posicionamento internacional chinês nos debates acadêmicos, bem como a sua relevância para a própria mudança da política externa. O autor vê o debate acadêmico como essencial, uma vez que:

[...] o posicionamento internacional chinês está ligado ao relacionamento da China com a ordem internacional existente. [...] o debate molda como a China lida com questões internacionais diversas. [...] o posicionamento internacional chinês também molda como as potências já estabelecidas podem responder à ascensão da China. (PU, 2017, p.133).

Pu destaca o papel do posicionamento internacional chinês como fruto da política externa chinesa e fator determinante da percepção do resto do mundo quanto à China. Segundo o autor, os debates acadêmicos giram em torno de três questões principais: “[...] primeiramente, qual a identidade e o status da China no Sistema Internacional? Em segundo lugar, qual o objetivo de longo prazo da China? Terceiro, qual deveria ser a estratégia da China para conquistar esse objetivo?” (Ibidem, p.136). Para a primeira pergunta – sobre a identidade chinesa – há uma grande concordância entre os acadêmicos de que a China possui muitas identidades e que essa multiplicidade consiste em um dos fatores que prejudica o posicionamento específico do país. Segundo eles, a China possui ao menos cinco narrativas distintas que projetam sua identidade: um país socialista com características chinesas; um país em desenvolvimento; uma potência emergente e potência em ascensão; uma potência estabelecida; e uma potência regional do Leste Asiático, cuja influência de poder é milenar (PU, 2017, p.138 e 139).

No tocante ao questionamento sobre o objetivo máximo da China, Pu argumenta que as elites chinesas têm uma clara direção geral, mas um incerto senso de direção final. É justamente nesses objetivos finais que há divergência entre os acadêmicos. Enquanto alguns acadêmicos defendem a ideia da China se tornar uma superpotência hegemônica, outros acadêmicos e oficiais do governo têm uma visão contrária (PU, 2017, p.140). Por fim, quanto ao questionamento de qual estratégia a China deve adotar para atingir seus objetivos, encontra-se o debate em torno da continuidade de uma política de baixo perfil ou a adoção de uma política assertiva em uma nova era, conforme concebido por Xi Jinping. Para alguns acadêmicos, a

política assertiva de Xi Jinping é o caminho que deve ser adotado pela China em vistas ao status de superpotência. Para outros, seria a permanência da política de baixo perfil, priorizando-se o desenvolvimento econômico chinês (Ibidem, p.141).

Em sua obra mais recente, Pu aponta os ganhos de assertividade verificados na política externa de Xi, argumentando que “Xi está adotando uma abordagem mais assertiva, e a China tem estado mais disposta a contribuir com a governança global” (PU, 2019, p.87), mas também apontando que mesmo assim o presidente chinês “ainda usa ‘desenvolvimento pacífico’ para descrever a China” (Ibidem, p.86). O autor aponta que, com Xi, a diplomacia chinesa tomou uma virada assertiva e proativa, com a política de “novo tipo de relação entre grandes potências”, apontando que “ainda que a China possua muitos incentivos para manter um baixo perfil, Xi Jinping começou a modificar a abordagem de baixo perfil ao perseguir uma diplomacia mais assertiva” (Ibidem, p.98). No entanto, a visão geral de Pu é de que há “continuidade e mudança na política externa chinesa” (Ibidem). Por meio da sua abordagem de análise de posicionamento, através da sinalização emitida pelo próprio governo chinês, de forma resumida, Pu acredita que no governo atual, e mesmo antes dele, ocorreram ganhos em assertividade no posicionamento internacional da China. No entanto, entende que a política externa chinesa está passando por um processo de transição, ainda não consolidada, na qual continuidade e mudança são observadas.

Outro autor que possui uma visão mais neutra do processo de transição é Ling Wei (2020) que analisa a relação entre as políticas de *Keeping a Low Profile* (KLP) e *Attaining Some Achievement* (ASA) na construção da política externa chinesa, dedicando-se à evolução sofrida pela ASA sob a apresentação dos três debates em torno desta política. O argumento principal do autor consiste em que o tema central destes debates, a política ASA, evoluiu de “alcançar alguma conquista em algumas áreas”, para “alcançar alguma conquista de forma proativa” até “lutar, se esforçar para conquistas” (*strive for achievement*). No centro da formulação do modelo de política externa da China e das modificações que sofreu ao longo dos debates, segundo Wei, encontra-se o conceito de *shi*. Esse conceito consistiria no contexto situacional moldando as decisões políticas. *Shi* enfatiza “(...) a importância do contexto, a importância do posicionamento do ator no contexto, e a importância de como as pessoas avaliam e julgam as macro-tendências do contexto” (WEI, 2020, p.5). Sob essa perspectiva, a ASA seria fruto da visão de Deng do contexto dos anos 1980, no qual os temas de paz e desenvolvimento se encontravam no centro das RI, e do contexto doméstico chinês presentes no projeto de desenvolvimento econômico do país. Logo, a manutenção da KLP era largamente defendida. O

primeiro debate em torno da ASA ocorreu, segundo o autor, apenas após a crise internacional de 2008, momento em que o contexto mostrava uma China em posição internacional elevada em termos de poder material e prestígio. Nesse cenário, as demandas para o país assumir mais responsabilidades na governança internacional se elevaram, uma vez que o próprio sistema se encontrava em transformação.

O segundo debate ocorreu após a liderança de Xi Jinping ser estabelecida, com o anúncio do Sonho Chinês e da “Belt and Road Initiative”. A visão *shi* e a postura de Xi Jinping influenciaram a condução dos debates acadêmicos, durante os quais alguns acreditavam num contexto real de transição hegemônica com o declínio irreversível do poder norte-americano, na competição hegemônica em larga escala, enquanto outros, críticos a essa visão, que consideravam como exagerada, clamaram pelo retorno ao pragmatismo e ao foco no desenvolvimento econômico doméstico. Foi nesse período que Xi realizou a maior mudança na ASA, de *Attaining Some Achievement* para *Striving For Achievement*. Essa nova formulação contribuiu para a leitura da Iniciativa da Nova Rota da Seda, por alguns estudiosos, como uma forma de moldar a ordem global para uma de maior equilíbrio, desenvolvimento e paz, enquanto outros acreditaram que seria a inserção chinesa dentro do sistema internacional já existente. O terceiro e mais recente debate teria se iniciado após o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista no qual Xi apresentou o princípio de “nova era” para a China, com o conceito de “*striving for achievement in a new era*”, com o qual o país estaria se movimentando em sentido ao centro do Sistema Internacional, criando um tipo de relações internacionais, com base no ganho a ganho, na paz e na cooperação.

Em sua concepção teórica, a política do “*striving for achievement in a new era*”, a SFA, seria o lado mais extremo da ASA. Além disso, o autor entende a SFA e a KLP como extremos de uma mesma linha de pensamento de política externa. Logo, ambas as políticas são complementares e partes de um todo, que foi se aproximando da extremidade mais assertiva ao longo do tempo. O autor não entende, portanto, a transição da política externa da China como o abandono de um modelo e a substituição por outro. Entende como um processo de evolução dentro da mesma linha, que foi se aproximando, de pouco em pouco, ao seu lado mais forte e assertivo.

A interpretação de Li e Poh (2017), sobre a transição, também pode ser considerada um meio termo, ao argumentar que a fase inicial do governo de Xi foi marcada por uma política externa majoritariamente de transição, em vez de uma política completamente nova. Os autores reconhecem, no entanto, os esforços chineses que foram adotados a partir de 2012 em vista à

expansão do poder e da influência chinesa regional e globalmente. Na visão dos autores seria justamente esse intuito de expansão da influência chinesa que guiaria o Sonho Chinês. Para tal, a China:

[...] desenvolveu novas abordagens para relações internacionais, adotou uma postura mais ativa em relação à governança global, fortaleceu sua ênfase em forjar redes de parcerias, iniciou tentativas de alteração na ordem regional do Leste Asiático, assumiu uma postura mais forte na proteção dos interesses de segurança da China, e usou o crescente poder econômico para a expansão de sua influência geopolítica. (LI; POH, 2017, p.85).

Em sua análise da retórica dos discursos e do vocabulário, os autores argumentam que a retórica chinesa pós Xi Jinping “(...) é marcada por um forte senso de conquistas civilizacionais chinesas e experiência histórica” (LI; POH, 2017, p.86). O uso desses elementos promoveria uma imagem positiva, benigna, da atuação internacional chinesa. No entanto, Li e Poh também pontuam a cada vez mais forte presença, nessa retórica, da defesa dos interesses nacionais chineses. Os autores apresentam trechos de discursos nos quais Xi afirma que a China “(...) se manterá no caminho do desenvolvimento pacífico, mas sem jamais desistir de seus direitos legítimos e sem sacrificar seus interesses nacionais centrais” (XI, *apud* LI; POH, 2017, p.86, tradução nossa)<sup>95</sup>. Esses elementos retóricos indicam, segundo os autores, um posicionamento muito mais assertivo do país do que visto anteriormente. Esses discursos foram acompanhados por iniciativas que buscaram a ampliação da influência regional e global da China.

Essas iniciativas são apresentadas pelos autores na análise do que eles chamam de “substância” da política externa de Xi. Para tal, expõem a política externa de Xi Jinping no tocante ao multilateralismo, à relação com os EUA e à dinâmica regional. Quanto ao multilateralismo, Li e Poh apontam que, após a crise de 2008, surgiu uma visão predominante entre a elite chinesa “(...) que a China teria ganho espaço em relação às potências ocidentais já estabelecidas, e que seria oportuno para a China dar a sua marca no palco internacional, incluindo gradualmente moldar normas e estruturas internacionais para benefício da China” (Ibidem, p.87). A partir desse período e intensificada sob Xi, a China passou atuar de forma mais proativa na ONU e demais fóruns internacionais, como o G20, além de participar de forma direta de operações de paz por meio de investimentos e envio de tropas. Sob Xi, a intenção de maior participação chinesa na governança global se concretizou. No tocante às relações com os EUA, para os autores, a assertividade chinesa tem se manifestado com a demonstração de crescente impaciência à relutância norte-americana de permitir que a China exerça de fato maior

---

<sup>95</sup> “(...) will stick to the road of peaceful development, but will never give up [its] legitimate rights and will never sacrifice [its] national core interests. No country should presume that [China] will trade [its] core interests (...)”

influência na governança global. Em face a isso, a China estabeleceu uma série de iniciativas multilaterais, como o banco dos BRICS e, sobretudo, a BRI e o AIIB, que, conforme apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, visam à promoção de desenvolvimento e integração regional, além de efetivamente contribuírem para um papel de liderança regional.

Ainda que todos esses elementos indiquem e corroborem a hipótese de que o governo de Xi estipulou uma nova política externa assertiva, Li e Poh expõem as dificuldades, as contradições e os dilemas que impediram que isso de fato se consolidasse, como preocupações domésticas com o aumento da responsabilidade global chinesa. Fato que dificulta o estabelecimento efetivo de uma política externa que vise ao status de potência global, influenciadora das normas e estruturas internacionais. Os autores apontam que essa incerteza de identidade por parte das elites chinesas se reflete na participação multilateral confusa e contraditória que gera desconfianças nos demais países quanto às responsabilidades internacionais. Ao mesmo tempo, no exercício dessa governança, a China visaria contribuir com o desenvolvimento de potências regionais que, por sua vez, poderiam diminuir o próprio poderio e influência chineses. Com esses e outros dilemas, os autores argumentam que, neste contexto, “seria mais correto descrever que a política externa chinesa sob a administração de Xi Jinping está passando por uma fase de transição, ao invés de um novo capítulo que claramente se desviou da estratégia internacional de baixo perfil” (LI; POH, 2017, p.93).

Entrando na perspectiva dos acadêmicos que concordam com a mudança efetiva do paradigma de inserção internacional, com o abandono do baixo perfil da ascensão política, para a atuação na perspectiva da assertividade do Sonho Chinês, as opiniões dos autores serão expostas de forma cronológica.

Zhao (2013) analisa a nova fase da política externa chinesa por meio da exposição do que considera a evolução e intensificação do nacionalismo chinês. De forma geral, o autor aponta que a atual política externa assertiva é resultado da “convergência entre o nacionalismo de Estado chinês e nacionalismo popular.” (ZHAO, 2013, p.2). Se, antes da crise de 2008, o governo se esforçava para conter o nacionalismo popular, sobretudo em seu antagonismo ao Japão, após 2008, esse controle teria se reduzido e uma união entre o nacionalismo do povo e do Partido teria ocorrido, proporcionando os ganhos de assertividade verificados na política internacional do país. Esse nacionalismo se apoia fortemente na “narrativa do século de humilhação e vergonha da China nas mãos dos poderes imperialistas e clama para que o governo chinês redima o passado de humilhações e tome de volta todos os ‘territórios perdidos’.” (Ibidem, p.1).

Essa demanda popular legitima a política externa defensiva dos interesses nacionais chineses, sobretudo quanto aos conflitos e reivindicações territoriais nos Mares do Sul e do Leste da China. Essa mudança, ocorrida após 2008, na visão do acadêmico, tornou-se possível devido ao:

[...] senso de empoderamento apoiado pelo novo quociente de riqueza e capacidades militares, e ao grande medo do futuro incerto devido a crescentes tensões sociais e econômicas domesticamente, o Estado Chinês se tornou mais disposto a seguir a narrativa do nacionalismo para buscar seus principais interesses.” (ZHAO, 2013, p.2 e 3).

Zhao também caracteriza ambos os nacionalismos. Afirma que o nacionalismo de Estado, encabeçado pelo partido, consiste no “amor e apoio da China indistinguível do Estado [...] fazendo o nacionalismo chinês subordinado aos interesses do estado-partido.” (Ibidem, p.3). Além disso, esse seria guiado pelo pragmatismo, impulsionado por um forte senso de injustiça histórica, representando “um conjunto de várias forças políticas para superar a fraqueza chinesa e buscar seu lugar de direito no mundo” (Ibidem, p.4, tradução nossa<sup>96</sup>). O nacionalismo popular, por outro lado, teria a tendência de incluir algumas ideias mais liberais, como os direitos dos cidadãos. No entanto, quando em convergência com o nacionalismo de Estado, no tocante à rivalidade com poderes externos, o nacionalismo popular também divide o sonho de transformar a China em um país forte e poderoso (Ibidem, p.5). Vale ressaltar que o nacionalismo popular, ao mesmo tempo em que pode legitimar as políticas internacionais do governo chinês, também pode ser uma força desestabilizadora quando não alinhada aos interesses do partido, como ao exigir a adoção de posturas mais firmes em questões externas enquanto o governo deseja manter uma postura mais moderada.

No entanto, a convergência de ambos os nacionalismos no pós-crise financeira internacional de 2008 impulsionou o posicionamento mais assertivo, tanto na retórica quanto nas ações políticas efetivas do país na defesa e conquista dos seus interesses principais. Segundo Zhao, regionalmente o país “abandonou a sua estratégia de longo prazo, na qual a China mantinha sua reivindicação, mas evitava o uso da força [...], e expandiu os interesses nacionais [...] para incluir as reivindicações marítimas no Mar do Sul da China.” (Ibidem, p.13). Além disso, passou a adotar uma postura mais combativa em relação às potências ocidentais, sobretudo os EUA. Essas ações, o ímpeto de adoção de uma inserção internacional mais assertiva e mesmo ofensiva, na visão de Zhao, “em relação aos EUA e a outras potências ocidentais e seus vizinhos asiáticos ocorreu sob crescente pressão do nacionalismo popular adotado e promovido vigorosamente pelo Estado chinês.” (ZHAO, 2013, p.19).

---

<sup>96</sup> “[...] Chinese nationalism represents an aggregation of various political forces to override China’s weakness and find its rightful place in the world.”

Zheng (2014) também aponta a mudança na estratégia de inserção internacional da China, com o abandono do baixo perfil da KLP. Na visão do autor, a retórica oficial do Sonho Chinês representa muito mais do que apenas propaganda, principalmente com o atual status político e econômico da China no Sistema Internacional. Na visão de Zheng, esse status se consolida não “por quão bem a China tem performado em termos absolutos, mas sim em quão bem ela tem performado em relação aos seus países vizinhos.” (ZHENG, 2014, p.36) sendo esses países o Japão, a Índia e a Rússia. Em comparação a esses países, a partir da análise de indicadores relevantes, Zheng aponta que a China estaria em posição de liderança na performance em três áreas – Confiança Econômica, Confiança de IDE e Turismo Internacional – e na segunda posição de melhor performance nas áreas de Efetividade do Governo, Homicídio Intencional, “Gap” entre Gêneros e Competitividade Global (indicadores econômicos e desenvolvimento social). O que o estudo de Zheng demonstra é que, além da China estar na frente desses países em termos de desempenho geral, a distância entre a China e os demais países está se ampliando. Isso posto, o recente sucesso da China desafia as concepções de teóricos democráticos. Indo além, Zheng conclui que “o ‘Sonho Chinês’ não significa que a China será melhor do que todos os demais do mundo: não é sobre ser o melhor, mas sim sobre ser melhor que seus grandes vizinhos (Japão, Rússia e Índia), que estão, afinal, entre as 10 maiores economias do mundo.” (Ibidem, p.47). Logo, o autor argumenta em defesa dos ganhos de assertividade da política externa chinesa e aponta o desempenho do país em relação as suas potências vizinhas como o elemento que confere confiança e legitimidade a essa nova inserção internacional.

Wang (2013) corrobora a visão dos incrementos em assertividade da política externa chinesa, trazendo uma análise do Sonho Chinês e seu principal conceito associado: o rejuvenescimento nacional. Na visão do autor, seria superficial pensar no discurso do rejuvenescimento nacional da China como apenas propaganda ou retórica vazia, é preciso entender que esse conceito “é profundamente enraizado na experiência nacional chinesa e na memória coletiva. Rejuvenescimento representa o desejo compartilhado dos chineses que desejam que seu país seja forte, próspero, e livre de invasões estrangeiras [...]” (WANG, 2013, p.11). O pesquisador aponta que a proposta de rejuvenescimento nacional é fruto do persistente trauma coletivo do “Século da Humilhação”, que “é uma parte integral da identidade nacional e da construção da nação nos diferentes períodos da China” (WANG, 2013, p.2). O conceito de rejuvenescimento nacional seria, portanto, uma resposta a esse trauma e seria intrinsecamente ligado à experiência histórica do país.

No entanto, não é um conceito novo, tendo sido adotado e buscado por todos os líderes da história da China moderna, de Mao a Xi. Todos esses líderes teriam sublinhado que seu “trabalho seria o de restaurar a China a sua antiga posição e glória” (Ibidem, p.4). Na visão de Wang, cada um dos líderes fez uso da narrativa e do trauma da humilhação, assim como do rejuvenescimento chinês, para moldar o papel e a missão do partido, de forma a conferir legitimidade para o sistema chinês. Logo, “de muitas formas, o ‘Sonho Chinês’ é a continuação da narrativa do rejuvenescimento” (Ibidem, p.6). Porém, ainda que o Sonho Chinês de Xi seja uma nova versão de um conceito que sempre esteve presente, a grande mudança está na abordagem e na busca pela concretização desse conceito. Além de adotar uma perspectiva mais positiva da China e seu futuro, focando na glória e no poder crescente do país, a visão doméstica é de que a China estaria adquirindo seu “status e poder internacionais perdidos, ao invés de obter algo inteiramente novo” (Ibidem, p.9).

De forma geral, a ascensão do nacionalismo chinês, após 2008, engendrou um novo contexto para o Sonho Chinês de Xi. Desde que “Xi assumiu o poder, o governo fez pronunciamentos fortes em várias ocasiões. O comportamento de política externa da China se tornou de fato mais assertivo, o que contraria a narrativa da paz.” (Ibidem, p.10). Esse posicionamento traria atrito internacional, uma vez que externamente não é possível entender a perspectiva cultural e histórica em que o rejuvenescimento nacional se insere, além da adoção da assertividade ser vista com desconfiança pelos demais países que não sabem as reais intenções da China. Wang também expõe a percepção de que o governo Xi introduz um novo paradigma de inserção internacional, buscando de forma mais assertiva os seus interesses. Dentre eles, insere-se a questão das disputas territoriais no Mar do Sul da China, em que a visão do povo e do governo é justamente a defesa de territórios que são direitos e interesses legítimos do país (WANG, 2013, p.9).

Na visão de Chang-Liao (2016), após a crise de 2008 e sobretudo após a liderança de Xi Jinping implementar o Sonho Chinês, ocorreu a substituição da KLP pela SFA, a partir da adoção de maior assertividade. Isto é, “[...] a abordagem conservadora e de baixo perfil que moldou os estágios iniciais da era de reformas foi substituída por uma abordagem mais confiante e assertiva, adequada à reemergência da China como uma superpotência no palco internacional” (CHANG-LIAO, 2016, p. 83). A chegada ao poder de Xi Jinping, segundo Chang-Liao, foi determinante para a implementação de uma política externa que visa à assertividade. Para que isso se concretizasse, o autor pontua que Xi criou mecanismos de coordenação da política externa de forma que os diferentes grupos envolvidos no planejamento



e no estabelecimento das estratégias internacionais chinesas se articulassem de forma conjunta, visando aos mesmos objetivos. Um desses mecanismos se trata do Comitê de Segurança Nacional que atua como uma agência central de planejamento e sincronização da segurança e das políticas externas. Além de defender a mudança da política externa de baixo perfil pela política de buscar assertividade, Chang-Liao apresenta o debate interno referente à condução das relações regionais chinesas. Segundo o autor, Xi buscou renovar as relações regionais de forma que o desenvolvimento chinês fosse visto como benéfico pelas demais nações e uma relação de ganha-ganha para toda a região.

O autor defende que, no tocante às relações regionais, verifica-se a adoção da política de “avançar para o oeste” que consiste na priorização das relações com os países asiáticos à Oeste da China, sobretudo a Ásia Central. Sua defesa se respalda na BRI, que propõe desenvolver as relações econômicas e comerciais com as nações a oeste. Essa escolha se daria por: menores obstáculos políticos e econômicos nessa localidade; existência de um vácuo de poder, após a retirada norte-americana do Afeganistão que pode ser suprida pela liderança chinesa; convergência de interesses de Beijing e Washington para a região, sobretudo no combate ao terrorismo; e interesse no desenvolvimento do próprio território oeste chinês. Outro fator que demonstra a assertividade na atuação regional chinesa é o uso forte que tem se verificado da diplomacia econômica do país para a garantia de interesses políticos e diplomáticos, através de empréstimos, financiamentos, comércio etc. com nações vizinhas. Por meio desta diplomacia, através de mecanismos de recompensa e de punições, o país molda o comportamento de seus vizinhos e reafirma sua posição de liderança regional, construindo um sistema hierárquico regional.

Chang-Liao defende seu argumento de mudança da política externa chinesa para um modelo assertivo, através da análise da maior participação multilateral do país que tem, rompendo com o paradigma de baixo perfil do período anterior, buscado assumir maior responsabilidade internacional. A participação multilateral se verifica, segundo o autor, na inserção do país em fóruns multilaterais, como em sua atuação na ONU, bem como na criação de instituições multilaterais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Essa inserção, no entanto, visaria “(...) remodelar regras e padrões globais em benefício da China” (CHANG-LIAO, 2016, p.86). O grande interesse chinês seria influenciar a remodelação da ordem e sistemas internacionais em benefício da China e seus interesses nacionais. No entanto, argumenta que a liderança chinesa reconhece a dominação norte-americana do sistema

e regimes internacionais e que, ainda que exista uma brecha se abrindo em favor da China, essa mudança não ocorrerá rapidamente.

Hu (2018) aponta que “a ‘diplomacia de grande potência’ de Xi Jinping é uma política externa muito mais ambiciosa, se não revolucionária, do que a de seu predecessor Hu Jintao” (HU, 2018, p.1). Na visão do autor, sob a liderança de Xi, a política externa da China vivenciou tremenda transformação, com grandes ganhos de assertividade. O objetivo central dessa diplomacia seria o rejuvenescimento nacional, a modernização do país. No aspecto internacional, Xi concebeu o conceito de “comunidade de destino compartilhado para a humanidade (人类命运共同体), construindo um novo modelo de relações internacionais (新型国际关系), e promovendo a evolução do sistema de governança global.” (Ibidem, p.2).

Ampliando, portanto, a participação internacional e proatividade multilateral do país, indicando o abandono de baixo perfil. Para Hu, a China teria mudado sua identidade internacional para “grande potência”, já consolidada, substituindo a perspectiva de potência emergente. Isso posto, a visão do atual governo seria a de que “uma vez que a China já se transformou em uma grande potência com influência e capacidades globais, não deveria fugir da realidade de ser uma grande potência” (HU, 2018, p.3). Logo, buscando assumir maiores responsabilidades e mesmo protagonismo multilateral, fato que afastaria a política de Xi dos demais governos anteriores da China.

A abordagem do autor consiste na análise do papel desempenhado pessoalmente por Xi Jinping na transformação da política externa da China. O autor acredita que “liderança importa na transformação de política externa e a liderança de Xi Jinping desempenhou um papel central na transformação da política externa chinesa desde 2012. Mudanças na estrutura internacional apenas não conseguem explicar o deslocamento da política externa.” (Ibidem, p.4, tradução nossa<sup>97</sup>). Além da mudança comportamental, a diplomacia de Xi apresenta uma redefinição fundamental dos conceitos, pensamento e objetivos da política externa da China. Xi seria, para Hu, um líder transformacional, isto é, um líder que possui uma “nova visão para a nação, que consegue apelar aos ideais superiores e valores morais dos seguidores, inspirando-os” (Ibidem, p.7). Xi adotaria essa conduta por meio da sua política do Sonho Chinês que, conforme já mencionado, estabeleceu novos conceitos, objetivos e pensamento na política externa do país:

Sob a liderança de Xi, a diplomacia chinesa e política externa passaram por uma mudança fundamental. Xi aumentou o nível de ativismo, expandiu o escopo do

<sup>97</sup> “[...] leadership matters in foreign policy transformation and Xi Jinping’s leadership has played a key role in transforming Chinese foreign policy since 2012. International structural changes alone cannot explain the foreign policy shift.”

contato, estabeleceu um grupo de novos objetivos e injetou um novo pensamento na condução dos negócios internacionais, com o objetivo geral do grande rejuvenescimento na nação chinesa até meados do século XXI. A ‘Diplomacia de Grande Potência com Características Chinesas’ se tornou o nome da marca da política externa chinesa em uma nova era.” (Ibidem, p.10).

Hu acredita, portanto, na completa transformação da atual política externa da China, com ganhos de assertividade e proatividade internacional. Sua abordagem, no entanto, coloca em foco a atuação, o comportamento, e o tipo de líder que Xi Jinping é e como a sua liderança é um fator central no processo de transformação da política externa da China.

Flint e Zhang (2019) partem de uma abordagem metodológica da Economia Política, com a análise dos Sistemas Mundo que apresentam de forma mais dinâmica o contexto econômico, social e histórico no qual se inserem os Estados e dão-se os períodos de ascensão e declínio de potências. Os autores miram além da atuação do Estado na definição de sua política externa, analisando as limitações estruturais que constroem as ações estatais, que seguem “uma lógica econômica e política, o que significa que eles combinam uma lógica de poder territorial e econômica” (FLINT; ZHANG, 2019, p. 300). Sua ênfase consiste, portanto, no contexto político internacional constroendo a China a adotar uma determinada conduta de política externa. Isso posto, os autores pontuam as mudanças verificadas na política externa do país, afirmando que, no período mais recente, a China teria tomado dramáticas decisões de política externa, incluindo “ a crescente presença militar no Mar do Sul da China, o desenvolvimento de armas que possam desafiar a marinha dos EUA no sudeste do Pacífico, a construção do Banco de Investimento em Infraestrutura da Ásia” (FLINT; ZHANG, 2019, p.295), além da maximização dos investimentos pelo mundo e, principalmente, a criação da Iniciativa da Nova Rota da Seda que, na visão de Flint e Zhang, seria o centro da política externa assertiva, atual, da China.

No entanto, para os autores, ao se analisar o contexto global no qual o país está inserido, a China não estaria construindo propositalmente sua política externa visando à hegemonia e à reorganização da ordem econômica e política global. A China “não está buscando reorganizar a geopolítica global. Na verdade, a China busca manter muito do atual panorama político e econômico global para garantir sua estabilidade doméstica e crescimento econômico.” (FLINT; ZHANG, 2019, p.296 e 297). No que se refere especificamente à definição da condução da política externa por Xi Jinping, os autores afirmam que a “diplomacia da China se deslocou de um baixo perfil para um assertivo, e uma Diplomacia de Grande Poder, representada pelo estandarte do presidente Xi Jinping, a iniciativa OBOR, passou para primeiro plano.”( FLINT; ZHANG, 2019, p.315).

Para os autores, a iniciativa da Nova Rota da Seda e a política externa da China como um todo são frutos de um contexto geopolítico caracterizado pelo que pode ser considerado o fim da hegemonia norte-americana, a ascensão e a consolidação do poder econômico e também político da China, bem como a rivalidade que emerge entre as duas potências. Tal qual observado na “competição pelo domínio das atividades de maior valor agregado, como a produção de microchips e setores relacionais à IA e robótica. As tensões comerciais entre os EUA e a China são a manifestação dessa competição.” (FLINT; ZHANG, 2019, p.322). Em linhas gerais, os autores enxergam a transição completa do modelo de política externa de baixo perfil da China com sua substituição pela assertividade, adotada no governo de Xi, tendo a BRI como o centro dessa nova abordagem. No entanto, para Flint e Zhang, essa mudança seria fruto das dinâmicas existentes no Sistema Mundo, da alteração das estruturas internacionais, que constroem a atuação política dos Estados como um todo, e, portanto, da condução da política externa chinesa.

#### 2.4.3 Sistematização e Comparação dos Posicionamentos

Após a apresentação das diferentes perspectivas e interpretações do processo de transição da política externa chinesa pelos acadêmicos chineses, faz-se necessário sistematizar seus posicionamentos em uma tabela, para melhor compreensão. Conforme resumido na tabela 1 abaixo, a revisão da literatura apontou para uma diversidade de percepções quanto ao modelo de política externa adotado pela China na contemporaneidade. Apesar dessa diversidade de posicionamentos, constata-se a corroboração da perspectiva dos ganhos de assertividade vivenciados pela atual política externa chinesa, ou seja, a assertividade atual da inserção internacional chinesa é um consenso. Alguns autores enxergam a transição como uma mudança completa de paradigma de política externa, enquanto outros entendem a busca pela assertividade como algo fluido que evoluiu para o extremo da assertividade. Além do posicionamento quanto à transição, é importante destacar as diferentes motivações e abordagens de análise adotadas pelos autores de posicionamento parecidos.

Os autores que defendem a manutenção da Ascensão Pacífica, e da KLP, no governo atual da China são Feng e He (2013), Zhao (2014) e Zhang (2015). Apontam que há mais evidências indicando a manutenção da política pacífica, de baixo perfil, do que indícios de profundas transformações na condução da diplomacia chinesa. No entanto, Feng e He, por meio da análise dos códigos de crenças dos presidentes chineses, apontam que o tipo de liderança exercido por Xi, sua visão estratégica e seu sistema de crenças são semelhantes ao de Hu Jintao,

seu antecessor. Logo, focam na influência exercida diretamente pela liderança de Xi na política externa adotada pelo país. Zhao (2014), por outro lado, concentra-se na análise e detalhamento do Sonho Chinês, um conceito que o autor caracteriza como histórico no pensamento político chinês, tendo sido buscado por diferentes gerações de líderes chineses, como Mao e Deng. Indo além, o autor faz uma crítica a esse sonho de modernização que classifica como de ocidentalização, apontando, ao mesmo tempo, que ele tem sido o sonho de sobrevivência da China. Logo, o autor centra sua análise na política em si do Sonho Chinês, em seu desenvolvimento ao longo dos séculos, não no papel exercido por Xi. Partindo para uma abordagem de análise mais direta, detalhando os acontecimentos políticos e posicionamentos adotados pela China de Xi, Zhang (2015) se concentra na própria diplomacia chinesa. O autor defende que a política externa do país se qualificaria como “Ascensão Pacífica 2.0”, isto é uma evolução da política de Hu, justamente pelos ganhos de assertividade introduzidos por Xi, apontando, no entanto, que a busca por um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento chinês se mantém como a máxima do governo, logo, com a manutenção da KLP.

Os autores de posicionamento mais próximo ao meio termo, que identificam elementos da KLP e da SFA coexistindo na política externa da China, também indicam diferentes motivações no que se refere ao fenômeno da transição. Pu (2017 e 2019) aponta a multiplicidade de identidades projetadas pela China no Sistema Internacional como o principal fator para essa política externa ambígua, ora extremamente assertiva, ora essencialmente pacífica. O autor adota a análise da “sinalização de status” para a investigação da inserção internacional do país, concluindo que a China sinaliza diferentes status, como de grande potência ou país em desenvolvimento, projetando diferentes narrativas, impossibilitando a inferência de uma mudança completa de paradigma de inserção internacional. Wei (2020) também defende a manutenção da KLP ao mesmo tempo em que identifica o exercício também da SFA, argumentando que ambos os paradigmas seriam extremos opostos da mesma política, a ASA (buscar alguma assertividade), que ao longo do tempo teria evoluído para buscar conquistas de forma assertiva (SFA). Desta forma, sob a abordagem do autor, não há ruptura de uma política e substituição pela outra, apenas há a evolução. Li e Poh (2017), por sua vez, analisam tanto a retórica chinesa, por meio de discursos e pronunciamentos oficiais, quanto a substância da política externa da China, isto é, ações e posicionamentos políticos adotados pelo país. Os autores identificam a inserção de elementos de assertividade, mas concluem que a transição estaria ainda em uma fase inicial.

A multiplicidade de fatores, de motivações, no tocante ao tipo de política externa adotado no governo Xi, também ocorre entre os autores que defendem enfaticamente que houve um abandono do baixo perfil e sua substituição pela assertividade. Zhao (2013) identifica o crescimento do nacionalismo, de Estado e popular, na China, como o grande impulsionador de uma inserção internacional mais assertiva e mesmo agressiva. O nacionalismo popular, conduzido e em convergência com o nacionalismo do Estado, legitimaria a adoção de um comportamento internacional mais firme e dos posicionamentos assumidos pelo governo, como observado nos conflitos territoriais marítimos. Zheng (2014) parte de uma perspectiva distinta, investigando o desempenho da China em comparação com as demais potências regionais – Japão, Rússia e Índia. Em sua visão, seria a melhora de performance da China, em comparação com esses países, o fator a impulsionar a adoção de uma política assertiva. Já Wang (2013), examina a política do Sonho Chinês e, principalmente, do rejuvenescimento nacional, para compreender a transição. O autor identifica que, apesar de um sonho antigo e de um conceito adotado por diferentes lideranças chinesas, o rejuvenescimento nacional de Xi parte de uma perspectiva mais positiva, uma autoimagem da nação chinesa como uma potência de fato, o que teria auxiliado a adoção de uma política externa de alto perfil.

Também defensor da adoção da SFA, Chang-Liao (2016) faz uso da análise da participação multilateral chinesa como fulcro de seu estudo. O autor identifica que, sob a liderança de Xi, uma série de reformas são adotadas na esfera das relações exteriores do governo chinês e, além disso, identificam-se assertividade e proatividade nos âmbitos multilaterais regional e global. Hu (2018), no entanto, foca na condução pessoal de Xi quanto aos negócios internacionais. Ou seja, o autor identifica a liderança exercida por Xi como a principal motivação para o abandono da KLP. Por fim, Flint e Zhang (2019), por meio da abordagem dos Sistemas Mundo da Economia Política Internacional, identificam a pressão sistêmica e as mudanças estruturais como os grandes fatores a influenciar a adoção da SFA. Logo, seriam fatores externos, muito mais do que internos, como a liderança política do país, a impulsionar a assertividade do Sonho Chinês.

Além disso, os autores que defendem a mudança completa do modelo de política externa da China, apontam que os ganhos mencionados em assertividade são verificados na atuação regional chinesa, principalmente em duas frentes: na atuação proativa quanto aos conflitos territoriais e no financiamento e desenvolvimento regional, por meio da BRI. Também se observa o maior envolvimento da China na governança internacional, sobretudo em sua participação em fóruns multilaterais e na criação de instituições internacionais. O país tem

ativamente buscado assumir maiores responsabilidades internacionais, visando moldar as regras internacionais aos seus interesses. No tocante à mudança em si do modelo de condução da política externa chinesa, identificam-se alguns fatores determinantes que impulsionaram a transição ocorrida: o desenvolvimento econômico chinês; a mudança da liderança política com Xi Jinping assumindo o papel de presidente do país e secretário geral do Partido Comunista; a identidade chinesa e a pressão sistêmica (constrangimento estrutural).

O expressivo crescimento econômico chinês se tornou uma fonte de poder político para o país, sobretudo através do uso de sua diplomacia econômica, impulsionando a expansão da influência política chinesa. Ademais, consiste em um instrumento de poder, como pode ser observado através da iniciativa BRI. A liderança de Xi Jinping é observada nas pesquisas apresentadas como determinante para o estabelecimento de um novo momento da política externa chinesa, através da evolução do modelo SFA, “buscando assertividade em uma nova era” que iniciou, de fato, uma nova era na inserção internacional chinesa. Além disso, a pressão sistêmica quanto à necessidade de a China assumir maior responsabilidade internacional, em conjunto com relação conflituosa com os EUA, no que tange à defesa dos interesses nacionais chineses, também são elementos determinantes para a condução das relações internacionais chinesas.

A tabela nos permite observar que há mais autores que defendem o abandono da política do KLP e confirmam que o atual modelo de inserção internacional da China seria a SFA. No entanto, como já mencionado, alguns autores, como Pu, Li e Poh e Wei, apresentam uma visão mais cautelosa quanto a essa mudança, apontando para elementos de ambos KLP e SFA, presentes na política externa da China. Há ainda os autores que acreditam na manutenção da KLP, como He e Feng, Zhao e Zhang, apontando esta política como a política de longo prazo da China, ainda que admitam os ganhos de assertividade na defesa dos interesses nacionais chineses, isto é, do uso esporádico da SFA. É importante ressaltar que a transição do modelo de política externa com o Sonho Chinês e sua maior assertividade não implicam no abandono da postura pacífica internacional pela China. A busca por um cenário internacional estável, favorável ao crescimento chinês, mantém-se como característica da política externa chinesa atual. No entanto, como destacado pelos autores citados acima, a China ganhou assertividade em seu discurso e em suas ações políticas, sobretudo no que se refere à defesa de seus interesses nacionais.

<b>Autor</b>	<b>Título da Publicação</b>	<b>Tipo de Publicação</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Política Externa Chinesa: Ganhos de Assertividade</b>	<b>Política Externa Chinesa: Manutenção do Baixo Perfil</b>	<b>Modelo Atual da Política Externa da China</b>	<b>Motivações</b>
Zhao Suisheng	Foreign Policy Implications of Chinese Nationalism Revisited: the strident turn	Artigo	2013	Sim	Não	SFA	Aumento do Nacionalismo - Popular e de Estado
Feng Huiyuny; He Kai	Xi Jinping's Operational Code Beliefs and China's Foreign Policy	Artigo	2013	Sim	Sim	KLP	Manutenção do Sistema de Crenças da Liderança
Zheng Shiping	Rising Confidence Behind the "Chinese Dream"	Artigo	2014	Sim	Talvez	SFA	Desempenho Chinês superior ao das Potências Regionais
Wang Zheng	Chinese Dream: Concept and Context	Artigo	2013	Sim	Talvez	SFA	Sonho Chinês e Rejuvenescimento Nacional como Potência Efetiva
Zhao Tingyang	The "China Dream" in Question	Artigo	2014	Talvez	Sim	KLP	Sonho Chinês adotado por Diferentes Gerações de Líderes
Zhang Jian	China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?	Artigo	2015	Sim	Sim	KLP	Diplomacia Chinesa com Foco na Manutenção da Paz
Chang-Liao Nien-chung	China's New Foreign Policy under Xi Jinping	Artigo	2016	Sim	Não	SFA	Participação Multilateral Proativa



Li Mingjiang; Poh Angela	A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping	Artigo	2017	Sim	Sim	KLP/SFA	Retórica e Posicionamentos Políticos
Pu Xiaoyu	Controversial Identity of a Rising China	Artigo	2017	Sim	Sim	KLP/SFA	Múltiplas Identidades Internacionais - De Grande Potência a País Em Desenvolvimento
Hu Weixing	Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': The Role of Leadership in Foreign Policy Transformation	Artigo	2018	Sim	Não	SFA	Liderança Assertiva de Xi Jinping
Pu Xiaoyu	Lying Low or Striving for Achievement: Global Financial Crisis and Spin Doctoring in Beijing	Capítulo de Livro	2019	Sim	Sim	KLP/SFA	Múltiplas Identidades Internacionais - De Grande Potência a País Em Desenvolvimento
Colin Flint; Zhang Xiaotong	Historical–Geopolitical Contexts and the Transformation of Chinese Foreign Policy	Artigo	2019	Sim	Não	SFA	Pressão Sistêmica e Mudanças Estruturais
Wei Ling	Striving for achievement in a new era: China debates its global role	Artigo	2020	Sim	Sim	KLP/SFA	SFA e KLP como Extremos da Mesma Política - ASA

Tabela 1: A Transição da Política Externa Chinesa - Posicionamentos dos acadêmicos chineses

### 3 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA

O domínio do campo teórico de Relações Internacionais pelo pensamento e pelas teorias ocidentais é um fato de amplo conhecimento entre os estudiosos da área. A própria idealização do que consiste em um cenário positivo nas relações internacionais, isto é “a paz democrática, interdependência e integração, e ordem institucionalizada [...] são encontradas sobretudo no ocidente, enquanto o não Ocidente permanece no âmbito de sobrevivência” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p.1, tradução nossa<sup>98</sup>). A institucionalização das relações internacionais ocidentais como as RI mundiais, isto é, seus conceitos, princípios, normas e instituições sendo vistos e propagados como a fórmula correta de gestão das relações externas dos países, verifica-se justamente na dominação exercida pelo ocidente no campo teórico.

As teorias de RI ocidentais, independentemente de suas distintas abordagens, sobretudo seus maiores expoentes – Realismo e Liberalismo – são apresentadas como teorias aplicáveis internacionalmente. No entanto “ainda que sejam apresentadas como teorias universais, e podem, de fato, ser aceitas por muitos como tal, todas [...] podem ser enxergadas como falando em prol do ocidente e sob o interesse da manutenção do seu poder, prosperidade e influência.” (Ibidem, p.3, tradução nossa<sup>99</sup>). Logo, por mais que se projetem como universais, elas não apenas são a voz do poder ocidental, como podem ser consideradas instrumentos da manutenção desse status. Indo além, elas são um recorte de mundo baseado na experiência histórica do ocidente, estabelecendo uma ordem que foi difundida para o resto do mundo como supostamente universal.

Nesse contexto, conforme apontam Acharya e Buzan, se as teorias ocidentais podem fazer uso de experiências locais para a criação de abordagens teóricas “universais”, “é possível que sociedades não ocidentais construam compreensões de RI com base em suas próprias histórias e teorias sociais, e mesmo as projetem sob a forma de afirmações universais.” (Ibidem, p.10, tradução nossa<sup>100</sup>). Nesse sentido, os autores, apesar de apontarem que não há teorias propriamente ditas de RI fora do ocidente, defendem a possibilidade do surgimento de teorias não ocidentais.

---

<sup>98</sup> “[...] democratic peace, interdependence and integration, and institutionalized orderliness, [...] are found mostly in the West, while the non-West remains the realm of survival.”

<sup>99</sup> “Though they are presented as universal theories, and might, indeed, be accepted as such by many, all three can also be seen as speaking for the West and in the interest of sustaining its power, prosperity and influence.”

<sup>100</sup> “[...]it is possible for non-Western societies to build understandings of IR based on their own histories and social theories, and even to project these in the form of universalist claims.”

Esse pensamento é compartilhado por Qin (2010) que analisa o desenvolvimento de um pensamento teórico de Relações Internacionais na China. Para tal, ele define teoria como nada mais do que um sistema de ideias que, no contexto chinês, possui dois significados distintos:

Um é orientado para a ação, definindo teoria como um guia para a ação. [...] esse tipo de teoria possui um impacto imediato na política e na ação. O outro é orientado para o conhecimento, definindo teoria como uma perspectiva para compreender o mundo e como conquista da produção e reprodução de conhecimento [...] (QIN, 2010, p.27, tradução nossa<sup>101</sup>).

O autor aponta que, no contexto chinês, a primeira definição de teoria, a que atua como um guia para a tomada de decisão e de ação política, faz parte da experiência histórica chinesa. Mas a teoria como forma de conhecimento, análise e compreensão de um fenômeno, no caso as relações internacionais, ainda precisa ser desenvolvida no país. O desenvolvimento desse tipo de teoria de RI chinesa, com fundamentos e princípios culturais chineses, mostrar-se-ia cada vez mais relevante, em proporção à própria ascensão do país no sistema internacional. Qin também aponta que a inexistência de uma teoria de RI, pelo menos até o fim da década de 2000, dar-se-ia por três razões: a inexistência de um senso de “internacionalidade” na cultura chinesa, o domínio ocidental no discurso de RI dentro da China e a falta de um núcleo teórico.

No que se refere à falta de um senso de internacionalidade, Qin argumenta que “o mundo ou o Estado na cultura chinesa não era claramente definido como uma entidade com fronteiras finitas. O mundo chinês se referia a tudo sob o céu e na terra.” (Ibidem, p.36, tradução nossa<sup>102</sup>). Havia um sentido de tempo e espaço, além disso, o mundo chinês, como definido em seu Sistema Tributário, não era composto por várias entidades definidas e com status legal igualitário entre si, tal qual o Sistema de Estados europeu, portanto, não era um sistema internacional. No sistema sinocêntrico, conforme a palavra indica, a China ocupava uma posição central: “o sistema tributário, espacialmente e conceitualmente, era como esferas concêntricas, apenas com diferenças na distância e sem diferenças quanto à ontologia. A periferia era a radiação do centro [...]” (Ibidem, tradução nossa<sup>103</sup>). Desta forma, a concepção do internacional se desenvolveu de forma mais tardia no pensamento chinês.

<sup>101</sup> “One is action-oriented, defining theory as a guidance for action. [...] this type of theory is used to have immediate impact on policy and action. The other is knowledge-oriented, defining theory as a perspective to understand the world and as an achievement of knowledge production or reproduction [...]”

<sup>102</sup> “The world or the state in the Chinese culture was not a clearly defined entity with a finite boundary. The Chinese world referred to everything under the heaven and on the earth.”

<sup>103</sup> “[...] the tributary system, spatially and conceptually, was like concentric squares, with only differences in distance and without difference in ontology.”

A dominação do discurso ocidental de RI na China, na visão de Qin, é fruto do século da humilhação, bem como da queda do confucionismo com sua substituição pela influência ocidental:

A China vivenciou uma grande descontinuidade da sua cultura intelectual quando o Ocidente encontrou o Oriente. Como a cultura chinesa, com o confucionismo em seu centro, foi confrontada e derrotada na virada do século XX, o sistema de crenças contido nela se desintegrou. [...] Nesse contexto, não importa sobre o que se teorizava, sua alma era Ocidental. (QIN, 2010, p.38, tradução nossa<sup>104</sup>).

Uma teoria precisa de uma essência, de um núcleo. Segundo Qin, é esse núcleo que se identifica se uma teoria é uma teoria de fato, sendo esse núcleo que a distingue das demais. Além disso, é necessário que esse núcleo se desenvolva a partir de um problema distinto. Com a desintegração do pensamento intelectual chinês e a dominância do discurso ocidental entre os intelectuais chineses, far-se-ia necessário, logo, tanto o resgate da cultura clássica chinesa quanto a adoção de um elemento, uma questão central chinesa, que orientasse o desenvolvimento das teorias de RI com características chinesas. Com a transformação social e a ascensão em termos de poder que a China vivencia no século XXI, o desenvolvimento teórico seria um processo natural. Dentre as questões que poderiam constituir o núcleo teórico, Qin destaca que “o mais provável problema central é o relacionamento entre a China e a sociedade internacional” (Ibidem, p.46). Isto é, a integração do país, em sua ascensão, ao SI, de forma que não gere desconfiças dos demais estados quanto à possível busca de hegemonia pela China.

O objetivo deste capítulo é apresentar as teorias de Relações Internacionais chinesas que surgiram como fruto desse processo de desenvolvimento e o debate protagonizado por seus expoentes no que se refere à transição da política externa da China na atualidade. Para tal, o capítulo se divide em três seções: a primeira seção apresentará o contexto de desenvolvimento do campo teórico de RI na China; a segunda seção se dedicará à exposição das principais teorias de RI com características chinesas que despontaram na última década; e, por fim, a terceira seção exporá os distintos posicionamentos quanto ao tema da política externa chinesa a partir da visão das teorias apresentadas no capítulo. A metodologia dominante neste capítulo consiste na revisão da literatura tanto sobre o desenvolvimento do estudo teórico de RI na China, quanto sobre as teorias de RI com características chinesas e seus diferentes olhares sobre a transição da política externa do país.

### 3.1 O DESENVOLVIMENTO DOS CAMPOS DE RI E TRI NA CHINA

---

<sup>104</sup> “As the Chinese culture with Confucianism as its core was confronted and defeated at the turn of the twentieth century, the belief system contained in it disintegrated accordingly. [...] In such a context, no matter what you theorize about, its soul is Western.”

O desenvolvimento do campo das RI e, principalmente, do campo teórico das RI é bastante recente na China, tendo seu início em “consequência do próprio processo de abertura do país, iniciado em fins dos anos 1970” (MONTENEGRO 2015, p. 4 e 5) e da sua rápida reinserção no Sistema Internacional capitalista. A análise da cronologia de desenvolvimento do campo e suas distintas fases e características são abordadas por alguns autores. Entre eles Geeraerts e Men (2001) que apontavam a inexistência de uma “tradição de pesquisa completamente desenvolvida na China” (p. 251, tradução nossa<sup>105</sup>) no começo do século XXI, advogando pelo estabelecimento de uma tradição teórica, sobretudo devido ao cenário de crescimento vivenciado pelo país: “Como a China está se tornando forte economicamente, politicamente e militarmente, uma necessidade crescente para entender o pensamento chinês em RI se manifesta por si só” (Ibidem, tradução nossa<sup>106</sup>). Vale ressaltar a distinção da perspectiva chinesa sobre o que é teoria: se para o ocidente “a função da teoria consiste em explicar e prever, teoria na concepção chinesa tem de servir ao propósito da revolução socialista e construção” (Ibidem, p. 252, tradução nossa<sup>107</sup>). Logo, há uma conotação essencialmente prática na teoria sob o olhar chinês, sendo dirigida por forte pragmatismo.

Os autores apontam que no período de 1950 a 1970 surgem as primeiras demandas, por parte do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, pela criação de uma disciplina de RI, sobretudo pela figura de Zhou Enlai. No entanto, essa demanda não foi imediatamente respondida, tendo o começo do desenvolvimento do campo se estendido pelas décadas posteriores. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, os assuntos estudados nas universidades consistiam nas teorias marxistas do imperialismo e do colonialismo, assim como os movimento de liberação nacional. O desenvolvimento do campo das RI foi impulsionado apenas na década de 1980, fruto dos processos de reforma e abertura conduzidos por Deng Xiaoping: “Sem a reforma e a política da abertura, não haveria progresso no estudo das RI chinesas (...)” (CHEN; YU, 1999, p.13 e 14, apud GEERAERTS; MEN, 2001, p.254, tradução nossa<sup>108</sup>). A partir da abertura, instituições de ensino superior e de pesquisa que contemplavam o estudo das RI começaram a se multiplicar pelo país, tendo em vista a necessidade de o país estudar sistematicamente a política e a economia internacionais contemporâneas no contexto da Guerra

---

<sup>105</sup> “(...) there are no fully developed IR research traditions in China.”

<sup>106</sup> “As China is growing stronger economically, politically and militarily, a growing need for understanding Chinese thinking on IR clearly manifests itself.”

<sup>107</sup> “The function of theory consists in explaining and predicting, theory in the Chinese conception has to serve the purpose of socialist revolution and construction.”

<sup>108</sup> “Without reform and opening up policy, there would be no improvement of Chinese IR study (...)”

Fria. A tradução de obras ocidentais e a própria introdução das teorias de RI ocidentais se iniciam nesse período, passando a ser adotadas pelos acadêmicos da área.

A introdução das teorias ocidentais de RI na China é um dos primeiros momentos de desenvolvimento do campo, o que, posteriormente, refletir-se-ia na dominância dessas teorias existente até a atualidade. Para Qin (2009), a evolução das TRI na China é relativamente recente, sobretudo o desenvolvimento teórico e que há, ainda, uma predominância das teorias ocidentais, principalmente do discurso americano, no campo. Como ressalta, “o comportamento e a política externa chinesa têm sido explicadas amplamente através dos três recortes teóricos emprestados do ocidente, isto é, realismo, liberalismo e construtivismo” (QIN, 2009, p.186, tradução nossa<sup>109</sup>). No entanto, ao mesmo tempo “os acadêmicos chineses fizeram esforços substanciais para desenvolver uma escola chinesa das TRI por meio do emprego da filosofia tradicional chinesa e das realizações teóricas ocidentais.” (Ibidem)<sup>110</sup>. Qin analisa o processo de desenvolvimento da TRI na China, dividindo-o em três fases: pré-teoria, aprendizagem da teoria e inovação da teoria.

A fase da pré-teoria compreende o período de 1978 até 1990, momento em que se inicia a reforma de Deng Xiaoping, bem como o processo de abertura. É um período de baixa publicação na área, tendo em vista que existiam apenas cinco revistas sobre RI e o debate acadêmico girava em torno de diferentes visões do marxismo. Também é nesse período que tem início o processo de introdução das teorias de RI ocidentais na China, por meio da tradução de obras clássicas da disciplina. Esse processo se amplia na segunda fase, a fase de aprendizagem da teoria, que Qin divide em fase inicial (1991-2000) e estágio de aprofundamento (2001-2007). Na fase inicial, os acadêmicos chineses passam a reconhecer a importância da teoria nas RI, iniciando a aplicação dos recortes ocidentais no contexto chinês. Além disso, há a multiplicação da tradução das obras ocidentais de RI e da publicação de revistas chinesas sobre o tema. No estágio do aprofundamento, já no começo do século XXI, há uma ampliação dos temas abordados e “competição entre as diferentes escolas de pensamento dentro da comunidade de RI na China” (Ibidem, p.291, tradução nossa<sup>111</sup>). Essa fase, segundo Qin, “testemunhou uma penetração gradual de teorias não *mainstream* e não americanas, ainda que as TRI *mainstream*

---

<sup>109</sup> “Chinese foreign policy and behavior have been explained largely through the three theoretical frameworks borrowed from the West, that is, Realism, Liberalism and Constructivism.”

<sup>110</sup> “At the same time, Chinese scholars have made substantial efforts to develop a Chinese school of IRT by employing both traditional Chinese philosophy and Western theoretical achievements

<sup>111</sup> “(...) competition among, the different schools of thought within the Chinese IR community.”

dos EUA tenham continuado a moldar os contornos do discurso de TRI na China.” (2009, p. 192, tradução nossa)<sup>112</sup>.

Nesse contexto, há grande progresso no desenvolvimento do estudo e pesquisa em RI na China e na ampliação de publicações na área. Geeraerts e Men (2001) dividem os acadêmicos de RI chineses em três grupos distintos: pesquisadores que são consultores políticos e trabalham em instituições subordinadas ao governo, pesquisadores e professores de universidades e instituições de ensino superior e pesquisadores que trabalham nas instituições do governo no nível provincial e municipal. Segundo os autores, tanto o primeiro quanto o terceiro grupos sofrem grande influência do governo em suas pesquisas, apenas os professores universitários são mais orientados para a academia e menos influenciados pelo governo. Ademais dessa divisão, os autores apontam o debate dos acadêmicos em relação há quanto tempo há relações internacionais na China, afirmando que, apesar das visões distintas, todos “os acadêmicos chineses concordam que a cultura antiga chinesa tem uma importante influência na construção da visão de mundo dos líderes chineses e da política externa chinesa” (GEERAERTS; MEN, 2001, p. 259, tradução nossa<sup>113</sup>).

A partir do meio dos anos 90, na visão de Qin, ocorreu um consenso entre os pesquisadores chineses de que seria necessário o desenvolvimento de uma perspectiva teórica chinesa de RI, tendo em vista que “cada vez mais os acadêmicos chineses usam o recorte teórico emprestado do ocidente para explicar a experiência e comportamento chinês à nível internacional”<sup>114</sup> e que “muitos deles descobriram que essas teorias às vezes falham em explicar o comportamento da China.”(QIN, 2009, 195, tradução nossa<sup>115</sup>). Cada vez mais os pesquisadores chineses se voltam ao pensamento tradicional chinês para compreender seu impacto no comportamento internacional da China. Na visão dos autores (e na visão geral da academia chinesa), a volta ao pensamento clássico chinês seria “a abordagem correta para construir uma teoria de RI chinesa” (Geeraerts e Men, p.260, tradução nossa<sup>116</sup>). Além disso, a elaboração de uma teoria de RI chinesa seria direcionada à orientação da ação política, “uma

---

<sup>112</sup> “(...) witnessed a gradual penetration of non-mainstream and non-American theories, even though the mainstream IRT in the US continued to shape the contours of the IRT discourse in China.”

<sup>113</sup> “All Chinese scholars agree that Chinese ancient culture has an important influence on forming the worldview of Chinese leaders and Chinese foreign policy.”

<sup>114</sup> “more and more Chinese scholars are using theoretical frameworks borrowed from the West to explain Chinese experience and behavior at the international level.”

<sup>115</sup> “Many of them have found that these theories sometimes fail to explain the behavior of China (...)”

<sup>116</sup> “(...) the correct approach to building up a Chinese IR theory.”

base teórica para instruir o comportamento da China na política mundial.” (Ibidem, p.264, tradução nossa<sup>117</sup>).

O debate acadêmico em torno da criação de teorias de Relações Internacionais chinesas data do final dos anos 80. No entanto, foi apenas a partir do começo do século XXI que de fato o processo de formulação teórica se iniciou, com “contínuos esforços dos acadêmicos chineses de conceitualizar termos como ‘poder’, ‘poder brando’, ‘geopolítica’, ‘grande estratégia’ (e além) com ‘características chinesas’. O denominador comum dessas escritas é a introdução do jeito único da China compreender política internacional” (DO, 2015, p.22, tradução nossa<sup>118</sup>). Nesse movimento, Do argumenta que a primeira tentativa de elaborar e resgatar conceitos clássicos chineses para o atual pensamento político do país foi protagonizado por Zhao Tingyang que trouxe o conceito de *Tianxia* e o seu sistema para discussão na China contemporânea. Zhao resgata o sistema da *Tianxia* para “repensar o mundo a partir de um ponto de vista da China [...] argumentando que a filosofia chinesa da ‘*Tianxia*’ oferece uma visão diferente e melhor para a governança mundial” (DO, 2015, p.23, tradução nossa<sup>119</sup>). Isso ocorria, pois, a *Tianxia* se pauta em uma paz de longa duração e em ordem, sob a perspectiva de uma grande harmonia, promovida pelo espírito de família (isto é, a construção de relações entre nações tal qual a reprodução de laços familiares).

Apesar das duras críticas que essa perspectiva essencialmente utópica sofreu, “a tese da *Tianxia* de Zhao, ainda que mais uma filosofia do que uma teoria de RI, é um importante ponto inicial para a comunidade de RI chinesa, já que abre o caminho para a teorização – para retornar à tradição chinesa e ao pensamento antigo.” (DO, 2015, p.24, tradução nossa<sup>120</sup>). O estudo do pensamento e da filosofia clássica chinesa, seus conceitos, passa a se ampliar dentro do contexto acadêmico de RI chinês. Montenegro (2015) aponta alguns conceitos essenciais do pensamento filosófico chinês que orientam o comportamento da China e que seriam levados em conta na elaboração de teorias com características chinesas, com destaque para a “*Tianxia*”, comumente traduzida como “Tudo abaixo do céu”, sendo a base da interpretação clássica do Sistema Internacional pela China.

---

<sup>117</sup> “(...) a theoretical basis to instruct China’s behavior in world politics.”

<sup>118</sup> “[...] continuing efforts by Chinese scholars to conceptualize terms like ‘power’, ‘soft power’, ‘geopolitics’, ‘grand strategy’ (and so on) with ‘Chinese characteristics. The common ground of these writings is to introduce China’s unique way of understanding international politics.”

<sup>119</sup> “[...] rethinking the world from China’s standpoint in the ancient Chinese concept of ‘Tianxia’ [...] argues that the Chinese philosophy of ‘Tianxia’ offers a different and better vision for world governance.”

<sup>120</sup> “Zhao’s *Tianxia* thesis, although a philosophy rather than IR theory, is an important starting point for the Chinese IR community as it opens a way for their theorizing – to go back to Chinese traditions and ancient thought.”



Além disso, há o resgate dos pensadores confucianos, Mêncio e Xunzi, que colocam a análise com foco no indivíduo, isto é, “o comportamento do governante e seus ministros é central na compreensão do processo político como um todo. (...) a natureza do sistema internacional e da ordem internacional é resultado direto do tipo de Estado.” (MONTENEGRO, 2015, p.7). Na visão desses pensadores “tipo de governante, natureza do Estado e natureza do sistema são três formas de se expressar a mesma coisa” (Ibidem). Nesse sentido, a natureza do sistema é fruto da natureza dos Estados que o compõem que, por sua vez, é um reflexo do tipo de governo adotado, este podendo ser de autoridade humana (considerado pacífico e harmônico) ou de hegemonia (averso ao pensamento chinês). A síntese dessa perspectiva é que “a autoridade humana é a forma mais alta de poder no mundo, sendo uma espécie de fundação da moralidade do governante. Possuir autoridade humana é como possuir a verdadeira liderança, ou o dom de guiar ‘tudo abaixo do paraíso’ [*tianxia*]” (Ibid., p.10).

Esses princípios são incorporados pelos acadêmicos chineses que buscam criar uma teoria de RI com características chinesas e pelo grupo que, indo além, advoga pela criação de uma Escola Chinesa das RI. Montenegro destaca o debate existente na contemporaneidade entre esses dois grupos que, em comum, apenas concordam com o fato de que as teorias ocidentais são insuficientes na explicação do comportamento internacional da China. Segundo Montenegro:

A discussão sobre a potencial criação de uma Escola Chinesa coloca de lados opostos seus defensores, geralmente ligados ao China Foreign Affairs University, e aqueles que advogam apenas uma teoria com características chinesas, cujos principais representantes são da Tsinghua University, capitaneados por Yan Xuetong. Pelos defensores, pode-se eleger Qin Yaqing como o principal expoente. (MONTENEGRO, 2015, p.19).

O movimento da escola chinesa foi fruto de um processo de amadurecimento da comunidade acadêmica chinesa que passou a se preocupar de forma crescente com a grande dependência do conhecimento ocidental. A busca pela teorização endógena levou os pesquisadores a conduzirem suas próprias agendas na criação de teorias, dentre eles Qin Yaqing que “argumentava que uma escola chinesa não apenas é justificável, mas também possível e mesmo inevitável porque toda teoria social possui marcas de nascença culturais e geográficas baseadas na experiência e na prática do povo que vive lá” (DO, 2015, tradução nossa<sup>121</sup>). Para Qin, seria necessária a combinação do resgate dos conceitos filosóficos chineses com ideais e

---

<sup>121</sup> “Qin Yaqing argues that a Chinese school is not only justified but also possible and even inevitable because every social theory has ‘geographic and cultural birthmarks based on the experience and practice of people living there.’”

abordagens teóricas ocidentais, de forma a criar uma reinterpretação contemporânea dos discursos tradicionais chineses.

Os adeptos do movimento da escola chinesa acreditam que a China possui três perspectivas que vão além do pensamento ocidental, no tocante às RI: cosmopolitismo chinês (*Tianxia zhuyi*), idealismo ético (*daode lixiang*) e mentalidade harmônica (*hexie linian*). Segundo Do, a realização do Sonho Chinês nas TRI se daria “com o reavivamento das tradições culturais chinesas; com desocidentalização, especialmente a desamericanização, das TRI [...]; e com a construção de teorias de RI que ‘se originam na China e pertencem ao mundo’ para ‘inovar’ o sistema de teoria de RI.” (DO, 2015, p.26, tradução nossa<sup>122</sup>). A abordagem da escola chinesa se pauta muito na tradição “pacífica” do pensamento cultural chinês que poderia contribuir para moldar um Sistema Internacional mais harmônico e pacífico. O núcleo teórico da escola chinesa, isto é, a grande problemática a ser abordada, segundo Qin, seria justamente a integração pacífica da China na sociedade internacional.

O maior expoente do movimento da Escola Chinesa de RI é justamente a Teoria Relacional de Qin, uma teoria sistemática que foca na “relacionalidade (*guanxi* 关系) e no processo (*guocheng* 过程) por meio do emprego do construtivismo processual como recorte analítico e adotando o conceito chinês de relacionalidade como núcleo teórico.” (DO, 2015, p.26, tradução nossa<sup>123</sup>). Diferentemente de uma das teorias de RI mais populares do ocidente, o Realismo Estrutural, a Teoria Relacional de Qin não foca na estrutura do Sistema Internacional e seu conseqüente impacto nas ações dos Estados, mas foca nos processos, nas relações dinâmicas entre os Estados e demais entidades internacionais. A base filosófica desse pensamento se dá por meio da *dialética zhongyong* que enxerga o mundo a partir de polos opostos não excludentes, e sim complementares, tal qual o yin-yang.

Os defensores da criação da Escola Chinesa não advogam pela substituição completa das teorias tradicionais, mas sim pela diversificação de abordagens, incluindo abordagens que partam da perspectiva chinesa. A esse grupo se opõem Yan Xuetong e demais defensores do desenvolvimento de “um instrumental teórico satisfatório, universalmente aplicável, incorporando elementos chineses a uma nova teoria” (MONTENEGRO, 2015, p. 21). Sob esta visão, a proposta é a elaboração de teorias de RI com características chinesas. Seu argumento

<sup>122</sup> “[...] reviving Chinese cultural traditions; by de-Westernizing, especially de-Americanizing, IRT [...]; and by constructing IR theory that ‘originates in China and belongs to the world’ to ‘innovate’ the IR theory system.”

<sup>123</sup> “On relationality (*guanxi*) and process (*guocheng*) by employing processual constructivism as the analytical framework and taking the Chinese concept of ‘relationality’ as the theoretical hard core.”

central é que uma teoria precisa ser aceita de forma universal. “Aplicar o tradicional pensamento chinês para desenvolver uma teoria nova, sem relação às já existentes, afirmam os pesquisadores da Tsinghua School, poderia auxiliar na solução de problemas em aberto na bibliografia contemporânea de Relações Internacionais.” (Ibidem, p.22).

Yan é um grande crítico da visão “utópica” e harmônica da Teoria Relacional de Qin, e mesmo da abordagem filosófica da *Tianxia* de Zhao. No que se refere à sua crítica à Escola Chinesa, Yan argumenta ser “impossível ter uma única teoria de RI chinesa tendo em vista a diversidade de suas tradições [da China].” (DO, 2015, p.28, tradução nossa<sup>124</sup>). Ainda que seja um dos críticos à proposta da Escola Chinesa, Yan é um dos grandes defensores da criação de uma teoria de RI com características chinesas universalmente aplicável, foco da “abordagem Tsinghua”. A elaboração dessa abordagem se deu pela análise dos pensadores clássicos, como Mêncio e Xunzi, e o resgate de conceitos clássicos, sobretudo da moralidade e seu papel central na política. A teoria de Yan, principal teoria de RI com características chinesas da atualidade, o Realismo Moral, traz em seu centro a moralidade e o exercício de autoridade moral/humana como elementos a determinar o papel e o status de um Estado no Sistema Internacional. Ambas as teorias de Yan e Qin serão expostas e analisadas ao longo deste capítulo.

É preciso compreender, também, qual o contexto de estímulo ao desenvolvimento dessas teorias. Além de ser fruto de um processo de desenvolvimento recente, as teorias de RI com características chinesas começaram a surgir em um momento extremamente dinâmico para a China, com a sua ascensão no Sistema Internacional. Nesse sentido, Wang (2013) aponta alguns elementos influenciadores, dentre eles destacam-se o crescimento do autoconhecimento chinês quanto a uma TRI que reconheça a soberania do país e o reconhecimento do status de ascensão internacional da China. No que se refere à percepção da necessidade de uma TRI independente e que vise à soberania nacional, Wang argumenta que muitos acadêmicos estão almejando “reconstruir e revitalizar o passado de forma a misturar abordagens históricas no que se refere à diplomacia com a realidade atual da política de poder para responder às alegações de que há um grande abismo entre a RI tradicional chinesa e o contexto e estrutura modernos de RI” (WANG, 2013, p.521, tradução nossa<sup>125</sup>). O autor aponta que a busca pelo desenvolvimento de teorias de RI com características chinesas visa à construção tanto de uma identidade independente para a disciplina quanto ao seu próprio objeto de estudo, a China.

---

<sup>124</sup> “[...] it is impossible to have a single Chinese IR theory given the diversity of its traditions.”

<sup>125</sup> “[...] reconstructing and revitalizing the past in a manner that mixes historical attitudes towards diplomacy with the present realities of power politics to counteract claims of a large gap between traditional Chinese IR and modern IR contexts and structures.”

O segundo ponto destacado por Wang é justamente a ascensão do status internacional da China dentro do Sistema Internacional e a sua identidade, isto é, a imagem que ela visa projetar dentro desse contexto. Há um debate em torno dessa identidade, com alguns acadêmicos estudando o “discurso da ‘grande nação’ (*daguo*, 大国) que demonstra como esses acadêmicos analisam o crescente poder e participação internacional do país com uma mistura de autoconhecimento de uma cultura e história distintas e imagens impostas por outros” (WANG, 2013, p.522, tradução nossa<sup>126</sup>). Existe uma forte relutância entre os estudiosos de “reconhecer abertamente a imagem *daguo* emergente da China – no máximo retratando a China como um *daguo* responsável e pacífico, ao invés de um Estado revolucionário, talvez para amenizar a imagem potencial da China como uma ameaça emergente ao Ocidente.” (WANG, 2013, p.523, tradução nossa<sup>127</sup>). Para Wang, seria mais importante uma consciência de grande nação do que o status de grande nação, de forma a diferenciar a ascensão do país do comportamento adotado por outras grandes potências.

O receio de tensionar suas relações políticas com o ocidente, ao mesmo tempo em que se vivencia uma autoconsciência quanto ao crescimento em termos de poder do país, promove o debate acadêmico quanto à identidade internacional da China. A multiplicidade de visões, interpretações e pensamentos teóricos que moldam as TRI e RI chinesas se tornam, portanto, essenciais na compreensão da política externa do país. Feng e He (2020) apontam para o aumento crescente do interesse em estudar a política externa chinesa, sobretudo no contexto da ascensão do país. Os autores destacam, no entanto, o caráter ambíguo de tal empreitada: se por um lado “a política externa chinesa é clara e simples de entender porque quase todos os oficiais chineses e a mídia pública aparentam seguir a mesma diretiva oficial em política externa e apresentam uma voz predeterminada pelo governo central”(FENG; HE, 2020, p.1 e 2, tradução nossa)<sup>128</sup>, por outro é bem difícil “analisar as fontes sobre política externa chinesa, especialmente no tocante à maneira como e por que a China tomou uma determinada decisão em determinado momento, assim como em que circunstâncias a China mudará sua política

---

<sup>126</sup> “The ‘great nation’ (*daguo*, 大国) discourse illustrates how Chinese scholars have analyzed the nation’s growing power and international participation as a mix of self-awareness of a distinct culture or history and images imposed by others.”

<sup>127</sup> “[...] openly acknowledging China’s emerging *daiguo* image—at most portraying China as a peaceful and responsible *daiguo* rather than a revolutionary state, perhaps to temper any potential image of China as an emerging threat to the West.”

<sup>128</sup> “[...] China’s foreign policy is clear and simple to understand because almost all Chinese officials and public media seem to follow the same official line on major foreign policies and present one voice predetermined by the central government.”

externa no futuro.”(Ibidem, p. 2, tradução nossa)<sup>129</sup>. Isso se dá pela dificuldade em se ter acesso a fontes primárias do processo decisório na política externa.

Nesse contexto, estudar os debates internos na academia chinesa sobre política externa e seus expoentes, uma vez que consistem em uma importante fonte de informação e de influência no estabelecimento das decisões de política externa, mostra-se essencial. Logo, o estudo sistemático dos pesquisadores e teóricos se mostra como uma nova abordagem no estudo da política externa chinesa, tendo em vista que suas pesquisas são uma das principais fontes de informações acessíveis aos estudiosos estrangeiros da política externa chinesa (FENG; HE, 2020). Colocar o ambiente acadêmico chinês, sobretudo o teórico, como objeto de estudo no lugar de apenas usá-los como fonte de evidências consiste em um novo caminho para o estudo da política externa da China. É justamente a exposição e análise das principais teorias de RI com características chinesas que serão o foco da próxima seção.

### 3.2 AS TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Assim como as teorias de RIs ocidentais, e demais teorias sociais, as teorias com características chinesas são frutos do ambiente cultural no qual estão inseridas e olham para o pensamento clássico da China para desenvolver sua visão de mundo e interpretação das relações internacionais. Desta forma, as distintas teorias que serão apresentadas nesta seção, apesar de adotarem interpretações diferentes das RI, compartilham do mesmo contexto “cultural da comunidade confuciana para informar e formar o componente metafísico de suas teorias e por meio deste núcleo [teórico] entender e interpretar fenômenos importantes na política mundial” (QIN, 2018b, p.425, tradução nossa<sup>130</sup>).

Apesar de compartilharem e fazerem uso da mesma base filosófica, as teorias de Qin Yaqing e Yan Xuetong, principais expoentes no campo teórico de Relações Internacionais chinesas, distinguem-se, assim como a opinião dos autores diverge também quanto à transição da política externa do país. Antes de entrarmos neste debate, é importante compreender as duas teorias, seus principais conceitos e como cada uma entende o universo das RIs.

---

129 “[...] analyze the sources of Chinese foreign policy, especially regarding how and why China has made a particular policy decision at a certain time as well as when and under what conditions China will change its foreign policy behavior in the future.

130 “[...] the Confucian cultural community to inform and form the metaphysical components of their theories and through this nucleus to understand and interpret significant phenomena in world politics.”

### 3.2.1 A Teoria Relacional de Qin Yaqing

Professor da China Foreign Affairs University e um dos pioneiros do movimento em prol da construção de uma escola chinesa de RI, Qin Yaqing apresenta em sua Teoria Relacional uma proposta de interpretação das RIs bem distinta das abordagens tradicionais ocidentais. Argumentando que a “cultura provê diferentes ângulos de observação e perspectivas para compreensão e interpretação” (QIN, 2018a, p.ix, tradução nossa<sup>131</sup>), o autor coloca o contexto cultural como elemento central na formulação teórica, sendo este o *background knowledge* (aqui entendido como uma espécie de conhecimento histórico), fato não evidenciado pelo discurso dominante:

Porque a teoria social foi desenvolvida primeiro no Ocidente, e tendo ciência do estabelecimento de seu discurso dominante, tem sido frequentemente tomada por garantida que tanto a teoria social quanto a teoria social ocidental são universais, enquanto o fato de que a teoria social sempre começa localmente e se apoia no conhecimento histórico em que seus produtores estão incorporados tende a ser esquecido. (QIN, 2018b, p.423, tradução nossa<sup>132</sup>).

Ele aponta que as abordagens tradicionais de RI ocidentais se propõem a estabelecer teorias universalmente aplicáveis, em termos de tempo e espaço, negando o papel que a cultura e, por sua vez, o conhecimento histórico exercem na construção teórica. Em sua visão, a cultura exerce um papel crucial no desenvolvimento de uma teoria social, principalmente no estabelecimento de um núcleo teórico. Como mencionado acima, Qin argumenta que a cultura é o elemento formador do *background knowledge*, logo, este é um elemento central na formulação teórica. Consistindo no conhecimento “que é formado naturalmente - e mesmo espontaneamente – por meio da prática ao longo da história” (QIN, 2018b, p.417, tradução nossa<sup>133</sup>), ele se opõe, na visão geral da academia, ao chamado *representational knowledge*, que seria o conhecimento dito como racional, lógico que moldaria tanto a elaboração das teorias ditas como universais, quanto o processo de decisão político. Usualmente esses dois tipos de conhecimento são vistos como não relacionados e opostos, uma vez que o conhecimento histórico é “tático, inarticulado,

---

131 “Cultures provide different angles for observation and different perspectives for understanding and interpretation.”

132 “Because social theory first developed in the West and bearing in mind the establishment of its discursive domination, it has more often than not been taken for granted that both social theory and Western social theory are universal, while the fact that social theory always starts locally and relies on the background knowledge in which its producers are embedded has tended to be forgotten.”

133 “Background knowledge is the knowledge that has been formed naturally— even spontaneously—in and through practice and over history [...]”

e prático na natureza, enquanto o outro [o conhecimento representacional] é racionalizado, articulado e sistematizado” (Ibidem, p.418, tradução nossa<sup>134</sup>).

No entanto, para Qin, esses dois tipos de conhecimento não são opostos, uma vez que o conhecimento representacional está inserido dentro de um contexto cultural, isto é, ele é formado a partir da visão de mundo e da prática que são, por sua vez, influenciadas pelo conhecimento histórico. Logo, por mais lógico e racional que o conhecimento representacional busque projetar, ele é moldado pela prática histórica:

O conhecimento representacional é produzido por pessoas incorporadas no conhecimento histórico. Acadêmicos que geram o conhecimento representacional são membros de uma comunidade de práticas, compartilhando completamente do conhecimento histórico desta comunidade. [...] o conhecimento representacional cresce do conhecimento histórico e os dois são complementares e mutuamente se reforçam. (QIN, 2018a, p. x, tradução nossa<sup>135</sup>).

Dessa forma, por mais apoiadas no conhecimento representacional que as teorias tradicionais, ocidentais, de RI busquem ser, caracterizando-se pela lógica, elas estão inseridas no contexto cultural de seus criadores, isto é, são delineadas pelo conhecimento histórico do local onde surgiram. Há, nessas teorias uma primazia pela adoção da racionalidade como princípio norteador do seu núcleo teórico. A racionalidade das teorias ocidentais de RI enxerga “o mundo como composto por entidades discretas e independentes agindo e interagindo”, caracterizando como similares aos seres humanos que são “indivíduos egoístas, sempre buscando maximizar seus interesses pelo menor custo” (QIN, 2018a, p. xi). A racionalidade e sua forma de caracterizar o mundo e seus atores influenciaram as principais teorias de RI da atualidade. A grande questão apontada por Qin é que essa percepção, apesar de se apoiar no conhecimento representacional, é fruto do conhecimento histórico dos povos ocidentais.

A grande distinção entre o pensamento incorporado nas teorias ocidentais e nas chinesas se daria por “quanto mais distantes duas comunidades culturais estejam uma da outra, mais provável é que possuam diferentes elementos para formar seus componentes teóricos metafísicos respectivos, baseados em sua prática e em seu conhecimento histórico” (QIN, 2018b, p.424, tradução nossa<sup>136</sup>). Dessa forma, enquanto o principal componente das teorias

---

134 “[...]is tacit, inarticulate, and practical in nature, while the latter is rationalized, articulated, and systemized.”

135 “Representational knowledge is produced by people embedded in background knowledge. Academicians who generate representational knowledge are members of a community of practice, sharing completely the background knowledge of this community. [...] representational knowledge grows out of the background knowledge and the two are complementary and mutually reinforcing.”

136 “[...]the farther away the two cultural communities are from each other, the more likely they are to contain different elements that inform their respective theoretical metaphysical components, based upon their background knowledge and practice.”

ocidentais seria a racionalidade, Qin argumenta que a relacionalidade pode ser o princípio norteador de uma teoria chinesa:

Se a racionalidade nutre o componente metafísico das principais teorias de RI ocidentais, então a relacionalidade pode ser sua contraparte nas comunidades confucianas, ambos possuindo origens socioculturais e ambos possuindo valores aplicáveis além de suas respectivas fronteiras geoculturais. (QIN, 2018a, p. 107, tradução nossa<sup>137</sup>).

O princípio da relacionalidade e, por sua vez, a Teoria Relacional se baseiam na premissa fundamental de que o mundo é um universo de relacionamentos. O mundo confuciano, segundo Qin, é composto de eventos e relações contínuas, em vez de entidades independentes. Tudo está inter-relacionado, ou melhor, correlacionado: “de uma perspectiva relacional, o mundo se representa sempre como um todo relacional complexo no qual os atores vivem e convivem, agem e interagem” (Ibidem, p.108, tradução nossa<sup>138</sup>). O mundo é baseado numa complexa ramificação de relações humanas, tendo a agência humana um impactante papel na sociedade. Segundo Qin, as pessoas, na perspectiva filosófica confuciana, não existem de forma isolada, elas existem primeiro como seres sociais, conectados. Além disso “o ator está sempre relacionado ao contexto, ou a totalidade de suas relações” (QIN, 2018a, p.115). Tal qual as pessoas, assim também se dá para os Estados na Sociedade Internacional, uma vez que é composta por relações humanas. Logo, a humanidade também é um conceito importante dentro da perspectiva relacional de Qin.

Na visão de Qin, “se acreditamos que existe uma sociedade internacional ou mesmo mundial, então os atores Estado ou não Estado dentro dela, a partir de uma perspectiva relacional, são atores em relações, seres relacionais” (Ibidem, p.120, tradução nossa<sup>139</sup>). Na visão relacional, os atores apenas são atores enquanto existem em relação a outros atores, havendo um sentido de coexistência. Desta forma, se os Estados e demais atores internacionais existem de forma relacionada a outros atores, em substituição à visão tradicional ocidental atomista, logo “as relações entre atores, em vez dos atores em si, deveriam ser a unidade primária de análise” (Ibid.) das RIs. Outra crítica do autor às teorias ocidentais é que não há uma teoria bem desenvolvida que foque e teorize as relações, ainda que o campo de estudo seja chamado de “relações” internacionais.

---

<sup>137</sup> “If rationality nurtures the metaphysical component of Western mainstream IR theories, then relationality may well be its counterpart in Confucian communities, both having sociocultural origins and both having values of application beyond their respective geo-cultural boundaries.”

<sup>138</sup> “From a relational perspective, however, the world represents itself always as a complexly relational whole in which actors live and co live, act and interact.”

<sup>139</sup> “[...] if we believe that there exists an international society or even a world society, then states or non-state actors in it, from a relational perspective, are actors in relations, relational beings [...]”



Uma vez que o conceito de relacionalidade assume que os atores apenas são atores em relação, suas identidades, papéis e atitudes são definidas também pelo contexto relacional. Isto é, os papéis exercidos e a identidade dos atores são formados no processo de se relacionar e ser relacionado com outros atores. Há, segundo Qin, no confucionismo uma perspectiva de coidentidade, em que “a individualidade implica na participação do outro.” (Ibid., p.131). Ademais, a possibilidade de múltiplas identidades é vista como algo comum, uma vez que a identidade de um ator, como um Estado, é construída de acordo com sua relação com outro. As identidades, portanto, denotam as relações entre os atores. Por sua vez, o comportamento e as ações de políticas de um Estado são adotados dentro de uma análise das suas relações, sejam estas positivas ou negativas.

Outro ponto que a visão relacional do mundo implica é a perspectiva do interesse compartilhado. A premissa da “perspectiva da teoria relacional é de que o interesse sempre é compartilhado na coexistência e, portanto, é realizado apenas por meio da reciprocidade.” (Ibid., p.136, tradução nossa<sup>140</sup>). Há uma visão, portanto, de que, uma vez que se existe em coexistência, todos os interesses individuais na realidade são compartilhados com os interesses dos outros.

No cenário internacional, as relações entre os Estados tendem a ser duráveis e imóveis. Não há opção para os Estados além de se relacionarem com outros, independentemente de sua vontade. Isto posto, os Estados são produtores e gestores de relações, julgando e tomando decisões “de acordo com os seus relacionamentos com outros específicos, com a totalidade de círculos relacionais ou o contexto relacional como fundo” (QIN, 2020, p.168, tradução nossa<sup>141</sup>). Além disso, Qin diferencia a percepção de relacionamentos entre o contexto ocidental e o chinês, uma vez que na percepção chinesa os relacionamentos são definidos por um processo gradual de maior intimidade até a menor, como círculos concêntricos que vão se ampliando em termos de diâmetro conforme menos íntima for a relação. Por isso quando “os chineses definem seus parceiros internacionais, por exemplo, eles tendem a usar termos diferentes como parceiros estratégicos para todas as condições, parceiros estratégicos compreensivos, e parceiros estratégicos, indicando a diminuição de intimidade de seus relacionamentos” (QIN, 2018a,

---

<sup>140</sup> “[...] The assumption from the perspective of the relational theory is that interest is always shared in coexistence and that it is therefore realized only through reciprocity.”

<sup>141</sup> “[...] They make judgments and decisions according to their relationships to specific others, with the totality of their relational circles or relational context as the background.”

p.149, tradução nossa<sup>142</sup>). A intimidade é um fator de análise muito relevante nos relacionamentos confucianos, tal qual o fator importância:

Quão importante um relacionamento é também constitui um fator crucial para um ator tomar decisões. Em geral, poder é o fator primário para indicar a importância de um relacionamento. A China coloca o relacionamento com os EUA como o relacionamento bilateral mais importante apenas por conta da sua consideração quanto ao poder dele. (Ibidem, p.217, tradução nossa<sup>143</sup>).

Nesse contexto, há uma estrita proximidade entre a relacionalidade confuciana e a racionalidade ocidental. Qin não nega a racionalidade dos atores, mas aponta que são racionais por serem relacionais, uma vez que a racionalidade individual de um ator é mediada primeiro pelos seus relacionamentos com outros. Logo, a racionalidade seria definida em termos de relacionalidade: “é o que eu nomeio como racionalidade relacional – independente da sua ação ser ou não racional depende de como você se relaciona com o outro específico a quem a ação é direcionada.” (QIN, 2018a, p.218, tradução nossa<sup>144</sup>). Essa perspectiva de complementariedade entre esses dois princípios reflete a própria base do *background knowledge* chinês, a *dialética zhongyong*, da complementariedade ou do meio-termo, elemento central na teoria relacional de Qin.

Entender a *dialética zhongyong* é essencial para compreender a teoria elaborada por Qin. Essa dialética é a chave para compreender o meta-relacionamento, na filosofia tradicional chinesa, representado pelo “relacionamento entre yin (princípio/força feminina) e yang (princípio/força masculina) e todos os demais relacionamentos podem ser vistos como derivados do relacionamento yin-yang” (QIN, 2018a, p.152, tradução nossa<sup>145</sup>). O que a *dialética zhongyong* expressa nesse meta-relacionamento é que as polaridades “yin e yang, estão em um contínuo processo de harmonização e se movendo em direção à harmonia central, que, como o estado natural do cosmos, caracteriza o relacionamento entre as polaridades’

---

<sup>142</sup> “When Chinese define their international partners, for example, they tend to use such different terms as all-weather strategic partners, comprehensive strategic partners, and strategic partners, indicating the decreasing intimacy of their relationships”

<sup>143</sup> “How important a relationship is also constitutes a crucial factor for an actor to make decisions. In general, power is the primary factor to indicate the importance of a relationship. China takes its relationship with the United States as the most important bilateral one mainly because of its consideration of the power of the latter.”

<sup>144</sup> “This is what I term relational rationality - whether or not your action is rational depends on how you are related to the specific other toward whom the action is taken.”

<sup>145</sup> “the meta-relationship, as understood by traditional Chinese philosophy, is the relationship between yin (the feminine principle/force) and yang (the masculine principle/force) and all other relationships can be seen as derivatives of the yin-yang relationship [...]”

(Ibidem, p.153, tradução nossa<sup>146</sup>). Nesse sentido, a *dialética zhongyong* rege os relacionamentos de forma harmoniosa, uma vez que os polos opostos estão em constante harmonia.

A *dialética zhongyong* confuciana, ao mesmo tempo em que se assemelha à dialética hegeliana ocidental ao enxergar o mundo de forma polarizada, isto é, com a interação entre os polos produzindo mudança e transformação, também se difere fundamentalmente dessa dialética ao ver essa oposição como harmônica e não conflituosa. Na dialética hegeliana, baseada na visão de mundo das teorias de RIs ocidentais, os dois polos, tese e antítese, são distintos, essencialmente opostos um ao outro, independentes. A interação entre esses dois polos é contraditória, essa é a essência da visão hegeliana, mas a eliminação dessa contradição é o objetivo final. Isso se daria por meio do conflito, que é inevitável: “[...] dialética hegeliana é uma dialética conflituosa porque o progresso [...] é atingido apenas por meio do conflito entre as polaridades. [...] Conseqüentemente a desarmonia [...] é considerada uma necessidade e mesmo uma ferramenta para a evolução e o progresso.” (Ibidem, p.160, tradução nossa<sup>147</sup>). Essa perspectiva está presente nas RIs ocidentais em que, segundo Qin, a *realpolitik* é caracterizada justamente pelo conflito.

Apesar de também se pautar nas relações entre polos opostos, a *dialética zhongyong* é bem distinta justamente por apontar que a natureza entre estes é harmônica. Partindo do pressuposto de que a relação yin-yang é fundação ontológica de todas as relações, a *dialética zhongyong* é a melhor forma de compreender o universo relacional que se inicia a partir do yin-yang. Chave para compreensão dos relacionamentos entre os atores na cultura confuciana, Qin aponta que essa dialética é composta por três elementos intrinsecamente ligados: inclusão, complementação e harmonia. O primeiro princípio, o da inclusão, indica que “os dois itens, objetos ou forças em interação são imanentemente inclusivos e, portanto, inclusivamente relacionados” (QIN, 2018a, p.170, tradução nossa<sup>148</sup>). Isto é, os dois polos opostos na realidade constituem, em conjunto, um todo orgânico. Tal qual a ilustração do yin e yang, os polos são unidades assim como partes de um mesmo todo, não apenas sendo relacionados, mas também inclusivamente dependentes um do outro. Similarmente, “continuidade e mudança estão um no outro, porque o passado e o presente também são polaridades inclusivas uma da outra” (Ibidem,

<sup>146</sup> “the polarities contained in the meta-relationship, yin and yang, are in a continuous process of harmonization and keep moving toward central harmony, which, as the natural and ultimate state of the cosmos, characterizes the relationship between the polarities.”

<sup>147</sup> “is a conflictual dialectics because progression [...] is achieved through conflict between the polarities. [...] Consequently, disharmony is [...] a necessity and even a tool for evolution and progression.”

<sup>148</sup> “It means that the two interacting items, objects, or forces are immanently inclusive and therefore inclusively related.”

p.172), ponto que será levado em consideração na interpretação do teórico no tocante à transição da política externa chinesa. Neste sentido, o processo contínuo de interação entre os dois polos, mutuamente inclusivos, resulta na coevolução desses atores.

O segundo princípio da *dialética zhongyong*, o da complementaridade, indica que, além de mutuamente inclusivos, os dois polos ou forças opostas são complementares, pois juntos produzem o equilíbrio. Essa complementariedade denota que cada polo depende do outro para sua existência e seu desenvolvimento. Para Qin, “é exatamente essa mutualidade complementar que define a *dialética zhonyong*” (Ibidem, p.117). Indo além, os opostos, em interação, não só protagonizam um processo conjunto de evolução, criando uma “vida”, mas um processo em que um se torna o outro e vice-versa, isto é, um processo de transformação complementar. Esse processo de interação e transformação seria regido pelo terceiro princípio da *dialética zhongyong*: a harmonia. A harmonia é o elemento central dessa dialética, a partir da percepção de que a mudança é impulsionada não pelo conflito, mas no processo de harmonização gerado pela mutualidade entre os polos.

Segundo Qin, no confucionismo, a harmonia é o estado de natureza possível de ser alcançado por meio da busca pela centralidade na sociedade. A harmonia é alcançada justamente pelo exercício do princípio da centralidade, do meio-termo. Por isso a *dialética zhongyong* também é conhecida como dialética do meio-termo. Nessa perspectiva confuciana, tudo tende a dinamicamente se posicionar no ou em direção ao meio. Em resumo:

A doutrina confuciana reconhece a coexistência das polaridades, a natureza complementar delas, e seu processo de cotransformação. Ao mesmo tempo também enfatiza o processo dinâmico de se mover em direção ao meio-termo e argumenta que é essa dinâmica centralizadora e a devida mistura das polaridades que promovem a harmonia. (QIN, 2018a, p.185, tradução nossa<sup>149</sup>).

Apesar de reconhecer a harmonia como o estado de natureza, a *dialética zhongyong* também reconhece a existência do conflito. Mas o conflito é resolvido pelo processo de harmonização, isto é, pela busca do meio-termo entre as diferenças que existem de forma natural tal qual no yin e yang. Nesse cenário, a agência humana tem grande impacto, pois pode auxiliar o processo de harmonização, encontrando o meio-termo apropriado. No mundo das relações interestatais, a gestão dos relacionamentos seria a atividade central da Diplomacia, pois esta é “uma prática relacional em primeiro lugar” (QIN, 2020, p.167). Na diplomacia, a

---

<sup>149</sup> “The Confucian doctrine recognizes the coexistence of polarities, the complementary nature of such polarities, and the process of their co transformation. At the same time, it also stresses the dynamic process of moving toward the middle and argues that it is this dynamic centralizing and the due blending of the polarities that bring about harmony.”

agência humana se expressaria, promovendo a harmonia ou desarmonia entre os atores internacionais.

Após essa exposição dos principais elementos – mundo relacional, *background knowledge* e a *dialética zhongyong* – que constituem a base filosófica da Teoria Relacional, mostra-se importante defini-la. Em linhas gerais, a Teoria Relacional da política mundial concebe que o mundo das RIs é composto por relações contínuas entre os atores, que são “atores em relação”, e não identidades atomistas independentes. Aponta que são essas relações dinâmicas que constituem os papéis e as identidades dos Estados, moldando a prática política. Nessa visão, as relações, e não os atores, são a principal unidade de análise das RIs. Partindo da perspectiva de que o *background knowledge* é o tipo de conhecimento a exercer maior influência na conduta dos Estados, a Teoria Relacional adota a *dialética zhongyong* como base para a interpretação do mundo das RIs. Essa dialética entende o mundo a partir da interação dinâmica de duas forças, dois polos distintos e opostos, mutuamente inclusivos, isto é, diferentes partes que, juntas, constituem um mesmo todo, e complementares, tendendo à harmonia. O processo contínuo de interação entre esses dois polos visaria ao estado de natureza, a harmonia, por meio da busca pela centralidade, pelo meio-termo. Apesar de não negar a existência do conflito, a Teoria Relacional indica que o conflito é resolvido por meio do processo de harmonização, isto é, da mútua assimilação e da busca por um meio termo.

### 3.2.2 O Realismo Moral de Yan Xuetong

Yan Xuetong, por sua vez, busca criar uma teoria de RI com características chinesas, a partir da análise de pensadores antigos, pré-Qin (antes da unificação chinesa), para enriquecer o campo teórico com reflexões advindas da filosofia chinesa (YAN, 2011, p.21.). Yan se destaca como um dos teóricos mais influentes, com seu olhar “nacionalista assertivo” e sua percepção do sistema como hierárquico. Olhar no qual o grande diferencial consiste em afirmar que a dominação exercida por um Estado ocorre sobretudo em razão de uma liderança moral, em vez de econômica ou militar (Ibidem, p.1). Isto posto, a teoria das Relações Internacionais criada por Yan consiste no Realismo Moral.

O autor apresenta sua teoria em oposição à visão equivocada que muitos autores, inclusive realistas, possuem do próprio realismo quanto à influência da moralidade na política internacional. Na visão de Yan, “o realismo aborda a moralidade a partir de uma perspectiva instrumental” (Ibid., p.2 e 3), isto é, como instrumento da política. Em sua defesa da importância do papel da moral na política dos Estados, Yan se apoia nos autores clássicos das

RIs como Morgenthau e Carr: “[...] o realismo clássico nem nega o papel da moralidade nem ignora seu efeito na capacidade ou poder do estado.” (YAN, 2019, p.4). Conforme Yan aponta, Carr argumenta que “Se, todavia, é utópico ignorar o elemento do poder, é um tipo irreal de realismo que ignora o elemento da moralidade em qualquer ordem mundial.” (CARR, 1964, p. 235, apud, YAN, 2019, p.5, tradução nossa<sup>150</sup>).

O Realismo Moral de Yan se baseia na percepção do Realismo Clássico e da importância da moralidade, isto é, do comportamento moral dos Estados no que se refere ao poder internacional, interesse e capacidade nacional. Adotando uma abordagem instrumental, o Realismo Moral coloca a moral em igual importância, no processo de formulação política, ao poder, à capacidade e ao interesse (Ibidem, p.6). Uma vez que a teoria, tal qual as demais teorias realistas, admite que os interesses nacionais são definidos de forma objetiva pela capacidade material dos Estados, o papel da moralidade, nesse contexto, é influenciar os tomadores de decisão sobre como os interesses nacionais devem ser atingidos, em vez de quais são esses interesses (Ibid.). Logo, o Realismo Moral pode ser definido como “a abordagem para compreender o comportamento de uma grande potência, quando a moralidade é um fator que contribui para as preferências estratégicas de sua liderança” (Ibid., p.7, tradução nossa<sup>151</sup>).

A moralidade, no Realismo Moral, é dividida em três categorias: moralidade pessoal (individual), moralidade do Estado e moralidade mundial (internacional). A primeira corresponderia à moralidade dos indivíduos, não sendo, portanto, interessante para a análise da liderança política. A moralidade da liderança política é definida como a moralidade estatal, como “o dever em praticar as normas internacionais, possuir credibilidade estratégica com os aliados e a responsabilidade em proteger os interesses das pessoas” (YAN, 2016, p.3, tradução nossa<sup>152</sup>). A teoria do Realismo Moral adota o nível governamental para analisar a moralidade, por meio de códigos universalmente aceitos como morais quanto à conduta dos Estados no tocante à busca por seus interesses nacionais e gestão das capacidades nacionais. Vale ressaltar que a moralidade internacional, diferentemente da nacional, refere-se a códigos aceitos por todos os membros do Sistema Internacional, logo, a moralidade governamental se refere a esses códigos morais em específico.

---

<sup>150</sup> “If, however, it is utopian to ignore the element of power, it is an unreal kind of realism which ignores the element of morality in any world order.”

<sup>151</sup> “I would define moral realism as the approach to understanding a major power’s behavior when morality is a contributing factor to its leadership’s strategic preferences.”

<sup>152</sup> “[...]such as the duty to practice international norms, strategic credibility to allies, and the responsibility to protect people’s interests.”

Yan aponta cinco pares de conceitos opostos reconhecidos universalmente como parâmetros para os códigos morais internacionais: cuidado/dano, justiça/trapaça, lealdade/traição, autoridade/subversão e santidade/degradação. Para o autor, esses valores são comuns a todas as pessoas, independente da cultura. Uma vez que a moralidade internacional é feita a partir das pessoas, esses códigos são os fundamentos da moralidade governamental, universal: “é porque a moralidade é construída em bases morais compartilhadas que somos capazes de concordar com esses códigos morais internacionais” (YAN, 2019, p.10, tradução nossa<sup>153</sup>). Vale ressaltar que, como esses códigos podem variar de acordo com a evolução da sociedade, o Realismo Moral estuda tanto os diferentes valores das diferentes épocas quanto o papel político desempenhado pelas ações morais em sistemas internacionais distintos (YAN, 2016, p.4).

A teoria do Realismo Moral se preocupa em fazer uma distinção entre os conceitos de poder, capacidade e autoridade que comumente, nas teorias ocidentais de RI, são todas definidos pelo termo inglês “*power*”. Yan aponta que, em suas obras, “quando discute poder, se refere apenas à influência [...] quando discute capacidade, se refere à força [...]” (YAN, 2019, p.12). Ao se definir poder como influência, o poder é considerado como o mais importante fator do interesse nacional, sendo, portanto, um fator de interesse político. Por sua vez, ao se definir capacidade como força, ela é a base de definição dos interesses nacionais, incluindo o próprio poder: “a extensão do poder de um Estado no domínio de cada interesse nacional é determinada pela capacidade do componente relacionado. Logo, ao analisar os interesses estratégicos holísticos de um país, deve-se fazê-lo de acordo com a sua capacidade compreensiva (CC).” (YAN, 2019, p. 12-13, tradução nossa<sup>154</sup>).

Yan define a capacidade compreensiva de um Estado considerando tanto os recursos materiais quanto os não materiais, dentre eles a capacidade política, sendo esse o seu elemento operacional e os demais (capacidade econômica, militar e cultural) como recursos. A capacidade política é determinada justamente pela eficiência política da liderança do Estado, podendo ser classificada em quatro grupos: dominante, ascensão, regional e pequenos Estados. Os interesses nacionais destes quatro grupos são bem distintos. Na visão do autor, o principal interesse de um Estado dominante é a manutenção de sua posição no Sistema Internacional, enquanto o do Estado em ascensão é justamente o de mudar o status quo, incrementando seu

---

<sup>153</sup> “[...] is because morality is built on shared moral foundations that we are able to agree to these international moral codes.

<sup>154</sup> “The extent of a state’s power in the domain of each national interest is determined by the capability of the related component. Therefore, when analyzing a country’s holistic strategic interests, we should do so according to its comprehensive capability (CC).”

poder. O interesse estratégico de um Estado de poder regional é manter o seu domínio regional, enquanto o interesse dos pequenos Estados seria apenas a sobrevivência (YAN, 2019, p.14).

Outra essencial distinção feita por Yan é entre poder e autoridade. O autor ressalta que, na língua chinesa, esses conceitos são bem distintos: “*quanli* (权力, poder) significa direitos legítimos coercivos ou dever enquanto *quanwei* (权威, autoridade) significa prestígio ou confiança popular” (Ibidem, p.16, tradução nossa<sup>155</sup>). Ainda que ambos sejam recursos da liderança política, eles atuam de formas distintas. Ao mesmo tempo em que a autoridade pode incrementar o poder de um Estado, o oposto não se aplicará necessariamente, uma vez que o uso da força pode até mesmo reduzir a confiança popular a liderança de um Estado. Logo:

[...] é possível que um Estado líder incremente seu poder internacional ao promover sua capacidade material, mas essa [...] não pode automaticamente estabelecer a autoridade internacional daquele Estado quando outros Estados não aceitam sua liderança. O incremento da autoridade internacional de um Estado líder envolve ganhar mais apoio externo, o que automaticamente aumenta a influência do Estado, ou poder internacional. (Ibidem, p.17, tradução nossa<sup>156</sup>).

A percepção quanto à autoridade envolve o conceito de credibilidade estratégica. A credibilidade estratégica é uma parte essencial da autoridade internacional e é adquirida justamente por meio da adoção de ações morais pelos Estados. A credibilidade estratégica de um Estado está intrinsecamente ligada à sua consistência moral no cenário internacional, isto é, à proteção a seus aliados, à punição de Estados que gerem o caos e o conflito, por exemplo. Possuir credibilidade estratégica impulsiona a autoridade moral de um Estado, o que por sua vez incrementa sua influência, isto é, seu poder internacional. O incremento de poder, no entanto, pode ocorrer ao mesmo tempo em que há declínio de sua autoridade internacional, justamente se um Estado agir contra a moral internacional, reduzindo sua credibilidade estratégica (YAN, 2019, p.18).

Nesse cenário, a credibilidade estratégica é um fator básico, fundamental, para o estabelecimento de uma autoridade moral. A moralidade, portanto, é um elemento central no aumento da influência de um Estado e no apoio de sua liderança pelos demais. Ela não apenas

---

<sup>155</sup> “[...] wherein *quanli* (权力, power) means legitimate coercive rights or duty while *quanwei* (权威, authority) means prestige or popular trust, are quite removed from each other.”

<sup>156</sup> “Therefore, it is possible for a leading state to increase its international power by promoting its material capability, but such promoted material capability cannot automatically establish the international authority of that state when other states do not accept its leadership. The improvement of a leading state’s international authority entails winning more external support, which automatically increases that state’s international influence, or international power.”



impacta diretamente a autoridade de um Estado, mas também a sua capacidade, uma vez que a aderência aos códigos morais internacionais aumenta a legitimidade da mobilização de apoio de um Estado líder tanto domesticamente quanto no exterior. Isso aumenta o poder internacional de um Estado, o que, por sua vez, transforma-se em capacidade material.” (Ibidem, p.20, tradução nossa<sup>157</sup>). Se a moralidade tem um impacto direto tanto no incremento da capacidade material quanto no da autoridade dos Estados, infere-se que ela incrementa diretamente o poder de um Estado:

O poder internacional de um Estado líder irá aumentar de acordo com a base moral em que constrói sua autoridade. A História mostra que Estados líderes que estabelecem uma autoridade alta possuem uma chance maior de manter a sua liderança internacional do que aqueles com menor autoridade. (Ibidem, p.21, tradução nossa<sup>158</sup>).

Nesse sentido a credibilidade estratégica seria um pré-requisito para o estabelecimento de uma autoridade moral. Por meio da adoção de ações morais e comportamentos confiáveis, um Estado adquire a confiança de outros Estados, aumentando seu poder internacional. Além disso, o autor argumenta que há uma relação positiva entre maior autoridade moral e maior durabilidade da liderança de um Estado no SI. Vale ressaltar que autoridade moral não é forçada, precisa ser concedida voluntariamente pelos demais atores. Na “tradição cultural chinesa, *yishen zuoze* (以身作则, liderar pelo exemplo), ao invés de dar ordens, é a principal faceta da doutrina da liderança” (YAN, 2019, p.22, tradução nossa<sup>159</sup>). Yan destaca o conceito de liderar pelo exemplo como a melhor forma de exercer autoridade moral no Sistema Internacional.

O foco da teoria do Realismo Moral é entender como uma potência ascende no SI, ao invés de focar na queda da grande potência, como as demais teorias realistas o fazem. Nesse contexto de troca de potências, a potência dominante costuma possuir capacidade material superior ao Estado em ascensão. Desta forma, questiona-se: como uma potência em ascensão ultrapassa a dominante em termos de poder no SI? A resposta da teoria do Realismo Moral para essa questão se encontraria justamente na variável da liderança política, por meio do exercício de maior autoridade moral pelo Estado em ascensão do que o país dominante. Nesse cenário, o

---

<sup>157</sup> “Adherence to international moral codes enhances the legitimacy of a leading state’s mobilization of support both at home and abroad. This raises the state’s international power, which then transforms into its material capability.”

<sup>158</sup> “The international power of a leading state will increase according to the moral foundation on which it lays to build up its authority. History shows that leading states that have established a high authority have a greater chance of maintaining international leadership than those with lesser authority.”

<sup>159</sup> “In Chinese traditional culture, *yishen zuoze* (以身作则, leading by example), rather than giving orders, is a main facet of leadership doctrine [...]”

tipo de liderança e, por consequência, os interesses estratégicos são determinantes para entender os papéis exercidos por diferentes Estados dentro do SI.

Yan diferencia a liderança estatal da liderança internacional, mas aponta que estão diretamente relacionadas. Em termos de liderança estatal, o autor a divide em quatro tipos de acordo com a atitude da liderança quanto ao status quo internacional: inativa, conservativa, proativa e agressiva. A liderança inativa, ou daoísmo, dar-se-ia quando a liderança estatal adota uma filosofia de não interferência, o *wu wei er zhi* ((无为而治, *laissez-faire*), para preservar o status quo. Nesse sentido, lideranças inativas evitam conflitos, evitando a ascensão: “na maioria dos casos a liderança inativa de um Estado em ascensão provavelmente irá rejeitar o objetivo de se tornar um Estado em ascensão, e certamente não buscará formular uma estratégia para ascender” (YAN, 2019, p.34, tradução nossa<sup>160</sup>). Assim como a liderança inativa, a conservativa também busca manter o status quo, preservando as conquistas dos seus antecessores, enxergando a economia como a base da capacidade compreensiva e o principal interesse estratégico do Estado. Esse tipo de liderança “opta por reduzir a pressão internacional ao expandir suas relações econômicas com os Estados com os quais há conflito” (Ibidem, tradução nossa<sup>161</sup>). Também faz uso de sanções econômicas para exercer poder sobre pequenos Estados.

A liderança proativa, diferentemente das outras duas mencionadas, busca ativamente melhorar o status internacional do Estado por meio de reformas. Ela percebe o talento político como um fator determinante, enxergando a queda e a ascensão dos Estados diretamente relacionadas à capacidade de liderança estatal. Para favorecer sua ascensão no SI, a liderança proativa tem por interesse estratégico a conquista e formação de alianças, de forma a ter apoio a sua causa: “a liderança proativa de um Estado em ascensão buscará aliados [...] para obter apoio político e militar necessários para conter a supressão do Estado dominante (YAN, 2019, p.35, tradução nossa<sup>162</sup>). Por fim, a liderança agressiva, assim como a proativa, busca incrementar seu poder no SI alterando o status quo. No entanto, diferentemente da proativa, a agressiva o faz por meio do uso da força militar e da capacidade material. Logo, seu interesse estratégico seria a expansão militar, “frequentemente adotando a política oportunista de iniciar ataques militares contra países inferiores, incluindo os aliados do Estado dominante.” (Ibidem,

---

<sup>160</sup> “the inactive leadership of a rising state will likely reject the goal of becoming a rising state, and certainly make no move to formulate a strategy through which to rise.”

<sup>161</sup> “this type of leadership opts to reduce international pressure by expanding economic relations with the states with whom it experiences conflict.”

<sup>162</sup> “the proactive leadership of a rising state will seek allies, especially from among surrounding countries, to obtain the political and military support necessary to counter the dominant state’s suppression.”

p.36, tradução nossa<sup>163</sup>). Dentre todos esses tipos de liderança, Yan aponta a liderança proativa como a com maior chance de ser efetiva em um projeto de ascensão de uma potência, uma vez que:

O resultado da competição estratégica entre o Estado em ascensão e um Estado dominante é decidido principalmente pela disparidade entre eles da capacidade de liderança necessária para ganhar apoio internacional. Em outras palavras, o lado que ganha maior apoio internacional irá vencer a competição. (Ibidem, p.39, tradução nossa<sup>164</sup>).

Os tipos de liderança estatais interferem na credibilidade estratégica internacional e no tipo de liderança internacional adotado por aquele Estado. O Realismo Moral argumenta que a credibilidade estratégica internacional de um Estado em ascensão impacta profundamente as configurações de poder do SI ao reduzir a disparidade em relação ao Estado dominante, ainda que sua capacidade material seja inferior. Neste contexto o ganho de aliados e apoio internacional é peça fundamental, sendo a proteção desses aliados, bem como a punição de Estados que produzem caos, visto como a moralidade do Estado em ascensão (YAN, 2016, p.21). Além disso, o incremento na credibilidade estratégica de um Estado em ascensão contribui para o estabelecimento de uma nova ordem mundial por meio da redistribuição de poder internacional. Yan aponta que, se para um estado em ascensão o aumento de sua credibilidade estratégica é importante, para um Estado dominante ela é fundamental, sobretudo para a manutenção da ordem internacional vigente. Logo, o “Realismo Moral enxerga a autoridade internacional de um Estado líder como o alicerce de sua posição dominante e da durabilidade da ordem internacional sob sua liderança.” (YAN, 2016, p.23, tradução nossa<sup>165</sup>). O Realismo Moral divide, então, a liderança internacional em três principais tipos, de acordo com o nível de credibilidade estratégica: tirania, hegemonia e autoridade humana

A tirania ocorre quando o Estado líder não possui credibilidade estratégica no tocante à adesão às normas e aos códigos morais internacionais. Suas ações “ímorais abalam os princípios morais que outros Estados praticam enquanto fortalece a lei da selva das sociedades anárquicas” (Ibidem, tradução nossa<sup>166</sup>). Em termos de política externa, um Estado tirano adota os princípios da *realpolitik*, gerando desconfiança entre aliados e inimigos, produzindo uma ordem mundial

---

<sup>163</sup> “such leadership of rising states often adopt the opportunistic policy of initiating military attacks against lesser states, including the allies of the dominant state.”

<sup>164</sup> “the result of the strategic competition between a rising state and a dominant state is mainly decided by the disparity between them of the leadership capability necessary to win international support. In other words, the side that wins the most international support will win the competition.”

<sup>165</sup> “Moral realism regards the international authority of a leading state as the foundation of its dominant position and of the durability of the international order under its leadership.”

<sup>166</sup> “Its immoral actions undermine the moral principles that other states practice while strengthening the jungle law of anarchical societies.”

que tende ao caos e ao conflito entre as nações. A hegemonia, por sua vez, seria um meio termo entre a tirania e a autoridade humana no que se refere à moralidade e à credibilidade estratégica internacional. O Realismo Moral define a hegemonia como uma política que adota padrões duplos, distintos, na esfera da política internacional: “a liderança hegemônica manterá sua credibilidade estratégica em meio às suas alianças enquanto adota a lei da selva como princípio para lidar com não aliados” (YAN, 2019, p.44, tradução nossa<sup>167</sup>). Ao mesmo tempo que é aparentemente confiável aos seus aliados, atua de forma firme contra os Estados não aliados, promovendo uma ordem internacional instável, ainda que mais pacífica que a ordem tirânica. Vale ressaltar que a adoção de padrões, comportamentos distintos quanto às normas internacionais é vista como imoral pelo SI.

A autoridade humana consiste na liderança internacional por meio da adoção de princípios morais e de uma elevada credibilidade estratégica, regendo a ordem internacional de três formas:

- (i) mostrando-se um bom exemplo para os demais Estados quanto à prática moral de acordo com as normas internacionais; (ii) promovendo a internacionalização de normas internacionais específicas através da premiação dos Estados que as obedecem; (iii) punindo os Estados que violam as normas internacionais. (YAN, 2016, p.23, tradução nossa<sup>168</sup>).

A liderança sob a autoridade humana é confiável e consistente, com a adoção das normas internacionais, promovendo uma ordem mais pacífica, estável e duradoura do que as demais formas de liderança internacional. Yan destaca que a diferença entre a autoridade humana e a hegemonia está justamente na moralidade. Além disso, o teórico aponta que a pré-condição para o estabelecimento de uma liderança por autoridade humana é a consistência entre a ideologia doméstica do país e a ideologia que advoga no cenário internacional:

O princípio da autoridade moral também tradicionalmente demanda a consistência entre a governança interna do líder e a sua conduta dos assuntos internacionais, chamada de *neisheng waiwang* (内圣外王, governança doméstica segue o princípio da sabedoria, e a política externa segue o princípio da autoridade humana). [...] a pré-condição importante para a elevação da autoridade humana é a consistência adotada pelo Estado líder em casa e fora. (YAN, 2019, p.50, tradução nossa<sup>169</sup>).

<sup>167</sup> “The hegemonic leadership will maintain its strategic credibility within an alliance while adopting the law of the jungle as the principle for dealing with nonallies.”

<sup>168</sup> “(i) making itself a good example to other states of moral practice according to international norms; (ii) promoting the internalization of particular international norms by rewarding the states that obey these norms; (iii) punishing the states that violate international norm.”

<sup>169</sup> “The principle of humane authority also traditionally requires consistency between a ruler’s internal governance and his or her conduct of foreign affairs, known as *neisheng waiwang* (内圣外王, domestic governance follows the principle of the sage, and foreign policies follow the principle of humane authority. [...] the important precondition for the elevation of humane authority is that of the consistency of values espoused by leading states at home and abroad.”

De forma resumida, a Teoria do Realismo Moral desenvolvida por Yan Xuetong também resgata o pensamento clássico chinês, trazendo principalmente o conceito da moralidade para o centro da formulação realista. Apoiando-se também na visão do realismo clássico quanto à relevância da moralidade na política internacional, Yan elaborou uma teoria cujo fator determinante na ascensão de uma nova potência internacional é o exercício da autoridade humana, por meio de uma elevada credibilidade estratégica. A moralidade, neste contexto, é internacional, baseando-se apenas nos códigos morais internacionalmente aceitos e compartilhados entre os Estados. Diferenciando poder, capacidade e autoridade, o Realismo Moral enxerga na autoridade o principal fator para a durabilidade de uma ordem internacional regida por um país líder. Ainda que não negue a importância da força (capacidade) e da influência (poder), Yan argumenta que a autoridade existe e amplia-se mesmo em um contexto de disparidade material entre o Estado em ascensão e o dominante, defendendo que a autoridade possibilita adquirir recursos materiais, mas o incremento dos recursos materiais não necessariamente promoverá a autoridade que deve ser voluntariamente concedida pelos demais Estados.

Sob essa perspectiva, um Estado ascende no SI quando a sua credibilidade estratégica e sua autoridade moral ultrapassam as do Estado líder, e isso ocorre por meio da adoção de comportamentos e ações morais. A formação de alianças é essencial para a maximização da autoridade humana, possibilitando a maior captação de recursos. Nesse cenário, a redistribuição de poder no Sistema Internacional ocorre por meio da perda ou do ganho de credibilidade estratégica entre as potências, sendo a ordem regida pela liderança da autoridade humana mais pacífica, estável e duradoura do que as demais. Logo, a teoria foca no papel político das lideranças como elemento chave para a evolução e transformação do Sistema Internacional.

### 3.2.3 O Pensamento Político de Xiang Lanxin

Apesar de não ser considerado um teórico de Relações Internacionais chinesas, Xiang Lanxin é um influente acadêmico chinês no campo da análise da política externa do país, resgatando, também, o pensamento clássico da China como base para suas percepções. O acadêmico é diretor do Centro de Estudos de Segurança do Um Cinturão e Uma Rota, do Instituto Nacional da China para OCX sobre Intercâmbio Internacional e Cooperação Judiciária, em Xangai, e se destaca entre os demais analistas por sua crítica enfática ao modelo de diplomacia chinesa agressiva, apelidada por ele de *Wolf Warrior*. Tratando-se de um dos mais influentes analistas da política externa chinesa, é importante analisar quais conceitos o

estudioso resgata para embasar sua visão quanto às relações exteriores do país e à transição do modelo de inserção internacional do país, tema central desta dissertação, a ser abordado na próxima sessão.

Xiang Lanxin, assim como Yan e Qin, resgata o pensamento filosófico clássico chinês para analisar as relações internacionais de forma mais ampla, sobretudo a conduta da China, trazendo à atualidade alguns princípios norteadores do confucionismo:

O sentido das relações externas chinesas pode apenas ser compreendido em um contexto específico chinês de legitimidade política, não por alguns princípios universais que supostamente guiam o comportamento internacional do estado. A cultura confucionista enfatiza fatores endógenos para a ascensão e queda de sistemas estatais, baseados puramente em padrão moral. (XIANG, 2020, p.119, tradução nossa).

Assim como Yan Xuetong, a moralidade é um princípio clássico resgatado por Xiang em sua abordagem das RIs. A promoção de uma liderança moral e, por consequência, de um governo com elevada força moral é essencial para a manutenção de um sistema, como aponta Xiang: “um consenso tradicional é que, se um sistema moralmente corrupto não passar por sérias reformas, não se sustentará por muito tempo” (XIANG, 2020, p.120, tradução nossa<sup>170</sup>). Além da moralidade, alguns princípios de origem tradicional confuciana merecem destaque para melhor compreender a visão do autor, dentre eles destacam-se: a distinção entre hierarquia e hegemonia, a relação entre harmonia e caos, bem como a legitimidade moral. Segundo Xiang, a cultura chinesa é essencialmente anti-hegemônica, o que não pode ser confundido com anti-hierárquica:

Hierarquia é uma categorização de um grupo de pessoas de acordo com sua senioridade, habilidade ou status, mas hegemonia é uma forma indireta de governo, e de dominação imperial na qual o hegemom (estado líder) governa estados subordinados pelo emprego dos meios de poder, a ameaça da força, apoiado pela capacidade militar direta. (XIANG, 2020, p.119, tradução nossa).

Logo, o pensamento do autor traz essa crítica à hegemonia, tal qual Yan classifica esse tipo de governo como distinto do tipo da autoridade humana, o mais moral dos sistemas de governo internacional.

Além disso, Xiang continua a apontar, de forma crítica, alguns elementos constitutivos das TRI ocidentais que formam uma visão de mundo, uma estrutura de abordagem das RIs muito distinta do pensamento chinês clássico. Dentre esses pontos destaca-se a relação dicotômica ontológica, nas teorias tradicionais ocidentais, entre guerra e paz, bem e mal. Na tradição confucionista, além de caos não ser pareado com ordem e sim com harmonia, a relação

---

<sup>170</sup> “A traditional consensus is that if a morally corrupted system does not undergo serious reforms, it will not be able to sustain itself for long.”

entre os dois não é conflituosa. Logo, “não há paradigma mental da ‘divina ordem versus caos’, ou bem versus mal em uma batalha pelo Armagedom” (Ibid., p.122, tradução nossa). Ele resume essa percepção afirmando:

Enquanto o Ocidente, os Estados Unidos em particular, vê a ordem como o oposto do caos, a concepção confuciana de ordem contrasta caos com harmonia. Essa distinção reflete a centralidade da imanência e não da transcendência no pensamento político chinês. Em outras palavras, caos e harmonia não estão numa posição preto no branco. (Ibid., tradução nossa<sup>171</sup>).

Neste contexto, enquanto o paradigma de RI ocidental foca sobretudo na distribuição de poder e a necessidade de um mecanismo hierárquico (seja por meio de uma balança de poder, seja por um hegemon) para a manutenção da estabilidade, a percepção chinesa, confuciana, é de que a existência de um poder hegemônico permanente, em um sistema mundial, não pode ser sustentável. Essa insustentabilidade ocorrerá com a adoção de comportamentos não morais que causarão a perda de legitimidade daquele sistema (Ibid.). Ademais, segundo o autor, o uso da violência, na percepção confucionista, não é um elemento que confere legitimidade a um estado líder, pelo contrário: “Na tradição confuciana, violência tem uma relação negativa com a legitimidade do governante. Nunca ocorreu a um governante confuciano que poder estatal poderia ser aprimorado pela conquista de ilhas distantes. Governar pelo terror é um tabu na política confuciana” (Ibid., p.124, tradução nossa). A isso se acrescenta a percepção de harmonia e centralidade do pensamento confuciano, inclusive na esfera da guerra e paz, que sempre busca um meio-termo entre duas posições extremas.

Além dos pontos já mencionados, diferentemente da visão ocidental das RIs na qual o Estado pode atuar de formas distintas em termos de moralidade no cenário interno e externo, isto é, possuir padrões morais distintos, os líderes chineses nunca separam o doméstico do externo (XIANG, 2020, p.137). Essa separação da moralidade da política internacional, realizada pelas teorias ocidentais, confere uma certa previsibilidade ao SI, no entanto, uma na qual o conflito é um elemento constante de sua fundação. Na visão chinesa, conforme mencionado, não há diferença no padrão de moralidade adotado interna e externamente, o que promoveria um tipo de ordem internacional distinta. Além disso, em sua visão, o que derrubaria ou causaria a queda de um sistema ou de um Estado líder seriam as suas próprias falhas morais, endógenas ao sistema.

---

<sup>171</sup> “While the West, the United States in particular, sees order to be the opposite of chaos, the Confucian conception of order contrasts chaos with harmony. This distinction reflects the centrality of immanence rather than transcendence in Chinese political thought. In other words, chaos and harmony are not in a black and white opposition.”

No tocante aos esforços em busca da criação e do desenvolvimento de teorias de Relações Internacionais, sobretudo a tentativa de estabelecimento de uma escola de RI chinesa, Xiang enxerga grandes dificuldades, uma vez que “na Ásia tradicional é inexistente a construção abstrata de uma grande teoria” (Ibidem, p.120). O autor reforça que, na tradição chinesa, cada teoria serve a um objetivo político específico, sendo orientadas para práticas políticas ou desenhadas para influenciar algum fator específico. Em sua visão crítica, “talvez a China precise de uma teoria de RI para justificar de forma moral suas políticas, como o slogan da ascensão pacífica”, o que seria algo bem distante do estabelecimento de uma grande teoria (Ibid.).

No entanto, ao mesmo tempo em que faz essa crítica às tentativas de estabelecimento de TRIs chinesas, Xiang aponta que, uma vez que a China está se tornando parte integrante do SI, os “inerentes ‘valores pós-modernos’ da cultura tradicional chinesa, isto é, a teoria moral do confucionismo, podem ser aplicados nos assuntos internacionais, por serem compatíveis com a cultura da Europa pós-moderna” (Ibidem, p.129, tradução nossa<sup>172</sup>). Para Xiang, no século XXI, o mundo superará a forma antiga (isto é, o SI hobbesiano das TRIs tradicionais) de gerenciar os assuntos internacionais, através do uso da abordagem alternativa de uma “estratégia-ética”. Nesse cenário, o acadêmico aponta que “para a China, uma estratégia-ética em relação às relações humanas é o que tem tudo a ver com o confucionismo” (Ibid., tradução nossa<sup>173</sup>). Sendo essa a possível influência teórica na gestão das relações internacionais

Após essa breve exposição das duas principais teorias das Relações Internacionais, a Teoria Relacional de Qin e a Teoria do Realismo Moral de Yan, bem como do pensamento de política externa de Xiang, fazem-se necessárias a exposição e análise de como cada uma dessas abordagens interpreta e define o atual momento de transição da política externa chinesa e suas implicações para a China e para o mundo.

### 3.3 A TRANSIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DEBATE TEÓRICO

Os autores supramencionados, além de serem teóricos/pensadores das RIs a partir de uma abordagem teórica e filosófica chinesa, são também analistas da política externa da China. Pautando-se em suas teorias/percepções políticas, Qin, Yan e Xiang apresentam distintas visões sobre o atual paradigma de inserção internacional adotado pelo governo chinês, fomentando e

---

<sup>172</sup> “As China is becoming an integral part of the world system, the inherent “postmodern values” of Chinese traditional culture, i.e., the Confucian moral theory, can be applied to international affairs, for it is quite compatible with the culture of a postmodern Europe.”

<sup>173</sup> “As for China, ethico-strategy toward human relations is what Confucianism is all about.”



inspirando o debate acadêmico exposto no capítulo anterior desta pesquisa. Uma vez que são influentes pensadores chineses no campo das Relações Internacionais, é essencial compreender como interpretam o atual momento de transição da política exterior da China e em que pontos as suas percepções se aproximam, distanciam-se e mesmo contrapõem-se, dinamizando o debate acadêmico chinês.

### 3.3.1 Qin Yaqing: Continuidade através da Mudança

Criador da Teoria Relacional, Qin Yaqing é um grande opositor ao que chama de “meme da assertividade”, isto é, a visão crescente entre os analistas de Relações Internacionais de que a China teria abandonado por completo o paradigma de inserção internacional da Ascensão Pacífica, substituindo-a por uma abordagem mais assertiva, a SFA. Em sua visão, esse discurso teria se espalhado tanto externamente quanto domesticamente no meio acadêmico chinês, diferenciando-se apenas pela percepção positiva ou negativa da mudança dessa abordagem:

Analistas estrangeiros geralmente argumentam que é algo ruim, que levará a maiores tensões entre a China e os Estados Unidos, e que isso irá perturbar a ordem global e as instituições que a sustentam. Proponentes chineses, enquanto isso, acreditam que é a escolha estratégica correta, e que a China se tornou uma força equivalente a um polo em uma estrutura bipolar com os Estados Unidos, essa é a única escolha. (QIN, 2014, p.301, tradução nossa<sup>174</sup>).

Apesar dessa distinção, segundo o autor, a visão que defende a substituição da KLP pela SFA se daria a partir de uma perspectiva dicotômica entre ambos os modelos de inserção internacional, em relação aos quais é necessário escolher um modelo cujas características são organizadas em polos opostos, como: priorizar interesses políticos ou priorizar interesses econômicos, adotar responsabilidades internacionais ou não exercer liderança, focar na moralidade política ou buscar estritamente interesses econômicos. Essa visão de “isso ou aquilo”, mutuamente exclusiva, estaria presente tanto nas análises de pensadores estrangeiros quanto chineses, ponto a que Qin se opõe de forma veemente a partir da perspectiva da Teoria Relacional, com os conceitos de *background knowledge* e *dialética zhongyong*.

Qin argumenta que os chineses não estruturam o pensamento político da mesma forma dicotômica observada na base do pensamento político ocidental: “Esse tratamento dicotômico de “este ou aquele” das duas estratégias, isto é, adotar ou a KLP ou a SFA, pode levar a um sério erro de avaliação da atual política externa chinesa e comportamento internacional na arena

---

<sup>174</sup> “Foreign analysts mostly argue that it is something bad, that it will lead to more tension between China and the United States, and that it will disturb the global order and the institutions that sustain it. Chinese proponents, meanwhile, believe that it is the right strategic choice, and that as China has grown to be a force equivalent to a pole in bipolar structure with the United States, it is the only choice.”

global.” (QIN, 2014, p. 287, tradução nossa<sup>175</sup>). Com base na *dialética zhongyong*, apresentada na seção anterior, o pensamento político chinês e a forma como entendem e enxergam o mundo se baseiam no conceito da harmonia e complementariedade entre polos opostos. Nesse contexto, a busca pelo meio-termo e a atenção ao “devido grau e medida” são os pontos-chave na tomada de decisão política que se refletem no atual modelo de política externa chinesa. Definido por Qin como “continuidade através da mudança”, o autor argumenta que existem evidências tanto de continuidade quanto de mudança no comportamento internacional do país, “continuidade e mudança existindo como dois elementos do mesmo todo que são interativos e inseparáveis” (Ibidem, p.302).

Como são elementos complementares, coexistindo, a substituição abrupta da KLP pela SFA simplesmente não é possível. Logo, o grande questionamento, na visão de Qin, não seria se ocorreu o abandono da KLP e a sua substituição completa pela SFA e sim o que continuou e quais elementos novos foram introduzidos na política externa chinesa, constituída por esses dois modelos complementares. Para o autor “a mais factível e talvez mais efetiva estratégia internacional para a China seria harmonizar as duas - KLP e SFA – para manter um balanceamento apropriado entre elas, e alcançar o meio-termo apropriada e criativamente.” (Ibid., p.303, tradução nossa<sup>176</sup>).

Dessa forma, a questão mais sensível seria justamente encontrar o ponto exato no grau e na medida entre essas duas abordagens de inserção internacional, de forma a proporcionar um ambiente externo favorável aos objetivos chineses, ao mesmo tempo em que o país atuaria de forma enfática na defesa de seus interesses nacionais. Isto é, quando permaneceria com o baixo perfil da ascensão pacífica e quando atuaria de forma firme e assertiva em seus posicionamentos internacionais. De toda forma, para Qin, é fato que “elementos da KLP e SFA, sejam esses termos adotados ou não, estão ambos presentes no e constituem o comportamento estratégico internacional da China.” (QIN, 2014, p.303, tradução nossa<sup>177</sup>).

O autor, então, elenca tanto os elementos que configuram uma continuidade em relação à política externa pacífica, praticada nos governos anteriores, quanto às mudanças introduzidas por Xi. Focando no primeiro aspecto, o autor argumenta que três grandes fatores permaneceram os mesmos: os objetivos estratégicos finais, o desenho estratégico geral e as principais políticas

---

<sup>175</sup> “This either-or dichotomous treatment of the two strategies, i.e. adopting either KLP or SFA, could lead to a serious misjudgment of China’s actual foreign policy and international behavior in the global arena.”

<sup>176</sup> “Third, the most feasible and perhaps effective international strategy for China is to harmonise the two—KLP and SFA—to maintain an appropriate balance between them, and to grasp the middle course appropriately and creatively.”

<sup>177</sup> “Elements of KLP and SFA, whether or not these terms will still be used, are both present in and constitute China’s international and strategic behaviour.”

estratégicas. Esses três fatores seriam o núcleo estratégico que molda a política externa chinesa, indicando, para Qin, fortes traços de continuidade. Tratemos individualmente de cada um.

Para Qin, “o mais importante objetivo da estratégia internacional chinesa ainda é servir à meta geral de desenvolvimento doméstico, ou ‘rejuvenescimento nacional’ criado por Xi Jinping” (Ibid.). Logo, o desenvolvimento econômico, principal objetivo da era da Ascensão Pacífica, permaneceria sendo o propósito final da atuação da política externa chinesa contemporânea. O desenvolvimento econômico seria alcançado através de duas metas: dobrar o PIB da China e a renda urbana, bem como transformar o país em um próspero e moderno estado socialista. Ambas as metas são econômicas. Logo, na perspectiva de Qin, não há mudança de objetivo estratégico final, muito menos a sua substituição por um objetivo que não seja econômico. A continuidade seria a principal tendência neste fator:

[...] nós podemos ver que a lógica da ascensão pacífica está constantemente presente: a maior prioridade da China é o seu desenvolvimento socioeconômico, que necessita de um ambiente externo estável, e a estratégia internacional e a política externa da China irão trabalhar nessa direção. (Ibid., p. 304, tradução nossa<sup>178</sup>).

O segundo fator que Qin elenca como caracterizador da continuidade da política anterior é o que ele chama de “desenho estratégico geral”. Mas no que consiste esse fator? O autor define como “as considerações estratégicas e o planejamento geral das relações com diferentes atores da arena global” (Ibid.). Isto é, seria o mapa de relações externas que a China possui com o resto do mundo, diferenciadas de acordo com o papel desempenhado por cada ator globalmente e sua relação com os interesses nacionais chineses. Esses relacionamentos apresentariam continuidade do modelo anterior com as “principais potências como a chave, países vizinhos como prioridade, países desenvolvidos como a fundação e organizações multilaterais como importantes plataformas” (Ibid., tradução nossa<sup>179</sup>).

Nesse cenário, a relação bilateral com os EUA permaneceria como grande prioridade, com o intuito de prevenir o conflito e a confrontação, visando uma relação cooperativa. Nesse sentido, para Qin, não há evidências de que as diretrizes estratégicas chinesas tenham mudado, passando a focar em uma competição hegemônica com os Estados Unidos (QIN, 2014, p.306). No tocante aos países vizinhos, a China continuaria a adotar a sua diplomacia de vizinhança, buscando parcerias estratégicas e a promoção do desenvolvimento regional, de forma a não ser

<sup>178</sup> “Through these texts, we can see that the peaceful rise logic is constantly present: The top priority of China is its internal socio-economic development, which needs a stable external environment, and China’s international strategy and foreign policy will work in this direction.”

<sup>179</sup> “Major powers as the key, neighboring countries as the priority, developing countries as the foundation, and multilateral organizations as an important platform.”

vista como uma ameaça por seus vizinhos, por meio de uma relação de cooperação “ganha-ganha” (Ibidem, p.307).

Por fim, o terceiro fator de continuidade apontado pelo estudioso é a manutenção das principais políticas estratégicas. Essas políticas seriam os meios para alcançar os objetivos estratégicos, isto é, o desenvolvimento econômico e o ambiente externo favorável a ele. Nesse sentido, Qin aponta que a “estabilização da relação China-EUA, então, continuará a ser o objetivo principal da política externa”, visto que os EUA são um ator-chave no contexto geopolítico e geoeconômico do desenvolvimento chinês. Ademais a essa política, a política de não alinhamento e não busca por formação de alianças com outros Estados também permanece. Na visão de Qin, ainda que a China tenha se aproximado de alguns países, como a Rússia, isso não significa o estabelecimento de uma aliança militar tradicional, e sim o balanceamento de poder entre as potências (Ibid., p. 308). Para o autor, “uma aliança com uma potência maior ou menor é simplesmente impossível tanto para a China quanto para o país estrangeiro relevante” (Ibid.).

Além dessas políticas de priorização da relação bipolar sino-estadunidense e de não buscar aliados, a China continuará a adotar a diplomacia econômica como política estratégica central da sua inserção internacional, tal qual o modelo KLP. Ela continuará a ser um importante meio para as conquistas dos objetivos gerais estratégicos chineses, domésticos e internacionais: “a China continuará a usar instrumentos econômicos, já que recursos econômicos ainda são considerados a vantagem comparativa do país no desenho e na implementação de sua estratégia internacional” (Ibid., tradução nossa<sup>180</sup>).

Esses três fatores estratégicos gerais são considerados os grandes pontos de continuidade do modelo de inserção internacional da China, apontando para mais evidências de permanência da KLP do que sua substituição completa. No entanto, o autor não nega a introdução de mudanças na política externa da China, apontando que a mais importante mudança é a maior ênfase na defesa dos interesses nacionais chineses nos discursos oficiais do governo chinês e nas ações políticas. Mas no que consistiriam esses interesses nacionais centrais? Qin aponta que:

[...] segurança, soberania e desenvolvimento são oficialmente considerados como os interesses nacionais centrais. Além disso, eles são vistos como uma trindade próxima e interrelacionada, na qual a segurança do Estado e do sistema político é o elo, e os

---

<sup>180</sup> “China will continue to use economic instruments, as economic resources are still considered the country’s comparative advantage in the design and implementation of its international strategy.”

outros dois constituem os fatores possibilitadores e indispensáveis. (QIN, 2014, p.309, tradução nossa<sup>181</sup>).

Logo, todas as questões envolvendo a soberania, a unidade territorial, o desenvolvimento econômico são consideradas relevantes à segurança do Estado e do sistema político chinês. Para Qin, atualmente, soberania e integridade territorial desempenham um papel de legitimidade similar ao do desenvolvimento econômico, no qual a capacidade de defender a soberania do país é um fator decisivo para a legitimidade do sistema. Logo, é justamente no tocante a esses dois pontos que a China deve atuar de forma mais assertiva e enfática (Ibidem, p.310). Isso se reflete nos conflitos territoriais marítimos protagonizados entre a China e o Japão, e a China e as Filipinas, assim como sua busca pela unidade territorial na questão de Taiwan. Além disso, também é observada na busca pela “disputa” com a presença militar americana em seu entorno geoestratégico.

Isto posto, ainda que a continuidade da KLP seja o principal elemento da atual política externa da China, Qin reconhece que a China está se tornando (e se tornará) ainda mais assertiva no que se refere à defesa dos seus interesses nacionais centrais: a segurança do seu sistema político, a sua soberania e o seu desenvolvimento econômico, fatores, por sua vez, diretamente interrelacionados. Indo além, o autor aponta que a China está, de fato, mais atenta e sensível aos posicionamentos norte-americanos, ainda que vise à manutenção de uma relação cooperativa com eles. No entanto, isso não indica que o país teria mudado seu objetivo estratégico central do desenvolvimento nacional para a disputa pela hegemonia com os Estados Unidos. Qin define a combinação da KLP e da SFA como a política ideal de inserção internacional para o país:

A China será mais proativa ou assertiva quando seus interesses nacionais forem ameaçados, mas a China manterá um baixo perfil sempre que possível, desde que esses interesses não estejam envolvidos. [...] A estratégia internacional da China, independentemente de como seja chamada, será uma combinação de elementos tanto da KLP quanto da SFA, e a possibilidade de ir ao extremo, em ambas as direções, será baixa. (QIN, 2014, p.312 e 313, tradução nossa<sup>182</sup>).

### 3.3.2 Yan Xuotong: da KLP para a SFA

Em oposição à visão de Qin Yaqing, Yan Xuotong é um grande defensor da substituição da política da KLP pela SFA, a partir do início do governo de Xi Jinping. O teórico do Realismo

<sup>181</sup> “[...] security, sovereignty, and development are officially regarded as core national interests. Moreover, they are seen as a closely interrelated trinity, in which the security of the state and political system is the key link, and the other two constitute the enabling and indispensable factors.”

<sup>182</sup> “China will be more proactive or ‘assertive’ when its core national interests are perceived as threatened, but China will keep a low profile whenever possible, as long as these interests are not involved. [...] China’s international strategy, whatever it may be called, will be one combining elements of both KLP and SFA, and the possibility of going to the extreme, in either direction, will be low.”

Moral não apenas aponta que a transição de um modelo para o outro é um fato consolidado, sinalizado em outubro de 2013, na Conferência do Partido Comunista, com a introdução do termo *fenfayouwei* (奋发有为, SFA) (YAN, 2014, p.154), como se aprofunda na discussão em torno da melhor estratégia de política externa que a China pode e deve adotar, argumentando em prol da assertividade da SFA.

Antes de entrar em sua defesa em torno da estratégia de buscar assertividade, Yan analisa a defesa geral da manutenção da KLP tanto dentro quanto fora da China, apontando os diferentes interesses envolvidos na continuidade de uma política de baixo perfil por parte da China. A KLP, estabelecida primeiro por Deng, e depois consolidada no governo Hu, continua a ser defendida por atores políticos e acadêmicos chineses, mesmo após o anúncio formal de Xi da transição para a SFA. Na defesa oficial da KLP, Yan destaca que as frases “ ‘não buscando nenhuma liderança’ e ‘não levantando nenhuma bandeira’ sugerem que a China não desafiará a liderança global americana para evitar um jogo de soma zero entre os esforços de rejuvenescimento nacional da China e a inquestionável dominância da América” (Ibidem, p.115, tradução nossa<sup>183</sup>). No entanto, Yan aponta que, mesmo no auge da KLP, durante o governo Hu, a adoção de um baixo perfil não apenas foi insuficiente para prevenir que os Estados Unidos encarasse a China como um competidor, como também as pressões para que a China assumisse maiores responsabilidades foram crescentes.

Apesar desses desafios à KLP, a base da argumentação dos acadêmicos chineses que defendem o modelo consiste na visão de que a China é mais fraca que os EUA e, portanto, deve evitar qualquer tipo de confronto e competição por meio da continuidade do baixo perfil (Ibidem, p.157). Internacionalmente, o abandono da KLP passou a ser temido no começo da década de 2010, com as “acusações” de que a China estaria se tornando assertiva. Yan destaca a contradição dos acadêmicos estrangeiros ao apontar que “por um lado, eles acusam a estratégia da KLP como uma conspiração desenhada pelo governo chinês para esconder as capacidades. Por outro lado, eles culpam a China por substituir a estratégia da KLP por uma política assertiva” (YAN, 2014, p.158, tradução nossa<sup>184</sup>). No entanto, o que o autor contrapõe é que, com a introdução da assertividade, as relações da China com outras nações melhoraram

---

<sup>183</sup> “The phrases ‘undertaking no leadership’ and ‘raising no banner’ suggest that China will not challenge American global leadership to avoid a zero sum game between China’s national rejuvenation efforts and America’s unchallenged global dominance [...]”

<sup>184</sup> “On the one hand, they accuse the KLP strategy as a conspiracy designed by the Chinese government to hide its capability. On the other hand, they blame China for replacing the KLP strategy with an assertive policy.”

e não o contrário. É justamente a análise da introdução da SFA, suas principais diferenças em relação à KLP e os impactos que ela gerou nas RIs chinesas a que Yan se dedica.

Partindo da abordagem teórica do Realismo Moral, Yan entende a credibilidade estratégica como essencial para conquistar-se o objetivo do rejuvenescimento nacional da China, por meio da promoção de um ambiente internacional favorável. E essa credibilidade estratégica seria promovida por meio da SFA que busca efetivamente a melhora das relações chinesas com os demais Estados, ponto em que percebe o fracasso da KLP:

O ambiente favorável ao desenvolvimento econômico não proporcionou mais amigos ou ajudou a China a construir uma boa imagem global. A percepção pública da China como uma ameaça persistiu. Sem uma boa imagem nacional baseada em uma sólida reputação, é impossível para a China alcançar o objetivo do rejuvenescimento nacional. Logo, para alcançar um ambiente favorável para o rejuvenescimento nacional, é essencial que a SFA enfatize na credibilidade estratégica. (Ibid., p.161, tradução nossa<sup>185</sup>).

Yan, ao afirmar que o rejuvenescimento nacional é o principal objetivo nacional e o elemento que guia a condução da estratégia da SFA, aponta que é inevitável a competição por liderança internacional entre a China e os EUA. Além disso “o conflito estrutural entre a China e os Estados Unidos pela posição de liderança levá-los-á a competir por mais alianças estratégicas” (Ibid., p.165). A busca e formação de alianças foi uma prática reprimida na KLP, logo, o propósito da atual política externa chinesa, isto é, o rejuvenescimento nacional, não pode ser alcançado por meio da KLP, apenas da SFA. A busca por alianças consiste em uma das principais diferenças entre os dois modelos, apresentadas em seguida.

Yan separa as principais diferenças dos modelos da KLP e SFA em três blocos comparativos: Orientação Política x Orientação Econômica, Assumir Responsabilidade x Não Assumir Liderança e Moralidade Política x Lucro Econômico. O primeiro bloco, “Orientação Econômica x Orientação Política”, pode ser considerado o ponto-chave que molda os objetivos, distintos, das duas políticas. Segundo Yan, o objetivo máximo da KLP era a manutenção de um ambiente externo favorável ao desenvolvimento econômico chinês. O objetivo da SFA, por sua vez, “também ressalta a importância da paz e estabilidade regional, mas igualmente enfatiza que a política externa deve servir à necessidade do rejuvenescimento nacional, não apenas ao desenvolvimento econômico” (YAN, 2014, p.166, tradução nossa<sup>186</sup>). A promoção de um

<sup>185</sup> The favorable environment for economic development did not bring China more friends or help China build a good global image. The public perception of the China threat persisted. Without a good national image founded on solid reputation, it is impossible for China to achieve the goal of national rejuvenation. Therefore, to achieve a favorable environment for China’s national rejuvenation, it is key for the SFA to emphasize strategic credibility.”

<sup>186</sup> “The goal of the SFA strategy also addresses the importance of regional peace and stability, but it also emphasizes that foreign policy should serve the need of national rejuvenation not just economic development.”

ambiente regional estável, por exemplo, visaria à melhoria efetiva das relações regionais economicamente, mas também politicamente. Nesse sentido, os objetivos da diplomacia chinesa seriam, sobretudo, políticos, não meramente econômicos, como se apresenta no modelo da KLP.

Ademais, a promoção do ambiente externo favorável ao país também se distingue nos dois modelos. Enquanto ao longo da implementação da KLP, a China passivamente se adaptava às mudanças no ambiente internacional, com a adoção da SFA, o país se torna um agente ativo da modulação do sistema internacional ao seu favor: “Pelo bem de um sistema internacional favorável a seu rejuvenescimento nacional, a China deve ativamente moldar a situação externa ao invés de se adaptar às mudanças nas condições externas.” (Ibidem, tradução nossa<sup>187</sup>). A atuação proativa da China no ambiente externo é justamente o segundo ponto de diferença entre a SFA e a KLP, no tocante ao segundo bloco comparativo estabelecido por Yan: assumir x não assumir responsabilidade/liderança internacional. A SFA enfatizaria os princípios de justiça, equidade e moralidade nas relações internacionais, preocupando-se mais com relações estratégicas e a promoção de credibilidade estratégica do que com a cooperação puramente econômica, como visto na KLP (Ibid., p.167).

Na visão de Yan, a priorização da credibilidade como um dos princípios da política externa da China indicaria a transformação de uma diplomacia de Estado fraco para uma de grande potência, assumindo maiores responsabilidades internacionais com vistas a um papel de liderança, sobretudo em seu entorno geoestratégico, perspectiva não existente no modelo anterior. Ambas as SFA e KLP encorajam a cooperação regional, no entanto existem algumas fortes distinções: a SFA demanda mais iniciativa e proatividade do que a KLP; além disso, a cooperação buscada pela SFA não é exclusivamente econômica como a da KLP, incluindo as áreas da política, segurança e cultura também. Logo, pode-se dizer que, na percepção de Yan, a integração e cooperação promovidas pela SFA visam à construção de laços estratégicos, não apenas relações econômicas cujo único objetivo é o exclusivo desenvolvimento chinês. Nesse cenário, há a possibilidade de construção de alianças, como prevê a promoção de uma “comunidade de comum destino”, já detalhada nesta pesquisa (YAN, 2014, p.169).

O último bloco comparativo apresenta a oposição entre a priorização da moralidade política e a priorização do lucro econômico. Para Yan, “a estratégia da SFA enfatiza a cooperação estratégica baseada em interesses maiores compartilhados, enquanto a estratégia da

---

<sup>187</sup> “For the sake of a favorable international environment for its national rejuvenation, China has to actively shape the external situation instead of adapting itself to the changes in external conditions.”



KLP baseia a cooperação estratégica em aumentar a confiança mútua” (Ibidem). Ademais, Xi estipula dentro da SFA “um novo conceito de moralidade e interesses” nas Ris chinesas, o que indicaria que a moralidade adquire um status superior ao dos interesses econômicos (antes priorizados na KLP). Outro ponto dentro da priorização da moralidade consiste no princípio de valorizar a amizade entre a China e demais Estados, indicando que o país atuará politicamente em relação a um Estado de acordo com o tipo de relação existente entre ele e a China. Isso levará, segundo Yan, à categorização das relações internacionais da China em quatro tipos: pilares estratégicos, como a Rússia; Estados normais como a Alemanha; competidores globais, no caso os EUA; e Estados hostis, como o Japão. Neste sentido, a “SFA também tenta estabelecer uma reputação moral e credibilidade estratégica para a China ao permitir que os países vizinhos se beneficiem economicamente do desenvolvimento econômico chinês” (Ibid., p.170). Logo, apesar de ambas as políticas visarem à cooperação, enquanto a KLP visa estritamente aos interesses chineses, a SFA coloca em primeiro lugar os interesses políticos, como a formação de aliados, sendo essa uma diferença fundamental entre os dois modelos:

Porque o objetivo da SFA é mais fazer amigos, possíveis aliados, ao invés de fazer dinheiro, a política externa chinesa se tornará politicamente orientada e com princípios. [...] a política externa de Xi é cooperativa na natureza e assertiva na prática. [...] essa estratégica tem as características da autoridade moral altamente advogada pelo Realismo Moral. (Ibid., tradução nossa<sup>188</sup>).

Além de distinguir os dois modelos de inserção internacional, apontando suas fortes diferenças e oposições essenciais, Yan vai além apontando que o modelo da SFA é mais efetivo à concretização dos interesses nacionais chineses do que a passividade da KLP. Para tal ele elenca as relações da China com diferentes atores. Destacar-se-á aqui sua relação com os EUA.

Para Yan, a SFA promoveu a estabilização das relações entre a China e os Estados Unidos, por meio do esclarecimento da competição existente entre ambos os países através da introdução do “novo tipo de relação entre grandes potências”, cujo principal objetivo seria gerenciar as diferenças entre os países. A doção desta política “substituiu a amizade superficial entre a China e os Estados Unidos. Sendo o relacionamento atual mais estável do que o anterior, pois os dois países admitiram que o estado central de sua relação é a competição em vez da cooperação” (YAN, 2014, p.173 e 174, tradução nossa<sup>189</sup>). As expectativas entre ambos os

<sup>188</sup> “Because the goal of the SFA strategy is to make more friends, possible allies, rather than making money, China’s foreign policy will become politically oriented and be with principle. [...] Xi’s foreign policy is cooperative in nature but assertive in practice. [...] the SFA strategy because this strategy has the characteristics of humane authority highly advocated by moral realism.”

<sup>189</sup> “[...] has replaced the superficial friendship between China and the United States. The former relationship is more stable than the latter because these two countries admitted that the core state of their relations is competition rather than cooperation.”

Estados, no tocante à cooperação, se reduziriam e a honestidade da sua competição estratégica promoveria maior clareza em seu relacionamento, também possibilitando maior estabilidade do SI como um todo.

Em linhas gerais, Yan, teórico realista, acredita na natureza anárquica imutável do Sistema Internacional, no qual a potência em ascensão inevitavelmente irá desafiar o hegemon existente e ameaçar os países vizinhos, devido à pressão sistêmica. Logo, se faz necessário que este Estado em ascensão ativamente atue na estabilização do ambiente internacional. A promoção dessa estabilização se daria de forma muito mais eficiente, segundo Yan, por meio da estratégia da SFA do que da KLP, tendo em vista que a primeira se preocupa com a credibilidade estratégica, por meio da adoção de um papel de liderança, enquanto a última não se atenta a este ponto. Em um cenário de competição hegemônica, a formação de aliados é central para a vitória de um Estado, isto posto, a SFA priorizaria “fazer amigos” em vez de “fazer dinheiro”, elevando sua diplomacia para um papel de promoção não apenas de benefícios econômicos, mas também segurança, em relação aos seus vizinhos, por meio da “comunidade de comum destino” (YAN, 2014, p.182).

Nesse sentido, diferentemente da KLP, cujo principal objetivo era econômico e visava promover um ambiente externo favorável, de forma passiva, adaptando-se, assim, às suas mudanças, a SFA visa ao rejuvenescimento nacional, entendido por Yan como um objetivo essencialmente político, por meio da atuação proativa na modulação do SI favoravelmente à China. Ademais, Yan entende que a SFA prioriza a moralidade política, por meio da justiça em suas relações, em detrimento da busca irrestrita dos ganhos econômicos:

A estratégia da KLP não pode reduzir a pressão internacional na China assumindo maiores responsabilidades, logo, a China era vista de forma desfavorável e até mesmo imoral pois a estratégia da KLP direcionava a China a evitar responsabilidades. Adotando uma abordagem distinta, a estratégia da SFA encoraja a China a assumir responsabilidades internacionais consistentes com os interesses chineses, sua capacidade, e seu status de segunda maior potência no mundo. Essa estratégia ajudou a China a construir uma imagem de uma potência moral e responsável. (YAN, 2014, p.183, tradução nossa<sup>190</sup>).

### 3.3.3 Xiang Lanxin: Diplomacia *Wolf Warrior*

A percepção de Xiang sobre o atual modelo de política externa da China, sob a liderança de Xi Jinping, é, sobretudo, crítica. Para o autor, existe um abismo crescente entre o projeto de

---

<sup>190</sup> “The KLP strategy cannot help reduce the international pressure on China to undertake more international responsibility, therefore, China was looked upon unfavorably and even immoral because the KLP strategy directed China to avoid international responsibility as much as possible. Taking a different approach, the SFA strategy encourages China to take up international responsibilities consistent with China’s interests, capability, and its status as the second largest power in the world. This strategy helped China build an image of a moral and responsible power.”

rejuvenescimento nacional, a restauração do legado confuciano e a sua prática efetiva. Segundo Xiang, “O plano de restauração cultural de Xi deu errado desde o começo. Os passos em falso incluem a campanha nacionalista do ‘Sonho Chinês’, absurda campanha ideológica antiocidente e a falha campanha anticorrupção.” (XIANG, 2016, p. 53, tradução nossa<sup>191</sup>). O objetivo de Xi com essas campanhas, segundo Xiang, seria a restauração cultural da legitimidade confuciana de forma a promover a transformação da China em um Estado próspero e forte, isto é, “a consolidação de poder com a ajuda de valores tradicionais” (Ibidem, p.56, tradução nossa). Para Xiang, sob a liderança de Xi, houve a transição da política externa da China de baixo perfil para a assertividade:

Nas relações exteriores, Xi – apesar de sua limitada experiência geopolítica – tem sido excessivamente confiante. Ele estava infeliz com o que viu como uma postura fraca do líder anterior Hu Jintao. Abandonando a advertência da prudência de Deng Xiaoping, a política externa de Xi tem se transformado do baixo perfil para o alto, o que ele considera compatível com as crescentes responsabilidades e papel global da China. (Ibid., tradução nossa<sup>192</sup>).

Como exemplo de sua assertividade, Xi tem adotado uma postura militarizada nas questões territoriais, influenciado, portanto, pela lógica da política de poder. No entanto, na perspectiva de Xiang, a visão de mundo de Xi tanto rejeita o paradigma da “inevitabilidade da integração completa da China na ordem mundial liberal em processo de globalização liderado pelo ocidente” (XIANG, 2016, p.57, tradução nossa<sup>193</sup>) quanto o paradigma de que “inevitavelmente a China impõe um desafio destrutivo para a ordem internacional” (Ibidem, tradução nossa<sup>194</sup>). Segundo o autor, sob o governo de Xi, a China não necessariamente terá que se inclinar para um dos dois paradigmas por não possuir motivo para destruir a ordem atual, mas, ao mesmo tempo, o país deve atuar na mudança das regras em prol de seus interesses nacionais (logo, não se integrando completamente à ordem ocidentalizada atual). Para tal, Xi criou o conceito de “comunidade de comum destino”, um “novo conceito de globalização (...) que contém a ideia de superioridade ocidental e que defende o pluralismo cultural e a multipolaridade na política mundial.” (Ibid., tradução nossa<sup>195</sup>)

---

<sup>191</sup> “Xi’s cultural-restoration plan went awry from the beginning. Missteps have included the nationalist ‘China Dream’ campaign,<sup>3</sup> the ludicrous anti-, Western ideological campaign and the flawed anti-corruption campaign.”

<sup>192</sup> “In foreign relations, Xi – despite his limited geopolitical experience – has been excessively confident. He was unhappy with what he saw as the rather weak posture of the previous leadership under Hu Jintao. Abandoning Deng Xiaoping’s admonition of cautiousness, Xi’s foreign policy has been transformed from low-key to high-pitched, which he deems compatible with China’s rising responsibilities and global role.”

<sup>193</sup> “the inevitability of China’s full integration into the liberal world order through a process of Western-led globalisation.”

<sup>194</sup> “[...] inevitably poses a destructive challenge to the international Order.”

<sup>195</sup> “[...] new concept of globalism, ‘the community of common destiny’, to counter the idea of Western superiority and to defend cultural pluralism and multipolarity in world politics.”

Na perspectiva de Xiang, a ideia de que a China criará um modelo de ordem internacional, que substitua o modelo ocidental, é absurda, uma vez que esse caráter missionário não faz parte da cultura chinesa. A inclinação pós-modernista da China, com o resgate da tradição confuciana e priorização das relações ético-humanas, pode contribuir para alterar a ordem atual. Segundo o autor, “Xi corretamente acredita que o paradigma da tradição versus modernidade perdeu sua validade em explicar a China contemporânea e muitos outros estados em ascensão.” (XIANG, 2016, p.58, tradução nossa<sup>196</sup>). No entanto, Xiang afirma que Xi não foi eficiente em cumprir com essa perspectiva multicultural uma vez que se recusou a fazer sérias reformas políticas. Além disso, sua campanha ideológica contra o Ocidente “é um ataque absurdo nos ‘valores universais’, um esforço mal orientado, que contraria o próprio projeto de rejuvenescimento cultural, que requer mente aberta em vez de atitude xenofóbica em relação ao pluralismo cultural.” (Ibidem, p.59, tradução nossa<sup>197</sup>).

Sua crítica às falhas da liderança de Xi na condução da política externa da China se amplia ao afirmar que:

Simplesmente repetir slogans vagos de política externa não irá produzir uma mensagem política e cultural de promoção da paz (...). Se a China insiste na validade de seu próprio modelo de desenvolvimento doméstico em casa, precisa definitivamente explicar como o mundo poderá continuar seguro para todas as civilizações. Os líderes chineses precisam provar – em vez de apenas afirmar – que a restauração chinesa não irá produzir um conflito inevitável com a superpotência do momento. (XIANG, 2020, P.140, tradução nossa<sup>198</sup>).

Ademais, o autor vai além em sua crítica apontando que o modelo de política externa excessivamente confiante, por ele denominado como “diplomacia *Wolf Warrior*”, seria prejudicial à China. Em entrevista concedida em 30 de abril de 2020, publicada originalmente no site *Canshan yeyu* 苍山夜语, ao jornalista Ma Guochuan, Xiang Lanxin se aprofunda na temática e apresenta sua visão da inserção internacional da China na contemporaneidade<sup>199</sup>. Segundo Xiang, o que teria ajudado a promover essa cultura diplomática mais agressiva seria a “teoria da superioridade do modelo chinês”, promovida pelo livro “Quando a China Dominar o

---

<sup>196</sup> “Xi rightly believes that this tradition-versus-modernity paradigm has lost validity in explaining contemporary China and many other traditional states on the rise.”

<sup>197</sup> “The recent anti-Western ideological campaign, led by party propagandists in an absurd attack on ‘universal values’, is a misguided effort, contradicting Xi’s own cultural-restoration project, which requires an open-minded rather than a xenophobic attitude towards global cultural pluralism.”

<sup>198</sup> “Simply parroting vague foreign policy slogans will not produce a political and cultural message of promoting external peace [...]. If China insists on the validity of its own development model at home, it must effectively explain how the world can remain safe for all civilizations. China’s leaders must prove –rather than just assert – that China’s restoration will not produce an inevitable conflict with the superpower of the day.”

<sup>199</sup> Disponível em: <<https://www.readingthechinadream.com/xiang-lanxin-on-wolf-warrior-diplomacy.html>> Acesso em 25 de outubro de 2021.

Mundo”, de Martin Jacques, jornalista britânico. Foi esse livro e o posterior crescimento econômico chinês que teriam impulsionado a confiança chinesa (XIANG, 2020).

Para Xiang, “[para] a China, ainda em fase de ascensão, a coisa mais importante para se cultivar é uma imagem internacional de tolerância.”. No entanto, também aponta a existência de atores políticos domesticamente que impulsionam a diplomacia *Wolf Warrior*: “em sua visão, a China está destinada a substituir os EUA como o hegemon, então a melhor forma de proteger os interesses nacionais é resistir ao Ocidente sob a postura de *Wolf Warrior*, e alardear a superioridade do modelo chinês para desqualificar o Oeste e promover a China.” (Ibidem, tradução nossa<sup>200</sup>). Para o autor, essa seria uma leitura errada da realidade e não faria sentido com a tradição cultural confuciana chinesa, além de prejudicar internacionalmente a imagem da China pelo excesso de arrogância. Na mesma entrevista, quando questionado sobre o debate existente em torno de qual o melhor modelo para a China, ser mais assertiva ou continuar a “esconder suas capacidades”, e o seu posicionamento, Xiang argumenta que:

[...] atualmente, no presente, o ponto não se trata de ser ou não contundente, mas sim de apresentar bem os argumentos chineses. [...] Não há necessidade de chocar o sistema mundial. [...] Nós acabamos de conquistar a força nacional e, no entanto, abandonamos a postura de esconder nossas capacidades. Nossos militares não estão preparados, mas nos apresentamos como a potência dominante. Como o resto do mundo não terá medo? (XIANG, 2020, tradução nossa<sup>201</sup>).

Nesse trecho, infere-se a crítica de Xiang ao modelo de inserção internacional assertiva do atual governo chinês, apontando as inconsistências dessa postura com a real capacidade militar do país e as incoerências com o seu projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o autor também é crítico da Ascensão Pacífica, apontando sua preocupação com a “armadilha conceitual” da mesma, uma vez que o conceito de ascensão é contraditório ao conceito de paz mundial, sendo essa política, portanto, contraditória e sem sentido (XIANG, 2020). Ele critica dois pontos distintos dessa postura de política externa: o fato de que ela chama atenção para a ascensão do país e também a proclamação de não uso de poder militar ser pouco crível:

Estrategicamente, qualquer grande potência vivenciando importantes mudanças no seu status internacional deveria se abster de falar sobre uma “ascensão”. [...] unilateralmente proclamar que você jamais irá usar força militar para resolver disputas internacionais não é apenas pouco convincente para os estrangeiros, como cria dilemas para si mesmo. A ideia de uma Ascensão Pacífica não é sustentável, nem

<sup>200</sup> “[...] since China is destined to replace the US as world hegemon, then the best way to protect the country’s interests is to resist the West from the posture of a Wolf Warrior, and trumpet the superiority of the China model to “denigrate the West and promote China.”

<sup>201</sup> “Actually, at present, the point is not whether or not be hard-edged, but instead to present China’s arguments well. [...] There is absolutely no need to shock the world system. [...] We have only just achieved national strength and nonetheless we publicly abandon our posture of hiding our light under a bushel. Our military is not prepared, yet we present ourselves as the dominant power. How will the rest of the world not be afraid?”

agora e nem no futuro, e a China não pode evitar a realidade ou persuadir o mundo com argumentos “pacíficos” para métodos de relações internacionais. (Ibidem, tradução nossa<sup>202</sup>).

Nesse sentido, o autor também apresenta uma visão crítica ao modelo de política externa adotado antes da política da assertividade, argumentando em prol de certo bom senso na postura internacional de um país ainda em crescimento. Assim como enxerga a política da Ascensão Pacífica insustentável, também enxerga a política agressiva, a diplomacia Wolf Warrior, como prejudicial à China. No tocante à política externa atual, Xiang afirma o abandono da política externa de baixo perfil por Xi, que passa a adotar uma postura, segundo o autor, excessivamente confiante e assertiva. Apesar de confirmar a transição do modelo da KLP para a SFA, como Yan Xuetong, Xiang, por sua vez, adota uma postura crítica à política externa de Xi Jinping e ao seu slogan do Sonho Chinês. O autor aponta as falhas do atual líder chinês no cumprimento do rejuvenescimento nacional da China e, além disso, faz uma reflexão sobre a necessidade dos líderes chineses demonstrarem, não apenas afirmarem, que a restauração chinesa não é uma ameaça às demais nações.

### 3.3.4 Qin Yaqing, Yan Xuetong e Xiang Lanxin: uma análise comparativa

Os autores aqui trabalhados se destacam no campo do estudo das Relações Internacionais, sobretudo das RIs chinesas. Yan e Qin são os criadores das duas principais Teorias de Relações Internacionais com características chinesas da contemporaneidade, assim como Xiang é um influente analista de política externa. Os três autores resgatam o pensamento clássico filosófico chinês, principalmente o confucionismo, e adotam seus princípios na análise das RIs da China. Todos os três defendem a necessidade de analisar o comportamento internacional chinês a partir da visão de mundo e do pensamento político da China, que se distinguem do pensamento e da visão de mundo ocidental.

Yan e Xiang resgatam o princípio da moralidade confuciana para o contexto das RIs. Na teoria criada por Yan, o Realismo Moral, a moralidade é o ponto central para explicar a ascensão de uma nova potência e o seu ganho de influência no SI, assim como a sua legitimidade ao assumir o papel de liderança. Isto é, quando, por meio da prática de ações morais, a liderança praticada pelo poder em ascensão ultrapassa a do Estado dominante, seja

---

<sup>202</sup> “Strategically, any great power experiencing important changes in its international standing should abstain from talking about a “rise.” [...] unilaterally proclaiming that you will never use military force to resolve any international dispute not only is unconvincing to outsiders, it also creates dilemmas for yourself. [...] The idea of a “peaceful rise” is not sustainable, neither now or in the future, and China cannot avoid reality or persuade the world with “peaceful” arguments regarding methods in international relations.”

em capacidade ou eficiência, dá-se a redistribuição de poder no cenário internacional (YAN, 2019, p.2). Para Xiang, na China clássica, não há divisão entre a moral praticada domesticamente com a moral praticada internacionalmente, assim como a moral não é distanciada, separada da política, como observado no Ocidente (XIANG, 2020, p.128). Nesse sentido, ambos os autores se aproximam em suas respectivas visões sobre a presença e importância da moralidade nas relações internacionais chinesas. Consequentemente, ambos os autores possuem visões similares, críticas, à hegemonia.

Para Xiang, há distinção entre hierarquia e hegemonia, sendo a primeira uma característica organizacional de um sistema, em que os atores se organizam de acordo com algum critério, como capacidade, enquanto a hegemonia é um tipo de dominância “em que o hegemon (Estado líder) governa os Estados subordinados com a aplicação de meios de poder, ameaça ou força, com base em suas capacidades militares” (Ibidem, p.129). A hegemonia seria malvista na tradição chinesa, uma vez que um sistema moralmente corrupto não é sustentável no longo prazo. Ainda que Yan não enquadre a hegemonia como o pior tipo de governança internacional (a este lugar cabe a tirania, uma versão exacerbada e militarizada da hegemonia), o teórico argumenta que Estados hegemônicos atuam sempre “adotando um duplo padrão de princípios nos assuntos interestatais, isto é, mantendo credibilidade estratégica em suas alianças, enquanto adotam políticas da lei da selva para lidar com não aliados” (YAN, 2016, P.24). Na visão do autor, tal qual para Xiang, a autoridade ou liderança moral seria o melhor tipo de governança internacional, por manter elevada credibilidade estratégica, legitimando sua liderança perante os demais Estados no Sistema Internacional.

Qin se aproxima da visão de Relações Internacionais chinesas de Xiang ao, em sua Teoria Relacional, rejeitar a visão de mundo dicotômica ocidental sobre guerra e paz, apresentando a perspectiva da dialética *zhonggyong*. Ao denunciar a dialética, ocidental, hegeliana, Qin aponta que polos opostos são vistos como exclusivamente opostos e conflituosos, sendo a dicotomia, a exclusão e o conflito as três principais características dessa análise política (QIN, 2014, p.291). Assim como Qin, Xiang aponta que existe uma diferença fundamental entre a visão de Ordem Mundial chinesa e a ocidental, uma vez que na perspectiva ocidental a ordem é pareada com o caos como opostos dicotômicos, excludentes. No entanto, segundo ele, na visão chinesa, o caos é pareado com a harmonia, essa distinção refletindo “a centralidade da imanência ao invés da transcendência no pensamento político chinês. [...] caos e harmonia não estão em posições preto e branco” (XIANG, 2020, p. 122). Nesse sentido, guerra e paz não são vistas da forma ontológica dicotômica ocidental, de bem x mal. O

confucionismo oferecia uma perspectiva de meio-termo entre essas duas posições extremas (Ibidem, p.125). Pensamento esse que se assemelha à dialética *zhonggyong* que entende a relação entre polos opostos como harmoniosa e complementar, duas partes de um todo mutuamente inclusivos (QIN, 2014, p.293). Essa dialética, central na Teoria Relacional de Qin, visa a uma perspectiva holística, harmônica de busca ao meio-termo e oposição aos extremos, visão similar à manifestada por Xiang em seu pensamento de política externa chinesa.

Como já detalhado nesta pesquisa, Yan e Qin são teóricos, criadores da Teoria do Realismo Moral e da Teoria Relacional, respectivamente, logo, são defensores da necessidade da criação de uma teoria de RI com características chinesas, com princípios chineses, apesar de discordarem no tocante à criação de uma Escola Chinesa de RI (advogada por Qin e criticada por Yan). Xiang, no entanto, é mais cauteloso nessa perspectiva, apontando que, além da proposta da Escola Chinesa ter “falhado miseravelmente”, na Ásia como um todo, não existe uma tradição de produção de teorias “maiores” sobre política externa, uma vez que culturalmente na China as teorias são criadas para servir a propósitos políticos específicos, sendo úteis para políticas práticas ou para influenciar algum objetivo específico (XIANG, 2020, p.120 e 121). No entanto, em concordância com as visões de Yan e Qin, que defendem e visam à aplicação de conceitos chineses para moldar o SI e atual ordem internacional, Xiang também defende a aplicação de valores pós-modernos chineses, herdados do pensamento clássico, como a moral confuciana, nas Relações Internacionais (Ibidem, p.129).

Analisando os posicionamentos dos autores no tocante à transição da política externa chinesa, foco deste debate, Yan e Qin possuem interpretações diametralmente opostas do fenômeno. O primeiro defende a ocorrência do efetivo abandono da KLP e o segundo argumenta que há mais evidências de continuidade do que de mudanças na política externa atual da China. Ao mesmo tempo, Xiang, apesar de se aproximar mais da visão de Yan quanto à assertividade chinesa, o faz de forma crítica e não apreciativa. Yan e Qin protagonizam o centro desse debate, não apenas teórico, mas de análise do comportamento internacional chinês à luz de suas teorias, o Realismo Moral e a Teoria Relacional. Isto posto, é importante primeiro destacar as oposições de ambos e como os autores interpretam de forma distintas os mesmos tópicos relacionados à política externa chinesa, como a essência do principal objetivo estratégico chinês, as prioridades do país e as políticas estratégicas adotadas por ambos. Após a comparação entre os dois maiores expoentes de TRI chinesa, a visão crítica de Xiang será exposta comparativamente ao posicionamento dos demais autores.



Qin argumenta que há uma “similaridade lógica entre Yan e os analistas ocidentais com o uso de um esquema dicotômico como a estrutura de análise analítica” (QIN, 2014, P.299) da estratégia internacional chinesa adotada após o início do governo Xi Jinping. Qin enquadra Yan na mesma esfera analítica dos analistas ocidentais que possuem uma dialética de exclusão entre polos opostos, isto é, dicotômica. Por sua vez, Yan aponta que Qin seria um teórico construtivista que, apesar do crescimento das tensões nas RI chinesas com outras potências, defende a necessidade da manutenção da estratégia da KLP, com base na ênfase da cultura chinesa ao invés da capacidade do país (YAN, 2014, p.9 e 10). Seus posicionamentos e análises da transição entre a KLP e SFA são direcionados um ao outro, promovendo e influenciando o debate acadêmico chinês como um todo.

O primeiro ponto destacado e divergente nas análises dos autores consiste no entendimento sobre o objetivo principal da política externa chinesa. Para Qin, esse objetivo ainda seria o desenvolvimento econômico chinês, por meio da promoção de um ambiente externo favorável à China, agora sob o conceito de “rejuvenescimento nacional”. Esse rejuvenescimento se daria por meio da conquista de duas metas: dobrar o PIB chinês até 2020 e transformar o Estado em um país socialista próspero e moderno. Dessa forma, sob seu entendimento, “o desenvolvimento econômico continuará a ser percebido como a principal prioridade para a realização do objetivo compreensivo do desenvolvimento doméstico, representado por estes dois objetivos específicos.” (QIN, 2014, p.303 e 304). Logo, a natureza desse objetivo maior se manteria essencialmente econômica, tal qual no governo anterior, indicando a continuidade da KLP e não o seu abandono. Yan, por sua vez, entende o objetivo do rejuvenescimento nacional como não meramente econômico, mas sobretudo político. Para o autor, esse objetivo é o que guia a política da SFA, que enfatiza a paz e a estabilidade regional. Segundo Yan, “os objetivos dos trabalhos diplomáticos chineses são principalmente políticos, diferente dos objetivos econômicos da estratégia da KLP.” (YAN, 2014, p. 168).

Ademais, no que se refere a promover um ambiente internacional favorável, Yan argumenta que isso estaria ocorrendo com a atuação proativa da China, assumindo responsabilidades internacionais e mesmo um papel de liderança, o que indicaria também o abandono da política de baixo perfil. Nesse sentido, o país estaria enfatizando a sua atuação regional, visando a uma cooperação estratégica com os países vizinhos, aumentando a sua credibilidade estratégica, o que se oporia ao princípio de não assumir responsabilidade ou liderança, presentes na KLP, assim como com a introdução do conceito de “novo tipo de relação entre grandes potências”, colocando-se em posição igualitária com os EUA. (YAN, 2014,

p.168). Qin, por sua vez, defende que a China manteve os mesmos tipos de relações com os demais países, priorizando as grandes potências e os países vizinhos, assim como a atuação multilateral com os países em desenvolvimento. A prevenção de conflitos com os EUA e potências regionais se manteve, por meio da cooperação econômica (QIN, 2014, p.306 e 307).

Na perspectiva de Qin, há a manutenção das principais estratégias da KLP, como a busca por uma relação não conflitiva e cooperativa com os EUA, estável em sua essência. Ademais a política de “não aliança” se mantém. Para o autor, a aproximação entre a China e alguns países, como a Rússia, seria por meio de cooperação estratégica, não a formação de uma aliança efetiva, uma vez que uma aliança com uma grande potência, em sua visão, seria insustentável (Ibidem, p.308). Yan, em oposição, defende que o principal objetivo da SFA, que identifica como a atual política externa da China, é justamente fazer aliados, em vez de “fazer dinheiro” como o era antes, priorizando-se a moralidade política: “porque o objetivo da estratégia SFA é fazer mais amigos, possíveis aliados, ao invés de fazer dinheiro, a política externa da China será politicamente orientada” (YAN, 2014, p.170). Logo, os autores discordam em todos os principais tópicos relacionados à atual estratégia de inserção internacional chinesa.

De forma resumida, enquanto Qin argumenta que há mais indícios de continuidade do que mudança e que a KLP e a SFA são complementares, Yan argumenta que a transição entre os modelos é um fato concreto, com o abandono do baixo perfil e sua substituição pela assertividade e proatividade da SFA. A discordância dos autores se mantém também no tocante ao conflito hegemônico entre os Estados Unidos e a China. Para Qin, não necessariamente esse conflito ocorrerá, como também a atual política externa chinesa visa justamente à manutenção de uma relação cooperativa com os EUA (QIN, 2014, p.306). Yan, por sua vez, a partir de uma perspectiva realista das RIs, argumenta que a ascensão de uma potência no SI gera pressão sistêmica e necessariamente produz um conflito estrutural com a potência líder, no caso os EUA. Logo, o autor reconhece que o conflito não apenas irá ocorrer como já se iniciou e, nesse cenário, a competição por alianças estratégicas é um fator determinante, o que elevaria a importância da adoção da SFA como modelo de política externa do país (YAN, 2014, p.165).

Conforme discutido nesta sessão, Xiang Lanxin faz o resgate do pensamento clássico chinês, destacando o princípio da moralidade confuciana, tal qual Yan, e o princípio da harmonia e do meio-termo das relações entre polos opostos, assim como Qin. Neste contexto analítico, Xiang possui uma visão que equilibra pontos defendidos por Yan e pontos defendidos por Qin. Assim como Yan, Xiang identifica a mudança no perfil da diplomacia chinesa para um perfil mais assertivo e proativo, indicando o abandono do baixo perfil, no entanto, o autor

não enxerga essa mudança como positiva, tal qual a visão de Qin sobre o “perigo” da assertividade chinesa.

Xiang enxerga a mudança da política externa chinesa como um fato dado, no entanto, indo além, argumenta que “nas relações exteriores, Xi – apesar de sua limitada experiência geopolítica – tem sido excessivamente confiante” (XIANG, 2016, p.56). A citação anterior deixa explícita a visão crítica do autor quanto à assertividade da política externa do atual governo chinês, que classifica como excessiva. Sendo a principal voz a denunciar o que se denomina de diplomacia *Wolf Warrior*, Xiang faz uma crítica à atuação pessoal de Xi Jinping na condução da política externa do país, que teria sido influenciada pela lógica da “política de poder”, associando-se a uma linha dura militar na criação de sua política externa (Ibidem, p.56 e 57). Em sua visão, o atual governo rejeita tanto o paradigma de que a China se integraria completamente na atual ordem liberal, modificando a si mesma, quanto o paradigma de que a China constitui uma força destrutiva da atual ordem internacional. Conforme explicitado na sessão anterior, Xiang aponta que a China tem adotado uma postura agressiva que não corresponderia com a sua atual capacidade, sobretudo militar. Ele aponta as deficiências do atual governo tanto na conquista do objetivo máximo, o rejuvenescimento nacional e resgate do legado confuciano, quanto às estratégias adotadas para tal, como a campanha anticorrupção e a campanha antiocidente (Ibid., p.59). Isso posto, o autor possui alguns pontos de aproximação com Qin e Yan, mas se destaca de ambos ao adotar análise e posicionamento fortemente críticos quanto à atual estratégia de inserção internacional da China.

Apesar de possuírem distintas interpretações e entendimentos sobre o tema da transição do modelo de política externa chinesa, Yan, Qin e Xiang enxergam um ponto em comum: o aumento nos ganhos de assertividade na inserção internacional do país. Yan e Xiang apontam essa mudança com maior ênfase, enxergando na política do país quanto aos EUA a adoção de uma postura igualitária. Qin por sua vez, identifica os ganhos de assertividade na defesa dos interesses nacionais centrais da China: a defesa de sua soberania, da segurança do seu sistema político e em sua unidade territorial. Apesar de defender a manutenção do KLP, o autor argumenta que o melhor modelo de inserção de política externa seria a combinação do baixo perfil geral com a assertividade no tocante aos interesses nacionais chineses (QIN, 2014, p. 312).

Pode-se dizer que reconhecimento dos ganhos de assertividade seja, na análise das relações da China com o mundo (em assumir maiores responsabilidades e principalmente na defesa dos seus principais interesses), o elemento de comum concordância entre Yan, Qin e

Xiang, ainda que os autores interpretem esses acontecimentos de formas distintas e adotem um julgamento, positivo ou negativo, também distinto. A comparação aqui realizada, apesar de breve, ilustra a riqueza do debate acadêmico chinês de alto nível. O debate protagonizado sobretudo entre Yan e Qin que, além de analistas, são os criadores das duas teorias de RI com características chinesas mais relevantes e desenvolvidas da atualidade, influencia a produção acadêmica sobre o tema da transição da política externa chinesa, a partir de uma abordagem teórica, se não completamente chinesa, com a forte presença de conceitos filosóficos chineses que moldam tanto o pensamento quanto a condução da política pelos atores chineses. A visão de Xiang, por sua vez, permite um olhar crítico quanto à efetividade das novas políticas do atual governo chinês no tocante à conquista dos interesses e objetivos nacionais, que são os elementos que guiam a política externa do país. Logo, a apresentação de suas teorias e pensamentos políticos, bem como suas distintas interpretações sobre a atual política externa do país, não apenas constitui uma importante fonte para o estudo da temática, como possibilita uma análise chinesa sobre a própria China.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três capítulos nos quais esta pesquisa se dividiu, diferentes aspectos a respeito da temática das relações internacionais chinesas foram abordados. Possuindo o status de potência em ascensão, estudar a China, sua estratégia de inserção internacional, e compreender sua política externa possui grande relevância. Atualmente ocupando o lugar de segunda maior economia global e segunda potência mundial, a China está redistribuindo as peças no tabuleiro de xadrez do Sistema Internacional, integrando-se ao sistema vigente, ao mesmo tempo em que o molda para a sua melhor inserção. À frente deste processo, encontra-se Xi Jinping, atual presidente do país e do Partido Comunista Chinês, cuja atuação assertiva no campo da política externa tem atraído forte atenção, fomentando debates tanto internacionalmente, quanto dentro da própria China.

As transformações na política externa chinesa, vivenciadas ao longo da década de 2010, após o início do governo Xi, sinalizam uma mudança de comportamento mais ampla no escopo da inserção internacional do país. Se após o início de reforma e abertura em 1989, promovidas por Deng Xiaoping, as relações internacionais do país foram guiadas pela “Estratégia dos 24 caracteres” de “manter um baixo perfil, esconder suas capacidades e esperar o seu tempo”, isto é, a adoção de um baixo perfil na política externa, a perspectiva de Xi pode ser considerada de que o “tempo a ser esperado” se esgotou. Ao analisarmos a substância e a retórica da política externa chinesa na última década, é perceptível os ganhos de assertividade, proatividade e, mesmo, agressividade no comportamento internacional chinês.

Do ponto de vista empírico, observam-se transformações na forma com a qual o país lidou com grandes temas de RI após 2010. Conforme exposto e analisado no primeiro capítulo desta dissertação, a China adotou uma inserção internacional de alto perfil em sua participação multilateral, buscando assumir um papel de liderança, sobretudo regional. Para tal, não apenas passou a participar de todos os fóruns multilaterais da ONU e demais instituições multilaterais, como também, ao perceber as limitações impostas à China dentro desses órgãos, sobretudo pelos EUA, o país criou suas próprias instituições e iniciativas multilaterais, como o AIIB e a BRI. Essas iniciativas de fomento à cooperação e ao desenvolvimento regional indicam que a China passou a proativamente assumir responsabilidades internacionais, assumindo um papel de líder regional, além de se colocar como uma alternativa mais acessível às instituições multilaterais ocidentais, como o FMI.

O país intensificou sua estratégia da diplomacia econômica a um patamar mais institucionalizado e, ao mesmo tempo, politizou essa estratégia, utilizando-a como ferramenta

de defesa dos interesses nacionais chineses. Restrições ao acesso às suas instituições a países em conflito com os interesses nacionais chineses e/ou a imposição de condicionalidades que favorecessem a proteção desses interesses tornou-se comum no governo Xi. A adoção de uma política de alto nível também foi identificada na relação bilateral entre a China e os EUA, destacada pela criação e adoção de “um novo tipo de relações internacionais entre grandes potências com características chinesas”. Esse conceito indicava a autoconsciência chinesa quanto ao seu status já consolidado de grande potência, colando-se em um patamar de igualdade para com os Estados Unidos.

Posicionamento este que se manteve firme ao longo da década de governo de Xi, período durante o qual a política externa norte-americana saiu de uma perspectiva mais colaborativa, durante o governo Obama, até o de competição estratégica e declarada rivalidade, no governo Trump. Nesse contexto, a relação entre os dois países evoluiu para uma guerra comercial, protagonizada em medida desproporcional e assimétrica pelos EUA, sob a liderança de Trump, com a imposição de drásticas sanções ao comércio chinês. Em resposta às sanções restritivas ao seu comércio internacional, a China também retaliou com sanções comerciais os EUA. Vale ressaltar que essa guerra comercial evoluiu para uma acirrada disputa tecnológica, em que as empresas de tecnologia chinesas passaram a ser verdadeiramente “perseguidas” pelo governo norte-americano. Os EUA também mobilizaram o Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad), que une os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Índia, de forma a buscar conter a influência regional chinesa.

Neste cenário de rivalidade e de disputa entre grandes potências, a China, sob o comando de Xi, manteve-se firme na defesa de seus interesses nacionais, incluindo o tocante às suas reivindicações territoriais. O país não renunciou aos territórios reivindicados nos Mares do Sul e do Leste, em litígio com alguns países vizinhos, como Filipinas e Japão. A China incrementou sua presença militar nos arquipélagos disputados, construindo efetivamente instalações militares, além de criar a ADIZ. Além dessas disputas, o país adotou uma política de repressão aos movimentos separatistas de Xinjiang e do Tibet, fortalecendo os campos de reeducação, onde se visa reprimir as identidades culturais e religiosas das minorias étnicas, sobretudo muçumanos, de forma a assegurar a integridade territorial do país.

Os ganhos de assertividade também foram verificados na análise da retórica dos discursos oficiais chineses que, ainda que a defesa da paz e da cooperação multilateral se mantenha forte, a adoção de um posicionamento claro quanto à defesa dos interesses nacionais chineses, qualificados como inegociáveis, intensificou-se:

Nós chineses somos um povo que apoiamos a justiça e não nos intimidamos com ameaças ou força. Como nação, nós possuímos um forte senso de orgulho e confiança. Nós nunca intimidamos, oprimimos, ou subjugamos os povos de outros países, e nunca iremos. No mesmo sentido, nós nunca permitiremos que nenhuma força estrangeira nos intimide, oprima ou subjugue. Qualquer um que tentar fazer isso irá se encontrar em curso de colisão com uma grande muralha de aço forjada por mais de 1,4 bilhão de chineses. (XI, 2021, tradução nossa).

O trecho acima, retirado do capítulo 2 desta pesquisa, ilustra e resume o posicionamento de Xi Jinping frente aos desafios impostos aos interesses nacionais chineses, além de ressaltar a força chinesa no SI no contexto atual. É justamente esse posicionamento, com os ganhos de assertividade, proatividade e mesmo agressividade, mencionados acima, que fomenta o debate em torno da transição da política externa chinesa, do baixo perfil da Ascensão Pacífica, para a assertividade do Sonho Chinês. Fundamentada nos “cinco princípios da coexistência pacífica” de Zhou Enlai e na “Estratégia dos 24 caracteres” de Deng Xiaoping, a ascensão pacífica regou a inserção internacional da China no SI desde o período de reforma e abertura, tendo chegado ao seu ápice no governo de Hu Jintao, quando passou a ser chamada de Desenvolvimento Pacífico.

Conforme detalhado nesta pesquisa, essa política visava, acima de tudo, manter um baixo perfil (KLP) nos assuntos internacionais, com o objetivo central de promover um ambiente externo favorável ao desenvolvimento econômico chinês. Logo, a China passou a se integrar ao SI participando dos fóruns multilaterais, mas jamais buscando assumir qualquer tipo de responsabilidade ou protagonismo internacional. Integrando-se ao SI de forma silenciosa, adequando-se às suas normas, afastando-se de uma postura reformista e menos ainda revolucionária. Assegurar ao resto do mundo que a ascensão do país era pacífica, apaziguando os “ânimos” e receios internacionais, também era um objetivo central desta política. No período do governo Hu, o conceito de “mundo harmonioso” definiu a postura internacional do país, ainda que certo ativismo diplomático tenha sido iniciado no fim do seu governo.

No entanto, quando Xi assume a liderança do país e do Partido, ele introduz o conceito do Sonho Chinês cujo objetivo central seria o rejuvenescimento nacional, isto é, a restauração da posição e do status histórico da China dentro do SI. Nesse cenário, os objetivos puramente econômicos da China se ampliam, tornando-se também políticos. Com Xi, há a substituição da visão de “manter um baixo perfil” (KLP), para “buscar a assertividade” (SFA) na estratégia de inserção internacional chinesa. Essa busca pela assertividade evoluiu dentro do próprio período do governo de Xi para “buscar a assertividade em uma nova era”, que também introduz o conceito de “comunidade de comum destino”, indicando a busca pela transformação do SI

protagonizada pela China, com a introdução de conceitos chineses. Nesse sentido, o país se integra ao sistema de forma ativa, moldando-o aos seus interesses.

Essa transição de paradigma de inserção internacional, isto é, do modelo de política externa do país, fomenta, como mencionado, um aquecido debate acadêmico internacional e doméstico. Destaca-se, nesta pesquisa, o debate acadêmico chinês que apresenta as múltiplas visões de analistas chineses sobre a própria China no campo das RIs atuais. A análise detalhada apresentada no segundo capítulo permite inferir que não há uma visão, um posicionamento homogêneo da academia chinesa frente ao tema da transição. De forma resumida, existem três posicionamentos entre os acadêmicos chineses: de que não houve o abandono da política de baixo perfil (manutenção da KLP); de que há elementos da política de baixo perfil e da política assertiva presentes (coexistência entre a KLP e a SFA); e, por fim, a visão de que houve a completa substituição da política externa de baixo perfil pela política da assertividade. As justificativas para tais posicionamentos também não são homogêneas, temas como identidade internacional, o papel da liderança e a influência do nacionalismo, dentre outros, são apresentados pelos acadêmicos. No entanto, o ponto em comum entre todos os acadêmicos, independente de qual dos três posicionamentos frente ao tema adotam, é de que com Xi a China vivenciou, de fato, ganhos de assertividade no tocante à defesa de seus interesses nacionais. Há um grande consenso dentro da academia chinesa de que a China tem sido mais enfática, assertiva e até mesmo agressiva na defesa de seus interesses nacionais, sejam estes econômicos ou políticos.

O debate acadêmico chinês é influenciado por outro debate, de cunho teórico acerca da temática da transição da política externa chinesa. Este debate é protagonizado, sobretudo, pelos dois maiores expoentes de Teoria de Relações Internacionais com características chinesas e suas respectivas teorias: Yan Xuetong, em sua Teoria do Realismo Moral, e Qin Yaqing com a Teoria Relacional. Conforme discorrido no terceiro e último capítulo desta dissertação, o desenvolvimento do campo teórico das RIs na China é relativamente recente, tendo passado por um longo processo de evolução desde a tradução e introdução das principais teorias de RIs ocidentais, até a formulação de teorias com características chinesas de fato. Vale ressaltar a percepção chinesa quanto ao conceito de teoria que visa à condução da política para um fim específico, isto é, há uma conotação de praticidade, de visar a um fim, distinto da visão ocidental de estabelecimento de um conhecimento que vise à compreensão de um fenômeno.

Destaca-se também que o incentivo à criação de teorias com características chinesas se deu por meio da percepção crescente, dentro da China, de que as teorias tradicionais de RIs,



ocidentais e estabelecidas a partir do contexto histórico e do pensamento filosófico ocidental, são falhas em explicar o comportamento político chinês. Isso posto, dois movimentos de criação de teoria de RIs chinesa surgiram na China: a da criação de uma escola de TRIs, protagonizada pela Foreign Affairs University cujo maior expoente é Qin Yaqing, e a da criação de uma teoria de RIs com características chinesas, protagonizada pela Tsinghua University que possui Yan Xuetong como grande expoente. A despeito da rivalidade entre os dois movimentos, ambos resgatam o pensamento filosófico clássico chinês, principalmente o Confucionismo, como base para a formulação de suas teorias.

Yan resgata, principalmente, o conceito de moralidade confuciana, aplicando-a às Relações Internacionais. Logo, ele coloca a moralidade dos Estados no Sistema Internacional no centro da sua teoria, que se enquadra dentro da vertente do realismo. Yan se preocupa em analisar o que leva uma potência a ascender no sistema, substituindo a potência dominante. Sob a visão da teoria do Realismo Moral, seria a adoção de um comportamento moral (com base em princípios morais universalmente aceitos), isto é, de uma autoridade moral maior do que a do hegemon vigente. Yan diferencia poder de capacidade e influência, argumentando que a credibilidade estratégica de um Estado pode ampliar a sua capacidade material, mas que o oposto não se aplica. Desta forma, quanto maior a credibilidade estratégica de um Estado, maiores são as suas chances de ascender à posição de potência central, com legitimidade e apoio de outros Estados, consolidando a sua posição.

Qin, por sua vez, resgata o conceito de “relacionalidade” do confucionismo. Isto é, ele aponta que um Estado só pode ser compreendido dentro do contexto de suas relações com os demais. Além disso, ele resgata a *dialética zhongyong*, a dialética da centralidade ou do meio termo, para o centro do contexto relacional. Nessa dialética, observa-se uma visão distinta da dicotomia da dialética hegeliana, base do pensamento teórico de RIs ocidental, no tocante a polos opostos. Na teoria Relacional, polos opostos não são vistos como conflituosos e sim como complementares e tendem a coexistência. Logo, sob a Teoria Relacional é possível a coexistência entre mais de uma potência no SI e o relacionamento entre ambas não necessariamente será conflituoso.

A partir de suas teorias, tanto Qin quanto Yan analisam a transição da política externa chinesa, possuindo visões opostas que fomentam o debate acadêmico chinês acerca do tema. Para Qin, sob a perspectiva da Teoria Relacional e da sua dialética do meio termo, não houve abandono do paradigma de inserção internacional de baixo perfil e sua substituição pela perspectiva assertiva: ambas coexistem de forma complementar na atual política externa

chinesa. Para Qin há, inclusive, mais elementos de continuidade do que de mudança na política externa da chinesa: os principais interesses estratégicos, econômicos, são os mesmos; o desenho das relações estratégicas do país também é o mesmo; e as políticas estratégicas também (diplomacia econômica, não alinhamento etc.). Porém, Qin aponta que ganhos de assertividade foram verificados, de fato, na defesa dos interesses nacionais, nos quais destacam-se a segurança e a integridade territorial.

Yan, por sua vez, defende que houve a total substituição da política de baixo perfil pela assertividade na inserção internacional do país, sobretudo pela mudança dos principais interesses estratégicos do país: antes puramente econômicos e agora essencialmente políticos, com a busca pelo Sonho Chinês e o rejuvenescimento nacional. Ademais, o país teria abandonado o não alinhamento, buscando efetivamente alianças com outros Estados, o que é essencial em um contexto de disputa hegemônica. O autor também se opõe à visão de Qin ao defender que um conflito hegemônico entre a China e os Estados Unidos não apenas é inevitável, como já se iniciou na arena internacional. O autor, portanto, defende a política assertiva de Xi e a entende como adequada ao atual status chinês.

Adicionalmente às perspectivas de Yan e Qin, foi apresentada a visão crítica de Xiang Lanxin, influente analista de política internacional chinesa, que define a atual diplomacia chinesa como *Wolf Warrior*, isto é, excessivamente confiante e excessivamente agressiva. O pensador político se aproxima da Yan ao argumentar que a China modificou completamente sua política externa, abandonando completamente a ascensão pacífica e sua política de baixo perfil. No entanto, tal qual Qin, não enxerga a assertividade como positiva para as relações internacionais do país. Xiang possui uma crítica enfática à atual diplomacia assertiva chinesa, que entende como inadequada a sua atual capacidade militar, e à liderança de Xi, que define como falha em alcançar os objetivos do Sonho Chinês e do rejuvenescimento nacional.

Todos os três pensadores enxergam os ganhos de assertividade na política externa de Xi e, em consenso, identificam a defesa dos interesses nacionais do país como o ponto de maior ênfase do atual governo. No tocante à defesa dos interesses nacionais, todos os três pensadores identificam que a China ganhará ainda mais assertividade futuramente. Essa visão também é compartilhada pelos demais acadêmicos chineses, conforme exposto nesta pesquisa. Logo, a despeito da multiplicidade de interpretações sobre a transição da política externa chinesa, infere-se que essa de fato ganhou expressiva assertividade, indicando que a China de Xi mostra-se firme na defesa não apenas dos seus interesses nacionais, mas do seu status atual dentro do Sistema Internacional.

Esta dissertação se concentrou na análise da transição da política externa da China, da política da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês, trazendo o arcabouço teórico chinês de RIs da contemporaneidade. O tema da política externa chinesa é ampla e extensivamente estudado por todo o mundo. No entanto, é recorrente a análise dessa temática a partir de perspectivas teóricas que não são chinesas e são, na verdade, em suas variadas formas, ocidentais. Trazer a voz e a visão chinesas sobre a própria China para a academia brasileira foi a grande preocupação desta pesquisa, de forma a ampliar o acesso dos acadêmicos brasileiros ao pensamento chinês de política internacional. O tema, é claro, não se esgota aqui. A política externa de um país está em contínua construção e a chinesa não é uma exceção. Às vésperas da nova eleição do governo chinês com a perspectiva concreta de continuidade da liderança de Xi, na próxima década, provoca a reflexão de quais serão os próximos passos da potência asiática nessa “nova era”. Independente do nome que conceda o governo chinês, a política externa do país continuará a buscar a defesa de seus interesses no Sistema Internacional.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav.; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. London and New York: Routledge. 2010.

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas; VILLALBA, Yuri. O terremoto promovido pela ascensão pacífica da China. **Revista Brasileira de Economia Política e História Econômica**, n. 3, p.71-96, 2017.

ANDONI, Maiza; BUSTILLO, Ricardo. China, the EU and multilateralism: the Asian Infrastructure Investment Bank. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.61, n.1, p.1-19, 2018.

BBC. China establishes 'air-defence zone' over East China Sea. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-25062525> Acesso em 15 de agosto de 2022.

BBC. India-China dispute: The border row explained in 400 words. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-53062484> Acesso em 22 de agosto de 2022.

BBC. Why is the South China Sea contentious? Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13748349> Acesso em 15 de agosto de 2022.

BUZAN, Barry. China and Climate Change Governance: A Golden Opportunity. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v.7, n.1, p.1–12. 2021.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p.5–36, 2010.

BUZAN, Barry. The Logic and Contradictions of 'Peaceful Rise/Development' as China's Grand Strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v.7, n.4, p.381–420. 2014.

BUZAN, Barry. ZHANG, Xiaoming. Debating China's Peaceful Rise. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p.447–460, 2010.

BUZAN, Barry; COX, Michael. China and the US: Comparable Cases of 'Peaceful Rise'? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 6, p.109–132, 2013.

CALLAGHAN, Mike; HUBBARD, Paul. The Asian Infrastructure Investment Bank: Multilateralism on the Silk Road. **China Economic Journal**, v.9, n.2, p.116-139, 2016.

CARMO, Corival; PECEQUILO, Cristina. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**, v.3, n., p.32-69, 2014.

CHAN, Irene; LI, Mingjiang. New Chinese Leadership, New Policy in the South China Sea Dispute? **Journal of Chinese Political Science**, v.35, n.50, p.1-16. 2015.

CHANG, Chia-Chien; YANG, Alan H. Weaponized Interdependence: China's Economic Statecraft and Social Penetration against Taiwan. **Orbis**, v.64, n2, p.312-333. 2020.

CHANG-LIAO, Nien-chung. China's New Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v.12, n.2, p.82-91, 2016.

CHEN, Chih-Jou Jay; ZHENG, Victor. Changing Attitudes toward China in Taiwan and Hong Kong in the Xi Jinping Era. **Journal of Contemporary China**, v.31, n.134, p.250-266. 2022.

China cria fundo de apoio às operações de paz da ONU, diz livro branco. **XINHUA**. Set. 2020. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/18/c\\_139378439.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/18/c_139378439.htm). Acesso em: 22 de junho de 2021.

CHINA. General Secretary Xi Jinping Explicates the “Chinese Dream”. **Chinese Law & Government**, v.48, n.6, p.477-479, 2016.

Deng Xiaoping’s “24-Character Strategy”. **Global Security**. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/china/24-character.htm>. Acesso em: 9 de junho de 2021.

DENG, Xiaoping. **Selected Works of Deng Xiaoping Volume III** (1982-1992).

DO, Thuy T. China's rise and the ‘Chinese dream’ in international relations theory. **Global Change, Peace & Security**, v.27, n.1, p.21-38. 2015.

DOSHI, Hush. Hu’s to Blame for China’s Foreign Assertiveness? In: KIMBALL, Emilie. **Global China: Assessing China’s Growing Role in the World**. Washington, D.C.: The Brookings Institution. 2021.

EL PAIS. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-25/estados-unidos-fortalecem-alianca-com-japao-india-e-australia-para-conter-avanco-da-china-no-indo-pacifico.html>> Acesso em 04 de agosto de 2022.

FEI, Teng; PU, Wang. The evolution of climate governance in China: drivers, features, and effectiveness, **Environmental Politics**, v.30, n.1, p.141-161, 2021.

FENG, Huiyun; HE, Kai. The study of Chinese scholars in foreign policy analysis: an emerging research program. **The Pacific Review**, v.33, n.3-4, p.362-385. 2020.

FENG, Huiyun; HE, Kai. Xi Jinping’s Operational Code Beliefs and China’s Foreign Policy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 6, p.209–23, 2013.

FENG, Michael X. Y. The ‘Chinese Dream’ Deconstructed: Values and Institutions. **Journal of Chinese Political Science**, v.20, p.163-183, 2015.

FLINT, Colin; ZHANG, Xiaotong. Historical–Geopolitical Contexts and the Transformation of Chinese Foreign Policy. **The Chinese Journal of International Politics**, v.12, n.3, p.295–331, 2019.

Full text: China's new party chief Xi Jinping's speech. **BBC News**. Nov. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20338586>. Acesso em 16 de junho de 2021.

GEERAERTS, Gustaaf; JING, Men. International Relations Theory in China. **Global Society**, v. 15, n. 3, p. 251-276. 2001.

GODBOLE, Avinash. Stability in the Xi Era: Trends in Ethnic Policy in Xinjiang and Tibet Since 2012. **India Quarterly**, v.75, n.2, p.228–244. 2019.

GONÇALVES, Arnaldo M. A. Foreign Policy of People's Republic of China under Deng, Jiang and Hu: a conservative trend. CAEI Centro Argentino de Estudios Internacionales. **Working paper n° 60**, Programa Ásia-Pacífico, p.1-14. 2013.

HAYES, Anna. Interwoven 'Destinies': The Significance of Xinjiang to the China Dream, the Belt and Road Initiative, and the Xi Jinping Legacy. **Journal of Contemporary China**, v.29, n.121, p.31-45. 2019.

HE, Zhilong; RAB, Abdul. China and Xangai Cooperation Organization (SCO): Belt and Road Initiative (BRI) Perspectives. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 9, n.2, p.166-171, 2019.

HU, Ran; WANG, Wang. From cooperative partnership to strategic competition: a review of China–U.S. relations 2009–2019. **China International Strategy Review**, v.1, p.1-10, 2019.

HU, Weixing. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': The Role of Leadership in Foreign Policy Transformation. **Journal of Contemporary China**, v.28, n.115, p.1-14, 2019.

HUANG, Jing. Xi Jinping's Taiwan Policy: Boxing Taiwan in with the One-China Framework. In: DITTMER, Lowel. **Taiwan and China: Fitful Embrace**. Oakland, California: University of California Press, p.239-248. 2017.

JOHNSTON, Alastair. How New and Assertive Is China's New Assertiveness? **Quarterly Journal: International Security**, v. 37, n. 4, p.7–48, 2013.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva. 2011.

KWAN, Chi Hung. The China–US Trade War: Deep-Rooted Causes, Shifting Focus and Uncertain Prospects. **Asian Economic Policy Review**, v.15, n.1, p.1-18, 2019.

Lau, Lawrence J. The China–US Trade War and Future Economic Relations. **China and the World: Ancient and Modern Silk Road**, v.2, n.2, p.1–32, 2019.

LI, Mingjiang; POH, Angela. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v.13, n. 2, p.84-97, 2017.

MONTENEGRO, RENAN. China in UN Peacekeeping Operations: A 30-Year Assessment (1990-2019). **Contexto Internacional**, v. 43, p. 405-426, 2021.

MONTENEGRO, Renan. Teoria das Relações Internacionais na China: Origem, Evolução e Debates Recentes. **39º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 38 – Teoria e prática das relações Sul-Sul. 2015.

MONTENEGRO, Renan. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 297-329, mai/ago. 2019.

MORTON, Katherine. China's ambition in the South China Sea: is a legitimate maritime order possible? **International Affairs**, n. 92, v.4, p.909-940, 2016.

NOGUEIRA, Isabela. China, the BRICS and Attempts to Reshape Global Governance. **Routledge Encyclopedia of Chinese Studies**, 2023.

PAULINO, Luís A.; PIRES, Marcos C. A competição entre Estados Unidos X China e o governo Biden. In: JABOUR, Elias; ALVES, Giovani. **Trabalho e Geopolítica Global**, 1ª Edição. Marília, SP: Projeto editorial Praxis, 2021.

PETERS, Michael A. The Chinese Dream: Xi Jinping thought on Socialism with Chinese characteristics for a new era. **Educational Philosophy and Theory**, v.49, n.14, p.1299-1304, 2017.

PU, Xiaoyu. Controversial Identity of a Rising China. **The Chinese Journal of International Politics**, v.10, n.2, p.131-149, 2017.

PU, Xiaoyu. **Rebranding China: Contested Status Signaling in the Changing Global Order**. Stanford University Press. Stanford: 2019.

QIAN, Xuming. Cyberspace Security and U.S.-China Relations. AICS 2019: Proceedings of the 2019 International Conference on Artificial Intelligence and Computer Science, p.709-712. July 2019.

QIN, Yaqing. A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories. **The Chinese Journal of International Politics**, v.11, n.4, p.415-434. 2018.

QIN, Yaqing. **A Relational Theory of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

QIN, Yaqing. Continuity through Change: Background Knowledge and China's International Strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v.7, n.3, p.285-314. 2014.

QIN, Yaqing. Culture and global thought: Chinese international theory in the making. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.100, p. 67-89. 2012.

QIN, Yaqing. Development of International Relations Theory in China. **International Studies**, v.46, n.1-2, p.185-201, 2009.

QIN, Yaqing. Development of International Relations theory in China: progress through debates. **International Relations of the Asia-Pacific**, v.11, p.231-257. 2011.

QIN, Yaqing. Diplomacy as Relational Practice. **The Hague Journal of Diplomacy**, v.15, n.1-2, p.165-173. 2020.

QIN, Yaqing. **Globalizing IR Theory**. New York: Routledge. 2020.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory? In: ACHARYA, Amitav.; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. London and New York: Routledge. 2010.

RAI, Shivani. Growing Tensions on India-China Border: View from India. **Russian Political Science**, v.15, n.2, p.83-88, 2020.

SEIXAS, Eduardo P. de. **China e o Realismo: A Rota da Seda como Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SONG, Xinning. Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. **Journal of Contemporary China**, v.10, n.26, p.61-74, 2001.

SØRENSEN, Camila T. N. The Significance of Xi Jinping's "Chinese Dream" for Chinese Foreign Policy: From "Tao Guang Yang Hui" to "Fen Fa You Wei". **Journal of China and International Relations**, v.3, n. 1, p.53-73, 2015.

STATE COUNCIL CHINA. **White Paper on China Peaceful Development**. 2011. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/09/09/content\\_281474986284646.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm). Acesso em 10 de junho de 2021.

SUN, Haiyong. U.S.-China Tech War: Impacts and Prospects. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 5, n. 2, p.197–212, 2019.

THE ECONOMIST. Disponível em <<https://www.economist.com/china/2014/03/08/dark-day>>Acesso em 18 de agosto de 2022.

THOMPSON, Drew. The Rise of Xi Jinping and China's New Era: Implications for the United States and Taiwan. **Issues & Studies**, v.56, n.1, p.1-25, 2020.

VISENTINI, Paulo F. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.

WANG, Hung-Jen. Being Uniquely Universal: building Chinese international relations theory. **Journal of Contemporary China**, v.22, n.81, p.518-534, 2013.

WANG, Jianwei. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy:' A Paradigm Shift? **Journal of Contemporary China**, v.2, n.115, p.15-30, 2019.

WANG, Jisi. Assessing the radical transformation of U.S. policy toward China. **China International Strategy Review**, v.1, p.195-204, 2019.

WANG, Jisi. China in the Middle. **The American Interest**, v.10, n. 4, 2015.

WANG, Jisi. China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds Its Way. **Foreign Affairs**, v.90, n.2, p.68-79, 2011.

WANG, Jisi. Did America Get China Wrong? **Foreign Affairs**, v.97, n.4, p.183-184, 2018.

WANG, Jisi; HU, Ran. From cooperative partnership to strategic competition: a review of China–U.S. relations 2009–2019. **China International Strategy Review**, v.1, p.1-10, 2019.

WANG, Zheng. The Chinese Dream: Concept and Context. **Journal of Chinese Political Science**, v.19, p.1-13, 2014.

WEI, Ling. Striving for achievement in a new era: China debates its global role. **The Pacific Review**, v.33, n.3-4, p.413-437, 2020.

WESTCOTT, Stephen P. Seizing a Window of Opportunity? The Causes and Consequences of the 2020 Sino-Indian Border Stand-off. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v.8, n.1, p.7–32, 2021.



XI, Jinping. **100th anniversary of the founding of the Chinese Communist Party**, 1 de julho de 2021. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Full-text-of-Xi-Jinping-s-speech-on-the-CCP-s-100th-anniversary> . Acesso em 29 de julho de 2021.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Language Press, 2014.

XI, Jinping. **For Man and Nature: Building a Community of Life Together**. Leaders Summit on Climate. Abril de 2021. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2021-04/22/c\\_139899289\\_2.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-04/22/c_139899289_2.htm). Acesso em 22 de junho de 2021.

XI, Jinping. **Íntegra do Discurso de Xi Jinping no Centenário do Partido Comunista Chinês**. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2021/08/06/integra-do-discurso-de-xi-jinping-no-centenario-do-pcch/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

XI, Jinping. **Íntegra do Discurso de Xi Jinping no Centenário do Partido Comunista Chinês**. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2021/08/06/integra-do-discurso-de-xi-jinping-no-centenario-do-pcch/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

XI, Jinping. **Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the General Debate of the 75th Session of The United Nations General Assembly**. 22 de setembro de 2020. Disponível em: [http://en.qsttheory.cn/2020-09/22/c\\_538079.htm](http://en.qsttheory.cn/2020-09/22/c_538079.htm). Acesso em 22 de junho de 2021.

XI, Jinping. **Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress**. 18 de outubro de 2018. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c\\_136725942.htm](http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm). Acesso em: 22 de junho de 2021.

XIANG, Lanxin. **On Wolf Warrior Diplomacy**. Disponível em: <https://www.readingthechinadream.com/xiang-lanxin-on-wolf-warrior-diplomacy.html> Acesso em 25 de outubro de 2021.

XIANG, Lanxin. **The Quest for Legitimacy in Chinese Politics**. New York: Routledge. 2020.

XIANG, Lanxin. US–China Relations in the Shadow of Spengler. **Survival**, v. 63, n.3, p.45-53. 2021.

XIANG, Lanxin. Xi's Dream and China's Future. **Survival**, v. 58, n.3, p.53-62. 2016.

YAHUDA, Michael. China's New Assertiveness in the South China Sea. **Journal of Contemporary China**, v.22, n.81, p.446-459. 2013.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press. 2011.

YAN, Xuetong. Chinese Values vs. Liberalism: What Ideology Will Shape the International Normative Order? **The Chinese Journal of International Politics**, v.11, n.1, p.1–22. 2018.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v.7, n.2, p.153–184. 2014.

YAN, Xuetong. **Leadership and the Rise of Great Powers**. New Jersey: Princeton University Press. 2019.

YAN, Xuotong. Political Leadership and Power Redistribution. **The Chinese Journal of International Politics**, v.9, n.1, p.1–26, 2016.

ZABA, Zainab. China's 'Political Re-Education' Camps of Xinjiang's Uyghur Muslims. **Asian Affairs**, v.50, n.4, p.1-14, 2019.

ZENG, Jinghan. Is China committed to peaceful rise? Debating how to secure core interests in China. **International Politics**, v.54, p.618-636, 2017.

ZHANG, Baohui. Chinese Foreign Policy in Transition: Trends and Implications. **Journal of Current Chinese Affairs**, v.39, n. 2, p.39-68, 2010.

ZHANG, Hao. China and Climate Multilateralism: A Review of Theoretical Approaches. **Politics and Governance**, v.10, n.2, p.x-x. 2022.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'? **Global Change, Peace & Security**, v.27, n.1, p.5-19, 2015.

ZHAO, Hong. China's One Belt One Road: An Overview of the Debate. **Trends in Southeast Asia**, Yusof Ishak Institute n.6, p.1-33, 2016.

ZHAO, Minghao. Is a New Cold War Inevitable? Chinese Perspectives on US–China Strategic Competition. **The Chinese Journal of International Politics**, v.12, n.3, p.371-394, 2019.

ZHAO, Suisheng. Chinese Foreign Policy under Hu Jintao: The Struggle between Low-Profile Policy and Diplomatic Activism. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 5, p.357-378. 2010.

ZHAO, Suisheng. Foreign Policy Implications of Chinese Nationalism Revisited: the strident turn. **Journal of Contemporary China**, v.22, n.82, p.1-20, 2013.

ZHAO, Tingyang. The "China Dream" in Question. **Economic and Political Studies**, v.2, n.1, p.127-142, 2014.

ZHAO, Y. 'Chinese dream' is Xi's vision. **China Daily**. Mar. 2013. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/china/2013npc/2013-03/18/content\\_16315025.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2013npc/2013-03/18/content_16315025.htm). Acesso em 16 de junho.

ZHENG, Shipping. Rising Confidence Behind the "Chinese Dream". **Journal of Chinese Political Science**, v.19, n.3, p.35-48, 2014.